



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Doutoranda: ANA PAULA DOS SANTOS SOUZA
Orientador: Dr. José Antônio Herrera**

**O PASSO A PASSO DO MOVIMENTO PELA
SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU
PELA PRODUÇÃO DO CONTRAESPÇO**



ANA PAULA DOS SANTOS SOUZA

**O PASSO A PASSO DO MOVIMENTO PELA
SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU
PELA PRODUÇÃO DO CONTRAESPÇO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de doutor.
Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Orientador:
Prof. Dr. José Antônio Herrera

Altamira, PA, 2024

ANA PAULA DOS SANTOS SOUZA

**O PASSO A PASSO DO MOVIMENTO PELA
SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU PELA
PRODUÇÃO DO CONTRAESPÇO**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ANTONIO HERRERA**
Data: 23/01/2024 16:43:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> _____

Orientador – José Antônio Herrera - PPGeo/UfPA

Documento assinado digitalmente
 **ADOLFO DA COSTA OLIVEIRA NETO**
Data: 23/01/2024 14:32:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> _____

Examinador Interno – Adolfo da Costa Oliveira Neto - PPGeo/UfPA

Documento assinado digitalmente
 **BENEDITA ALCIDEMA COELHO DOS SANTOS Mª**
Data: 18/01/2024 12:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> _____

Examinadora Interna – Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães - PPGeo/UfPA

Documento assinado digitalmente
 **ROGERIO REGO MIRANDA**
Data: 16/01/2024 16:10:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> _____

Examinador Externo – Rogério Rego Miranda – Faculdade de Geografia/UNIFESP

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDO MANCANO FERNANDES**
Data: 16/01/2024 11:07:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> _____

Examinador Externo – Bernardo Mançano Fernandes – PPGG/UNESP-Presidente Prudente

DATA DA DEFESA: 03/01/2024

Altamira, PA. 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719p Souza, Ana Paula dos Santos.
O passo a passo do Movimento Pela Sobrevivência na
Transamazônica e Xingu pela produção do contraespaço / Ana Paula dos
Santos Souza. — 2024.
248 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Herrera
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2024.

1. Movimentos sociais. 2. Espaço. 3. Contraespaço. I. Título.

CDD 910.130811

Dedico esse trabalho a todos os companheiros e companheiras dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu que partiram ou foram arrancados de nosso convívio pela intolerância, a marca da violência contra os movimentos sociais. Todavia, o legado dessas vozes segue iluminando as lutas do tempo presente. Honras e glória sempre para Ademir Federicci (Dema), Bartolomeu da Silva (Brasília), Dorothy Stang, Juraci Galvino, Marcos Firmino, Buruna, Antonio Rodrigues, Alteir Mardegam, Napoleão Tavares, Raimundo Cabeludo, Maria Barbosa, Eugênio Suk, Moacir Silva, Francisco de Assis, Deurival Lima, Pe. Oscar Für, Jomabá Torres, Manoel Raimundo da Conceição (Pelado), Avelino Ganzer, Luís Gonzaga, Zé mineiro, padre Sávio Corinaldesi, Francisco de Assis Monteiro, Sidevaldo Veloso. A luta por dignidade é de todos e todas, em todos os tempos. Como disse João Guimarães Rosa: “a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que ajudaram na construção dessa tese. De antemão já me desculpo pelos esquecimentos. Começo agradecendo ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade. Saúdo docentes e técnicos que assumiram a empreitada arrojada de fazer funcionar uma turma do PPGeo em Altamira, dando oportunidade para que eu e tantos outros pudessem seguir estudando. Obrigada!

Agradeço aos docentes do curso que alimentaram minha paixão pela geografia realizando sonhos antigos. Estendo essa gratidão aos colegas de turma pelos aprendizados e as afetividades construídas, especialmente Ruan Silva Conceição, arrancado de nosso meio pela violência crescente em Altamira. Obrigada pela generosidade colegas, a energia solidária que partilhamos seguirá comigo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Faculdade de Etnodiversidade, lugar onde sempre encontrei afeto e acolhimento. Nesse espaço construímos sonhos, enfrentamos desafios e realizamos práticas primorosas. Obrigada colegas pela força e vibrações positivas, destaco a contribuição dos colegas Marcos Formigosa e Raquel Lopes na construção do documento, grata queridos, esse apoio foi imprescindível.

Agradeço o apoio de minha família sempre solidária e orgulhosa dos meus avanços nos estudos. Especialmente meus pais Zulma e Durval. Uma pena que não estejam mais nesse plano para celebrarmos mais esse passo, especialmente meu pai que embora nunca tenha frequentado uma escola, sempre nos ensinou a importância de estudar. Junto com minha mãe lutou por escolas no fundo das vicinais. Obrigada por tudo!

Agradeço a todos companheiros e companheiras dos movimentos sociais dessa região que generosamente abriram os arquivos de suas organizações (STR, associações, cooperativas, movimentos de mulheres) e aceitaram participar de longas conversas sobre o passado, o presente e o futuro da Transamazônica e Xingu. A soma de tudo isso resultou no coração desse estudo, esse trabalho não teria sido possível sem vocês. Muitíssimo obrigada. Esse trabalho é sobre nós, é nosso!

Agradeço imensamente ao professor José Antonio Herrera, meu orientador, por ter me mostrado rumos em um momento crucial dessa jornada acadêmica. Pela paciência com minhas lacunas no mundo da academia. Espero que minha produção esteja à altura de teu esforço. Sigamos juntos.

Agradeço aos companheiros e companheiras da FETAGRI Transamazônica e Xingu e Fundação Viver, Produzir e Preservar: João Batista, Maria Aparecida, Marcia Castro, Antônia Martins, Meire dos Anjos, Maysa, Anderson Serra, Cláudia, Kelvin, Christian, Karina, Erlen, Railan, Edriano, Ricardo, Carlindo Lima, Luiz Portugal, Adelson, Ana Miléo, Tânia, Mariene por terem me apoiado nessa jornada de trabalho de campo. Obrigada por tudo.

Agradeço aos coordenadores do *Projeto Memórias dos 50 anos da Transamazônica*, por ter permitido minha participação nessa imersão de escuta de narrativas sobre o que representou a Transamazônica para os migrantes e como se formaram as mobilizações sociais por direitos. O resultado disso compõe parte significativa desse estudo. Obrigada.

Agradeço às amigas de todas as horas: Sol, Cida, Lucimar, Elis, Amanda, Simone, Vandineia, Raquel, sempre ao meu lado nos momentos desafiadores dessa jornada. Obrigada!

RESUMO

A Amazônia é um lugar onde existem lutas intensas pelos direitos das populações das cidades, do campo, das águas e das florestas. Na raiz dessas lutas está o modo como os governos e o capital hegemônico enxergam a Amazônia: provedora de riquezas para o Brasil e o mundo, a partir de sua paisagem convertida em recursos. Diante dessas práticas as populações que vivem nesse bioma se tornaram sujeitos fora da ordem de prioridade dos governos, restando aos agricultores familiares, povos indígenas, pescadores, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, moradores das periferias das cidades e vilas manifestarem sua contrariedade a essa racionalidade que os exclui. Esse estudo foi realizado na região sudoeste do Pará, entre os municípios de Pacajá e Rurópolis ao longo da Transamazônica, e pelo Xingu, de Vitória do Xingu até porto de Moz. O objetivo é analisar as ações do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), atualmente Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), identificando qual a relevância do papel desempenhado por ele na melhoria da vida das populações e nas mudanças no território da Transamazônica e Xingu. O estudo começa com o registro da voz dos migrantes que vieram para essa região antes, durante e depois do Projeto Integrado de Colonização (PIC). A meta é identificar os motivos para migrar, as condições de chegada na nova terra, a participação e formação dos movimentos sociais e os desafios da relação com o governo federal. Analisa-se também a trajetória do MPST, surgido em 1990, formado inicialmente por esses migrantes e o apoio da igreja católica, a partir das Comunidades Eclesiais de Base. A categoria de base desse estudo é o espaço geográfico conforme definido por Milton Santos: um híbrido qualificado pelo sujeito. No espaço dominante, constrangidos pelo capital, os migrantes e seus apoiadores, a partir de suas lutas, produziram seus contraespaços, conforme Ruy Moreira. Denunciaram, construíram proposições coletivas e provocaram mudanças na configuração do território da Transamazônica e Xingu. Para melhor compreensão da formação e dos desdobramentos desses contraespaço, fez-se um recorte em três bandeiras de luta importantes para os movimentos: Questão fundiária e ambiental, crédito agrícola e educação. A última parte do trabalho traça um panorama dos movimentos sociais da atualidade nessa região: quem são e quais desafios enfrentam. Os resultados desse estudo demonstram que o MPST com suas mobilizações coletivas e regionalizadas produziu um contraespaço dentro da ordem hegemônica do PIC, garantindo voz e direitos para as populações. Suas práticas perduraram e influenciaram o surgimento de outros movimentos.

Palavras-chaves: Movimentos sociais; Espaço; Contraespaço; Transamazônica e Xingu.

ABSTRACT

The Amazon is a place where there are intense struggles for the rights of populations in cities, countryside, waters, and forests. At the root of these struggles is the way in which governments and hegemonic capital see the Amazon: a provider of wealth for Brazil and the world, based on its landscape converted into resources. Faced with these practices, the populations that live in this biome have become subjects outside the government's order of priority. In view of this, it is left to family farmers, indigenous peoples, fishermen, quilombolas, extractivists, riverside dwellers, residents of the outskirts of cities and towns, to express their opposition to this rationality that excludes them. This study was carried out in the southwest region of Pará, between the municipalities of Pacaja and Rurópolis along the Transamazônica and through the Xingu from Vitória do Xingu to Porto de Moz. The objective is to analyze the actions of the Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), currently Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), identifying the relevance of the role played by it in improving the lives of the populations and the changes in the territory of the Transamazônica and Xingu. The study begins with recording the voices of migrants who came to this region before, during and after the Integrated Colonization Project (PIC). The goal is to identify the reasons for migrating, how was the arrival in the new land, the participation and formation of social movements and the challenges of the relationship with the federal government. We also analyzed the trajectory of the MPST, which emerged in 1990, initially formed by these migrants and the support of the Catholic Church, from the Base Ecclesiastical Communities. The basic category of this study is the geographic space as defined by Milton Santos: a hybrid qualified by the subject. In the dominant space, constrained by capital, migrants and their supporters, based on their struggles, produced their counterspace, according to Ruy Moreira. They denounced, built collective propositions and provoked changes in the current formation of the territory of the Transamazônica and Xingu. For a better understanding of the formation and unfolding of these counterspaces, we focused on three important struggle flags for the movements: Land and environmental issues, agricultural credit and education. The last part of the work outlines an overview of current social movements in this region. Who they are and what challenges they face. The results of this study demonstrate that the MPST with its collective and regionalized mobilizations produced a counterspace within the hegemonic order of the PIC, guaranteeing voice and rights for the populations. Their practices lasted and influenced the emergence of other movements.

Keywords: Social movements; Geographic space; Counterspace; Transamazônica and Xingu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As origens do contraespaço na Transamazônica e Xingu.....	28
Figura 2 - Família de agricultores migrantes do Nordeste na vicinal 95 - Norte, Medicilândia, 1990	40
Figura 3 - Detalhes do PIC Altamira - Padrão da colonização da Transamazônica na década de 1970	57
Figura 4 - Bispo Dom Erwin Kräutler celebra missa na CEB da vicinal, Brasil Novo, 1995	75
Figura 5 - Cartaz usado pela FASE na formação sindical	78
Figura 6 - Cartaz da campanha para Avelino Ganzer Presidente do STR de Santarém. 1983	84
Figura 7 - O MPST na manifestação do Grito do Campo. Belém, 1991.....	86
Figura 8 - Canavieiros do PACAL na esplanada dos ministérios em Brasília - 1985.....	88
Figura 9 - Encontro na Linha Gaúcha, Rurópolis, maio de 1989.....	90
Figura 10 - 1ª diretoria do MPST: Antônio Rodrigues, Moacir Feiteiro, Aírton Faleiro, Genoir Pilonetto, José Geraldo, Benildes Grings e Cristóvam Florêncio. Altamira, 1991..	91
Figura 11 - Carta da Transamazônica escrita pelo MPST em 1990	92
Figura 12 - Caravana do MPST em Brasília é recebida por Collor – DF, 1991.....	96
Figura 13 - Pesquisadores e moradores da Resex Riozinho do Anfrísio, Altamira, 2005	102
Figura 14 - Cartaz do Grito da Transamazônica, 1999.....	111
Figura 15 - Áreas propostas pelo MDTX para a criação de reservas florestais.	113
Figura 16 - Corredor Xingu formados pelas UC e TI. 2013.....	124
Figura 17 - Moradores de Porto de Moz celebram o Decreto de criação da Resex Verde Para Sempre.....	125
Figura 18 - Lideranças do MPST/FVPP/MDTX assassinadas de 2001 a 2005	126
Figura 19 - Crianças a caminho da escola em uma estrada vicinal, Medicilândia, 1990..	138
Figura 20 - jovens apresentam a cartografia social de suas comunidades. CFR de Pacajá, 2022	154
Figura 21 - Estudantes de Educação do Campo/UFGPA construindo a cartografia social de seus territórios.	156
Figura 22 - Agricultores da Transamazônica acampados em frente ao BASA. Belém, 1991	162
Figura 23 -Policiais em frente ao BASA para impedir a entrada dos manifestantes. Belém, 1991	169
Figura 24 - Presidentes de associações e cooperativas reunidos no BASA Altamira, 1995	170
Figura 25 - Cartilha dos deputados petistas sobre o PL 118/99 BSB – 1999.....	173
Figura 26 - Produtor de cacau nas margens da Transamazônica. Medicilândia, 1990.....	175
Figura 27 - Mulheres lideranças dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu, Altamira, 2019.....	179
Figura 28 - Lançamento do Plano de Desenvolvimento regional FVPP/FETAGRI. Altamira, 2019	183
Figura 29 - Os movimentos sociais que produzem o contraespaço.....	185
Figura 30 -Estrutura atual da FVPP.....	186

Figura 31 - Cartazes do trabalho do grupo de povos tradicionais. Altamira, 2023	197
Figura 32 - Plenária do Seminário do Futuro. Altamira, 2022	199
Figura 33 - O contraespaço dos movimentos sociais da atualidade na Transamazônica e Xingu	202
Figura 34 -Espaço e produção do contraespaço na Transamazônica e Xingu.....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os envolvidos favoráveis à criação do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia do Xingu	120
Quadro 2 - Os envolvidos contrários à criação do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia do Xingu	121
Quadro 3 - Resumo das propostas de educação do I PGDT. 1991.....	141
Quadro 4 - Principais programas de crédito agrícola na microrregião de Altamira (1971-2010).....	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Assentamentos na região da Transamazônica e Xingu por município	193
Gráfico 2 - Assentamentos criados na região da Transamazônica e Xingu por ano (1988 – 2018).....	193

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da área de atuação do MPST/FVPP/MDTX.	16
Mapa 2 - O território da Transamazônica e Xingu.....	34
Mapa 3 - Mapa do uso econômico da paisagem na região de Marabá em 1984.....	71
Mapa 4 - Assentamentos rurais e unidades de conservação na região de Marabá, 2023	72
Mapa 5 - Os assentamentos de reforma agrária no PIC Altamira. 2000	110
Mapa 6 - Assentamentos rurais, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Xingu	130
Mapa 7 - Os tipos de conflitos fundiários e ambientais no território do Xingu, 2021	189
Mapa 8 - Atual ocupação do território da Transamazônica e Xingu. 2022.....	192

LISTA DE SIGLAS

AMOMEX – Associação dos Moradores do Rio Xingu
 AMORA – Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
 AMORERI – Associação dos Moradores do Rio Iriri
 ABONG – Associação Brasileira de ONGs
 ACBM – Associação do Consórcio Belo Monte
 AMUT – Associação dos Municípios da Transamazônica
 ARCAFAR – Associação das Casas Familiares Rurais do Pará
 ASFORT – Associação dos Fomecedores de Cana da Transamazônica
 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
 BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
 BANPARÁ - Banco do Estado do Pará
 BASA – Banco de Crédito da Amazônia para Banco da Amazônia S.A.
 CDESS – Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
 CDS – Comitê de Desenvolvimento Sustentável – Porto de Moz
 CEB – Comunidade Eclesial de Base
 CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
 CELPA – Centrais Elétricas do Pará
 CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
 CFR – Casa Familiar Rural
 CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
 CIMI – Comissão Indigenista Missionária
 CLUA – Climate and Land Use Alliance
 CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
 CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
 CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
 COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
 COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
 CONDEL – Conselho Deliberativo da SUDAM
 CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 CRACOHX – Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu
 CSLU – Comissão Sindical Lavradores Unidos
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
 ECO-92 -Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
 EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
 FAB - Força Aérea Brasileira
 FASE – Federação de órgão de Assistência Social e Educacional
 FETAGRI – Federação do Trabalhadores na Agricultura
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FLIX – Feira Literária do Xingu

FNO – Fundo Constitucional do Norte
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios
 FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
 FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador
 FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar
 GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
 GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
 IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INIC -Instituto Nacional de Imigração e Colonização
 INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
 IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
 ISA – Instituto Socioambiental
 ITERPA – Instituto de Terras do Pará
 JOC – Juventude Operária Cristã
 LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica
 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
 MEB – Movimento de Educação de BASE
 MEC – Ministério da Educação
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MMTCC – Movimento da Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade
 MOPROK – Movimento Pró Kararaô
 MPE – Ministério Público Estadual
 MPF – Ministério Público Federal
 MPST – Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica
 MST – Movimento dos Sem Terra
 MSTB – Movimento Social Transamazônica Também é Brasil
 NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
 ONG – Organização Não Governamental
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PACAL – Projeto Agro Canavieiro Abraham Lincoln
 PAS – Projeto Assentamentos Sustentáveis
 PCN – Projeto Calha Norte
 PDA – Projetos Demonstrativos da Amazônia
 PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
 PGC – Projeto Grande Carajás
 PIC – Programa Integrado de Colonização
 PIN – Programa de Integração Nacional
 PDRSX –Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
 PGDT – Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica
 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PPC – Projeto Pedagógico do Curso
 PPG7 – Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PPJ – Projeto Pedagógico do Jovem
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSE – Processo Seletivo Especial
PT – Partido dos Trabalhadores
RUC – Reassentamentos Urbanos Coletivos
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar
SAGRI – Secretaria de Agricultura
SECADI – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão de Trabalhadores para a Amazônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Pará
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SIG – Sistema Integrado de Governo
SIMBAX -Sindicato das Indústrias do Setor Florestal do Baixo e Médio Xingu
SINDICORTE – Sindicato Paraense de Pecuária de Corte
SINTICMA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS – Sistema Único de Saúde
TFD – Tratamento Fora de Domicílio
UDR – União Democrática Ruralista
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

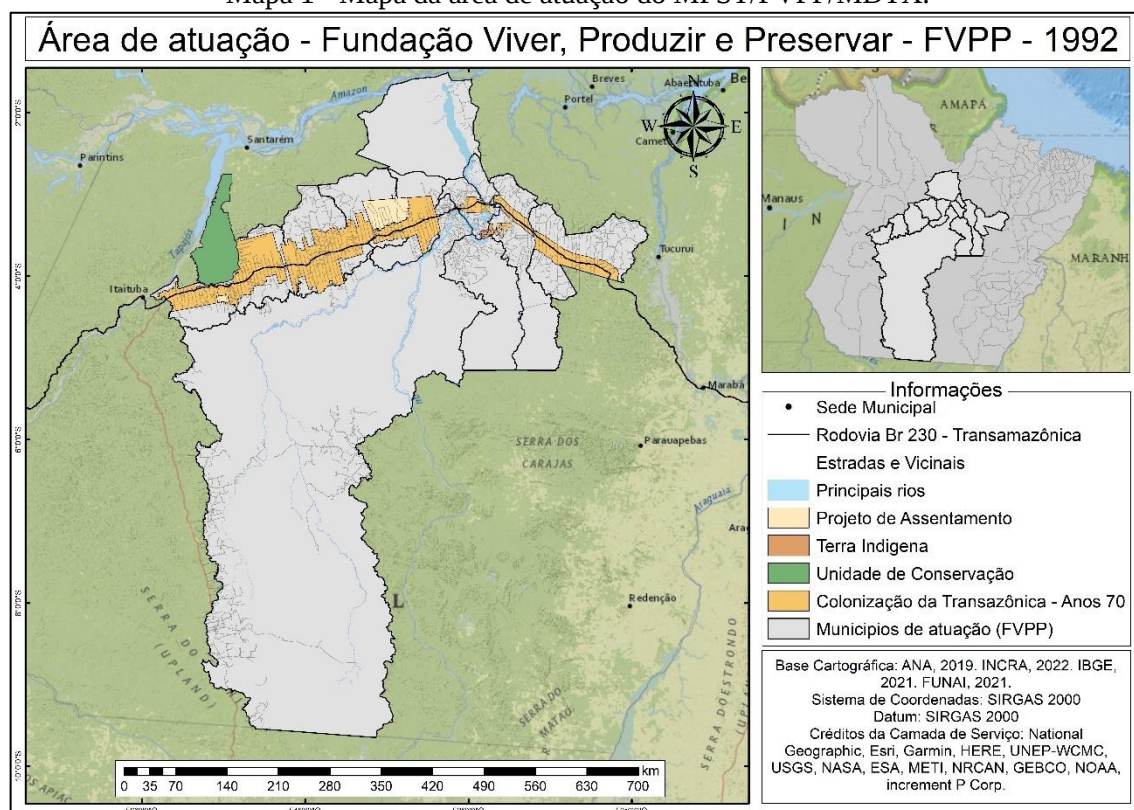
INTRODUÇÃO	16
METODOLOGIA.....	31
2.1 A TRANSAMAZÔNICA E XINGU: O ESPAÇO GEOGRÁFICO	34
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
CAPÍTULO 1: TRANSAMAZÔNICA: A HISTÓRIA DOS PASSOS EM BUSCA DE TERRA, ÁGUA, TRABALHO E DIGNIDADE	40
CAPÍTULO 2: DE MARABÁ A SANTARÉM: PASSOS DA RESISTÊNCIA E INÍCIO DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA - MPST	63
2.1 FÉ NOS PASSOS: PAPEL DA IGREJA NAS LUTAS POR DIREITOS	75
2.2. RESISTÊNCIA E ESPERANÇA: PASSOS PELA SOBREVIVÊNCIA LEVAM A BRASÍLIA.....	86
CAPÍTULO 3: VÁRIOS PASSOS E UM PROPÓSITO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	102
CAPÍTULO 4: PASSOS A CAMINHO DE OUTRAS RACIONALIDADES NA EDUCAÇÃO	138
4.1 ENTRE O CAMPO E A ESCOLA, TODO SABER IMPORTA	140
4.2 PASSOS RUMO À UNIVERSIDADE	156
CAPÍTULO 5: DIREITO AO CRÉDITO AGRÍCOLA, UM PASSO IMPORTANTE PARA PERMANECER NO CAMPO	162
CAPÍTULO 6: OS PASSOS CONTINUAM NA PRODUÇÃO DO CONTRAESPÇO: OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	179
6.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ATUALIDADE NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU.....	184
6.2 AS PROPOSIÇÕES E OS DESAFIOS ATUAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	188
6.2.1. Agrário e Fundiário	190
6.2.2. Educação e Cultura.....	194
6.2.3. Povos Indígenas.....	196
6.2.4. Povos Tradicionais	197
6.2.5. O Direito à Cidade.....	199
CONSIDERAÇÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS.....	204
BIBLIOGRAFIA.....	204
ANEXOS	213
ANEXO A - Relação dos documentos dos arquivos do movimento social da Transamazônica e Xingu, analisados para a tese:.....	214
ANEXO B - Participação em eventos dos movimentos da Transamazônica e Xingu e seus aliados	217
ANEXO C – Relação dos entrevistados para o estudo.....	218
ANEXO D – Cartilha do MPST sobre a mobilização regional na Transamazônica, 1991	225
ANEXO E – I Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica, 1991	226
ANEXO F – Convite do MMA/SCA ao ISA para realizar os estudos das áreas protegidas propostas pelo MDTX no Grito da Transamazônica, em 1999.....	247
ANEXO G – Ata das deliberações entre o MDTX e o MMA/SCA, 1999.....	248

INTRODUÇÃO

Nesse estudo analisa-se a trajetória de lutas do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) por direitos, desde seu surgimento em 1990 até os dias atuais. O MPST atualmente é conhecido pelo nome de Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), sua representação institucional, uma associação sem fins lucrativos, com sede na cidade de Altamira. A área delimitada para o estudo abrange o território de atuação central do movimento, compreendendo o trecho da Rodovia Transamazônica entre os municípios de Pacajá e Rurópolis ao longo da rodovia, e pelo rio Xingu, os municípios de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

O MPST começou suas mobilizações por direitos dentro da área definida como o PIC da colonização do INCRA, conforme ilustrado no mapa 1, a seguir. Mas não tardou a expandir essa luta no sentido Leste-Oeste da rodovia Transamazônica e para além das vicinais abertas pelo INCRA. Conforme o território foi sendo ocupado, novas articulações foram sendo construídas com outros movimentos e novas lutas surgiram nas estradas e nas margens dos rios.

Mapa 1 - Mapa da área de atuação do MPST/FVPP/MDTX.



Fonte: Arquivo FVPP, 2023

Nos registros da trajetória do movimento está parte significativa de minha vida. Minha família, migrantes mineiros, agricultores familiares de uma vida inteira, estava sendo apossada

pelos latifundiários do Norte de Minas Gerais que queriam “comprar de qualquer jeito” nosso pequeno pedaço de terra. Meus pais não viram outra saída a não ser vender e partir em busca de outras terras. Como já havia amigos e conhecidos morando no Pará, decidiram colocar todos os filhos, ainda pequenos, em um carro e partir, em 1977, rumo à Transamazônica. Depois de uma viagem de semanas chegamos na Agrópolis Brasil Novo, atualmente, cidade que leva o mesmo nome.

Não fomos os primeiros a chegar, por conta própria, nas vilas da rodovia em busca de terra para viver e criar os filhos e as filhas, muitas famílias já estavam nessa empreitada. Meus pais, com os poucos recursos que trouxeram, tiveram a oportunidade de comprar a terra daqueles que foram assentados pelo INCRA e que, diante das dificuldades iniciais, desistiram e decidiram regressar às origens. Mas, havia os que chegaram na mesma época e não tinham como comprar uma terra e encerrar assim a sina de migração, para esses havia ainda mais lutas.

Como filha de agricultores familiares migrantes, ingressei nos movimentos sociais muito cedo, convidada pelos padres e freiras que visitavam nossa comunidade na Vicinal da 14, em Brasil Novo, para as celebrações de missas. Nessas ocasiões também conversávamos sobre os problemas enfrentados pelos agricultores familiares: falta de escola; falta de acesso à saúde; estradas intrafegáveis e falta de crédito. Necessidades vivenciadas nos fundos das vicinais e/ou dentro das picadas na floresta, antes e depois da construção da BR 230.

A escolinha de chão batido e madeira rústica, construída pela própria comunidade, na vicinal da 14, em uma área cedida por um dos moradores, era o local onde aconteciam: educação, fé e política. Era nossa Comunidade Eclesial de Base (CEB), batizada de Sagrada Família. Ali aconteciam as aulas que eram ministradas por minha mãe, numa iniciativa voluntária de alfabetizar os filhos e todas as crianças da vicinal. Alguns anos mais tarde, o governo reconheceu como uma escola pública sob o nome de Santa Fé.

Na escolinha também havia encontros, reuniões, almoços comunitários, casamentos e batizados, sempre animados por padres e freiras. Logo que fiquei adolescente tive permissão da família para ir às reuniões fora da nossa comunidade. Nessa época aconteciam muitos eventos organizados pela igreja e sua Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos quais se discutia a importância de organizar os trabalhadores rurais e o movimento sindical.

Foi assim que comecei a participar da Pastoral da Juventude da Paróquia Corpo e Sangue de Cristo, da Delegacia Sindical de Brasil Novo e, mais tarde, de todas as mobilizações para a criação do MPST. Por causa dessa militância deixei a família no campo e passei a viver em trânsito, conforme as agendas do movimento social regional que se formava a partir das famílias e das CEB's da Prelazia do Xingu (atualmente Diocese do Xingu).

Foi nas formações da igreja que compreendi muito cedo que a Amazônia brasileira nunca foi uma “terra sem homens¹” e sem mulheres. A expansão da fronteira em direção ao Norte do país, promovida pelos governos militares com seus projetos de integração, desde 1940, trouxe milhares e expulsou outros milhares que aqui estavam: os povos indígenas². Demonstrando o governo com essa prática: de um lado, o papel que cabia à Amazônia dentro do planejamento político e econômico do governo central do país, e de outro, a institucionalização da violência aos povos originários dessa porção do território nacional, como parte dessa empreitada de desenvolvimento do estado-nação.

Esses e outros elementos vão somar na formação da sociedade amazônica até os dias atuais. Conforme já preconizado pelo geógrafo Ruy Moreira (2021a), a formação dessa sociedade está profundamente conectada com a produção desse espaço. Segundo esse autor, essa prática é longa já que “a constituição geográfica da sociedade brasileira nasce do processo de prévia disponibilização do espaço indígena estabelecido no correr dos três primeiros séculos da implantação colonial” (Moreira, 2021b, p. 137). É o arranjo desse espaço que vai definir a forma de convivência dessa sociedade tão diversa.

Milton Santos (2020), tratando da natureza desse espaço e sobre essa relação espaço e sociedade, nos fala do espaço racional, definindo-o como um mecanismo regido por um comando central que pretende garantir respostas adequadas às demandas de seus agentes. Indo mais além, destaca que nesse movimento de garantia do poder central a ordem global capitalista busca impor uma única racionalidade.

Ao longo desse trabalho, as reflexões estão permeadas pelo conceito de **espaço** na perspectiva definida por Milton Santos (2020). O espaço é um híbrido, formado pela união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. E claro, a ação dos sujeitos é que qualifica o espaço geográfico. É sobre essa produção espacial dos sujeitos em suas lutas por direitos, perante a ordem hegemônica, que se debruça nossa análise. O objetivo central é refletir sobre a relevância do papel desempenhado pelo MPST na busca por políticas públicas e

¹Expressão amplamente difundida pelo governo federal nos meios de comunicação no período de 1970 a 1975 para justificar os programas de integração da Amazônia brasileira ao restante do país e do mundo. No documentário: *Transamazônica: uma volta ao passado*, lançado em 2021, o cineasta Jorge Bodanzky traz um conjunto de jingles, camisetas, programas de rádio e tv, jornais e revistas nos quais o governo, ao fazer a propaganda de sua ação e conchamar o povo para vir para a Amazônia, reforça a teoria da terra sem homens, já que optou por ignorar a existência dos povos originários nessas terras.

² A expansão da fronteira agrícola na Amazônia do pós-64 implantou no Mato Grosso vários projetos de assentamentos e várias cidades se formaram sobre os territórios indígenas: Porto dos Gaúchos, em terras de índios beijos-de-pau; Canarana, Nova Xavantina e Água Boa, em terra dos Xavantes, Matupá em terra dos kreen-Akarore, Alta floresta em terra dos Apiaká, Juara e Novo Horizonte do Norte em terra dos Kayabi, Juruena e Cotriguaçu em terra dos Ribeaktsa. Na Transamazônica, na região do Xingu, a rodovia cortou as terras dos povos Arara, Xipaya e Curuaia. In: Fiorelo Picolo, O capital e a devastação da Amazônia (2006)

melhoria da qualidade de vida da população do campo, no território da Transamazônica e Xingu.

Trazemos a contribuição dos autores citados para auxiliar na reflexão sobre a ação do governo brasileiro na Transamazônica e a reação de uma parcela dos sujeitos que para cá vieram, ou já estavam, e de algum modo se sentiram constrangidos, excluídos pelo estado. Ao longo de décadas, ficou evidente, conforme defendido por Santos (2020), que as práticas econômicas, sociais e políticas do estado reproduziram, nessa parte do país, uma racionalidade centrada no poder vertical, conectada com as demandas do Mundo³ global capitalista. Um espaço hegemônico mediado pelo capital que privilegiou uns e excluiu muitos outros.

Envolvidos por esses ideais e seus próprios desejos e necessidades, em diferentes governos, milhares de migrantes: pequenos agricultores sem terra, sem trabalho, sem direitos, com fome e sede, oriundos ou não dos programas de colonização dirigida, chegaram à Transamazônica. Nesse mesmo tempo vieram também: empresas nacionais e internacionais, fazendeiros, grileiros e outros. Essa diversidade de sujeitos fortaleceu as iniciativas do governo, mas também produziu resistências aos seus interesses verticalizados.

O interesse do governo central do Brasil, e de outros países, na Amazônia foi resumido pela geógrafa Bertha Becker¹(1974) como um interesse pautado no alto valor dos recursos naturais existentes, o que permitiu que essa região fosse capaz de atrair inovações tecnológicas para o extrativismo, gerando efeitos difusores do desenvolvimento: capital, tecnologia e aumento da população. Persistindo no modelo de economia colonialista, que com o aprimoramento da técnica, tornou a exportação de matérias-primas mais intensa.

Paralelamente à extração dos minérios e das madeiras, os projetos agropecuários implantados por grandes empresas nacionais ou transnacionais também encontraram na Amazônia uma fronteira aberta. O acesso desses sujeitos a grandes extensões de terra se deu por compra, mas também por grilagem de terras devolutas, de reservas indígenas e das terras ocupadas por posseiros, muitos desses, antigos seringueiros, castanheiros, moradores das beiras dos rios.

Apesar de a floresta amazônica despertar interesses econômicos desde o império, quando as embarcações europeias percorriam os rios em busca de cacau (*Theobroma cacao*), cravo de casca (*Dicypellium caryophyllaceum*) e outras especiarias (cf. Rafael Chambouleyron (2008), muitos estudiosos consideram que foi a partir da coleta e comercialização do látex da

³ A palavra mundo escrita com M maiúsculo é usada por Milton Santos (2020) para identificar o mundo pautado na globalização econômica, cujo mercado formado pelas grandes corporações tomou para si a prerrogativa de ditar as regras para todos os lugares.

seringueira (*Bertholletia excelsa*) e das descobertas das utilidades da borracha natural que ela se projetou no mercado mundial capitalista.

Picoli (2006) reforça que a produção de borracha aumentou a partir de 1870 e o Brasil no período áureo dessa produção, de 1901 a 1910, liderou as exportações frente a outros países amazônicos, beneficiando seringalistas e grandes latifundiários. “De 1870 a 1910, a Amazônia recebeu entre 300 e 500 mil nordestinos que migraram para a região para servir de força de trabalho, especialmente na extração do látex” (Picoli, 2006, p. 28). Esses sujeitos acossados pelos conflitos fundiários continuaram migrando rumo ao norte do país.

Nessa migração contínua, o autor registra que com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o governo brasileiro ampliou a densidade do fluxo migratório, forçando esses trabalhadores a optar entre ir para a Itália lutar nas frentes de combate ou vir para a Amazônia extrair o látex das seringueiras na floresta como *soldado*⁴ da borracha, recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)⁵. Vale ressaltar que essa escolha era mais complexa, havia também outros elementos: a seca e a fome. Ou seja, nem sempre foi uma escolha.

Com essa mão de obra despachada para a Amazônia, o governo federal cumpria os acordos feitos com o governo dos Estados Unidos de ampliar a produção e exportação dessa matéria prima, demandada pelas indústrias americanas. Dessa forma, no trato relegado às regiões do país pelo poder central, fica visível que a Amazônia com seus vários estados era um espaço-estoque (Raimunda, 2021), uma fronteira de recursos ou regiões de novas oportunidades (Becker 1968), numa demanda do governo e aliados que parte do *centro* mais abastado em direção à *periferia*⁶ espoliada do país.

A contribuição dos nordestinos foi fundamental no enfrentamento à ordem hegemônica do capital e na construção da resistência que deu origem às diferentes organizações das populações do campo na Amazônia. Tudo isso fundamentado na longa história de luta por direitos do povo nordestino que antecede o Projeto de Integração Nacional (PIN). O livro “Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva”, publicado em 1964

⁴ Expressão cunhada pela Imprensa Oficial do Governo Federal como estratégia midiática, identificando os que se dispunham a ir para a Amazônia como soldados que iriam defender o desenvolvimento de sua pátria.

⁵ O SEMTA foi um órgão criado pelo governo central do país em 1942 para mobilizar e organizar a ida dos nordestinos para a Amazônia, extrair o látex das seringueiras na floresta. Esse serviço fazia parte do Departamento Nacional de Imigração de Getúlio Vargas, era sediado em Fortaleza no Ceará. Maiores informações consultar: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1943/5813.htm>, acessado em 15/05/2022

⁶ Bertha Becker denominou de *centro* as regiões do Sul e Sudeste, consideradas as mais desenvolvidas do país, no entorno das quais convergiam os recursos e as decisões políticas, e de *periferia*, o norte e o Nordeste, consideradas menos desenvolvidas, mais conflituosas e menos integradas ao restante do país, no caso do norte. BECKER, *As migrações internas do Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada*. Revista Brasileira de Geografia, ano XXX, nº 2, 1968.

pelo geógrafo Josué de Castro, é uma contribuição importante para qualificar a reflexão feita sobre o PIN.

A obra traz um registro valioso sobre o Movimento das Ligas Camponesas e o contexto vivido pelos trabalhadores rurais na região nordeste do Brasil. Relata os conflitos dos trabalhadores com os latifundiários, donos dos antigos engenhos de açúcar em Pernambuco e em outros estados, dando voz aos camponeses e suas lutas, desvelando no mesmo território: modelo econômico, opressão e resistência. Com os trabalhadores sempre migrou a resistência e na Amazônia ela se reencontrou com o mesmo modelo econômico e a opressão do Estado, fazendo surgir as mobilizações sociais.

Nesta tese, compreendemos o conceito de movimento social como manifestações coletivas de grupos organizados da sociedade por direitos. Redes solidárias que anunciam, denunciam, falam à frente (Alberto Melluci, 2001), aproximando do que é definido como movimento social pela socióloga Maria da Glória Gohn (1997): ações coletivas em busca de direitos, de caráter político e social. Além de retratar a trajetória das mobilizações sociais no Brasil, denominada por essa autora como *movimentos sociais*, buscamos construir o perfil desses movimentos existentes, desde os sindicais até os religiosos, incluindo os políticos partidários.

Vale ressaltar que essa expressão cunhada por Gohn não era usada antes pelos movimentos da Transamazônica em referência às suas práticas, a exemplo dos movimentos nascidos nas CEBs, aos quais os migrantes que formaram o MPST costumavam chamar de *caminhada*, numa perspectiva teológica em que todos e todas faziam parte de uma caminhada em busca de uma vida digna. “São 40 anos de caminhada, como é chamado o nosso movimento das CEBs, nessa travessia do deserto para chegar à terra prometida” (Wambergue, 2022, p. 16).

Outra expressão utilizada era *movimento sindical urbano e rural*, que continua sendo utilizada dentro das organizações sociais. A expressão movimento social, surgida nos meios acadêmicos, também passou a representar, para as lideranças e demais participantes de movimentos populares e sindicais, o nome que sintetiza esse conjunto diverso de mobilizações urbanas e rurais dos dias atuais dentro e fora das academias.

Analisar os movimentos sociais da atualidade também requer considerar algumas premissas definidas por Alfredo Falero (2014): os movimentos são processos sociais complexos e não são apenas produtos históricos de uma sociedade, são também produtores, geradores de conjunturas sociais históricas. Portanto, não pretendemos aqui esgotar as reflexões sobre o arcabouço semântico desse conceito, na verdade queremos acrescentar mais elementos a esse

debate, fazendo isto à luz da trajetória concreta de um movimento importante que se consolidou na região da Transamazônica e Xingu, o MPST.

Herrera (2012) reflete sobre a complexidade de se fazer nomeações definitivas para os sujeitos da Amazônia e suas práticas sociais e econômicas. Embora suas pesquisas aqui referenciadas tratem da produção agropecuária na Transamazônica, expressão escolhida por ele para denominar o conjunto dos agricultores pesquisados, concordamos com sua afirmação de que uma única expressão não será suficiente para representar a complexidade do agrário amazônico.

E mesmo que a academia siga elegendo uns conceitos e desqualificando outros, o escolhido será sempre parte do todo que se deseja tratar. Vale ressaltar que “os sujeitos se autodenominam de diferentes formas a depender de sua compreensão e do contexto em que estão inseridos” (Herrera, 2012, p. 120). Logo, expressões como: colono, fazendeiro, agricultor, pequeno produtor, produtor, meeiros, peão e outros, podem fazer sentidos diferentes para pesquisadores e pesquisados. A riqueza está em retratar a complexidade de maneira fidedigna.

As nomenclaturas que vão surgindo ao longo dos tempos estão relacionadas aos novos contextos sociais, econômicos e políticos. Os estudos de Gohn (2011) também acompanham a evolução política do país e o papel que vai sendo desempenhado pelos movimentos, em especial os urbanos, na política, na luta pelos direitos humanos, na economia solidária e, mais recentemente, nos movimentos do bem viver, bioeconomia, guardiões da floresta, movimento pelo clima e outras frentes de lutas por direitos.

As leituras feitas sobre o surgimento dos movimentos sociais no campo ou na cidade, a exemplo das ligas camponesas, o Movimento dos Sem Terra (MST), demonstram que esse momento é a catalisação de um conjunto longo de desigualdades sociais e violências. Ao falar do Nordeste explosivo, Castro (1965) se refere aos limites gerados pela espoliação e empobrecimento dos trabalhadores que produzem tensão e geram mais violência e mais pobreza.

Nessa direção, Manuel de Andrade (1973), ao recontar a história da ocupação da costa nordestina desde a invasão dos portugueses, holandeses e franceses, destaca a condição de escravo dos povos indígenas e negros. Tudo isso para gerar as riquezas buscadas pelos colonizadores, numa prática perpetuada por seus descendentes e calcada na trilogia baseada no latifúndio, no monocultivo e na escravidão. O autor não trata diretamente dos levantes dos excluídos nessa obra, mas sua acurada escrita historiográfica sobre a ocupação da terra no nordeste explosivo, no século XX, deixa entrever de onde eles virão.

O Nordeste, assim como outras regiões do Brasil, seguiu seu modelo de concentração fundiária e exploração; os descendentes dos senhores de engenho não eram mais os donos de seus trabalhadores, mas continuaram sendo os donos da terra. Com a queda da economia açucareira nordestina em função da exploração de outras riquezas, a exemplo dos garimpos no Sudeste brasileiro, o usineiro virou pecuarista e para essa atividade já não precisava mais de tantos braços.

Parte dos moradores são expulsos das terras dos engenhos. Andrade (1973) relata que foi dessa luta dos foreiros, dessa gente que ficou sem direitos, é que surgiram inúmeras manifestações nos engenhos que resultaram em conquistas, mortes e migrações. Nessa sina de migrar em busca da sobrevivência, muitos oriundos dessa geração chegaram na parte paraense da Transamazônica.

Esse cenário nordestino que reuniu as oligarquias rurais e suas práticas de exploração dos trabalhadores, somado às secas persistentes, aumentou a pobreza e a busca por um lugar onde a sobrevivência pudesse ser garantida. Segundo Becker (1974), essa realidade moveu o governo central do país na busca de soluções. Picoli (2006), no entanto, faz uma abordagem mais crítica sobre a atitude do governo ao afirmar que foi através da transferência dessas massas de despossuídos e marginalizados que o governo dos militares passou a visão de que estaria fazendo reforma agrária, quando na verdade o papel desses migrantes era “oxigenar” os grandes projetos econômicos, por meio de sua força de trabalho.

Segundo o autor, no período dos governos, de 1964 a 1985, dezenas de empresas transnacionais e nacionais⁷ se estabeleceram na Amazônia com diferentes atividades, todas tendo direito a milhares de hectares de floresta. Picoli (2006) relembra que a população da Amazônia Legal Brasileira aumentou consideravelmente em um curto espaço de tempo. De pouco mais de 3,6 milhões de habitantes em 1960, chegou a 18,7 milhões em 1996, ultrapassando 23 milhões, já em 2005. Um povoamento alimentado pelo estímulo à ocupação desse território com tantas riquezas e uma multidão em busca delas, com chegadas em tempos distintos e acessando a região e seus recursos de diferentes formas, com ou sem a participação e regulação do estado.

⁷ Empresas como: Projeto Jari S/A, Suiá-Missu, Codeara, Georgia Pacific, Brunynzeel, Robim Mac Glolm, Toyamka, Volkswagen, Atlântica Boa Vista, Bamerindus, Bradesco, Swift, Supergasbrás e várias outras. Mais de 600 empresas foram estimuladas e/ou apoiadas para desenvolver seus empreendimentos na Amazônia. In: PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. (2006),

O Programa de Integração Nacional (PIN), criado através do Decreto 1.106 de junho de 1970⁸, interligando a Amazônia ao restante do país, a partir da construção de rodovias e de um programa de colonização agrícola dirigida, trouxe migrantes de todas as regiões do Brasil para habitar o bioma amazônico. O discurso dos militares era fortalecer a soberania nacional sobre o quase desconhecido território amazônico e assim acessar de forma mais aprimorada as riquezas, somando a isso a busca de soluções para os conflitos fundiários nas várias outras regiões do país.

Essas constatações também são reforçadas por Pere Petit (2003). Ao tratar da migração de milhares de camponeses para a Amazônia, este autor registra que o discurso do presidente Garrastazu Médici na reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1971 deixou claras tais intenções:

[...]Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. [...] Constatado que, por falta de uma infraestrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do País. [...] o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia [...]. O Nordeste não permite, sem um dispendioso esforço de irrigação, níveis de renda adequado à sua grande massa populacional (citado por Petit, 2003, p. 87).

Assim, para desafogar parte das tensões do campo e impulsionar as condições para a busca das riquezas da Amazônia, além de abrir estradas era preciso contar com mais braços. que, sequiosos de um pedaço de terra para sua sobrevivência, chegaram pelas rodovias abertas na floresta. Na sua grande maioria, na condição de migrantes desterritorializados pelo capital (Picoli, 2006). O governo preferiu mover os pobres a (re)discutir a ocupação latifundiária no Nordeste e Sudeste do país, onde as oligarquias rurais possuíam forte participação na política vigente da época. Logo, seguir a marcha rumo ao Norte era imperativo para os planos dos militares.

Nessa nova ordem estabelecida pelo governo militar para a Amazônia brasileira, o novo Decreto Presidencial incluiu entre os bens da União: “toda terra devoluta nas rodovias e trechos definidos no decreto, estando elas criadas, em criação, ou planejadas” (Alvarez, 2020, p.123). Segundo esse autor, com essa definição mais de 70% do território amazônico brasileiro é submetido ao controle da União, ficando o governo central do país com o direito de agir na Amazônia sem necessidade de anuência dos governos estaduais.

⁸ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-norma-pe.html>. Acesso em 01 de setembro de 2023.

Esses atos revelaram o poder da política nessa integração complementada pela força econômica que trouxe os investimentos públicos e privados nacionais e internacionais. Sobre essa integração, Herrera (2012) nos lembra que o formato coercitivo empregado pelo governo e aliados nessa ação submeteu os lugares a uma dinâmica imposta pelo capital hegemônico. Isso gerou reações. Contudo, para além das decisões verticalizadas, criação de órgãos, construção de estruturas, o que movimentou o PIN foram os migrantes que chegaram em busca de uma terra.

No conjunto desses importantes corredores que deram vazão à ocupação dirigida pelo governo, na Amazônia, a rodovia Transamazônica foi uma das mais expressivas: com distribuição de lotes de 100 hectares, criação de agrovilas com infraestrutura básica para os migrantes cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre 1970 e 1974. As cidades de Itaituba, Altamira e Marabá foram os centros principais dessa parte da colonização comandada pelo INCRA. No entorno dessas três cidades se estabeleceu a colonização dirigida que abrigou uma parte significativa desses sujeitos.

Para compreender as origens dos conflitos é preciso ainda lembrar que a Amazônia já era o principal destino desses sujeitos antes mesmo de o governo central se preocupar com o assunto. Otávio Velho (2009), em seus estudos sobre campesinato de fronteira, migração e o papel do capitalismo nessa construção, destaca que os planos dos governos, em especial dos militares, para a Amazônia, sempre tiveram uma conexão com o campesinato nordestino.

De acordo com o autor, o campesinato de fronteira que existia na Amazônia, por volta de 1970, era formado pelas *correntes espontâneas*⁹ que migraram impulsionados, sobretudo, pela abertura da rodovia Belém-Brasília, ocupando parte do Maranhão e o Sul do Pará. Mas, na direção noroeste, a migração vinha do centro sul para Rondônia e o Acre. A outra frente decorria da *corrente da colonização planejada*¹⁰ da Transamazônica, entre os rios Xingu e Tapajós, trazendo pessoas de todas as regiões do país, sobretudo do sertão nordestino. Mas sobre a última, Otávio Velho (2009) tinha dúvidas quanto à capacidade de execução dos planos do INCRA.

O autor ponderava que talvez um apoio à migração espontânea fosse mais eficiente que a colonização de massa prevista no PIN. Complementa ainda que, embora a classe dominante do Nordeste sempre tendesse a ser contra qualquer transferência em massa de população (pois assim perderia mão-de-obra), as grandes secas ajudavam a quebrar essa resistência, pois em tais

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Grifo do autor.

casos a migração por vezes tornava-se um “mal menor”, em face do potencial explosivo da situação (Velho, 2009, p. 166).

Os objetivos do Governo brasileiro com a construção da Transamazônica estão bem registrados na obra de pesquisadores como Bertha Becker, Fiorelo Picoli, Otávio Velho, Jean Hébette, Violeta Loureiro e Pere Petit. Os objetivos dos militares era ocupar o território amazônico para ampliar o acesso às florestas, à terra, à água, aos animais e minérios, aliviando as tensões sociais de outras regiões do país e disponibilizando uma mão de obra para os investimentos do capital. Mas os objetivos dos que para cá migraram eram diversos:

- Os que vieram embalados pela propaganda de terra farta e feliz aceitaram o convite do INCRA e acreditaram nas suas promessas. Para muitos desses um pedaço de terra em um lugar em que chovia todo ano era o sonho construído na *caminhada* católica. Na pesquisa feita pelas lideranças das CEB da Prelazia do Xingu em 1988, os nordestinos constituíram a maior parte desse grupo.

- Os que não foram transportados pelo governo, em sua grande maioria, vieram mesmo assim, também buscando dignidade. Muitos convidados por amigos e parentes que por aqui já estavam.

- Havia também os que sonhavam com a sobrevivência e queriam um trabalho. Vozes silenciadas e ignoradas nos planos governamentais de ocupação da Amazônia.

- Os que estavam interessados em estabelecer novos negócios também chegaram, convidados ou não pelo governo. Nesse grupo estavam os fazendeiros e grileiros que queriam tanta terra quanto pudessem possuir, não importando se nela habitavam indígenas, ribeirinhos ou posseiros.

- As empresas nacionais e transnacionais que estavam interessadas na exploração dos minérios, madeira e tudo mais que a paisagem pudesse oferecer como lucrativo.

Toda essa gente que chegou com as estradas encontrou aqui outros que chegaram antes: povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas. Esse diálogo não foi amistoso. Desde que rasgou a floresta para construir a Transamazônica, o governo atravessou o território de várias etnias: Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara. Até hoje esses povos buscam reconhecimento por seus territórios. Da mesma forma, as localidades dos ribeirinhos e quilombolas foram sendo cotidianamente invadidas por fazendeiros, madeireiros e os enfrentamentos aconteceram.

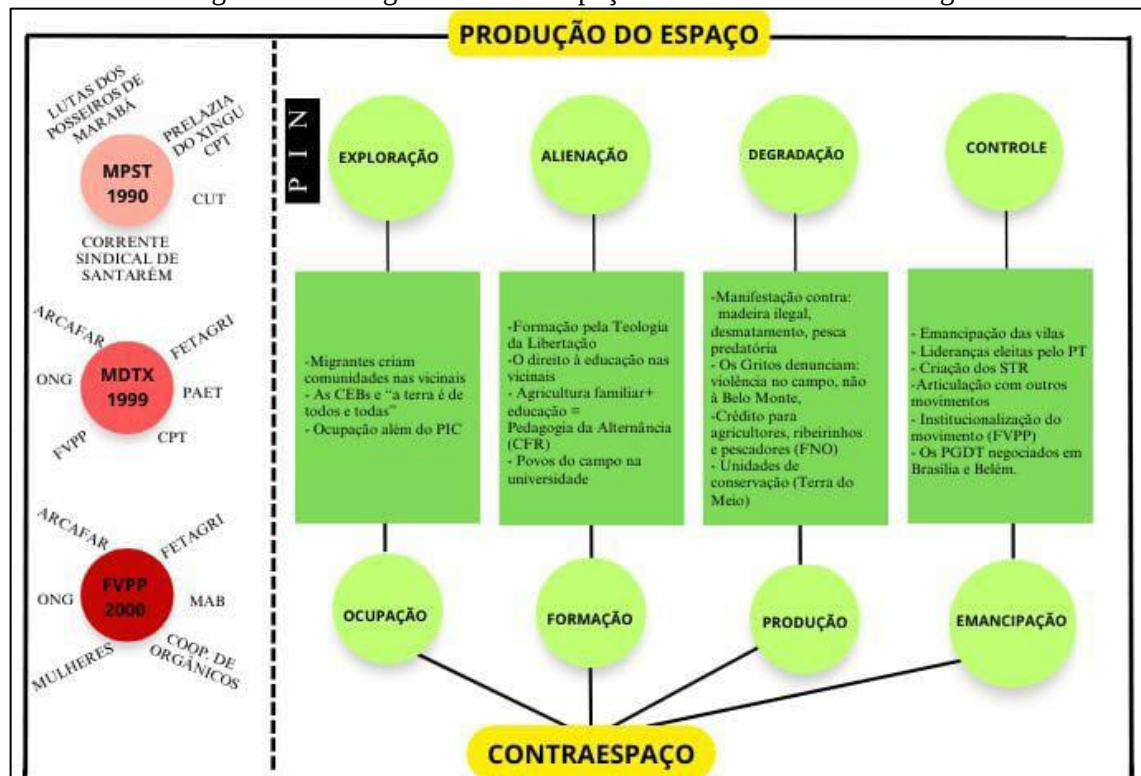
Na estratégia de implantação do PIC, na Transamazônica, o INCRA assumiu o comando do assentamento dos migrantes e o governo central, em conjunto com a SUDAM, bancos, órgãos públicos, cuidou de subsidiar com recursos e outras benesses os fazendeiros e o empresariado interessado em fazer negócios. A racionalidade intencional dos governantes e

agentes econômicos (Santos 2020) planejou o PIC, mas a cota da imponderabilidade se fez presente na produção de outros espaços. Nessa linha de frente estavam os movimentos sociais com seus contraespaços.

Diante do exposto, retomamos o objetivo central desse estudo que é analisar o papel desempenhado pelo movimento social, em particular o MPST, na formação e transformação do Território da Transamazônica e Xingu, a partir de evidências do contraespaço produzido ao longo dos anos em suas lutas por direitos. A categoria **contraespaço** aqui utilizada foi cunhada pelo geógrafo Ruy Moreira (2021a) e se refere ao movimento produzido por uma parcela dos sujeitos, dentro do espaço racional quando “[...] uma parte das forças sociais da sociedade civil dele excluída aos poucos disso se apercebe [...] e é compelida a intervir num levante de questionamento e projeto de derrubamento da ordem de espaço prevalecente” (Moreira, 2021a, p. 212).

Nessa perspectiva, defendemos a tese de que as ações estabelecidas pelo MPST e seus parceiros e aliados produziram ao longo da história, na Transamazônica e Xingu, o contraespaço à produção espacial hegemonicamente proposta nas estratégias verticais de ordenamento regional. Essa reação dos sujeitos está permeada pela contrariedade aos pilares dos modelos de desenvolvimento na Amazônia que seguem centrados na “persistência de políticas de caráter elitista, patrimonialista e voltados especificamente para a acumulação de capital” (Loureiro, 2009, p. 21). Na figura abaixo ilustramos o espaço produzido com seus pares dialéticos em tensão e os sujeitos que questionam a ordem estabelecida.

Figura 1 - As origens do contraespaço na Transamazônica e Xingu



Fonte: Elaborado pela autora, Altamira, 2023

Na trajetória dos passos dados por esses sujeitos partimos da reação à percepção do abandono, estudamos a formação e as ações realizadas pelo MPST desde sua origem até as lutas do tempo presente nessa região. Objetivando aprimorar a compreensão quanto aos impactos da conformação do contraespaço estudado, organizamos o texto desta tese, além da introdução e das conclusões, em 6 capítulos a saber:

O primeiro capítulo traz a voz dos migrantes, suas origens, os motivos para migrar e a jornada até chegar à Transamazônica. Nessa parte também está registrada a relação desses sujeitos com o INCRA, órgão responsável pelo assentamento das famílias no PIC. Foi dessa relação, às vezes constrangida pela representação do governo central, que nasceram a insatisfação e os levantes de muitos pelas promessas não cumpridas. Mas nesses levantes também está a voz dos que vieram por conta própria e dos que aqui já estavam antes da estrada chegar. É essa profusão de vozes diversas que vai formar o MPST e outros movimentos sociais nessa região e em toda Amazônia Brasileira. O enfrentamento às desigualdades sociais geradas pelo capital está no cerne das mobilizações desses sujeitos. Segundo, David Harvey (2018), aquilo que, “nos tempos de Marx, era um sistema econômico dominante em apenas uma pequena parcela do mundo, hoje, recobre a superfície terrestre com implicações e resultados

espantosos” (Harvey, 2018, p. 13). Todavia, vale ressaltar que as práticas capitalistas hegemônicas também são confrontadas no mundo inteiro.

No segundo capítulo tratamos das origens da formação dos movimentos sociais nessa região. As mobilizações iniciadas na região de Santarém, por volta de 1975, unindo o povo da estrada (Transamazônica e BR 163), dos rios e do planalto santareno em uma luta sindical, influenciaram o surgimento do MPST, alguns anos depois. Outra influência veio da região de Marabá, com as lutas dos posseiros pelo direito à terra no enfrentamento à violência no campo cometida pela grilagem. No amálgama dessa construção em um território vasto e de sujeitos diversos, está a igreja católica com suas CEB's. Nessa parte do texto apresenta-se a trajetória de formação do MPST e os marcos dessa consolidação enquanto um movimento social regional, retomando a voz dos entrevistados e os documentos históricos encontrados nos arquivos dessas organizações.

No terceiro capítulo, passamos a fazer um recorte para as ações do movimento social da Transamazônica. O foco são as questões ambiental e fundiária, bandeiras de luta que se fortaleceram ao longo dos anos dentro do MPST/FVPP. Nessa parte do estudo são analisados os exemplos de contraespaço do movimento e seus aliados. Aqui estão os acontecimentos desde a apresentação das proposições iniciais do I Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT), com a construção de viveiros e roças agroecológicas, passando pelas denúncias de extração ilegal de madeira e a proposição do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, em Altamira, até as lutas pela não construção da Barragem de Belo Monte, no Rio Xingu.

Não estão registradas aqui todas as lutas empreendidas pelo MPST/FVPP/MDTX em torno do tema ambiental e fundiário. Fizemos um recorte nas proposições e eventos realizados que sintetizam o perfil de atuação desse movimento. Sendo a produção do contraespaço uma forma de levante e questionamento ao espaço dominante, os movimentos enfrentaram as contrarreações do estado e de seus aliados. Essas contrarreações tiveram uma gradação que foi do diálogo e negociação ao assassinato de lideranças dos movimentos sociais.

O quarto capítulo segue nas análises dos exemplos de contraespaço, focado no campo da educação – uma bandeira de luta cara aos movimentos sociais até os dias atuais. Aqui também fizemos um recorte de duas experiências do MPST/FVPP sobre o assunto: primeiro, a formação de professores das escolas do campo pelo Projeto Gavião, a partir de 1992, como parte da proposta do I PGDT que elaborou uma pauta ampla, incluindo desde a infraestrutura até a formação de professores, passando pelo acesso ao ensino superior como condição de avanço nesse setor.

A outra experiência analisada está relacionada à proposição, pelo movimento, das Casas Familiares Rurais (CFR), cujo início se deu na Transamazônica em 1995, em Medicilândia. Por meio dessa proposta, os movimentos sociais e seus parceiros provocaram o estado a pensar mudanças na política pública da educação básica para o campo. Ao longo do capítulo estão resumidos alguns registros da evolução dessa experiência e os diálogos que o movimento social da região buscou estabelecer com o governo para reconhecer e sustentar as CFR com a participação efetiva dos movimentos sociais na sua condução política e pedagógica. Também está registrado nesse capítulo como o debate sobre a Pedagogia da Alternância, enquanto sistema político-filosófico de base das CFR, chegou à Universidade Federal do Pará (UFPA) e influenciou na formação dos cursos superiores dirigidos às populações do campo, numa parceria com os movimentos sociais.

O quinto capítulo trata da bandeira do crédito agrícola. As manifestações que compõem o contraespaço estudado incluem desde os primeiros levantes dos migrantes que questionaram o crédito dirigido do PIN (arroz, cana de açúcar, pimenta) e o papel desempenhado pelos agentes econômicos, até a proposição da adequação do Fundo Constitucional do Norte (FNO). Tudo isso numa articulação em rede com outros movimentos estaduais e nacionais. Os Gritos do Campo, Grito da Amazônia e Gritos da Terra Brasil são exemplos de manifestações públicas dos movimentos sociais do campo que levaram para as ruas, praças e sedes dos governos a pauta unificada das populações do campo, em cujas reivindicações estava o crédito para agricultores, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas e outros esquecidos durante os investimentos públicos para o campo, águas e floresta.

A sexta e última parte desse estudo faz um apanhado dos movimentos sociais da atualidade na região da Transamazônica e Xingu. Duas questões foram estabelecidas para guiar a produção desse registro: quem são os movimentos sociais na atualidade na região e quais os desafios e proposições em que estão envolvidos? Adotamos como estratégia metodológica a participação em vários eventos regionais organizados pela FVPP e FETAGRI envolvendo agricultores familiares, povos indígenas, população ribeirinha e movimentos de bairros urbanos para identificar esses novos sujeitos e suas lutas. Também realizamos entrevistas com lideranças da FVPP e de outros movimentos sociais de atuação regional e local sobre suas mobilizações e pautas de reivindicação nos últimos 5 anos nessa região.

METODOLOGIA

*A quem sirvo com a minha ciência?*¹¹

Na realização dessa tese, a abordagem qualitativa foi a base do percurso metodológico. Antonio Chizzotti (2003), ao tratar das orientações filosóficas dessa abordagem, registra que ela segue uma orientação filosófica dialética que valoriza a contradição dinâmica por meio da qual o pesquisador é convidado a despojar-se de seus preconceitos assumindo uma atitude aberta a todas as manifestações que observa. Isso inclui, sobretudo, a percepção de que “os pesquisados são sujeitos que elaboram conhecimentos, produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam” (Chizzotti, 2003, p. 83).

A dialética como o fio condutor para pensarmos as contradições e as transformações da realidade (Konder 2008) permeia a construção desse trabalho. As leituras que abordam a relação do governo central do país com a Amazônia ao longo de décadas mostram que essa dinâmica de gestão vertical suscitou reações entre os sujeitos que viviam nessa parte do país. Esses produziram suas espacialidades, contestando o espaço oficial estabelecido, mas também dialogaram com esse mesmo governo na busca por direitos. Dessa forma, esse estudo é uma leitura em movimento da realidade na Transamazônica e Xingu e suas transformações a partir das ações dos movimentos sociais, em específico, a partir da trajetória do MPST.

Ao conjunto dos procedimentos metodológicos relatados mais adiante, soma-se também a minha participação no MPST desde sua fundação: a participação desde a adolescência nas mobilizações nas ruas e praças, reuniões e elaboração de projetos com o governo e mais tarde como membro na direção da FVPP. Tudo isso ajudou a registrar a evolução das ações desse movimento na região da Transamazônica e Xingu, seus desafios, suas conquistas e perdas.

Concordamos com Paulo Freire (1971), quanto à importância de refletir sobre o caráter político da atividade científica para que o fruto de nosso labor acadêmico não alimente mais desigualdades. Nessa direção, Loureiro (2009) nos lembra que o aprimoramento da técnica e todos os estudos econômicos potencializaram a ação do capital na Amazônia gerando violências irreparáveis, afinal “é inegável que a ciência, apesar de todos os benefícios gerados, é a mãe do modelo hegemônico e tem zelado por ele de forma exemplar.” (Loureiro, 2009, p. 200).

Reitero que nesse estudo está resguardado o zelo acadêmico com que busquei empreender essa jornada. Mas o que vivi e aprendi dentro do MPST e da FVPP também está costurado na trama desse texto. Para isso fiz uso das inúmeras agendas, cadernos, vídeos,

¹¹ Pergunta do educador Paulo Freire, durante sua palestra sobre alfabetização na Tanzânia, em 1971. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participativa**. São Paulo, 1999.

relatórios, fotografias que acumulei ao longo dos anos. Registros do cotidiano do movimento e da minha vida de militante.

O MÉTODO

Nesse estudo defendemos a tese de que a participação dos movimentos sociais, em especial o MPST/FVPP e seus parceiros e aliados, foi/é fundamental nas transformações sociais ocorridas na Transamazônica e Xingu. Nesse sentido, fez-se o estudo do espaço em movimento, em um esforço de materializar os elementos e variáveis do contraespaço produzido pelo MPST. Não fizemos a escolha de um único método científico para conduzir as análises. Buscamos a partir de um arranjo de autores compreender as origens, a evolução e os impactos das ações do MPST/FVPP. Nessa empreitada, partimos da dialética marxista e seu conceito de totalidade, compreendido por Konder (2008) como a estrutura significativa, proporcionada pela visão de conjunto da realidade. Assim, para entender o que fazem os movimentos sociais na Transamazônica e Xingu foi preciso conectar essas lutas com a conjuntura social, política e econômica em que elas estão inseridas, mas sem estabelecer afirmações definitivas, pois “a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (Konder, 2008, p. 36).

Nessa jornada passamos por Henri Lefebvre (2013) e sua teoria do espaço, fundamentada também nos estudos que ele fez sobre a obra de Marx: *Arrancar la mascara de las cosas* (Lefebvre, 2013, p. 137) e expor as relações sociais que elas escondem foi considerado por Lefebvre um dos grandes feitos da teoria marxista. Isso veio ao encontro dos estudos de Lefebvre sobre a complexidade de analisar o espaço, para quem *El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un produto cualquiera entre los productos: mas bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistência y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos)* (Lefebvre, 2013, p. 129). Assim, sua tríade de conceitos sobre o espaço: vivido, concebido e percebido, auxiliou nossa análise sobre os passos dados na construção do MPST, formado por sujeitos que, mesmo sendo parte de um projeto concebido pelos militares, com seu viver cotidiano nas CEB's, se deram conta de sua realidade desafiadora e reagiram a isso.

Seguindo nas reflexões, iluminamos a análise da prática social do MPST/FVPP/MDTX e seus resultados, considerando os estudos do espaço geográfico feitos por Milton Santos (2020) que, concordando com a teoria de Lefebvre sobre a complexidade do espaço geográfico, aprofunda-se nesse campo e desvela um conjunto de conceitos objetivando compreender melhor o espaço, sempre na perspectiva de que os sujeitos são capazes de mudar a realidade opressora que se abateu sobre a sociedade desde que o capitalismo hegemônico chegou a todos os lugares. “Pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se

paralelamente contrarracionalidades” (Santos, 2020, p. 309). E, por último, o conjunto dessas insurgências, nesse estudo protagonizadas pelo MPST/FVPP, guarda uma relação direta com o conceito de contraespaço formulado por Ruy Moreira (2021a) para explicar o papel desempenhado pelos sujeitos que buscam construir outras racionalidades dentro do espaço hegemônico que os exclui.

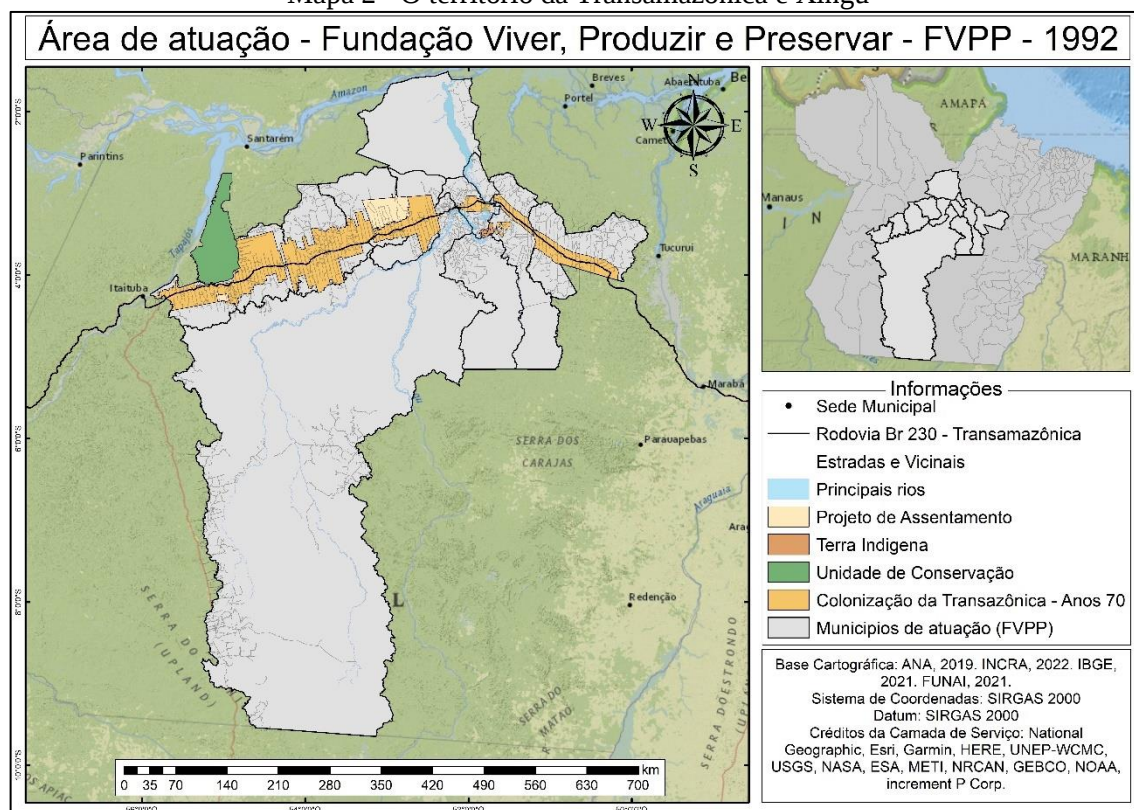
Segundo Turra Neto (2011), é comum a Geografia recorrer às metodologias utilizadas em outros campos do conhecimento, como a Antropologia, a História, a Sociologia e a Educação. Especialmente, porque esses, há mais tempo que a Geografia, têm seu foco de estudo nos sujeitos sociais. Nesse estudo, os movimentos sociais são compreendidos como parte de um conjunto de sujeitos em movimento na sociedade. Os vários estudos sobre esses fenômenos que ocorrem nas sociedades de diferentes povos, das manifestações nos fundos das vicinais às revoluções internacionais, demonstram o poder imaterial dos grupos sociais em sua produção espacial.

O contraespaço produzido pelo MPST em suas lutas por direito na Transamazônica e Xingu constitui o objeto de pesquisa nesse estudo. Contudo, em suas orientações sobre a construção do objeto de pesquisa, Turra Neto (2011) traz as ponderações de Jacques Marre (1991) quanto à existência do caráter de provisoriade na construção de um objeto de pesquisa. Segundo ele, o pesquisador enfrenta no percurso desse exercício dúvidas e obstáculos, sendo necessárias retificações para que ele esteja coerente com os desejos manifestos inicialmente, bem como com a metodologia escolhida para se obter as respostas aos questionamentos propostos.

A ação do MPST, como como foco desse trabalho, demandou um recorte temporal que parte de seu surgimento em 1990 até os dias atuais. Contudo, foi ainda necessário fazer um recorte nas ações a serem analisadas, priorizando as questões ambientais e fundiárias, crédito e educação. E dentro dessas, os marcos considerados mais relevantes na fala dos entrevistados e nos documentos estudados nos arquivos dos movimentos. Todavia, Turra Neto (2011) é enfático ao afirmar que, embora se façam ajustes e aprimoramentos metodológicos, estaremos também fazendo escolhas. Logo, essa apreensão da totalidade real não será alcançada. Em síntese, nessa perspectiva, “os discursos que a pesquisa constrói sobre a realidade são os discursos possíveis e seus limites são dados pelas formas de conduzir a pesquisa, que permitiram a emergência de certas informações e não de outras” (Turra Neto, 2011, p. 343-344).

2.1 A TRANSAMAZÔNICA E XINGU: O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Mapa 2 - O território da Transamazônica e Xingu



Elaborado pela autora. Altamira, 2023

A expressão Transamazônica e Xingu utilizada nesse trabalho é uma definição criada pelos movimentos sociais dessa região para a área que compreende os municípios de Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá, ao longo da rodovia Transamazônica, e nas margens do Xingu: Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz, conforme identificado no mapa 02. O MPST, desde seu surgimento em 1990, já tinha em cada um desses municípios um núcleo de articulação formado por professores, sindicalistas e leigos das pastorais católicas. A elaboração do I Primeiro Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) tem ações propostas para esses 11 (onze) municípios. Esse espaço geográfico também faz parte da circunscrição eclesiástica da Prelazia do Xingu¹²; em cada município existe uma paróquia formada por dezenas de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nascedouro dos levantes que formaram o contraespaço do MPST.

Esse recorte não tem uma relação direta com a cartografia oficial das regiões do estado do Pará. Trata-se de um território de luta dos movimentos sociais iniciado pelo MPST. Vale ressaltar que nesse território existe uma expressiva agricultura familiar em busca de

¹² Maiores informações em: <http://cnbbn2.com.br/06-nov-um-ano-de-mudancas/> acessado em 07/10/2023.

consolidação, milhares de hectares de florestas transformados em unidades de conservação, várias terras indígenas, conflitos fundiários permanentes alimentados pela grilagem e não regularização ambiental e fundiária das terras, além de um movimento social expressivo com lutas regionalizadas no campo e na cidade.

A força das mobilizações tem logrado manter o reconhecimento desse espaço geográfico e conquistas regionais a exemplo da ampliação da área de atuação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Transamazônica e Xingu (PDRSX)¹³ prevista inicialmente para os municípios de Altamira e Vitoria do Xingu e ampliada para Anapu, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas. Contrariando os construtores da barragem de Belo Monte que defendiam o conceito de atingidos referindo-se apenas às pessoas que morassem nos dois municípios no entorno da obra, entidades como FVPP, FETAGRI, MAB, Movimentos de Mulheres reivindicaram a inclusão dos demais municípios, consolidando a defesa dos movimentos de que toda Transamazônica e Xingu seria afetada direta e indiretamente por Belo Monte. A FETAGRI Transamazônica e Xingu tem esses mesmos municípios como uma de suas regionais de atuação. Reivindicar políticas públicas a partir de ações regionalizadas é uma prática dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada estrutura-se como uma pesquisa de natureza básica, clássica, “que objetiva contribuir [...] para a compreensão sobre os fatos e fenômenos observáveis” (Silva Casarin e José Casarin, 2012, p. 30). Nesse caso, a ação dos movimentos sociais. Para dar conta da abordagem qualitativa assumida na pesquisa se fez necessário escolher diferentes procedimentos metodológicos que contemplaram: escutas individuais e coletivas, leituras de documentos dos arquivos da FVPP, participação em eventos organizados pela FVPP, FETAGRI e outros, além do estudo de uma bibliografia que trata das ações do Estado brasileiro na Amazônia e o impacto disso na vida das populações, bem como de autores que abordam as reações desses sujeitos, derivadas da ação, ou da inação, dos governos nessa região.

Nessa pesquisa uma importante contribuição foi proporcionada pela participação no projeto *Memórias dos 50 anos de colonização da Transamazônica*¹⁴ que está em curso numa parceria entre as instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal do Pará

¹³ Maiores informações em: <https://www.pdrsxingu.org.br/institucional/pdrsx/> acessado em 07/10/2023

¹⁴ O projeto recebe apoio da Secretaria Estadual de Cultura do Pará SECULT e faz parte de uma emenda parlamentar do deputado federal do PT/Pará, Aírton Faleiro.

(UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e os movimentos sociais: FVPP, FETAGRI e sua rede de organizações vinculadas na região de Altamira, Marabá e Itaituba. Como membro da equipe de pesquisadores foi possível viajar por vários municípios da Transamazônica realizando essa coleta de informações em conjunto com outros pesquisadores. O objetivo geral do projeto é:

Por meio de um processo participativo, que valorize o saber local e, em combinação com o acúmulo técnico científico, promover ampla produção sobre a temática dos 50 + 50 que sirva como um marco histórico, tanto para registrar fatos e processos vividos como para apontar um cenário de futuro que fique como legado para as novas gerações em suas relações econômicas, sociais, políticas e na sua convivência com a natureza, tendo as artes como veículos de navegação no passado, no presente e no futuro dos povos originários, populações, tradicionais, colonos e população urbana. (FVPP, 2023, p. 04)

Um dos objetivos específicos do projeto 50+50 é produzir livros que abordem, a partir de uma coletânea de artigos, o que foi o projeto de colonização dirigida nessa parte da Amazônia nas últimas cinco décadas. Três livros estão sendo escritos: Xingu, Tapajós e Tocantins, privilegiando os acontecimentos e o envolvimento dos movimentos sociais no entorno de cada uma dessas bacias hidrográficas. Em função das restrições sanitárias da pandemia da Covid-19, os trabalhos de campo só puderam começar em fevereiro de 2022, atrasando o calendário. Também foram realizadas mostras de artes visuais (cinema e fotografia), feiras e festivais com premiação focados nos registros da memória dos 50 da Transamazônica. A outra metade do projeto é focada nos próximos 50 anos, a ser trabalhada por meio de seminários regionais abertos para discutir proposições necessárias ao futuro das populações nas bacias do Tapajós, Xingu e Tocantins.

Conforme mencionado, a produção desse estudo aconteceu em etapas. A primeira delas foi a leitura de autores que tratam do tema Amazônia, desenvolvimento, migração e movimentos sociais. Dentre esses Bertha Becker, Fiorelo Picoli, Jean Hébette, Pere Petit, Porto Gonçalves, Violeta Loureiro, Otávio Velho, Rafael Chambouleyron. Além disso, foram lidas teses e dissertações que tratam de mobilizações sociais nessa região da Transamazônica e Xingu, dentre essas: Marcel Padinha, Wellington Alvarez, Alcione Meneses, Francivaldo Conceição, Carla Rocha, Mario Hennen, Raimunda Monteiro, José Antônio Herrera, José Queiroz Neto, Elisa Stronioli e vários outros dentro e fora da geografia.

Uma segunda etapa foi a reconstrução da trajetória do MPST realizada a partir da leitura dos documentos existentes nos arquivos dos movimentos sociais, especialmente os com sede em Altamira. Essa leitura incluiu os documentos-chave: atas de assembleias do movimento;

panfletos de eventos; projetos coletivos de desenvolvimento; planos de desenvolvimento local e regional elaborados pelo movimento, com destaque para o I e II Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica PGDT; memórias de audiências entre as lideranças e o governo; relatórios de eventos; notícias sobre a ação do movimento e seus parceiros e aliados. Utilizamos também outros registros como fotografias e vídeos dos arquivos da FVPP, FETAGRI e de outras organizações a eles vinculados.

O foco na leitura foi conhecer a trajetória de construção das reivindicações em prol das populações do campo, das cidades e vilas da Transamazônica e Xingu. Os registros impressos também mostraram as estratégias de articulação, mobilização, as proposições ao longo dos anos e os passos dados pelos movimentos sociais nas suas reivindicações.

Realizar uma leitura qualificada desse material exigiu o registro de forma objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo existente nessas comunicações. Técnica definida por Gil (2017) como análise de conteúdo. De acordo com Chizzotti (2003), “o objetivo dessa técnica é compreender criticamente o sentido dessas comunicações, os conteúdos manifestos ou latentes, as significações explícitas ou ocultas” (Chizzoti, 2003, p. 98). Ao longo desse estudo, a leitura contou com alguns procedimentos de análise como: identificar a origem; tipo e autores; o que tratam em linhas gerais; o que denunciam; o que informam; propõe; a quem estão endereçados e o contexto circundante a essa produção escrita. As pautas dos Gritos são exemplos de documentos estudados.

De acordo com Leticia Tura (1996), os Gritos do Campo, desde 1991, surgiram inicialmente para denunciar a violência contra os trabalhadores rurais e o abandono das populações camponesas. Essas mobilizações reuniram milhares de trabalhadores a partir de seus STR apoiados pelas pastorais católicas. Em Belém, ocupavam ruas, praças e repartições públicas para denunciar, apresentar suas reivindicações e pressionar as autoridades governamentais. Hébette (1997) reforça que o exemplo de acampamentos feitos pelo MPST na Transamazônica contribuiu para que os Gritos do Campo ampliassem sua escala. “Daí surgiram as mobilizações chamadas Gritos da Amazônia, que levaram a organização a ampliar os limites geográficos e organizativos de suas lutas” (Hébette, 1997, p. 125). Nessa caminhada escalar dos Gritos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) o Movimento dos Sem Terra (MST) passaram a liderar no âmbito nacional os Gritos da Terra Brasil.

Após a leitura de todos esses documentos, o passo seguinte foi organizar as informações sistematizadas por blocos: histórico do MPST, educação, crédito agrícola, questões ambientais e fundiárias e o movimento na atualidade. A cada bloco de informação se juntavam a transcrição

das entrevistas, depoimentos e as imagens pertinentes. Esses blocos foram os pontos fortes da tese na definição da estrutura dos capítulos.

A terceira etapa foi a realização de entrevistas. As vozes aqui registradas foram captadas por meio de entrevistas abertas, com um roteiro flexível, para organizar a conversa que incluiu conhecimento e participação no MPST, conquistas e desafios desse movimento. As entrevistas contemplaram diferentes grupos: lideranças que ajudaram a formar o MPST, lideranças do MPST que estão no parlamento e/ou em órgãos de governo, lideranças que ajudaram a formar o MPST e seguem na direção da FVPP, lideranças atuais da FVPP. Também foram entrevistadas lideranças dos movimentos locais dos municípios ligados à FVPP e migrantes de vários municípios da área da pesquisa, na Transamazônica e Xingu, envolvidos diretamente ou não nas mobilizações do MPST. Nessa etapa acompanhamos a agenda do projeto *Memórias dos 50 anos da Transamazônica* pelos municípios. Todas as entrevistas utilizadas estão arquivadas em audiovisual formato mp4 e foram autorizadas, oralmente e por escrito, pelos entrevistados e disponibilizadas em uma plataforma digital de acesso livre¹⁵. A pedido dos entrevistados seus nomes reais foram mantidos nas transcrições utilizadas ao longo desse documento, respeitando a defesa feita por eles e elas de que são mais que informantes de sua própria história.

A escuta dessas narrativas para o Projeto Memória dos 50 anos da Transamazônica foi realizada individualmente ou em rodas de conversa com agricultores migrantes do início da colonização, lideranças mais antigas e atuais, homens e mulheres, moradores do campo e das cidades, participantes, ou não, de diferentes movimentos sociais, em vários municípios integrantes do recorte espacial desse estudo, definido entre os municípios de Pacajá e Rurópolis, ao longo da rodovia BR 230, no Pará.

A construção metodológica, no que diz respeito à escuta dos migrantes, foi inspirada no trabalho realizado por César Souza (2012) que percorreu a Transamazônica ouvindo diferentes vozes sobre os impactos da rodovia na vida das pessoas ao longo dos anos. Segundo ele, mais do que um projeto econômico, “a Transamazônica foi um projeto de governo, ou de imagem para o Brasil que teve um papel ímpar na construção do consenso a favor da ditadura” (Souza, 2012, p. 52). Mesmo não discordando de sua afirmação, reiteramos que muitos dos que chegaram na região não tinham informações claras sobre essa estratégia governamental e outros tantos ao tomar conhecimento não concordaram e reagiram a ela. Assim sendo, a história de

¹⁵ <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

meio século de existência da Transamazônica está entrecortada pelas lutas dos movimentos sociais.

Sobre a importância de escutar os registros da memória, Ecléa Bosi (1979) defende que se trata de uma maneira de resgatar as camadas da população excluídas da história, reiterando, no entanto, que essa memória também sofre influências diversas ao longo de sua construção. Segundo essa autora, os acontecimentos políticos, por exemplo, quando afetam um grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento. Ou seja, a memória dos migrantes e lideranças dos movimentos sociais que contribuíram para essa pesquisa reúne sua perspectiva individual sobre os acontecimentos, mas também expressa uma construção coletiva que reúne outras vozes em sua narrativa.

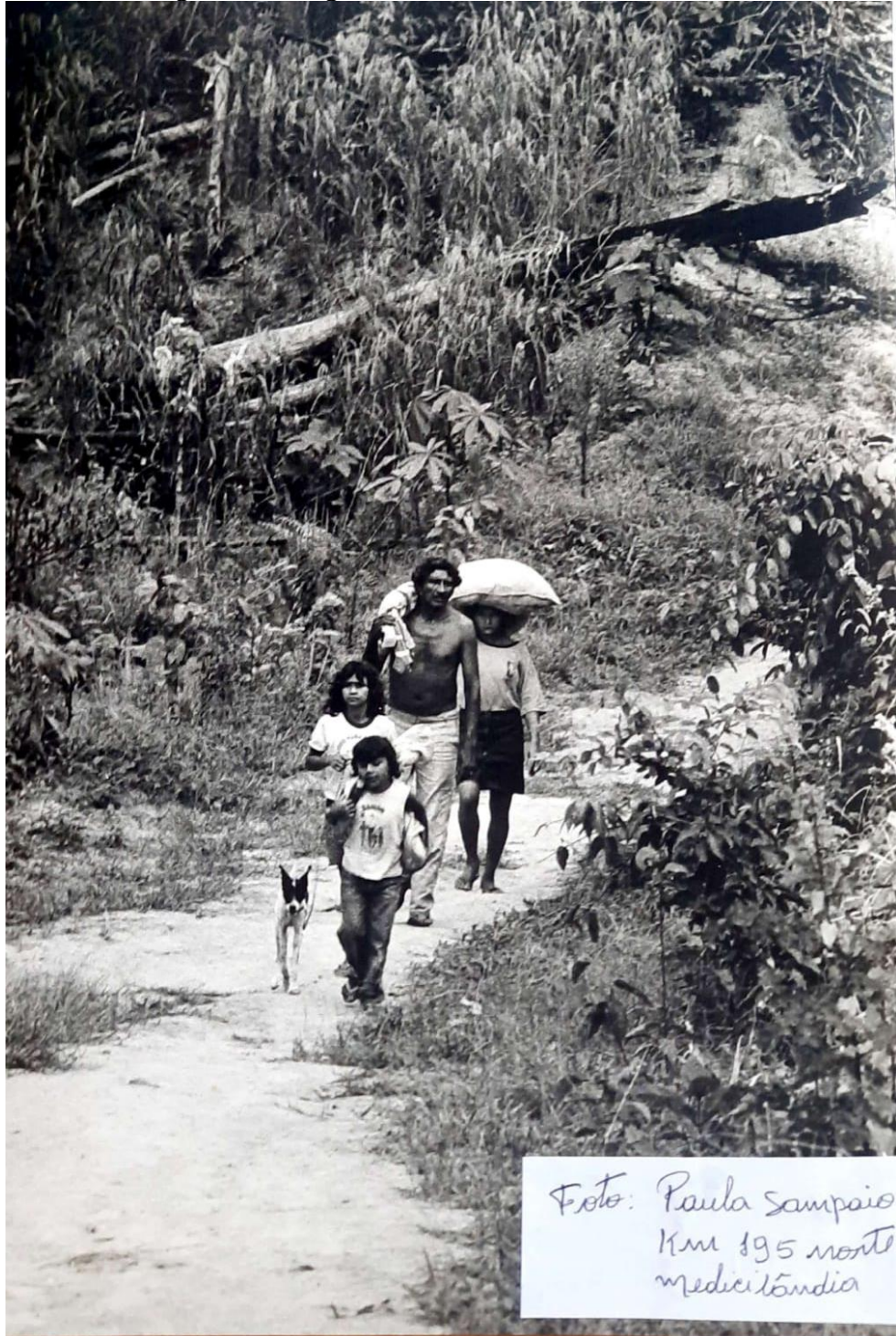
Uma quarta etapa realizada ao longo do trabalho foi a participação em eventos regionais realizados pelos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu, como a FVPP, FETAGRI, movimentos de mulheres, entre outros. Um desses eventos foi o *Seminário do Futuro*, ocorrido em Altamira – evento de três dias que foi parte do Projeto Memórias dos 50 anos da Transamazônica. Depois de falar das memórias dos 50 anos da Transamazônica em atividades da primeira parte do projeto, a segunda parte tratou da perspectiva dos movimentos sociais para os próximos 50 anos. Este evento, cujo objetivo foi ouvir as proposições dos movimentos para os próximos 50 anos na região, foi aberto aos movimentos sociais do campo e da cidade. As proposições, em seu conjunto, além de serem entregues aos governos, irão compor o livro do futuro da Transamazônica.

Mais de 500 pessoas estiveram presentes: representantes dos agricultores familiares, sindicatos urbanos, associações, cooperativas, quilombolas, povos indígenas, populações atingidas por Belo Monte, extrativistas, organizações de bairros e representantes de governo. Além dos debates e trabalhos de grupo sobre o futuro, aconteceram atividades culturais, feiras de exposição e comercialização de produtos das organizações. Os seminários do futuro aconteceram nas cidades de Altamira, Marabá, Rurópolis e Santarém. Diante de todas essas informações coletadas e sistematizadas sobre o MPST/FVPP, foi necessário fazer um recorte sobre o que analisar com mais atenção, à luz das categorias escolhidas. Nessa direção, a recorrência dos assuntos na fala dos entrevistados e nos documentos pesquisados levou-nos a definir o percurso de interpretação a partir das três bandeiras de luta; crédito agrícola, educação e questões ambientais e fundiárias. Ainda assim, foi necessário fazer novos recortes e escolher quais grupos de ações e fatos contribuíram para a produção do contraespço do MPST.

CAPÍTULO 1

TRANSAMAZÔNICA: A HISTÓRIA DOS PASSOS EM BUSCA DE TERRA, ÁGUA, TRABALHO E DIGNIDADE

Figura 2 - Família de agricultores migrantes do Nordeste na vicinal 95 Norte, Medicilândia, 1990



Fonte: arquivos FVPP. Foto Paula Sampaio, 1990.

O contraespaço é dialético e se estabelece no passo a passo das lutas, entre avanços, recuos e contradições. Para compreender os motivos que moveram/movem os movimentos sociais, a exemplo do MPST, desde o seu início em 1990, a confrontar a ordem estabelecida, começamos pelos protagonistas do primeiro passo, os sujeitos. Para isso foi preciso ouvir os migrantes que participaram de sua formação. Vozes constrangidas que trazem suas bandeiras de luta, realizam manifestações coletivas para denunciar a exclusão, elaboram planos, apresentam, reivindicam e negociam junto aos governos as suas proposições. “*Sujeitos que ocupam um lugar, uma posição na construção de sua identidade social*” (Dominique Maingueneau, 1998, p. 93).

Ainda sobre a importância de olhar adequadamente os sujeitos, Lefbvre (2013) critica a visão homogênea (e até ingênua) que muitos teóricos tinham/têm do espaço social; segundo ele, essa visão falseia a realidade e “[...] *arrastra una convicción engañosa en que las ‘cosas’ tienen más existencia que el ‘sujeto’, su pensamiento y sus deseos* (Lefbvre, 2013, p. 88). Nessa direção, todos os que migraram para a Transamazônica e os que aqui estavam são vozes que falam de um lugar e exprimem uma diversidade de desejos. É na busca da realização desses desejos que dão seus passos na luta por meio da qual manifestam sua discordância do espaço hegemônico.

Ao criar o grande território da Amazônia Legal, na região Norte do país, em 1950, o Governo central deu a largada para um conjunto de iniciativas de ocupação da Amazônia: criou órgãos como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, substituída pela SUDAM, em 1966. Instituições responsáveis pelos investimentos a serem feitos nessa parte do país, beneficiando, particularmente, o empresariado (Picoli 2006).

Nesse mesmo período construiu as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, ambas com o intuito de implantar um corredor que ligasse a Amazônia às demais regiões brasileiras. Mas, foi a partir de 1970, com a criação do PIN, que as ações de colonização se intensificaram: ao INCRA, criado em 1970, coube a tarefa de coordenar a distribuição da terra e assentar os migrantes nos programas de colonização ao longo das rodovias (Bertha Becker 1979).

Os sujeitos que caminharam rumo à Transamazônica, transportados ou não pelo Governo central brasileiro, foram parte de um conjunto diverso de homens e mulheres do campo e da cidade, dos quatro cantos do país, com várias razões para migrar. Numa jornada de períodos distintos chegaram a uma terra com desafios já conhecidos e outros nem tanto. Reconstruir essa memória a partir da fala desses migrantes é necessário para entender os motivos que levaram à criação do MPST e suas práticas de mobilização que seguem por mais de três décadas. É preciso

ouvir os diferentes migrantes, dentre esses, aqueles e aquelas que ajudaram a construir e manter o movimento ao longo dos anos.

Uma primeira pergunta é: de onde veio toda essa gente que chegou na Transamazônica? Dos mais distintos lugares do país, em especial do Nordeste. Sobre como se deu o auge da colonização dirigida do PIN, na parte da Transamazônica compreendida entre Marabá e Itaituba, no oeste paraense, existem diferentes abordagens. De um lado, a voz que ecoava mais alto era a do governo federal e de seus aliados com sua perspectiva ufanista do “Brasil grande, do milagre econômico.”

De outro lado, outras vozes: a da imprensa (nem tão livre na época), às vezes crítica aos planos do Governo central e às vezes complacente e expectadora dos fatos, dos pesquisadores e intelectuais que estudam o assunto, e a voz dos próprios migrantes. Essas abordagens não são excludentes, mas necessárias à compreensão do complexo espaço geográfico produzido por diferentes sujeitos até os dias atuais. Nessa parte do texto, o foco será a voz dos migrantes, os registros orais e escritos de sua produção espacial.

Nesse conjunto de narrativas, o passado recontado se mescla com o presente na voz dos sujeitos. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (Benjamim, 1987, p. 201). O pernambucano de Garanhuns, Alexandre Lima, de 92 anos, morador do lote que recebeu do INCRA, às margens da Transamazônica, no município de Pacajá, ainda lembra do frenesi, por ocasião de sua chegada, no PIC Altamira I, em 1971:

[...] era gente de Pernambuco, Ceará, Alagoas e do Rio Grande do Norte. No dia que eu cheguei veio três voos do Pernambuco com 150 pessoas cada, veio três voos do Rio Grande do Norte, três voos do Ceará, era só o avião descendo e voltando para buscar novas famílias e saíram espalhando gente de Altamira até depois daqui dessa região chegando no Arataú que era a divisa de Altamira com Marabá.¹⁶

Os números de famílias migrantes não são precisos nem mesmo nos registros do INCRA. Boa parte dessa gente que veio na mesma época que Alexandre fugia da seca e da fome no sertão nordestino. Muitos trabalhadores migraram sozinhos ou com suas famílias, rumo à Transamazônica, atendendo ao chamado do Governo federal para ocupar a “Terra Sem Homens.” Mesmo depois de meio século longe do Nordeste, as lembranças da seca ainda estão vivas na memória de Alexandre Lima:

¹⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Pacajá, no dia 08/02/2022, Arquivo audiovisual em formato mp4. Disponibilizado em: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

[...] teve um tempo que passou sete anos sem chover. Ninguém via uma folha verde em canto nenhum, tudo seco, parecia que tinha passado um fogo, água com 12 a 20 quilômetro. Saudade de lá tenho não, só dos conhecidos, me dê um mundo pra eu voltar pra lá que eu não vou. Eu sofri muito com seca, plantei roça ano a ano e daí batia a seca e você via aquela lavoura acabar, toda vida gostei muito de trabalhar. Via roça grande começando e o sol bater em cima e tudo se acabar. Um dia andando na roça vendo aquele sofrimento, aquela lavoura se acabando, eu pedi a Deus que me mostrasse um lugar ao menos que chovesse, parece que Deus me ouviu, eu saí de lá com coragem pra chegar aqui e ficar.¹⁷

Para Alexandre e vários outros nordestinos, nada era mais desafiador que a seca e a falta de perspectivas de melhoria em suas vidas. Migrar era sinônimo de sobreviver. Apesar da seca não ter saído de suas memórias, faz questão de ressaltar que na terra que chovia também tinha sofrimento (malária, pium, abandono). “O dom do narrador é contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira” (Benjamim, 1987, p. 221). Assim, na longa conversa com os migrantes o ritmo da conversa e o tempo dedicado foi decidido por cada um desses que narraram suas trajetórias e a de outros que com eles chegaram nessa região.

Outros agricultores, vivendo realidades bem distintas da relatada pelo pernambucano Alexandre, também decidiram atender ao chamado de Médici e embarcar com toda família para o norte do país. Foi o caso da família de Valdir Ganzer, gaúchos de Iraí. Na entrevista que Valdir Ganzer deu ao jornalista Tito Barata em 2000, relatou que a família tinha terra com plantações de soja, de arroz, feijão, tinha porcos, aves e muitas frutas. Mas o pai decidiu vender tudo e vir para a Transamazônica com os 10 filhos, na expectativa de que todos os filhos adultos conseguissem um lote. De acordo com Valdir a propaganda do governo era eficiente:

[...] o governo vendia a ideia de um eldorado. O mote era: Amazônia: uma terra sem homens para homens sem terra. Mostravam lotes pavimentados, pessoas sorrindo, estrutura para plantio, apoio técnico, casas, viveiros e tudo mais. Era, naturalmente, uma propaganda enganosa. Nossa família vivia bem em Iraí. Nos cadastramos, vendemos tudo e ficamos aguardando o chamado do INCRA. Chegamos aqui em outubro de 1972.¹⁸

O pai de Valdir pensava no futuro dos filhos que mais tarde constituiriam família e a terra de 10 hectares do Sul já não seria mais suficiente para tanta gente. Assim, a fartura de terra propagandeada pelo governo e o apoio oferecido no convite aos migrantes pareciam algo muito

¹⁷ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Pacajá, no dia 08/02/2022, Arquivo audiovisual em formato mp4. Disponibilizado em: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

¹⁸ Entrevista concedida por Valdir Ganzer ao jornalista Tito Barata e publicada no Jornal Liberal em junho de 2000. Texto original repassado via e-mail por Valdir Ganzer em fevereiro de 2022.

bom. Diante disso, vender tudo e mudar para o Norte se apresentava para esses agricultores como o mais acertado.

Mas das regiões Sul e Sudeste vieram também os que tinham vontade de ter sua própria terra, dentre esses, muitos trabalhadores do campo empregados e explorados pelas grandes fazendas. Os que sempre venderam sua força de trabalho em troca da sobrevivência eram chamados de “peões do trecho”, sempre receberam pouco ou quase nada por seu trabalho, nas diferentes regiões do país. Esses sujeitos viram na propaganda de colonização da Amazônia, feita pelo governo, uma chance de cultivar sua própria terra fugindo do jugo dos patrões. Moacir Feiteiro, um agricultor da cidade de Barrinha, no interior de São Paulo, que chegou em Medicilândia, em 31 de outubro de 1972, com a família, foi um desses. Segundo ele:

[...] a palavra de ordem em São Paulo naquela época de 1970 era trabalhar. Foi a época que as indústrias estavam se implantando no interior de São Paulo. Eu era boia fria, trabalhava na roça cortando cana pegava o pau de arara 6 horas da manhã e voltava 6 horas da tarde. Junto com alguns companheiros de trabalho chegamos à conclusão de que se a gente quisesse ter um pedaço de terra para fugir dos usineiros que eram perversos, a gente só tinha uma saída: vir para essa Transamazônica.¹⁹

Para Moacir, a razão para migrar não era a seca e nem a terra pequena, mas a concentração fundiária e o trabalho análogo à escravidão em que vivia no sudeste do país. E mesmo sem ter nenhum conhecimento sobre a Amazônia, ele e seus amigos ponderaram que não poderia ser pior que a vida que levavam como boia fria dos usineiros paulistas. Neste contexto, houve aqueles que vieram fugindo da concentração de terra, da seca e da fome, mas não suportaram o sofrimento²⁰ dos anos iniciais na Transamazônica e regressaram para sua terra de origem.

Alexandre, o pernambucano de Garanhuns, durante a conversa, na frente de sua casa que dá para a rodovia BR 230, lembra e estende o braço apontando em várias direções onde moravam os conterrâneos que vieram na mesma época que ele: “esse povo depois de quatro anos quando apareceu gente da Bahia comprando os lotes com mais um pouco ou nada, trocando em carro velho, esse pessoal sumiu todinho”²¹. Os que sonhavam em possuir uma terra

¹⁹ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 02/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

²⁰ Alexandre relata que os surtos de malária na região compreendida entre Pacajá e Anapu dizimaram famílias inteiras, lembra que quando chegou, todas as mulheres grávidas nesse trecho que contraíram a doença morreram. O socorro do INCRA, com as estradas intrafegáveis por causa do inverno longo e rigoroso, sempre chegava tarde.

²¹ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Pacajá, no dia 08/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

e vieram por conta própria foram os compradores desses lotes. Nessa época, a colonização oficial já tinha arrefecido sua atuação, mas a migração não dirigida, e nem apoiada, pelo governo central do país, crescia a cada dia.

Entre os que chegavam sem o apoio do governo, mas movidos pela propaganda da “terra sem homens”, estavam aqueles que seguiam uma trajetória de migração com várias paradas em busca de uma terra, começando pelo Maranhão de onde foram expulsos pelos fazendeiros, grileiros e outros latifundiários. Conforme destacado por Picoli (2006), a chegada de posseiros, peões, vaqueiros e tantos outros desempregados tornou-se um cotidiano nas cidades e vilas dessas rodovias, todos buscando na Amazônia, com suas estradas, uma nova alternativa de melhorar de vida. Esse também foi o desejo da família do agricultor e agente de saúde de Pacajá, Manoel Neto:

[...] meus pais são maranhenses, vieram solteiros para o Goiás e lá se conheceram e casaram e tiveram 11 filhos. Daí ficou difícil viver lá, viemos para Araguatins no Tocantins, antes era Goiás. Saímos de novo, chegamos em 1971 em Marabá, ficamos lá até 1975 e fomos expulsos pelos grileiros fortes, aí chegamos em Pacajá que era município de Portel, no dia 10 de outubro de 1975, na vicinal 232 Marabá-Altamira, onde meu pai tirou uma terra que temos até hoje, meu pai já é falecido.²²

Essa saga contada por Manoel Neto foi a de muitas famílias que caminharam do Nordeste rumo ao Goiás, depois para o Tocantins e por último para o Pará (Hébette 2000), sempre parando em terras de onde eram desalojados pelos “grileiros fortes”. Para não morrer de fome ou de bala, o jeito era continuar caminhando. Foi a partir do Maranhão que também começou a trajetória de migração da agricultora Antônia Silva Lima e sua família, sempre em busca da sobrevivência. Atualmente é moradora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, no Anapu:

[...] a gente veio do Maranhão pra Santarém, moramos dois anos em Santarém, depois fomos pra Itaituba onde moramos treze anos, de Itaituba a gente veio embora pra Rondon do Pará. Um dia surgiu uma história que aqui no Anapu se juntava dinheiro com cambito, diziam que aqui tinha muito serviço, muito emprego, e tava começando a levantar o Anapu, tava começando aqui. Aí nós viemos pra cá, para o Anapu, mas foi um sofrimento nossa vinda, a gente ficou sem casa pra morar, isso foi em 2000. Meu marido sempre trabalhou na roça, mas não tínhamos terra, era sempre agregado.²³

²² Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Pacajá, no dia 05/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

²³ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Anapu, no dia 08/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

A fala de Antônia Silva reforça as constatações de vários autores (Hébette, 2000; Monteiro, 2021; Picoli, 2006) de que sempre existiu na Amazônia uma expressiva força de trabalho à disposição das demandas econômicas do capital. Nesse conjunto estavam os trabalhadores que extraíram látex e coletaram castanha nas florestas da bacia do Xingu e do Tapajós. Os garimpeiros que arrancavam ouro dos barrancos dos rios no Pará e Mato Grosso. Os trabalhadores que derrubaram florestas no Pará, Rondônia e Mato Grosso para formar pastagens para as grandes fazendas de pecuária. E aqueles que adentraram a floresta em busca de árvores centenárias para alimentar as dezenas de madeireiras espalhadas por todos os Estados amazônicos. Todos esses sujeitos estão presentes nas raízes dos levantes contra a ordem hegemônica estabelecida na Amazônia. Na tessitura dos movimentos sociais está a luta contra a espoliação garantida pela existência permanente do “exército industrial de reserva” (Picoli, 2006, p. 187).

A chegada de Antônia Silva Lima e sua família, em busca de terra, no Anapu, mais de duas décadas depois que a colonização dirigida pelo INCRA havia encerrado sua atuação, também demonstra que a ocupação da terra em partes da Transamazônica ainda segue em curso, em um processo moroso de acomodação e de gestão precária por parte dos governos, pautada por conflitos fundiários e violência no campo.

Mas nem todos que aqui chegaram vieram inicialmente em busca de terra. Antônio Alexandre de Melo, mais conhecido como Pernambuco, morador da beira da rodovia, no município de Medicilândia, era empregado da construtora Queiroz Galvão. Especialista em terraplanagem, foi designado pela empresa para compor a equipe que iria construir parte da rodovia. Chegou na Transamazônica no dia 28 de outubro de 1970. A esposa ficou em Altamira com os filhos. Indagado sobre suas memórias dessa época, relembra os fatos que ficaram marcados para ele:

[...] a gente trabalhava 15 dias dentro do mato, a gente ia trabalhando e mudando o acampamento pra beira dos rios, naquela época era tanta picada de pium que a pele da gente parecia couro de jacaré. Era muita praga... chovia muito. Quando chegamos no 75 tinha uma aldeia de índios, mas tinha só os barracos, os índios sumiram, acho que era porque naquela época a gente derrubava uma castanheira, um jatobá, estrondava de 10 a doze quilômetros, acho que os índios pensavam que o mundo vinha se acabando... nunca encontramos índios. Nunca fomos atacados, essa vantagem tivemos.²⁴

²⁴ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Medicilândia, no dia 10/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

A fala de Pernambuco ilustra os desafios enfrentados na floresta desconhecida, mas principalmente, de acordo com Picoli (2006), reproduz a forma como os povos indígenas foram invisibilizados pelo PIN, sob o comando de um governo que subjugou esses povos considerando-os indignos de serem donos de seus próprios territórios, numa definição atroz de que a região passaria a ser considerada habitada somente a partir da presença dos colonos. Isso corrobora o relato de Moreira (2021b) que as terras indígenas no Brasil foram sempre arrebatadas dos povos originários, em nome do progresso decidido pelo governo central do país.

Segundo Pernambuco, foi em 1971 que o INCRA começou a abrir as vicinais e deu início ao assentamento de colonos, segundo ele: *antes não existia dono, era tudo solto*. Os colonos vieram de todas as regiões do Brasil, ele também lembra que muitos não aguentaram as dificuldades iniciais na nova terra: “No 105²⁵ mesmo tinha uns gaúchos que venderam os dois lotes por um rádio velho [...]. O povo era maltratado pelo pium, abandonado, e mesmo o INCRA dando um salário para quem vinha [...], muitos largaram o lote e foram embora.”

Depois que terminou o trabalho na terraplanagem da rodovia, Pernambuco decidiu ficar por aqui e relata que, na base da amizade com funcionários do INCRA, conseguiu que eles dessem a ele um dos lotes abandonados, já que empregados das empresas não podiam ser assentados. Foi assim que virou agricultor e trouxe os parentes do Nordeste para morar e trabalhar com ele. Aos 83 anos ainda vive no mesmo lote que recebeu do INCRA.

Na diversidade de motivos para migrar estava o sonho de melhorar a renda da família com uma terra maior e fugir dos conflitos com o latifúndio no sudeste do país. A família de José Geraldo Torres, que veio do Espírito Santo para Medicilândia, em 1979, e ainda vive na mesma propriedade que comprou há mais de 40 anos, é uma dessas. A propaganda do governo foi eficiente e alcançou todos os estados. Conforme destacado por César Souza (2012), estava inserido na estratégia dos militares criar a imagem do Brasil desenvolvido e uma opinião favorável ao golpe praticado em 1964.

Segundo José Geraldo, por volta de 1970, a situação no interior do Espírito Santo também não era boa para os pequenos agricultores, além dos conflitos com os fazendeiros, as políticas públicas eram precárias no campo. Onde moravam, por exemplo, não tinha energia elétrica e nem outros investimentos governamentais necessários para melhorar a vida dos pequenos:

[...] nós tínhamos uma pequena terra no meio de um latifúndio. Três fazendas que nos cercavam e um desses fazendeiros era muito perigoso, matava gente, um dia ele matou um pai e um filho numa briga por um arreo; o gado entrava

²⁵ O 105 é o nome de uma vicinal que fica no município de Medicilândia, no sentido do município de Uruará.

na nossa terra, o fogo que ele colocava pra limpar os pastos entrava na nossa terra, as formigas que a gente matava na nossa terra vinham da fazenda dele, aí criou um certo desânimo e nós estávamos pensando em ir pra Rondônia, as pessoas começaram a ir pra Rondônia, era caminhão de mudança que saía todos os dias indo pra Rondônia. Aí começaram as propagandas lá das terras na Amazônia, então eu e meu pai viemos olhar com prudência, com medo de vender tudo e não dar certo.²⁶

De acordo com José Geraldo, apesar de algumas dificuldades da nova terra serem semelhantes às que viviam no Espírito Santo, a terra em Medicilândia era boa, chovia e com tanta terra não deveria haver espaço para conflitos. Assim, o pai de José Geraldo decidiu regressar e vender a terra que tinha no Espírito Santo e comprar a nova terra na Amazônia. Feito isso, colocaram a mudança em um caminhão e partiram para Medicilândia, numa viagem que durou muitos dias.

Sobre a viagem até a Transamazônica as narrativas são distintas, dependendo da região de que saíram e do período em que a mudança ocorreu. De acordo com Moacir Feiteiro, a viagem dele e sua família foi rápida e foram bem tratados pelo INCRA, vieram de ônibus e de avião de São Paulo até Altamira, em um grupo de sete famílias:

[...] quando chegamos em Altamira, uma cidadezinha acanhada [...] quando descemos do avião o INCRA falou; agora vocês vão lá receber o salário. Recebemos o dinheiro e fomos fazer as compras; o INCRA disse: - comprem querosene pra não ficar no escuro. Depois que fizemos as compras, o INCRA disse: - agora vocês vão pegar aquele pau de arara, não tem ônibus e vocês vão pousar na agrovila do km 100, de madrugada chegamos, tinha chovido, bebemos água da chuva. As famílias pequenas ficavam três em cada casa e as maiores ficavam duas, a gente não tinha prática de dormir em rede, eu preferi forrar minha rede no chão e dormir, dormi no chão durante 6 meses.²⁷

Os desafios iniciais na chegada na nova terra foi assunto constante em todas as narrativas. Para Alexandre de Lima, a viagem do nordeste até Altamira começou com o INCRA indo buscá-los na cidade onde moravam em Pernambuco e de lá foram para Recife, onde permaneceram por uma semana recebendo vacinas antes de embarcar para Altamira, numa viagem de avião que durou 7 horas, desembarcando na madrugada do dia seguinte em Altamira.

[...] Aí já trouxeram a gente pra mostrar os lotes, daí me agradei desse setor aqui, escolhi e estou aqui até hoje. Assim que nós chegamos, eles deram um salário por seis meses. Depois dos 6 meses aí já começava a roça e financiava também a roça, derruba, encoivarar, planta, deram tudo. Mas nós passamos

²⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

²⁷ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 02/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

um ano sem poder vir para o lote, pois chegamos em novembro e já não dava mais pra fazer roça e quando chegou em janeiro não tinha mais estrada, virou um atoleiro só. Chovendo direto, dia e noite. Eu não quis vim com a família, pois não tinha nada, era mata de um lado e de outro. Os que chegaram era tudo igual a mim, tudo sem nada. O governo só trazia quem não tivesse terra, não tivesse nada.²⁸

Mas nem todos que foram trazidos pelo INCRA manifestaram a mesma opinião sobre a atuação do órgão durante a viagem e a chegada na região, alguns são mais críticos e guardam lembranças do descaso com que foram tratados. Numa roda de conversa com os migrantes mais antigos do km 40, na agrovila Carlos Pena Filho, no município de Brasil Novo, Antônio Inácio, que chegou do Rio grande do Norte com a família, em 13 de setembro de 1972, relata que o governo não cumpriu com o prometido na propaganda:

[...] nós viemos pra cá quase assim iludido, pois o INCRA quando trouxe nós pra cá, trouxe em uma condição e nós chegamos e era outra. Era pra nós receber 4 hectares de terra brocado e queimado, 13 cabeças de gado e a estrada era excelente. Mas nós não tínhamos água, saúde nós não tínhamos, não tinha casa, fomos morar debaixo de tapiris, não tinha sanitário, nada. Viemos em busca de terra, pra trabalhar numa coisa que era nossa. Quando chegamos já tinha alguns moradores desde 1969, mas não consegui ter uma terra, o lote dado pelo INCRA foi ocupado por outros mais fortes e nós ficamos fora. Nós viemos em 18 famílias, mais ou menos 120 pessoas. Jogaram nós num barracão, a gente dormia amontoado.²⁹

A viagem até a nova terra também guarda memórias de dor. Foi o caso das famílias agricultoras que vieram do Paraná, em meados de 1971 e chegando a Belém, 81 pessoas embarcaram no barco Amanã, de propriedade do INCRA (Portugal, 2017). Na madrugada do dia 4 de julho de 1971, depois de uma forte tormenta no estreito de Breves, a embarcação, que também trazia muitos tambores de combustível misturado aos passageiros, incendiou e dezenas de pessoas morreram queimadas ou afogadas nas águas do Rio Amazonas.

Nas declarações aos jornais da época, o INCRA minimizou a tragédia falando em 10 mortos e muitos desaparecidos, nunca encontrados. Cuidou em assentar os sobreviventes nos primeiros lotes da Agrópole Brasil Novo, no km 46. Mas, a narrativa dos sobreviventes como Aurino Sousa, um agricultor que foi assentado na vicinal da 14, em Brasil Novo, é que a tragédia só não foi maior porque na madrugada foram socorridos pelos ribeirinhos que, com canoas

²⁸ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Pacajá, no dia 08/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

²⁹ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Brasil Novo, no dia 09/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

iluminadas por lamparinas, resgatavam os vivos que agonizavam com queimaduras no escuro das águas.

Aurino relata que perdeu a mulher e as três filhas e que quando o dia clareou puseram-se a recolher os corpos que boiavam e enterrá-los na margem do rio, só ele abriu 16 covas para enterrar crianças. A tragédia deixou alguns sobreviventes mentalmente perturbados, como o agricultor Adolfo, que morava na vicinal da 14, em Brasil Novo e era visto constantemente vagando pela estrada sempre taciturno, nunca disse uma só palavra. Adolfo fora o único sobrevivente de sua família. Segundo Portugal (2017), que coletou entrevistas com os sobreviventes, todos citaram Adolfo como um refugiado solitário em sua roça, alguém que vivia sem vontade de viver, dessa vida era ausente.

Mas nem todos os moradores mais antigos que vivem na região vieram com a estrada. Quando a Transamazônica passou rasgando a floresta, desalojando e empurrando os povos indígenas das margens da estrada mais para dentro das matas, encontrou também outros habitantes que aqui estavam há bastante tempo, especialmente nordestinos, como Januário Carneiro da Silva, um piauiense que chegou em Altamira aos 16 anos acompanhando a família, por volta de 1953.

[...] nós viemos atrás de uma terra para trabalhar, meu pai mexia com agricultura no Nordeste e sempre tinha uns anos de seca e isso sempre incomodava ele. E ele sempre tinha um sonho de vir para o Amazonas, para o Pará. Aí foi no dia 6 de novembro de 1953 nós começamos a viagem. Mas ficamos quase duas semanas em São Luiz do Maranhão esperando o navio, aí pegamos o navio e chegamos a Belém, ficamos uns dias hospedados lá no Tapanã, numa estrutura do governo. Aí quando foi quase no final de dezembro chegamos em Altamira, levamos Três dias para chegar no porto de Altamira, que na verdade era Vitória do Xingu.³⁰

Em seu relato, Januário nos diz que junto com sua família vieram mais sessenta pessoas, alguns conhecidos da família e outros não. Segundo ele, naquele tempo no Piauí, quando alguém falava que vinha para a Amazônia, era muita gente querendo vir, mas nem todos tinham condições financeiras para fazer essa longa viagem.

A conversa aconteceu ao lado do marco inaugural da Transamazônica, uma placa afixada em um tronco morto de uma castanheira que foi solenemente derrubada sob os aplausos do Presidente Médici, em 1970. Erwin Kräutler (2005), na época padre na Prelazia do Xingu, diz nunca ter compreendido tantas palmas com a queda de uma árvore centenária. Na conversa,

³⁰ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 29/01/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Januário considerou mais importante falar de seu irmão mais velho, João Batista da Silva, já falecido, pessoa bastante conhecida na região de Altamira pelo apelido de João Pezinho.

O irmão de Januário foi uma figura influente no meio político da época, de modo que quando a Transamazônica começou a ser construída foi um dos apoiadores do governo nessa tarefa na região, no PIC Altamira. Januário descreve em detalhes como se deu essa aproximação de seu irmão com o governo:

[...] o João foi pegando conhecimento, daí ele já ia pro Nordeste e trazia gente da Bahia, do Paraná, ele entrava em contato com o governo e contava a história:- Precisa trazer gente para habitar Altamira, aí eles arrumavam dinheiro e trazia até de avião ele trazia gente para cá. Um dia disseram a ele: - João, o Castelo³¹ que falar contigo, quer saber quem é esse João (risos), o desbravador aqui de Altamira e João disse: - rapaz, o Castelo é militar será que ele não vai querer me prender em Brasília? (risos). Aí ele foi e foi bem recebido, ele levou uma autorização do Alacid³² para ficar no hotel do governador. No outro dia, o motorista foi buscar ele para a reunião com o presidente. Isso foi em 1966. Quando ele chegou já tinha umas 20 pessoas na sala com o presidente. Quando o presidente viu ele deu um sorriso e falou: - você é um herói João Pezinho, você está atrás de ligar Altamira com Santarém. O presidente já sabia lá de tudo que a gente fazia em Altamira. E o Castelo falou: - rapaz, tu parece que é nordestino com essas arrumações, isso é coisa de cabra corajoso, eu sou nordestino também, do Rio Grande do Norte. Eu queria lhe conhecer e vou lhe ajudar. E disse: - peguem lá aquele mapa que quero mostrar pra esse cidadão aqui. Aí trouxeram o mapa e tinha um engenheiro mostrando as estradas de onde saía, onde chegava e lá estava a Transamazônica. E Castelo disse:- olha, não sei quando, mas essa estrada vai ter de sair, isso era projeto do Getúlio Vargas e essa estrada vai ser construída desde Imperatriz até Cruzeiro do Sul no Acre. Não sei quando ainda, mas essa estrada um dia vai sair.³³

Mesmo não tendo estado na conversa com o Presidente Castelo Branco, Januário apresenta detalhes e diz nunca ter esquecido o que seu irmão contava das viagens, corroborando a ideia defendida por Walter Benjamim (1987) de que a mais épica das faculdades é a memória. Esse diálogo ilustra que a construção da Transamazônica, embora seja sempre associada ao governo de Médici, na verdade sempre esteve nos planos do governo central, antes mesmo dos militares assumirem efetivamente o poder no país. João Pezinho foi chamado pelo governo, numa demonstração clara que os militares vigiavam os passos dos migrantes que despertavam seu interesse, seja para coibir as ações ou cooptá-los para suas estratégias. Depois desse contato, segundo Januário, seu irmão tornou-se um dos interlocutores do governo federal na

³¹ O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964, governou o Brasil de 1964 a 1967.

³² Alacid Nunes era o governador do Pará desde 1965.

³³ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 29/01/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Transamazônica. E quando a rodovia finalmente começou a ser construída, Januário descreve sua percepção desse momento e a importância que seu irmão João Pezinho assumiu diante do governo federal:

[...]quando o presidente veio dar a primeira machadada na castanheira, as picadas na mata já tavam encaminhadas. Depois que o presidente teve aqui logo começaram a chegar máquinas pelas balsas... aí foi tipo assim, uma guerra! Começou tudo de uma vez, nessa época veio gente, era gente demais pra trabalhar na Transamazônica. O João ficou sendo uma pessoa praticamente do governo, ele ajudou assentar os colonos, era ele quem dava a ordem de assentar os colonos e pra onde iam. Quando esse povo chegava, eles ficavam no 46³⁴ e no arraial onde era a propriedade de meu irmão até ir para os lotes, eram os pontos de apoio. Ele tinha até um salário que o governo pagava. Ele se tornou uma pessoa tão de confiança que se tivesse uma coisa errada aqui em Altamira, bastava ele ligar pra Brasília que a federal no outro dia tava dentro de Altamira.³⁵

João Pezinho se tornou um representante do governo nessa região. Com poderes para definir onde os colonos deveriam ser assentados. Também era o responsável por informar toda movimentação do PIC. Os militares temiam que revoluções comunistas, a exemplo da Guerrilha do Araguaia, acontecessem no PIC. Assim, a vigilância deveria ser constante. A construção da rodovia atraiu centenas de trabalhadores. Com o fim da obra essa gente ficou por aqui e buscou ocupar terras ou trabalhar de peão, garimpeiro. Vozes que ajudaram a produzir o contraespaço fundiário.

Da mesma forma que Justino, o pai de João Pezinho e Januário, que veio com sua família e conhecidos para a região do Xingu, os pais da agricultora Francisca Josélia também fizeram o mesmo caminho, acompanhados de várias outras famílias nordestinas, motivados pela busca da terra, pela fuga da seca e das doenças (Hébette, 2000; Leroy, 1989; Picoli, 2006). Josélia ainda vive na mesma terra onde nasceu, às margens da rodovia, na comunidade da Pioneira, foi lá que conversamos à sombra dos pés de ingá, cacau e outras frutíferas e entre flores de seu jardim:

[...] eu nasci aqui na Transamazônica. No km 32, onde é o lote que meus pais moravam. Meu pai veio do Nordeste, na seca de 52, aqui conheceu minha mãe e eles se casaram. Eu nasci no primeiro povoado da Transamazônica, aqui se iniciou em 1966, o primeiro povoado do pessoal que veio do Nordeste.³⁶

³⁴ Atualmente cidade de Brasil Novo, no início da colonização do trecho, era uma Agrópole, o local onde o INCRA estabeleceu sua base de gestão da colonização dirigida, o PIC Altamira I.

³⁵ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 29/01/2022 arquivo audiovisual em formato mp4.

³⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores: Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, na Comunidade Pioneira, no município de Altamira, no dia

De acordo com Francisca Josélia, seu avô materno chegou à região por volta de 1880, com oito anos de idade. Todos os seus 16 filhos nasceram nas redondezas, nas localidades conhecidas como Porquinhos e Panelinhas; desses, somente 13 sobreviveram e alguns deles vivem até hoje no município de Altamira. Com a chegada dos nordestinos que fundaram o povoado da Pioneira, vieram também muitas famílias que já moravam nas colônias velhas, nas proximidades da cidade de Altamira, hoje, localidades conhecidas como Princesa do Xingu, Serrinha, Ambé, Gaviãozinho, Itaboca, Capembas.

Essas pessoas, que já moravam nessas localidades, utilizavam esses territórios para coletar castanha, caçar peles de gato, cortar seringa, pescar e fazer pequenas roças de culturas anuais. Josélia nos conta ainda que um dos fundadores do povoado era conhecido como Zé Pequeno, que ele e sua família vieram para Altamira em 1964 e receberam apoio do governador Alacid Nunes para chegar até Altamira, assim como a família de Justino. Zé Pequeno veio fugindo dos estragos da seca de 1958 e da epidemia de paralisia infantil que matou muitas crianças no Nordeste.

Chegando em Altamira, o povo que acompanhava Zé Pequeno foi em busca de uma terra boa para plantar, decidiram fixar morada no trecho entre os quilômetros 28 e 31, no sentido Altamira-Itaituba. Demarcaram lotes de até 50 hectares e construíram choupanas de palha e barro em formato de um semicírculo a fim de protegerem uns aos outros dos perigos da floresta, especialmente dos povos indígenas Arara e Kaiapó que viviam na região. A comunidade batizada pelos migrantes de Pioneira, mais tarde recebeu o nome de Comunidade Sagrado Coração de Jesus por sugestão dos padres católicos que visitavam os moradores, mas o antigo nome permanece até os dias atuais.

Francisca Josélia conta ainda que, segundo seus pais, com a abertura da Transamazônica tudo foi modificado na Pioneira: os 44 lotes de 50 hectares tornaram-se 22 lotes de 100 hectares, localizados entre os quilômetros 26 e 32 e as famílias já não puderam mais ficar todas próximas, um efeito das decisões unilaterais dos militares no PIC (Alvarez 2020). Apesar de ter sido ampliada a extensão de terra recebida do governo, essas mudanças foram difíceis para a comunidade que teve de se reinventar para se manter unida. Assim se estabelecia o novo território sob o comando do governo central que tinha total controle sobre as terras e conseqüentemente sobre a vida daqueles que já viviam na região ou que a ela chegavam pelas estradas abertas.

O INCRA com seus PIC era o Estado presente no comando das três importantes frentes de colonização no Pará: Itaituba, Altamira e Marabá. A cidade de Marabá, uma vila elevada à categoria de cidade em 1913, acolheu migrantes antes e depois de a Transamazônica ser construída. Entre os milhares que caminharam rumo à nova terra, está o agricultor e sindicalista Francisco de Assis Solidade da Costa³⁷, um maranhense de Grajaú que chegou ainda adolescente junto com os pais à região de Marabá, em 1979, depois que a terra onde moravam foi demarcada como terra indígena em 1978 e eles tiveram que sair. Segundo ele, o que influenciou a vinda de sua família para Marabá foi o fato de o governo estar distribuindo terra para os pobres além de dar condições para trabalhar. Então, partir rumo ao Norte era um bom negócio.

[...] vim para cá parecia um negócio longe, mas isso era até chegar no Araguaia. Diziam que quando você atravessasse as bandeiras verdes³⁸ você estava bem. Nós trouxemos gato, cachorro e jumento no carro que fretamos para trazer a mudança. Aqui tinha meu tio chamado Macaúba que já tinha vindo há muito tempo, ele tinha uma casinha na vila, descemos nossa mudança no terreiro da casinha dele, depois que o caminhão voltou foi que a gente se deu conta que não era bem assim conforme tinham dito lá, tivemos que fazer uma barraquinha e entramos pra debaixo. Aí começou a vida [...] a nossa primeira atividade nessa Comunidade Santa Rita, foi ir no vizinho pedir um pedaço de terra pra fazer uma roça, ele dava, mas tinha que dar parte da produção pra ele, minha mãe que era mais centrada disse; - estamos vendo que a coisa não é bem assim como falavam, mas já que estamos aqui bora ver como vamos fazer para construir a vida. Cada espaço que temos foi nós que conquistamos.³⁹

Nessa migração por etapas, na direção da rodovia Belém-Brasília, por exemplo, Jean Hébette (2004) enfatiza que os nordestinos que vieram para a área de Imperatriz no Maranhão por volta de 1980, buscando sobreviver do cultivo em sua própria terra, na sua maioria não lograram êxito e tudo que conseguiram foi vender sua força de trabalho para as fazendas já existentes na região. Essa mão de obra, imprescindível na efetivação da fronteira, era sempre

³⁷ Francisco de Assis Solidade vive em Marabá, é agricultor, sindicalista, já foi presidente da FETAGRI Pará e continua atuando nas mobilizações sindicais em defesa da agricultura familiar no Pará e na Amazônia.

³⁸ Emmanuel Wambergue, um educador leigo da pastoral católica que fundou a CPT regional do Sul e Sudeste do Pará, atualmente 2º coordenador da CPT Norte II. Vive há 47 anos em Marabá, deu a seguinte explicação para a expressão *bandeiras verdes*: eram nordestinos que fugiam da cerca e da seca, seguiam a profecia do padre Cícero Romão Batista que dizia que depois do grande rio estava a terra prometida, eles interpretaram que o Araguaia era esse grande rio e criaram localidades depois do rio que chamaram de Palestina, Nova Canaã, Jerusalém, Nova Jerusalém, os bandeiras verdes deram esses nomes para essas localidades.

³⁹ Entrevista concedida aos pesquisadores Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

descartada ou reduzida na medida em que a produção se reorganizava e o empresariado, subsidiado pelo estado, tomava posse das terras.

Hébette (1997) nos lembra que os migrantes seguiam então caminhando rumo a outras frentes de sobrevivência. Um exemplo disso é o ocorrido no estado de Tocantins (antes parte do estado de Goiás) depois de 1970, quando empresários do Sul e Sudeste chegaram ao território, os posseiros foram expulsos de suas terras ou contratados como mão de obra nas grandes fazendas que se formaram.

Conforme Ricardo Figueira (2022), na região de Marabá a terra estava em disputa. O que enfrentou a família de Francisco em sua chegada não foi diferente do enfrentado por milhares de outras que chegaram na região do Sul e Sudeste do Pará, especialmente após a descontinuidade da colonização dirigida. Como ele mesmo relata, o governo não estava mais dando terra e o principal desafio era ter um pedaço de terra. Essa terra existia, mas, mesmo sendo pública, já tinha dono. Francisco Costa relata que no ano seguinte à chegada de sua família, explodiu o garimpo de Serra Pelada e todos os homens partiram em busca do ouro; as mulheres ficaram com os filhos menores, atravessando grandes dificuldades.

Nessa época, a região vivia também a ressaca da Guerrilha do Araguaia, a presença constante dos militares impunha medo e silêncio, só a igreja católica falava. O pesquisador César Sousa (2012) registra que, depois da Guerrilha do Araguaia, o presidente Geisel, preocupado com a migração que fugia do controle, fez o Decreto-lei 1473 de 13 de julho de 1976, e transformou os principais municípios em Área de Segurança Nacional, nomeando prefeitos e construindo quartéis do exército. Mesmo diante desse cenário de vigilância, a busca por um pedaço de terra para produzir os alimentos e garantir o sustento para sua família levou os pais de Francisco Solidade a ocupar uma área no Castanhal Consulta em 1983. Atualmente Projeto de Assentamento Veneza.

[...] quando começou a Serra Pelada descobriu-se que o ouro não era para todo mundo, embora todo mundo quisesse, aí começou o desânimo daqueles que não conseguiam nada no garimpo e até fome as famílias passavam. Aí meu tio Macaúba começou a liderar um processo sobre essa questão da terra e tinha na região muitas propriedades improdutivas, sem cumprir sua função social e com muitos crimes ambientais, trabalho escavo, terras sem documento. A necessidade de muita gente levou as famílias a fazerem ocupações de muitas dessas fazendas.⁴⁰

⁴⁰ Entrevista concedida aos pesquisadores: Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria, do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

A realidade dos que migraram inicialmente pelos rios amazônicos e depois pelas estradas tem muita coisa em comum, mesmo com outras bacias hidrográficas distantes do Araguaia e Tocantins. É o caso do Tapajós. O educador da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Jean Pierre Leroy (falecido em 10/11/2016), que chegou à região do Tapajós em 1975, descreveu na sua dissertação de mestrado, defendida em 1989, o surgimento da luta sindical liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém, com o apoio das CEB's da igreja católica, em plena repressão militar.

As lutas travadas pelos sindicatos nascidos nas CEB estão imbricadas nos moldes como se deu a ocupação do território na bacia do Tapajós. Segundo Leroy, a migração em direção ao norte, com chegadas na região do Tapajós, especialmente dos nordestinos, tem registros por volta de 1877 a 1888 para escapar da grande seca que assolou o nordeste nesse período. Mas foi a partir de 1930 que outra grande leva estimulada pelo próprio governo chegou ao Tapajós pelos mesmos motivos.

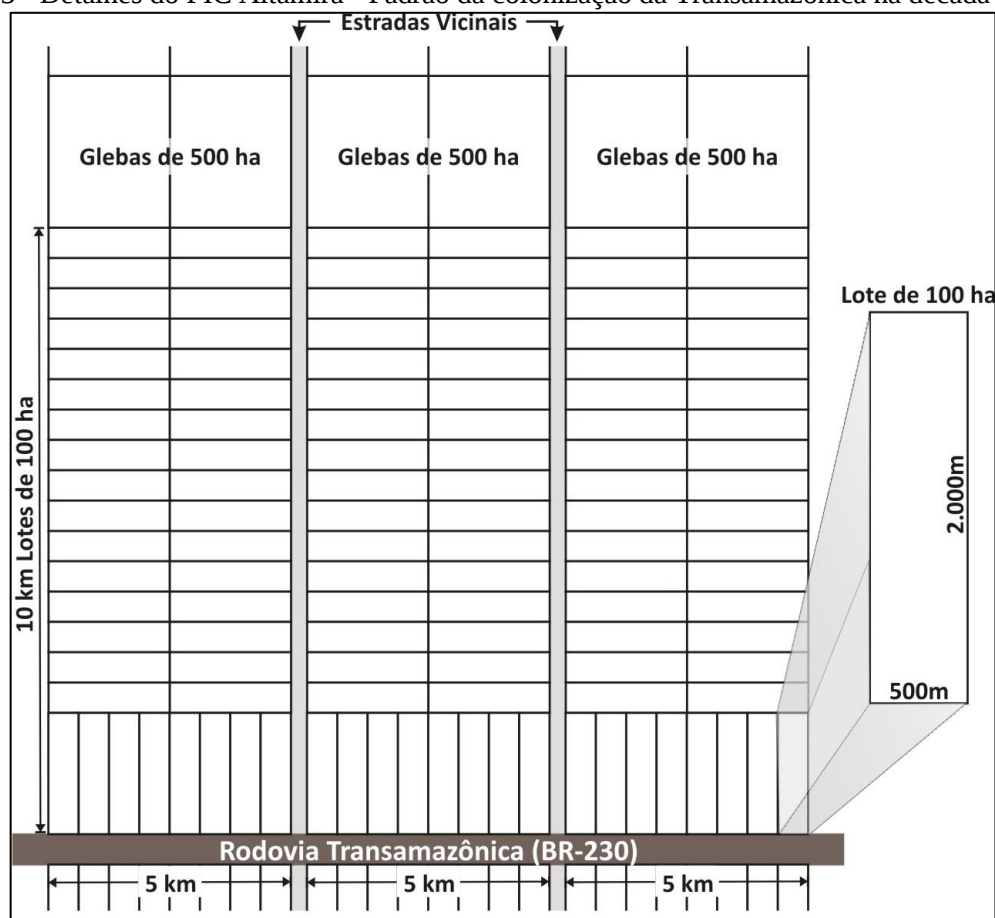
De 1950 a 1958, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) enviou para a região de Santarém mais de 12 mil pessoas; desse contingente, 80% eram nordestinos. Nesse tempo a busca pela borracha natural na floresta também estimulou a migração, numa caminhada que não parou mais (Picoli, 2006).

Leroy (1989) registra que com o advento do PIN a ocupação mais expressiva foi a da Transamazônica e Santarém-Cuiabá, ocorrida de 1970 a 1980. Com isso se formou o que ele definiu como *campesinato das estradas*, não só de nordestinos, mas também de sulistas. Em 1972 chegaram os primeiros colonos a serem assentados no PIC Itaituba formado pelos municípios de Aveiros, Santarém e Itaituba. Sua descrição sobre o planejamento da ocupação definida pelo INCRA para esse PIC apresenta similaridades com os demais processos em curso no Pará:

[...]ao longo das estradas principais seriam delimitados lotes de 500 metros de frente por 2 kms de fundo (100 h.). De 5 em 5 km seriam abertas estradas vicinais de 7.200m a serem ocupadas, de ambos os lados, por 36 colonos em lotes de 400 m de frente por 2.500 de fundo. No final dessas vicinais seriam localizados lotes de 500 h. destinados à pecuária. De 10 em 10 km seriam construídas agrovilas, “bairros rurais” previstos para a moradia dos proprietários de lotes num raio de 5 km com um mínimo de infraestrutura coletiva: escola, capela, comércio, posto de saúde. Várias agrovilas seriam colocadas sob a influência de uma Agrópolis que disporia de uma infraestrutura maior. Enfim, a Rurópolis, núcleo urbano principal, deveria concentrar todas as atividades e serviços: indústria, comércio atacadista,

hospital, escolas de 2º grau, serviços administrativos necessários ao atendimento de um conjunto de agrovilas e Agrópoles (LEROY, 1989, p.78)⁴¹.

Figura 3 - Detalhes do PIC Altamira - Padrão da colonização da Transamazônica na década de 1970



Fonte: Britto (2009 adaptado de Becker, 1990.)

Mas o plano do INCRA não saiu completamente do papel. De acordo com Raimunda Monteiro (2022), não mais que 10% do previsto no PIC foi realizado. Leroy (1989) relata que apenas a Rurópolis Presidente Medici (atual município de Rurópolis) foi construída; no lugar das agrovilas previstas no plano foram reservados “lotes das comunidades”, onde seriam construídas a escola, a igreja e outras estruturas que fossem de uso coletivo. Segundo ele, em 1976 o PIC Itaituba já contava com 1.554 famílias assentadas, sendo uma parte dessas oriundas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A grande maioria desses sulistas era descendente de alemães, italianos e poloneses que migraram para o Brasil no século anterior. Famílias que possuíam terra, mas estavam acossadas pelo modelo agroexportador de grãos que avançava no Sul do país e que os obrigava a

⁴¹ LEROY, P. Uma Chama na Amazônia, Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação FGV, Rio de Janeiro, 1989, p. 78, versão disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9266/000052132.pdf;UMA>, acessado em 05 de julho de 2022.

mecanizar para produzir soja e se inserir no mercado (Becker 1968). Muitos desses agricultores contraíram dívidas junto aos bancos e, sem condições para quitar tal compromisso, não lhes restou alternativa a não ser vender a propriedade e migrar novamente.

O casal Iria Dalabrida e Celito Moura Dalabrida, moradores de Rurópolis, gaúchos de Tenente Portela, chegaram nessa leva de sulistas, em 1971. Segundo eles, a ideia de vir foi dos pais que queriam que os filhos tivessem terra, pois a que possuíam no Sul seria “engolida” pelos grandes produtores de soja. Como membros de uma cooperativa formada por pastores luteranos que pregavam a reforma agrária para todos, tomaram conhecimento das terras da Amazônia.

Celito nos conta que a primeira investida na busca por terra foi uma viagem da diretoria da cooperativa ao Mato Grosso, onde diziam que tinha muita terra boa e barata. Acharam as terras que buscavam, sob o comando da colonização dirigida que estava a cargo da iniciativa privada. Mas acharam melhor consultar o INCRA em Brasília quanto à legalidade do comércio dessas terras, antes de fechar o negócio:

[...]e lá, o INCRA disse que tinha uma outra área onde estavam construindo uma colonização, era a Transamazônica. E perguntaram se nós queríamos ir para lá que eles dariam as terras. A direção da cooperativa voltou e apresentou as duas propostas: a do Matogrosso e o preço das terras e a da Transamazônica com tudo que o INCRA prometeu: casas, apoio e tantas outras coisas boas e, imagina, no Sul nós tínhamos 12 hectares e vir para cá para ter 100 cada família! Era um sonho. Nós éramos mais ou menos umas 500 famílias que faziam parte dessa cooperativa. No dia dessa reunião cada família depois do almoço deveria trazer uma decisão. E nossa família decidiu vir.⁴²

Sobre os diferentes formatos de colonização empreendidas na Amazônia, Picoli (2006) pondera que o exemplo do Norte mato-grossense, onde a colonização foi delegada pelo estado a empresas particulares, tal prática, a exemplo da colonização dirigida pelo governo, também não conseguiu dar vazão à multidão que buscava um pedaço de chão, acabando por priorizar quem tivesse mais poder aquisitivo para comprar as terras. Mas o autor é enfático ao afirmar que essa fronteira aberta para os grandes grupos econômicos não acolheu com a mesma receptividade os pequenos agricultores, peões e posseiros que se aventuraram na busca de um lugar na nova fronteira.

O autor conclui que a mercantilização das terras no Mato Grosso gerou concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos. Prática que se acentuou no correr dos anos. Os mais pobres e sem terra que chegaram a essas frentes passaram também a não ter moradia, escola,

⁴² Entrevista concedida aos pesquisadores Lademe Correia de Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues, Luana Sullivan Bagarrão Guedes e Raimunda Nonata Monteiro, do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Rurópolis, no dia 13/04/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

saúde, emprego e nem transporte, gerando bolsões de pobreza. O governo que almejava no seu PIN assentar na região 100 mil famílias, ao longo de 100 quilômetros de cada lado das rodovias, não conseguiu atingir a meta e assentou pouco mais de 10 mil.

Desse grupo de famílias do qual fazia parte a família de Celito, muitos migraram para Rondônia e Mato Grosso. A família de Celito decidiu vir com o grupo que aceitou a proposta do INCRA. Iria Dalabrida relata que o INCRA mentiu sobre a existência de uma infraestrutura mínima de apoio às famílias e que o começo da vida na região do PIC Itaituba foi muito duro para todos.

[...] a expectativa era de encontrar um lugar preparado com casa, um hectare de terra pronta para o plantio, algumas vacas de leite, saúde, educação, nada disso existia, só a estrada. Primeiro trouxeram nós pra Itaituba, depois aqui pra mata que também não tinha nada, a sorte é que meu finado sogro já sabia, pois tinha vindo na frente e aí trouxe a lona para fazer o rancho.⁴³

Leroy (1989) relata que além dos sulistas também chegaram a essa região, na mesma época, centenas de famílias nordestinas, migrantes que seguiam o itinerário clássico de caminhada de gerações anteriores, já descrito por Jean Hébert: partindo do Ceará para o Vale do Mearim no Maranhão, Vale do Pindaré, Sul do Pará e Transamazônica. Sobre a chegada dessas famílias, Celito Dalabrida afirma que o começo na nova terra foi ainda mais difícil:

[...] o pessoal que veio do Nordeste sofreu demais, vinha aqueles aviões da FAB com mais de 100 pessoas, era chegando e já botando todo mundo dentro do pau de arara, parava na COBAL⁴⁴ e perguntava: - quantos filhos você tem? Tá aqui uma rede para cada, um pãozinho de farinha, alguns quilos de jabá, um pouco de sal, uma espingarda, um quilo de pólvora e daí iam e na estrada parava e já dizia: - esse é teu lote, se vira com sua família na beira da estrada. Já nós, ficamos até um mês alojados em Miritituba, até fazer pelo menos o barraco.⁴⁵

O tratamento dado pelos funcionários do INCRA aos sulistas, mesmo não sendo o prometido na propaganda, ainda foi melhor que o recebido pelos migrantes nordestinos. Esses não puderam descansar da viagem, tampouco escolher suas terras. O relato de Fátima, que veio

⁴³ Entrevista concedida aos pesquisadores Lademe Correia de Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues, Luana Sullivan Bagarrão Guedes e Raimunda Nonata Monteiro do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Rurópolis, no dia 13/04/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

⁴⁴ A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) era um armazém responsável pelo abastecimento dos migrantes com gêneros alimentícios e industrializados em geral. Em 1990 a COBAL foi extinta, abandonando todas essas estruturas que se deterioraram ao longo dos anos. Maiores informações em Pereira (2018).

⁴⁵ Entrevista concedida aos pesquisadores Lademe Correia de Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues, Luana Sullivan Bagarrão Guedes e Raimunda Nonata Monteiro do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Rurópolis, no dia 13/04/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

do Ceará com a família para a região do Pacajá, confirma as palavras de Celito Dalabrida ao descrever os primeiros meses após a chegada na terra desconhecida:

Éramos novas. Nesse tempo foi só sofrimento, muita malária, quase morreu todo mundo, me deu uma malária que achei que ia morrer deu uma febre que me tremia todinha, mamãe dizia: - eita, que dessa vez Fátima vai morrer, mas aí os peões da ponte tinham remédio de malária no barraco deles e deram pra gente, daí comecei melhorar.⁴⁶

O INCRA, principal responsável pelo assentamento dos migrantes dos PIC Altamira, Marabá e Itaituba, desde o início não cumpriu satisfatoriamente seu papel. As condições de logística na rodovia eram precárias, a incapacidade de cuidar dos impactos gerados pelos surtos de malária, pium, o desconhecimento do bioma para orientar tecnicamente o plantio das lavouras, demonstraram o despreparo dos envolvidos. De acordo com Picoli (2006), coube aos que vieram “oxigenar” o território lutar por sua sobrevivência. A urgência dos militares em ocupar o território levou-os a mentir, construindo a partir de uma campanha midiática no rádio e na televisão uma imagem do governo que, além de dar terras, ajudaria todos que se dispusessem a assumir o compromisso de se mudar para a Transamazônica. Isso motivou a vinda de milhares de pessoas. Esse conjunto de sujeitos que aqui chegaram era diverso e reunia:

- Aqueles que fugiam da fome, da seca e das doenças, boa parte deles oriundos dos estados do Nordeste.
- Os peões, boias frias, cortadores de cana que sempre trabalharam na terra dos outros e viram na Transamazônica a oportunidade de ter a sua própria terra.
- Os pequenos produtores que fugiram dos conflitos com os latifúndios e buscavam uma nova terra com mais tranquilidade.
- Os pequenos agricultores que já tinham terra no Sul e Sudeste do país, mas buscavam uma terra maior para abrigar todos os filhos e suas futuras famílias.
- Os migrantes por etapa que saindo dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí migraram para Goiás, depois para o Tocantins e por último chegaram ao Pará.
- Os nordestinos que migraram em grupos pelos rios, antes da construção das estradas.
- Os trabalhadores da obra que por aqui permaneceram em busca de uma terra.

⁴⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica e Santarém-Cuiabá, no município de Pacajá, no dia 08/02/2022 arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

O desconhecimento do bioma amazônico e as mentiras do governo resultaram em muitos sofrimentos e arrependimentos. Mas poder ter uma terra num lugar em que chove foi considerado uma grande conquista para a maioria dos migrantes dos PIC.

Os que vieram por conta própria, em busca da sobrevivência e com sorte ter uma terra própria, como foi o caso da minha família, representam um grupo bem maior que os colonos trazidos pelo INCRA. E dentre esses, tinha ainda os peões que queriam o mesmo que os demais, mas lograram quase sempre seguir vendendo barato sua mão de obra, conforme destacado por Hébette (2000).

Essa diversidade de sujeitos e de interesses, apoiados ou ignorados pelo governo federal, não tardou em provocar muitas mobilizações dos excluídos e descontentes com as ações e as ausências dos responsáveis pelo PIC da Transamazônica. Essas foram as bases de fundação de muitos movimentos sociais, dentre esses, o MPST.

As vozes dos migrantes que chegaram a partir de 2000 demonstram que a migração em busca de terra segue ocorrendo na Transamazônica. Essa realidade não é movida apenas pela vastidão de terras agricultáveis, mas também pela não regularização fundiária no território que se tornou caótica desde que o PIC foi abandonado e terras públicas foram sendo ocupadas por grandes e pequenos que chegaram por conta própria. Sem a mediação efetiva do governo nessa regulação, os conflitos e a violência no campo cresceram assustadoramente na última década.

O conjunto das entrevistas apresentadas compõe o perfil dos sujeitos que deram origem ao MPST. O PIC da Transamazônica representou para esses migrantes uma chance de garantir o acesso à terra para seu sustento. “A fronteira era, então, um espaço privilegiado de reprodução do campesinato” (Loureiro, 2009, p.71). Mas os assentamentos do PIC eram apenas parte das metas do Governo central para a Transamazônica. Enquanto os migrantes receberam lotes de até 100 hectares ao longo dos 10 quilômetros margeando a rodovia no sentido norte-sul, milhões de hectares foram reservados pelo Governo para “terra de negócios” (Martins 1980; Loureiro 2009).

Desde as primeiras manifestações dos Gritos, os integrantes do MPST carregavam uma faixa onde estava escrito: “Transamazônica, se construir foi um erro, abandonar é um crime”. Era um recado ao governo federal sobre o descontentamento dos migrantes com ação do INCRA, mas também ao movimento ambientalista internacional que, na luta pela defesa da Amazônia e suas populações tradicionais, ignorava a importância da agricultura familiar oriunda do PIN.

O contraespaço do MPST não foi inicialmente uma luta por terra, como ocorria na época, nas regiões de Santarém e Marabá. “Na Transamazônica, naquele tempo, o problema

crucial era a crise econômica, resultante do abandono pela União da colonização que empreendera com mil promessas não cumpridas” (Hébette, 1997, p. 124). Foi uma luta por educação, saúde, estradas, crédito, segurança, uma luta por políticas públicas, colocando em debate o espaço hegemônico estabelecido que privilegiava uns e excluía outros. Não foi por bondade que os militares trouxeram os migrantes para a Transamazônica, a presença deles era imprescindível para aliviar os conflitos em outras regiões e assim melhorar a imagem pública do governo. Caberia aos migrantes, além da tarefa de ocupar a terra, derrubar as matas, produzir a comida e fornecer mão de obra para os empreendimentos que se instalariam mais tarde. Contudo, os planos dos migrantes era viver com dignidade. “O papel dos migrantes foi fundamental, se não fosse nós isso aqui não existiria. O que representa a Transamazônica? A minha vida, tudo que fui ou deixei de ser foi aqui na Transamazônica” (Celito Dalabrida, 2022)

Por volta de 1974, o governo, de um lado, reduzia a atenção aos migrantes por considerar cumprida sua tarefa com a entrega da terra para a família, de outro apoiava a implantação das grandes fazendas e empresas madeireiras e mineradoras em outras regiões do Pará, enquanto os colonos do PIC Altamira seguiam esquecidos nas vicinais entre a rodovia intrafegável e a terra reservada. Mas os migrantes se recusaram a viver conforme essas condições definidas pelo governo. Essa reação ao abandono do PIC teve o apoio dos movimentos sociais que já existiam em Santarém e Marabá, protagonizados por posseiros e migrantes, conforme descrito no próximo capítulo que destaca os passos na formação do contraespaço do MPST.

CAPÍTULO 2

DE MARABÁ A SANTARÉM: PASSOS DA RESISTÊNCIA E INÍCIO DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA - MPST

*A ordem é ninguém passar fome, progresso é o povo feliz, a reforma agrária
é a volta do agricultor à raiz.*
(Zé Pinto)

A realidade diversa vivenciada na Transamazônica, entre Marabá e Santarém, que propiciou o surgimento dos movimentos sociais está bem ilustrada no conceito de fronteira de Loureiro (2009):

(...) a fronteira é o lugar do tempo lento e da vida sem pressa de quem estava lá antes da chegada de estranhos; do tempo angustiado de quem chega procurando se fixar na nova terra e conseguir melhores condições de vida; do tempo nervoso do empresário que investiu capital na fronteira e quer um rápido retorno, sem índios ou colonos que criem problemas (Loureiro, 2009, p. 70).

Havia um descontentamento na fronteira. Os migrantes que chegaram a partir de 1970 cobravam o cumprimento das promessas feitas pelo governo que os trouxe. Os posseiros em busca de terra seguiam sua saga de enfrentar o latifúndio nas ocupações das terras que, apesar de devolutas, já estavam griladas pelos fazendeiros. Os ribeirinhos que aqui estavam antes das estradas foram expulsos das terras onde habitavam ou passaram a viver em permanente conflitos com aqueles que extraíam ilegalmente madeira, pescado e minérios.

Esses povos não foram ouvidos pelo governo quando este decidiu abrir estradas conectando a Amazônia com outras regiões do Brasil, acelerando a exploração dos recursos naturais, em parceria com a iniciativa privada e, conseqüentemente, expulsando, espoliando, explorando ou cooptando (Harvey, 2004) os povos originários e comunidades tradicionais. Por esses e outros motivos, no entorno das cidades de Marabá, Altamira e Itaituba, onde o INCRA construiu suas bases de gestão, diferentes conflitos se estabeleceram envolvendo diferentes sujeitos.

No entorno dos três PIC, surgem em tempos diferentes, e por motivos distintos ou similares, as mobilizações no campo. Mas, de todos esses contextos, a região de Marabá é a que reúne, até os dias atuais, os exemplos mais violentos de conflitos fundiários. Em 1981, a cidade era um centro de recepção de mão de obra vinda especialmente da Região Nordeste e possuía uma terra disputada por agentes novos e antigos.

Esse conjunto era formado por fazendeiros, exploradores de castanha, de madeira e empresas mineradoras. Os governos militares buscaram colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial, internacionalizar a região a partir da implantação de grandes empresas de capital nacional e internacional. “O foco das ações do estado não é o homem, mas a natureza, melhor, a paisagem enquanto projeção final de todos os recursos naturais possíveis de exploração” (Alvarez, 2020, p. 134). Essa metodologia da extração ilegal e desenfreio de madeira, por exemplo, vai fazer eclodir muitos conflitos ambientais e fundiários na Transamazônica.

A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1974 e inaugurada em 1984, nas proximidades da cidade, desalojou moradores e alagou terras. Isso também contribuiu para ampliar o calor dessa ebulição social. Sônia Magalhães (2005), em seus estudos sobre os impactos da barragem de Tucuruí na vida das populações mais vulneráveis, descreve bem a realidade enfrentada pelos atingidos. Segundo ela, a barragem de Tucuruí produziu uma massa de atingidos que ainda seguem lutando por indenizações e compensações. Os expropriados da barragem de Tucuruí, 20 anos depois de sua construção, seguiam cobrando suas pendências sob a liderança dos movimentos sociais. “Ancorados em sua própria experiência, e no espaço aberto na arena política, é que os representantes do movimento social local têm tentado reduzir os efeitos que incidem sobre as suas vidas e o seu futuro” (Magalhães, 2005, p. 252). Dentre os vários impactos da barragem de Tucuruí, a autora relata que os deslocamentos compulsórios se deram por causa da formação do lago, que inundou as terras dos agricultores; somem-se a isso os erros da engenharia que resultaram em mais terras alagadas do que o previsto no projeto e a praga de mosquitos nas proximidades do lago que forçou mais deslocamentos. Magalhães (2005) contribuiu com o movimento social da Transamazônica e Xingu contra a construção de Belo Monte, alertando, a partir de seus estudos, para a necessidade de refletir sobre os resultados desastrosos de Tucuruí, os quais não poderiam se repetir com Belo Monte.

À ebulição de Tucuruí somava-se o fato de que havia também na cidade, além dos órgãos do governo federal, o exército que vigiava os passos das lideranças, atento para que novas guerrilhas não se formassem no campo. Mas, conforme relatou o sindicalista Francisco de Assis Solidade da Costa, também existia a igreja católica que apoiava as mobilizações dos despossuídos. Esse conjunto de forças deu o tom de muitos conflitos ao longo da PA 150 e influenciou as mobilizações na Transamazônica de leste a oeste, sob a orientação dos leigos dirigentes das CEB's e parte do clero católico.

Entre os religiosos que apoiavam as mobilizações no campo na região de Marabá, alguns nomes citados por Pessôa (2022) foram sempre lembrados pelos entrevistados: os bispos

católicos Dom Alano Pena, de Marabá e Dom Pedro Casaldáliga, em Conceição do Araguaia, padre Roberto de Valécourt, padre Ricardo Rezende, padre Josimo Tavares, na CPT de Imperatriz, padre Humberto e irmã Adelaide. Todos esses foram fundamentais no fortalecimento da ação de posseiros, indígenas, pequenos agricultores e demais marginalizados pelo capital que buscavam por direitos.

Essa situação levou os excluídos do direito à terra a se rebelarem contra a ordem estabelecida pelo governo e seus aliados. “Quanto mais desiguais a sociedade e a economia, tanto maior o conflito.” (Santos, 2020, p. 335). Jean Hébette (2000), que por muitos anos trabalhou com as comunidades e os movimentos do campo da região de Marabá, resumiu o cenário desses conflitos em 1981:

A região de Marabá configurava um dos grandes epicentros de conflagração fundiária. Com três áreas de conflito [...]: a primeira entre a Belém-Brasília e o Tocantins, em especial na PA 150, entre posseiros ou pequenos proprietários e grileiros assistidos por pistoleiros, e pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins/GETAT, entre 1976 a 1984. A segunda, em Tucuruí, onde os atingidos pela barragem organizaram três grandes concentrações entre 1982 e 1984[...] . A terceira no polígono dos castanhais (Hébette, 2000, p. 06).

Para entender a ação e a reação de diferentes sujeitos diante das ações do governo central do país e seus aliados, na Amazônia, a partir de 1970, é necessário lembrar que toda essa região estava regulada por uma ordem oficial hegemônica (Alvarez, 2020), que definia e regulamentava sobretudo a economia, afetando a política e consequentemente a vida das pessoas na Amazônia. Mas, isso nunca foi um consenso entre todos os sujeitos, de modo que o dissenso nos ajuda a entender e pensar o processo a partir da reação estabelecida face a forças hegemônicas.

Ruy Moreira (2021a) chama de *contraespaço* a reação de uma parte das forças sociais da sociedade civil que, ao se sentir excluída, se manifesta em um levante questionando a ordem hegemônica estabelecida. Nessa direção, o autor traz como exemplos os levantes dos povos indígenas, desde a confederação dos Tamoios iniciada em 1554, no Sudeste do Espírito Santo e São Paulo, passando pelo contraespaço dos Tapuios, iniciado em 1651, no semiárido da caatinga. Lutas sempre movidas por causa das fazendas de pecuária que adentravam cada vez mais os territórios indígenas, expulsando os povos originários de suas terras.

Nesse rol, o autor cita também o contraespaço das guerras estabelecidas pelos negros do quilombo de Palmares, passando pelo movimento da Cabanagem que, segundo ele, surgiu “como um contraespaço nativista da Província do Pará dominada por uma elite portuguesa que se nega a aceitar a independência, ganha um sentido social que a transforma entre 1835 e 1840

num levante comunitário” (Moreira, 2021b, p. 83). Tem-se ainda o contraespaço de Canudos, que ocorreu sob a liderança de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, no norte da Bahia, entre 1893 e 1897 e envolveu o campesinato caboclo do sertão pecuário.

Para ampliar e aprofundar a compreensão dessa questão, outra contribuição vem de Milton Santos (2020). Ao tratar da produção do espaço, este autor apresenta o termo *contrarracionalidade* como uma expressão da prática dos sujeitos que de algum modo questionam as racionalidades centralizadoras do capital e constroem suas próprias racionalidades quanto à ocupação do território. Dessa forma, em vários momentos, o movimento sindical que nascia não só tinha uma lista de reivindicações, queria também rediscutir o já estabelecido pela ordem dominante no PIC, como a própria distribuição da terra.

Mais de um século depois dos exemplos de contraespaço apresentados por Ruy Moreira, outros ilustram a continuidade das práticas colonialistas que fazem surgir novos movimentos de contraespaço. Na região de Marabá, diante de tanta terra, os milhares que ainda não possuíam uma terra não aceitaram a ordem estabelecida de que todas as terras devolutas já possuíam donos e se colocaram nessa disputa por um pedaço desse chão a partir de sua ocupação.

O contraespaço produzido pela diversidade de sujeitos nessa parte da Amazônia reunia: a mão de obra volante, migrante, sempre refém das iniciativas do capital, os sem terra e sem direitos, os posseiros que perderam suas terras para grupos econômicos que se estabeleceram na região com o apoio do governo e os agricultores familiares arregimentados pelo PIN, insatisfeitos com as promessas não cumpridas pelo governo que os trouxe. A produção do contraespaço contou também com as populações ribeirinhas, extrativistas, remanescentes dos soldados da borracha, dos antigos quilombos, povos indígenas, gente esquecida pelo estado vivendo na floresta, gente que viu as terras onde moravam serem arrebatadas pelos grupos econômicos com ou sem a participação do estado.

Se, de um lado, o Estado com seu poder político, bélico e econômico tomava decisões verticais quanto ao destino das terras na Amazônia, de outro, vários sujeitos discordaram e reagiram a seu modo. Toda essa tensão transformou esse espaço produzido em “um campo de correlações de forças” (Moreira, 2021a, p. 205) e, conseqüentemente, de uma multiplicidade de conflitos.

O fato de a terra adquirir valor de mercadoria confrontava com os interesses daqueles que queriam a terra para o trabalho e sustento. Essa situação levou os sujeitos a contestarem a ordem estabelecida, ou seja, a produzirem um contraespaço ao expressar sua contrariedade às

normas relacionadas quanto ao uso da terra. Por exemplo, quando as empresas foram aquinhoadas pelo estado com um pedaço maior de terra e eles, os sem terra, seguiram como peões, vendendo barato sua força de trabalho para enriquecer os mais ricos, as insurgências aconteceram.

As manifestações individuais e coletivas que vão surgir dessas situações colocam em debate o espaço produzido pela ordem oficial, materializando esse descontentamento de diversas maneiras: acampamentos, passeatas, ocupações na margem das estradas e em órgãos públicos (Moreira, 2021a). Do lado dos que foram beneficiados com grandes áreas de terra, também houve reação na busca por manter a terra pública que ganharam ou grilaram. Com recursos econômicos vultuosos, estes atores contratavam pistoleiros para eliminar os opositores e por vezes ainda tinham a proteção da Polícia Militar do Pará.

Nessa reação de uma parcela dos sujeitos à racionalidade hegemônica e suas práticas assimétricas (Santos, 2000) estão inclusos as minorias, os excluídos, os pobres, os migrantes que confrontam práticas econômicas e culturais na ocupação de territórios pelo capital. O autor ressalta que essa reação se manifesta pela incapacidade que esses sujeitos possuem de serem completamente submissos às racionalidades dominantes. Para o autor, essa irracionalidade pode ser uma outra racionalidade divergente ou paralela às racionalidades hegemônicas. Um outro jeito de ver o uso da terra, das florestas, das águas. Outras vozes que se levantam pelo direito a ter direitos nesse território onde o capital hegemônico dita as regras.

De acordo com Moreira (2022a), na ordem espacial produzida pela burguesia, as práticas governamentais convergem para a centralidade do poder representado pelas empresas, políticos e oligarquias, desprezando a diversidade de sujeitos e suas vozes, especialmente entre os mais vulneráveis economicamente. Mas, os invisibilizados resistem, produzindo uma reação que ganha quase sempre o formato de conflitos que não surgem por acaso e tampouco são eventos isolados.

Uma das raízes dos conflitos na Amazônia está fundamentada na disputa pela terra e pelos recursos minerais, hídricos e florestais. Alvarez (2020) reforça essa percepção afirmando que na maioria das vezes a disputa na perspectiva do capital hegemônico é pelo acesso, uso irrestrito, controle e exploração das paisagens e seus conteúdos, mas ressalta também que “é imperioso lembrar que os recursos não são recursos em si, evidentemente que seu valor está atrelado ao tempo histórico e social” (Alvarez, 2020, p. 88).

Um exemplo dessa evolução é o uso dos rios na Amazônia: antes eram caminhos para buscar riquezas nas florestas, mais tarde se tornaram, além de caminhos, lugar para despejar o

mercúrio dos garimpos, fonte de energia para girar as turbinas das hidrelétricas e, hoje, corredores para transportar a soja produzida pelo agronegócio do Mato Grosso e Pará.

Esse valor é imposto pelo capital de acordo com as demandas do mercado. O espaço produzido por diferentes sujeitos em um mesmo território revela as diferentes visões frente ao que se converteu em recursos na ótica do capital: a terra, os rios e a floresta. À frente dessa produção espacial, que diverge da racionalidade estabelecida pelo capital, estão os povos originários e os excluídos do direito à terra. Sendo essa uma prática histórica do capital na Amazônia, as reações das populações constrangidas por essas práticas também foram constantes.

Os levantes foram muitos e de diferentes formas. O sindicalista da FETAGRI, Francisco de Assis Solidade da Costa, ilustra isso quando fala dos que chegaram ao sudeste paraense em busca de um pedaço de chão para o sustento de suas famílias e decidiram ocupar as terras do polígono da castanha na região de Marabá, por entenderem que, sendo essas terras públicas e sem documentos, também eles podiam usufruir dela. O contraespaço produzido nessa região expressa a diversidade constrangida pelo capital e as proposições dos sujeitos que demonstram com seus atos que os vetores da hegemonia (Santos, 2020) trazem uma ordem que não os inclui, não os representa.

Das guerrilhas na floresta às manifestações nas vilas e cidades, em diferentes governos e regimes políticos, a trajetória das mobilizações populares sempre esteve em confronto com as práticas do poder central do país e seus aliados. O governo e as empresas privadas, juntos, deixaram um rastro de sangue e saque ao longo dos anos em vários cantos da Amazônia. O Pará é um exemplo emblemático dos resultados dessa junção.

Rodrigo Peixoto (2013) relata que com o fim da Guerrilha do Araguaia, que durou de 1967 a 1974, na região do Bico do Papagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, uma outra guerra teve início. Essa era contra os posseiros, sindicalistas e religiosos: na luta pela terra, de um lado estavam os posseiros e a igreja católica, e de outro, o estado e os grandes proprietários.

Segundo Peixoto (2013), nas raízes dessa guerra, convém destacar dois elementos: o primeiro é que desde 1920 o ciclo da borracha tinha dado lugar à castanha, cuja coleta no polígono dos castanhais já incluía os migrantes e foreiros; segundo, essas disputas se acirraram quando os títulos de aforamento dos castanhais, distribuídos pelos governadores do Pará até 1957, são suspensos pelo INCRA com a implantação do PIN dos militares.

Diante da decisão dos militares, a oligarquia da castanha teve um abalo e enfrentou as levadas de migrantes que ocuparam então os castanhais. Tendo o Maranhão como porta de entrada

para a Amazônia, muitos trabalhadores vindos do Nordeste buscaram no polígono da castanha um pedaço de terra para sua sobrevivência.

Mas, os velhos donos dos castanhais, armados com pistoleiros, se tornaram os novos fazendeiros de gado com recursos da SUDAM e reagiram violentamente. Sobre os castanhais no entorno de Marabá, Francisco de Assis Solidade afirma que 90% foram apropriados pela família Mutran. “Essas terras eram do estado, mas eles ocuparam, se diziam donos, pegavam a concessão do estado para tirar castanha, depois iam transformando em fazendas para criar bois.”⁴⁷ Na fala de Francisco está claro que o estado não estava ausente, já que consentia e silenciava perante os abusos da grilagem.

Essa conjunção de forças buscou de todas as maneiras barrar a frente de trabalhadores do campo que também queria uma parte do território para sua sobrevivência. Na região do Bico, “a luta pela terra foi uma guerra não declarada” (Peixoto, 2013, p.13).

Nessa guerra, vários episódios de violência contra os mais pobres marcaram a história da Amazônia. De acordo com a CPT⁴⁸, de 1971 a 2004, dos 772 assassinatos de camponeses e outros defensores dos direitos humanos, 574 foram no sul e sudeste do Pará. Na região do Bico foram 62 entre 1985 e 1987⁴⁹.

O padre Ricardo Rezende Figueira (2022)⁵⁰ relembra uma missa que rezou no dia 27 de julho de 1980, na igreja matriz de Conceição do Araguaia, no Pará, por ocasião da ordenação de um diácono:

[...] a parede estava enfeitada com ramos verdes e flores e havia uma faixa, fixada pela Irmã **Dorothy Stang**, onde se lia a respeito do ordenando: “a justiça será como a roupa que ele veste.” No altar, uma foto em preto-e-branco, ampliada do rosto do **Gringo**, assassinado dois meses atrás. Pouco depois iniciou a procissão do ofertório com os representantes das comunidades e

⁴⁷ Entrevista concedida aos pesquisadores Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

⁴⁸ Para maiores informações consultar: [Comissão Pastoral da Terra - Início \(cptnacional.org.br\)](http://Comissão Pastoral da Terra - Início (cptnacional.org.br))

⁴⁹ Nesse conjunto está o assassinato do padre Josimo em 10/05/1986, em Imperatriz. A guerra da ponte do Rio Tocantins, em Marabá, em 28/12/1987, quando centenas de garimpeiros bloquearam a ponte pedindo a reabertura do garimpo manual de Serra Pelada. Encurralados pela polícia dos dois lados na ponte, dezenas foram assassinados. O assassinato de Arnaldo Delcídio, presidente do STTR de Eldorado do Carajás, em 13/05/1993. Nas fazendas Ubá, Fortaleza e Princesa ocorreram chacinas contra trabalhadores posseiros. Na fazenda Ubá, antigo castanhal, em São João do Araguaia, em 13 de junho de 1985, 14 trabalhadores foram mortos por pistoleiros a mando do dono da fazenda e tiveram suas casas incendiadas. No dia 11 de setembro de 1985, 5 posseiros que ocupavam uma área da fazenda Princesa foram torturados e mortos queimados vivos a mando do dono da fazenda. 30 anos depois, o mandante foi julgado e condenado a 130 anos de prisão. Na fazenda Fortaleza em São João do Araguaia e Xinguara, em janeiro de 1985 foram 11 trabalhadores assassinados. In: Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! Dossiê organizado por Rogério Almeida e Elias Sacramento. Santarém, PA. Ed. dos Autores, 2022.

⁵⁰ Ricardo Rezende Figueira, padre e professor, morou por 20 anos no Pará. Atualmente é docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

capelas. **João Canuto, Manoel Gago, Belchior, Sinhozinho** traziam instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros, a bíblia, o pão e o vinho. Um casal de índios Tapirapé, em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia, carregavam uma maraca e um pequeno banco de madeira com valor ritual. Enquanto isto, **Expedito Ribeiro de Souza** declamou um poema alusivo ao tema. Do lado esquerdo do altar estavam os jovens advogados **Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta**. (Figueira, 2022, p. 44, 45).

Nesse registro de Padre Ricardo Rezende Figueira estão presentes várias lideranças que foram mais tarde assassinadas a mando do latifúndio. Todos envolvidos nas lutas dos posseiros em busca de um pedaço de terra para sobreviver. A descrição relatada registra ainda que nesse período a vida sindical, política e religiosa na região de Marabá era relacionada: o que acontecia na política e na economia brasileira também era discutido por esses sujeitos nos espaços da igreja, durante os ritos católicos.

Frente aos grandes projetos na Amazônia, os mais pobres sofrem as consequências da visão da paisagem como espaço-estoque de recursos. Mas não passivamente! Se organizam e resistem ao avanço das corporações apoiadas pelo poder central. O mapa feito pelo GETAT em 1984, retratando a região de Marabá, ilustra a complexidade dos espaços produzidos nos diferentes territórios da Amazônia.

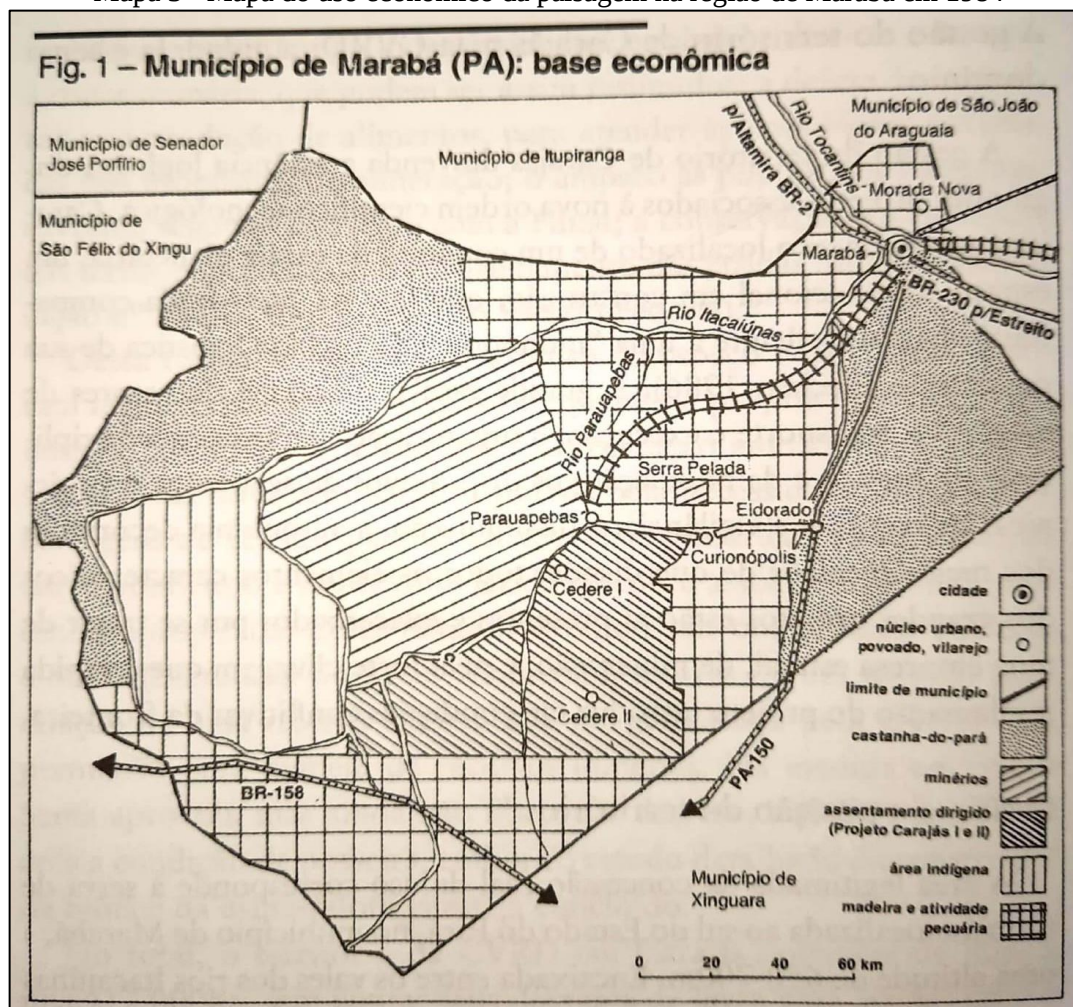
O perfil das mobilizações que foram surgindo nessa e em outras regiões, agregou contribuições dos agricultores sulistas, nordestinos, ribeirinhos e seus aliados na igreja católica e nas organizações sindicais nacionais que se formaram no país. Com a Transamazônica cortando a região de Marabá, Wambergue (2022) relembra o cenário fundiário da época:

[...] o povo que recebeu lotes de 100 hectares do governo convidava todo mundo do Maranhão para vir para a região. O governo ia cortando os lotes e quem já morava, mesmo fazendeiro, ficou só com 100 hectares, mas quando chegou no polígono da castanha o governo não mexeu, isso era da oligarquia. Com as vicinais o povo foi entrando cada vez mais, daí toparam na beira do polígono da castanha, aí veio os grandes conflitos.⁵¹

Wambergue (2022), como membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fez parte dessa produção do contraespaço fundiário que reuniu os agricultores dos fundos das vicinais e os posseiros que não tiveram acesso à terra na colonização da Transamazônica, e tampouco lograram sucesso nos garimpos. Juntos e com o apoio da CPT, decidiram disputar com a grilagem um pedaço da terra pública para garantir seu sustento.

⁵¹ Entrevista concedida aos pesquisadores Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. In: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Mapa 3 - Mapa do uso econômico da paisagem na região de Marabá em 1984



O cenário desenhado pelo GETAT, no mapa acima, era formado por alguns assentamentos, grandes áreas de coleta de castanha com títulos suspensos, várias empresas explorando minérios nas bordas das terras indígenas e fazendas de pecuária extensiva, além da extração de madeira circundando assentamentos e terras indígenas. Embora o traçado da cartografia pareça arrumado, delimitando cada território, na prática os conflitos eram constantes.

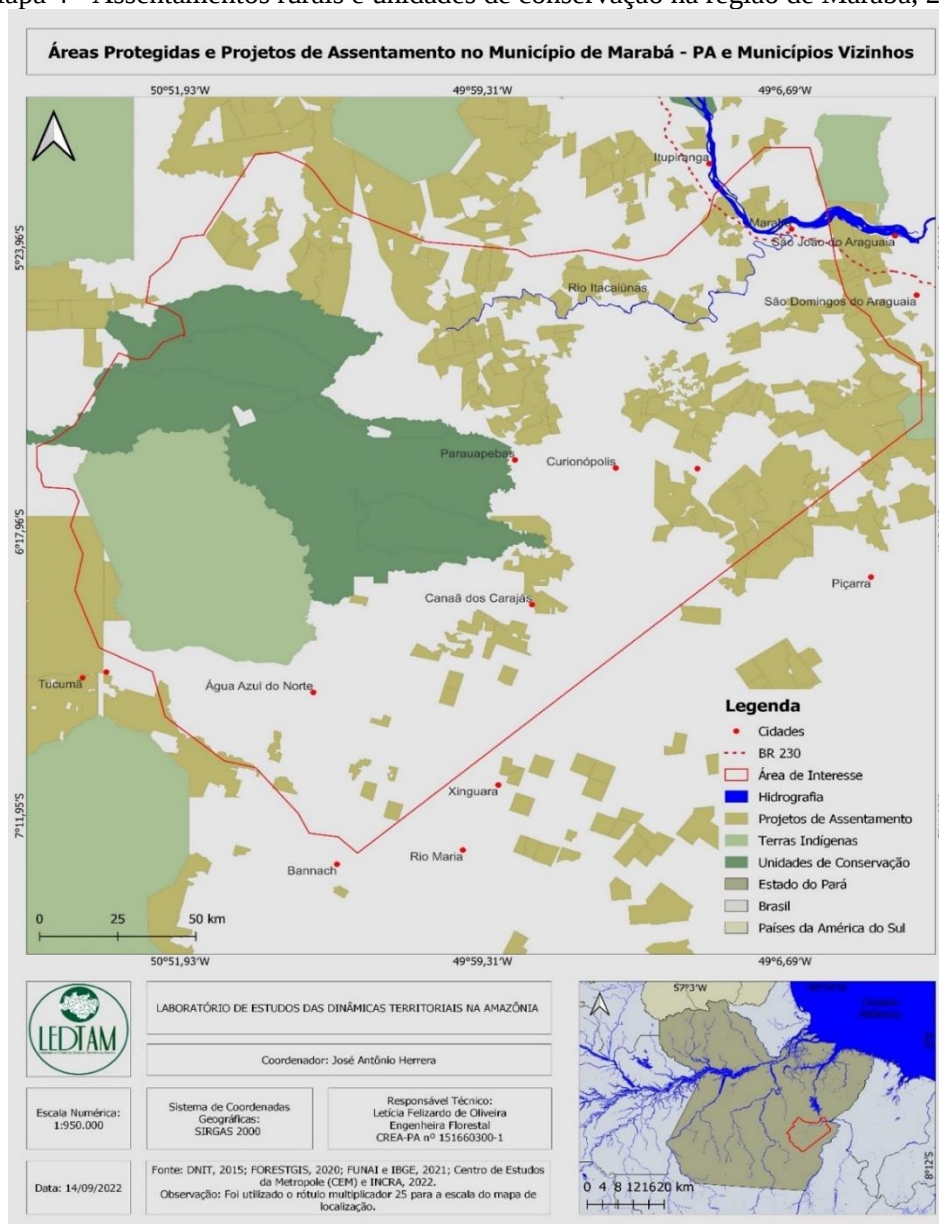
Passado mais de meio século, a região de Marabá desenhada no mapa acima pelo GETAT e apresentada por Bertha Becker, desmembrou-se em vários municípios. Atualmente possui grandes fazendas, tornou-se um polo de extração de minérios, os antigos castanhais tornaram-se fazendas ou pequenas propriedades, terras indígenas foram demarcadas. Nesse novo espaço coexistem conflitos novos e antigos.

O mapa a seguir (mapa 04), da mesma área atualmente, mostra que, a custo de muitos conflitos fundiários que ceifaram vidas, os migrantes lograram conquistar pedaços de terras

devolutas que viraram assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação nas terras do polígono da oligarquia da castanha.

No longo percurso que passou por ocupações, expulsões e demais violência, até se tornar a terra garantida por lei para os posseiros, duas ponderações foram repetidas pelos entrevistados. A primeira é que sem luta nenhum migrante teria terra na região de Marabá. A segunda é que a luta pela conquista da terra não para, a partir dela começa a luta por escola, saúde, crédito agrícola e outras políticas públicas que farão a família permanecer na terra.

Mapa 4 - Assentamentos rurais e unidades de conservação na região de Marabá, 2023



Fonte: LEDTAM/UFPA, 2023

Em sua narrativa Francisco de Assis Solidade resume o que foi a conquista da terra para os migrantes, especialmente os nordestinos, na região de Marabá:

[...] o que sobrou para nós aqui foi muita luta. E hoje, apesar dos vários que foram assassinados, a luta que nós organizamos aqui foi responsável por mais de 600 fazendas serem transformadas em projeto de assentamento. Mais de 100 mil famílias que não tinham perspectiva de nada, serem assentadas pela reforma agrária, ter um lote, ter casa, ter estrada, energia, alguns até um carrinho, ter suas plantações, criações, ter uma perspectiva de vida.⁵²

O mapa do GETAT, atualizado pelo LEDTAM/UFPA, quase quarenta anos depois, mostra, conforme afirma o diretor da FETAGRI, que o movimento sindical com apoio da CPT da região de Marabá e com suas lutas logrou inserir no espaço hegemônico do capital suas proposições e com isso garantir que muitas ocupações se tornassem assentamentos da reforma agrária. Mas isso não significou o fim das disputas ou a plena conquista dos direitos pleiteados pelos posseiros e agricultores. Como afirmou Francisco de Assis Solidade: a luta sempre continua.

Partindo de Marabá no sentido oeste da Transamazônica, havia terra e chuva, mas não havia crédito, escolas, segurança, saúde, estradas trafegáveis para tantos migrantes. Logo, aqueles sujeitos que vieram nas levas da colonização dirigida dos PIC reivindicaram as promessas contidas nas propagandas do governo que os trouxe.

Muitos que participaram de lutas pela terra em seus estados de origem aqui tiveram que retomar essa prática para a garantia de sua sobrevivência. Especialmente depois de 1974, quando a colonização dirigida encerrou e o governo focou sua atenção na implantação de grandes projetos agropecuários e minerais.

Enquanto isso, as milhares de famílias que vieram para os PIC Altamira, Marabá e Itaituba tiveram que abrir estradas e mantê-las minimamente trafegáveis, lidar com a terra sem apoio técnico e sem crédito, construir escolas e enfrentar a precariedade da saúde pública e tantas outras carências.

Sendo esses territórios de responsabilidade do governo federal, a única referência que os colonos tinham de gestão era o INCRA. Esse, por orientação do governo central, reduziu suas ações dando margem ao surgimento de levantes que não tardaram a bater na porta do órgão com suas reivindicações. Embora o conflito mais visível na Amazônia sempre tenha sido aquele travado pela posse da terra, vários outros também surgiram ao longo dos anos.

Com os núcleos urbanos distantes das áreas ocupadas pelos migrantes, várias aglomerações foram se transformando em vilas e agrovilas e mais tarde até em cidades. Nesses espaços com equipamentos sociais precários, mobilizações sociais na busca de direitos também

⁵² Entrevista concedida aos pesquisadores Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. In: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

foram sendo formadas. Aos poucos, as agrovilas vão compondo uma rede em torno das cidades antigas que sediam os PIC nessa parte de ocupação mais expressiva da Transamazônica entre Pacajá e Rurópolis.

Compreender o espaço produzido por esses movimentos sociais pressupõe identificar os sujeitos envolvidos na formação dos movimentos, suas pautas e suas reivindicações, os interlocutores do movimento, o contexto envolvido, o formato da ação desencadeada e seus desdobramentos, o território onde ocorre, o destinatário da pauta elaborada e manifesta nas ações realizadas.

Essas ações coletivas reivindicam direitos, propõem alternativas, denunciam desmandos e violências. As muitas vozes de um território sempre se manifestam produzindo um espaço que diverge no todo ou em parte do espaço estabelecido pela ordem dominante.

Uma coisa é certa: os movimentos sempre existiram e resistiram, persistem por motivos diversos. Charles Tilly (2010), ao tratar da história dos movimentos sociais na Europa, defende que essas práticas de mobilização nas cidades e vilas conformam um repertório de confrontos, maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados e nessas práticas confrontam as várias ordens estabelecidas pelos governos e aliados.

Para ele, o surgimento do movimento social na Europa é fruto dessa busca pela cidadania numa relação quase nunca amistosa entre essas populações e o estado nacional. Na Amazônia brasileira, não foi tão diferente, as lutas marcadas pelos conflitos pela terra foram pelo direito à cidadania. Para isso, contou com aliados históricos tanto no campo quanto na cidade, um desses aliados foi a igreja católica que desde sempre garantiu apoio os menos favorecidos.

2.1 FÉ NOS PASSOS: PAPEL DA IGREJA NAS LUTAS POR DIREITOS

Figura 4 - Bispo Dom Erwin Kräutler celebra missa na CEB da vicinal, Brasil Novo, 1995



Fonte: Arquivos FVPP (2020)

O levantamento feito por Alfredo Almeida (2014) junto aos relatórios da CPT e nos arquivos da secretaria da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dá uma dimensão do envolvimento multiescalar da igreja católica e revela fatos que fundamentaram o surgimento da CPT, um dos braços importantes da igreja nas mobilizações das populações do campo, (Figueira, 2022; Pessôa, 2022).

Segundo Almeida (2014), realizou-se em Goiânia, entre os dias 19 e 22 de dezembro de 1975, o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia Legal, cujo objetivo era sistematizar os trabalhos até então relativamente dispersos das dioceses e prelazias da Amazônia. No relatório dos bispos concluía-se que as áreas de maior tensão estavam principalmente ao longo das rodovias, construídas ou em construção, nos vales úmidos, em áreas férteis ou de florestas ricas em madeira de lei. As principais áreas apontadas foram:

1. Complexo Xingu-Araguaia, situada no Nordeste de Mato Grosso do Sul e do Pará, onde grandes projetos pecuários se desenvolvem sob influência das BRs 242, 158 e 080. Abrange as regiões de São Félix do Araguaia, Suiá-Missu e Conceição do Araguaia.
2. Pré-Amazônia Maranhense, área povoada especialmente por migrantes nordestinos, sob influência da BR-153, a Belém-Brasília, da BR-136, a São Luís-Belém, da BR-222, a Santa-Luzia-Açailândia, e dos Vales Mearim e Pindaré-Mirim, tendo Imperatriz como principal polo econômico. O Decreto

nº 71.195/72 declara prioritários para reforma agrária vários municípios do Maranhão.

3. Território Federal de Rondônia, em áreas de fronteiras, sob a influência da BR-364, a Porto Velho-Cuiabá, da BR-421, a Rodovia da Cassiterita e dos rios da Bacia do Madeira-Guaporé, Mamoré, Ji-Paraná, Jamari e Candeias.

4. Acre, com área de fronteira e sob influência da BR-236, a Rio Branco-Cruzeiro do Sul e abrangendo parte dos vales do Rio Acre, Purus e Juruá.

5. Tapajós, sob influência da BR-230, a Transamazônica, e da BR163, a Cuiabá-Santarém, em torno dos polos econômicos de Itaituba e Santarém.

6. Juruena-Airupuanã, no extremo norte de Mato Grosso, sob influência dos rios Arinos, Juruena, Teles Pires e Aripuanã e das BRs 242, 174 e 165.

7. Complexo Araguaia-Tocantins, situado no Pontal de Goiás e Sul do Pará, sob influência da Transamazônica e Belém-Brasília e dos férteis vales do Araguaia e do Tocantins.

8. Amazonas: o problema da posse da terra chega ao Amazonas. Apresenta problemas de posseiros e encontra-se na área da BR-080, e está enquadrada como área prioritária da reforma agrária. (Almeida, 2014, p. 90).

No resumo do mencionado relatório, o autor deixa claro que as áreas de tensão assinaladas eram áreas de colonização, de extração de minério e madeira, de pecuária extensiva, com presença de empresas, grandes fazendas, grilagem de terras e marcadas pela ausência de políticas públicas. A igreja católica na Amazônia tinha consciência dos problemas enfrentados pela população do campo. E foi ela que deu às mobilizações oriundas do campo uma contribuição ideológica e metodológica, defendendo que conhecer o território e sistematizar os desafios a serem enfrentados era condição para a existência e atuação dos movimentos.

Esses, animados pelos princípios da Teologia da Libertação, pregada pelos padres, freiras e leigos em suas visitas cotidianas às CEB'S que surgiram em todas as vicinais e comunidades ribeirinhas, por volta de 1980, desencadearam mobilizações que confrontavam a racionalidade imposta pelo poder central.

O sociólogo Michel Löwy (2016)⁵³ resumiu a influência das CEB'S como uma contribuição extraordinária para a criação e o desenvolvimento dos movimentos sociais. Segundo ele, a experiência dessas lutas estimulou, além do surgimento de importantes movimentos sociais no Brasil e América Latina, a politização dos membros das CEB'S. “Vários líderes oriundos dessas comunidades ajudaram a fundar os partidos de esquerda ou frentes revolucionárias” (Löwy, 1996, p. 96).

De acordo com Manfredi (1996), para falar do papel desempenhado pela Igreja Católica no Brasil e sua participação na formação dos movimentos sociais, em especial os sindicais, é preciso considerar os três níveis institucionais do espaço social católico: o clero, as obras

⁵³ Título original inglês: *The War of Gods – Religion and Politics in Latin America* 1ª edição, tradução de Vera Lúcia Mello Josceline, originalmente publicada pela Vozes (1996); a 2ª edição é fruto da parceria entre Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular (2016).

eclesiásticas e o mundo leigo. Esse último, o mais envolvido nas ações junto aos movimentos, é composto pelos católicos organizados nas pastorais e CEB's.

Segundo essa autora, os agentes envolvidos em cada um desses níveis têm atuação distinta. Esse conjunto complexo de forças sempre atuou simultaneamente, ora revolucionária, ora reformista, ora conservadora, em embates e contradições que envolveram a hierarquia da igreja, os governos e as elites econômicas: a igreja que criou as CEB's e pavimentou o caminho do sindicalismo na Amazônia também apoiou a ditadura (Pessôa, 2022).

A autora registra ainda que a formação dos católicos das CEB's era realizada a partir do método **Ver, julgar e agir**, sistematizado pelo cardeal Cardijn⁵⁴ e dividido em três partes. A primeira, *ver*, consistia em identificar os problemas coletivos e suas causas geradoras; a segunda, *julgar*, a partir de uma visão teológica, previa refletir sobre a realidade identificada; e a terceira, *agir*, buscava construir propostas de encaminhamento para a resolução do problema, privilegiando iniciativas coletivas que envolvessem os participantes durante e depois das ações.

Manfredi (1996) destaca, no Brasil, as figuras de Jorge Boran e Frei Beto como referências na fundamentação teórica mais crítica do método, tendo por base a Teologia da Libertação e sua proposição de uma igreja com opção preferencial pelos pobres e suas lutas por direitos, justiça e dignidade. Registra ainda que as entidades sindicais já existentes e que representavam o operariado das fábricas do Sul e Sudeste do país passaram a preocupar-se com a formação de seus associados e dirigentes. Nesse sentido realizaram cursos, conferências, palestras objetivando fortalecer o protagonismo de suas bases.

Essas atividades eram realizadas por organizações parceiras ou vinculadas à igreja católica, como a CPT e a Comissão de Direitos Humanos CDH, além de outras de caráter ecumênico, como foi o caso da FASE, responsável pela formação de lideranças de oposição sindical nas regiões Nordeste e Norte, especialmente no Pará. A seguir, na figura 05, ilustra-se um cartaz usado pela FASE nessas atividades de formação sindical.

⁵⁴ Joseph Cardijn, cardeal belga, fundador do movimento Juventude Operária Cristã (JOC) na Europa. O método *ver, julgar e agir*, base pedagógica desse movimento, foi sistematizado pelo cardeal e publicado pelo papa João XXIII na encíclica *Mater et Magistra*, em 1961.

Figura 5 - Cartaz usado pela FASE na formação sindical



Fonte: Arquivo pessoal de Raimunda Monteiro (2022)

As teorias marxistas e a pedagogia de Paulo Freire sempre estiveram na matriz discursiva das experiências de formação dessas organizações. Em sua narrativa, Emanuel Wambergue (2022) fala de seu trabalho junto às CEB's na região de Marabá:

[...] aqui quando cheguei aprendi o que era uma CEB: sempre quando tinha um grupo de família a gente ia lá fazia uma conversa para saber quem eram, se queriam formar uma comunidade, claro que eles sempre pediam o culto, a reza, uma coisa que me impressionava era a fé das pessoas, normalmente nessas visitas às comunidades tinha alguém que lia a bíblia. Aí tinha os comentários dos participantes ligando a leitura com a vida da comunidade, depois a palavra do dirigente, depois os avisos e durava mais ou menos uma hora essa parte e enchia, em todos os lugares. Isso já era influência do Congresso de Medellín de 1968 em curso, pelos padres e freiras que já estavam aqui antes de mim.⁵⁵

A dinâmica das CEB's citada por Wambergue se espalhou também pelas rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. Cada vicinal tinha mais de uma comunidade, que recebia

⁵⁵ Entrevista concedida aos pesquisadores Naurinete Fernandes Inácio Reis e João Leno Pereira de Maria do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Marabá, no dia 02/02/2022, arquivo audiovisual em formato mp4. In: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

visitas mensais de padres e freiras que rezavam missas, faziam batizados e casamentos, mas também discutiam os problemas existentes na comunidade como a falta de escola, de saúde, as estradas precárias, ausência de crédito para a agricultura familiar, entre outras demandas.

A igreja na sua missão pastoral fomentava a discussão sobre o papel do governo, as eleições, as mobilizações nacionais e internacionais em curso. Foi a partir dos encontros catequéticos, encontros de CEB's, encontros de jovens e estudos bíblicos promovidos pelas diferentes prelazias que lideranças oriundas dessas comunidades em todos os municípios entre Marabá e Itaituba e Santarém puderam se conhecer e compartilhar seus problemas e suas lutas. A 2ª Assembleia da Prelazia do Xingu, ocorrida em outubro de 1989, em Altamira, reunindo padres, freiras, leigos e dirigentes das CEB's, deu o tom da atuação da igreja católica nessa parte da rodovia: “[...] com os empobrecidos a serviço do Reino” (Boeing, 2022, p. 25).

De acordo com Leroy (1989), a igreja tinha consciência do papel que podia desempenhar junto às populações mais pobres do campo e da cidade, diante do abandono imposto pelo estado. Para ele, a igreja tinha o poder de preencher o vazio político do território. “Sua estrutura, sua tradição e o seu respaldo, bem como o sentimento religioso do povo, faziam dela uma força que o regime não podia controlar totalmente” (Leroy, 1989, p. 100).

Um dos marcos da igreja católica na Amazônia, que influenciou definitivamente os movimentos sociais na Transamazônica, foi o Encontro dos Bispos da Amazônia, ocorrido em Santarém, em 1972. Foi nesse evento que os bispos definiram prioridades pastorais para a igreja da Amazônia (Boeing, 2022). Essas prioridades incluíram a formação de agentes de pastoral, a Comunidade Cristã de Base, a pastoral indígena e a assistência pastoral à Transamazônica e outras frentes pioneiras. A igreja também atuava no interior da região de Santarém através do Movimento de Educação de Base (MEB) e de uma rádio educadora. Além desses, a FASE, muito ligada à CNBB, atuava em conjunto com a igreja em suas atividades pastorais nas comunidades.

Ao recontar a história do surgimento e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), Leroy (1989) registra não apenas o fato de que os caboclos e os nordestinos do planalto santareno se uniram com os camponeses da estrada numa mobilização por direitos, mas também a influência que esse movimento sindical exerceu em toda a região da Transamazônica e nos movimentos sociais que surgiram a partir dele.

As demandas desses diferentes sujeitos (o caboclo da terra firme, o vargeiro, o colono do planalto e o colono das estradas) vão compor o movimento social santareno oriundo das CEB's. Em cada uma dessas comunidades, além de um sistemático processo de formação

política, foram sendo criadas delegacias sindicais. De acordo com Avelino Ganzer⁵⁶, o objetivo era assumir o comando do STR de Santarém, criado em 1972 pelos militares. Em várias comunidades dessa região já existiam lutas pela posse da terra em antigas áreas ocupadas no planalto santareno por seringueiros e outros que migraram para a Amazônia no século anterior. Mas no sindicato criado pelos militares esse assunto nem era lembrado.

Antes de a conquista do sindicato de Santarém se tornar realidade, os colonos sulistas e nordestinos das estradas, descontentes com as promessas não cumpridas do INCRA, manifestaram suas insatisfações e demandas. Na inauguração da Rurópolis Presidente Médici, em 12 de fevereiro de 1974, com a presença no local do próprio presidente Medici, dois fatos suscitaram revolta: o primeiro foi a destruição da Vila da Palha, uma vila que foi se formando no vilarejo pelos trabalhadores que construía as casas e os prédios públicos da Rurópolis e por outras famílias que decidiram morar ali por causa do acesso aos equipamentos de saúde e educação, além do pequeno comércio.

Algumas semanas antes da inauguração, a vila foi incendiada a mando do INCRA, sob o argumento de que aquele monte de casas de palhas fugia do padrão do PIC e deixava “feia” a localidade para a visita do presidente. O incêndio ocorrido na madrugada foi aterrador para os moradores que tiveram que sair às pressas para não serem queimados com suas casas. Depois do fogo, os tratores destruíram todas as estruturas e aplainaram o terreno, em seguida, foi semeado arroz transformando a área, alguns dias depois, em um verde campo de arroz para impressionar Médici e sua comitiva.

O segundo fato ocorreu no evento da inauguração da Rurópolis: os migrantes gaúchos foram chamados para serem os churrasqueiros oficiais do grande churrasco para o Presidente, ocorre que toda população que lá estava há horas esperando pela comida sentia o cheiro das centenas de quilos de carne assando enquanto assistia aos militares comerem e saírem para visitas na vila, sem nem atentarem para a fome da massa convocada para aplaudi-los.

Com fome e cansados de tanto esperar pela autorização do INCRA para comer, centenas de pessoas quebraram a cerca que os separava da área da comida e pegaram todo churrasco que havia. Apesar da revolta manifestada, a Rurópolis foi inaugurada e Médici regressou a Brasília.

A mobilização criada pelos migrantes nessa parte da Transamazônica cresceu transformando-se numa vanguarda da luta sindical do campo, exercendo um papel importante

⁵⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores Lademe Correia de Sousa, Gefferson Ramos Rodrigues, Luana Sullivan Bagarrão Guedes e Raimunda Nonata Monteiro do projeto Memórias de 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Rurópolis, em abril de 2022, arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

na tomada do STR de Santarém, em 1980. Como vários outros sindicatos criados nos governos militares, o de Santarém também funcionava como um espaço de vigilância e controle do estado sobre as ações dos migrantes.

Outro foco desse sindicato eram as precárias atividades de assistência à saúde e aposentadoria pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)⁵⁷, ignorando todo movimento sindical que se consolidava no país que defendia o sindicato como ferramenta dos trabalhadores sem a ingerência dos patrões. Nesse caso do governo, já que o sindicato era um instrumento dos militares.

Como só podia existir um sindicato por categoria, a decisão foi deflagrar um movimento de oposição pela “tomada dos STR”, dando a ele novos rumos de atuação, incorporando a pauta dos agricultores das CEB’s, conectando com as lutas sindicais do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.

Esse conhecimento sobre as lutas populares que se desenrolavam em outras partes do país foi possibilitado pela proximidade com a igreja católica. Os agricultores das CEB’s de Santarém puderam conhecer a oposição sindical dos metalúrgicos do ABC paulista e de outros que pelo Brasil afora também travavam suas lutas por direitos na construção de sindicatos mais combativos que defendessem o operariado.

Essa mobilização nacional animou os trabalhadores da oposição sindical santarena. E foi no I Encontro de Agricultores, organizado pela CPT, ocorrido em dezembro de 1976, que os trabalhadores rurais, categoria da qual se apresentavam como parte, que decidiram lançar uma chapa de oposição para as eleições do STR de Santarém.

A tarefa de mobilizar as comunidades coube a um grupo de 30 pessoas, denominadas “caminheiros”. Leroy (1989) registra que dada a inexperiência do grupo, a outra chapa da situação teve acesso às informações das estratégias do grupo dos 30 e venceu novamente as eleições ocorridas em 01 de janeiro de 1977. No II Encontro de Agricultores ocorrido em agosto de 1977, o grupo dos 30 se desfez e cada um voltou para trabalhar na sua comunidade, construindo o consenso de que para vencer as eleições no STR tinham que continuar articulados fazendo mais trabalho de base para conquistar mais associados para a oposição sindical.

Nasce assim, em julho de 1979, a Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU), formada por alguns remanescentes do grupo caminheiros, por outros agricultores da região do planalto e das estradas, representantes das delegacias sindicais da Transamazônica, na região de Placas e Rurópolis, além de agentes de pastorais católicas. Em cada comunidade havia uma

⁵⁷ Essa continua sendo uma das atividades dos STTR, através de convênios com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

liderança funcionando como um elo da corrente (Souza, 2006). Esta organização tinha uma perspectiva mais organizada de sua atuação, que incluía planejamento, segurança, preocupação com finanças de sustentação do movimento, uma leitura da conjuntura social, política e econômica antes de tomar decisões. Uma das tarefas da CSLU era fortalecer as delegacias sindicais de oposição objetivando acumular forças para tomar a direção do STR de Santarém.

Outra iniciativa da corrente foi fazer os registros dos históricos de posse, já que através dos eventos da igreja o grupo tinha conhecimento das disputas violentas pela terra que ocorriam no Sul do Pará, onde para se ter terra era preciso ter dinheiro, o documento ou a força da bala, os posseiros não tinham nenhum dos três. Uma outra estratégia precisava ser construída.

Levar informação às comunidades era também um objetivo da corrente. Assim, em maio de 1979, com apoio da FASE, saiu o primeiro boletim impresso chamado *Lamparina*, pois era preciso clarear as ideias com informação. O desenho de uma lamparina acesa representava a mística da CSLU de que o conhecimento ilumina e liberta. Em julho de 1980, a chapa de oposição construída pela corrente venceu as eleições e assumiu o comando do STR de Santarém⁵⁸ com mais de 3 mil associados distribuídos por mais de 110 delegacias sindicais, (Monteiro, 2022; Leroy, 1989).

Na posse de Geraldo Pastana⁵⁹, o presidente eleito pela CSLU, entre os convidados estavam o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o presidente do sindicato dos metalúrgicos de João Molevade, em Minas Gerais, além de agricultores sindicalizados de outros estados.

Essa relação com os sindicatos do Sul e Sudeste do país se ampliou e na primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT)⁶⁰, realizado em agosto 1981, em São Paulo, participaram 22 delegados de Santarém, dentre esses, um dos diretores do STR, Avelino Ganzer, que compôs a comissão de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com isso, os migrantes da Transamazônica compartilhavam as lutas sindicais da Amazônia e conheciam os movimentos sindicais do operariado das fábricas. Nessa oportunidade conheceram também a mobilização urbana dos movimentos de esquerda que, entre outras

⁵⁸ Atualmente o STTR de Santarém dirigido, pela segunda vez, pela agricultora Ivete Bastos possui mais de 2 mil associados e segue tendo a lamparina como a logomarca do sindicato. Maiores informações em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/547/sttr-de-santarem-48-anos-de-luta-pela-garantia-dos-direitos-dos-lavradores> Acessado em: 24/07/2023

⁵⁹ Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, é um agricultor, sindicalista nascido em Santarém. Formado em Teologia e filosofia junto ao Clero católico progressista de Pernambuco, liderado por Dom Helder Câmara. Pastana regressou à Santarém em 1974. Ao longo de sua vida foi presidente do STR de Santarém, vereador, prefeito de Belterra e deputado estadual e federal pelo Partido dos Trabalhadores.

⁶⁰ Maiores informações em: <https://www.cut.org.br/noticias/ha-40-anos-conclat-dava-os-primeiros-passos-para-a-criacao-da-cut-Oba7> acessado em 01 de setembro de 2023.

proposições, discutiam a necessidade de se criar um partido político que representasse a classe trabalhadora.

O crescimento do protagonismo do movimento sindical de Santarém crescia a cada dia e seus líderes se davam conta de que, mesmo com a paralização da colonização dirigida, mais famílias chegavam na região e ocupavam as terras devolutas, mas não eram os únicos nessa jornada: fazendeiros também buscavam ocupar as mesmas áreas e os conflitos surgiam.

Como no caso das famílias que ocuparam as terras das vicinais 57 e 61, na altura do km 240, na região das “Placas”, sentido Altamira-Itaituba. Com a ausência do INCRA, foi o sindicato que assumiu o acompanhamento do conflito. Nessa região o delegado sindical Avelino Ganzer era a referência para os posseiros. A ocupação dos posseiros e a atuação de Avelino Ganzer foram denunciadas ao governo. Os militares buscavam sufocar qualquer mobilização social que pudesse repetir a Guerrilha do Araguaia.

Em junho de 1980, um batalhão do exército de Altamira formado por quase 100 homens armados com fuzis e metralhadoras desembarcou no km 240; os militares prenderam e torturaram agricultores e caçaram Avelino Ganzer por vários dias. Mas a rede forte de articulação das delegacias sindicais conseguiu avisá-lo antes que o exército chegasse em sua casa.

O protagonismo do movimento sindical santareno em sua luta por direitos reuniu, além de agricultores, pescadores artesanais da região do Tapajós que enfrentavam problemas em suas atividades por causa do descaso da Colônia de pesca Z 20. O governo, seguindo a lógica do PIN, apoiou empresas de pesca de Manaus que passaram a ter geleiras na região fazendo pesca de arrasto, causando impacto no recurso pesqueiro e na vida das populações que viviam da pesca artesanal.

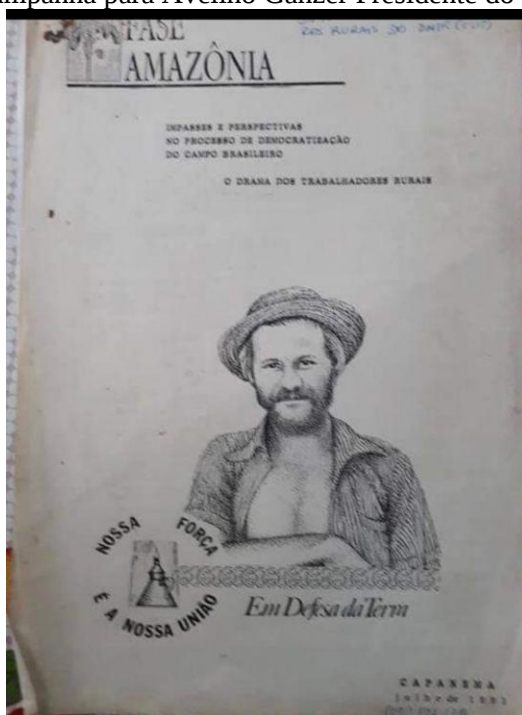
A colônia de pesca Z 20, criada desde 1920, não acolhia as reivindicações dos pescadores e fechava os olhos para o que estava sendo feito pelas empresas de pesca. Inspirados pelo STR, os pescadores decidiram assumir a direção da colônia de pesca para ter uma ferramenta de luta por seus direitos. Na assembleia da colônia, em 1982, os pescadores artesanais, com apoio do STR, ganharam as eleições e assumiram a direção. Por essa participação na assembleia dos pescadores, o presidente do STR, Geraldo Pastana, foi denunciado como subversivo⁶¹ para os militares.

⁶¹ O presidente derrotado da Colônia Z 20 enviou um ofício (nº59/81) ao presidente da Federação Nacional da Pesca, denunciando Geraldo Pastana, relatando que ele estaria fomentando uma revolta entre os pescadores com suas ideias comunistas.

Os documentos encontrados nos arquivos do STR registram a percepção dos seus dirigentes e associados quanto à situação do Brasil, a partir de 1983. Nesses relatórios, está registrada a percepção da ebulição que vive o país. De um lado, as dívidas com o FMI crescem, o desemprego e a inflação não recuam, greves acontecem em várias categorias contra as demissões em massa, os militares reprimem as manifestações populares, sindicatos são fechados, a violência no campo aumenta e assusta. De outro lado, cresce a campanha das “Diretas Já” e a adesão à CUT. Vai se estabelecendo uma unidade entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais. Toda essa conjuntura era registrada nos boletins impressos que a CUT enviava mensalmente pelos correios para os STR e delegacias sindicais.

Na eleição seguinte, o movimento sindical elegeu o delegado sindical Avelino Ganzer como presidente do STR de Santarém (a figura 06, a seguir, mostra uma imagem do cartaz de campanha). Luiz Inácio da Silva (Lula) se fez presente na posse do novo presidente, em 07 de agosto de 1983. No outro ano, Avelino Ganzer também foi eleito vice-presidente da CUT nacional. A mobilização empreendida na região de Santarém vai ocupando espaço nacional, isso daria mais motivos para o pedido de intervenção no STR.

Figura 6 - Cartaz da campanha para Avelino Ganzer Presidente do STR de Santarém. 1983



Fonte: Arquivo pessoal de João Batista, Brasília DF, 2023

Esse fato não chegou a concretizar-se, pois centenas de famílias sócias cercaram o STR impedindo a entrada do interventor. Em março de 1985 o STR foi incendiado, embora a polícia tenha constatado que o incêndio foi criminoso, os culpados nunca foram identificados. Em

novembro do mesmo ano, o prédio foi reconstruído na base do mutirão e da solidariedade vinda de vários outros sindicatos do Brasil.

Com suas conquistas, o STR de Santarém foi se tornando uma ferramenta para acessar políticas públicas e garantir direitos. Com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), fomentado desde o I CONCLAT, os agricultores que se tornaram delegados sindicais mais tarde também se filiaram ao PT e participaram das eleições municipais e nacionais.

Geraldo Pastana passou a integrar a direção nacional do PT e em 1988 foi eleito o vereador mais votado de Santarém. Valdir Ganzer assumiu a direção do PT em Santarém, em uma convenção partidária em que Lula estava presente, e foi eleito deputado estadual em 1988. A consolidação do PT tornou-se parte da ação do movimento sindical apoiado pela igreja católica e sua rede de CEB's. O exemplo do STR de Santarém se expandiu como forma de organização por toda Transamazônica.

Em outros pontos da estrada, a voz das CEB's se fez ouvir, outras reações semelhantes ao ocorrido na região de Rurópolis se repetiram, protagonizadas pelos migrantes do PIC, com apoio da Prelazia do Xingu. Em suas publicações, Erwin Kräutler (2014), atualmente bispo emérito da Diocese Xingu, relata sua trajetória pelas CEB's dos municípios da região da Transamazônica e Xingu, ajudando a organizar as demandas dos migrantes.

As práticas de mobilização coletiva pela melhoria de vida no campo persistiram. Logo, não tardou para que essas frentes de mobilização lideradas pelos migrantes, existentes nas regiões de Marabá, Santarém, Rurópolis, Medicilândia e Altamira compartilhassem suas realidades e estratégias sindicais intermediadas pela Igreja católica.

A maioria dos entrevistados foi unânime ao afirmar que foi através dos encontros catequéticos, grandes assembleias das prelazias, passeatas, acampamentos, festividades de padroeiros e cursos bíblicos, que lideranças como Celito Dalabrida, José Geraldo, Erwin Kräutler, Airton Faleiro, Francisco de Assis Solidade, Geraldo Pastana, Avelino Ganzer, Emanuel Wambergue, Dorothy Stang, Moacir Feiteiro, Padre Oscar Für, Alírio Bervian, Ademir Federicci, João Batista, Antônia Martins e tantos outros se conheceram.

2.2. RESISTÊNCIA E ESPERANÇA: PASSOS PELA SOBREVIVÊNCIA LEVAM A BRASÍLIA

Figura 7 - O MPST na manifestação do Grito do Campo. Belém, 1991



Fonte: Arquivos FVPP

Os trabalhadores migrantes da Transamazônica entre Pacajá e Rurópolis enfrentaram os impactos das práticas históricas de exclusão e violência do governo central e seus aliados, já registradas na região de Santarém e Marabá, cuja experiência de mobilização os influenciou. José Ribamar Ripardo⁶², um dos agricultores migrantes que participou dessa mobilização regional desde o início, informa que a ideia de fazer mobilizações por direitos no oeste do Pará começou por volta de 1978 quando os impactos pela retirada do apoio do governo aos colonos foram sentidos por todos.

Segundo ele, até chegar na formação de um movimento social regional, passos (etapas) importantes fizeram parte dessa trajetória. A primeira etapa foi o trabalho de conscientização feito nas CEB's pelos padres e freiras e pela CPT quanto à importância de organização dos

⁶² Entrevista concedida para a pesquisa em 12/04/2021, em Altamira. José Ribamar Ripardo, agricultor que veio do Ceará, ainda adolescente, para o município de Medicilândia. Sua família foi assentada da vicinal do 75. Zezinho como é conhecido, participou desde a primeira comissão do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e fez parte da direção da FVPP até 2018.

agricultores. “De modo que nas vilas de Pacajá, Medicilândia, Uruará, Brasil Novo e Rurópolis foram criadas delegacias sindicais objetivando essa organização” (José Ripardo, 2021).

Uma segunda etapa, de 1987 a 1989, é marcada pela emancipação dessas vilas, em 1988, numa mobilização que envolveu praticamente toda população. O passo seguinte foi transformar essas delegacias sindicais em STR, a organização que aglutinou as insatisfações e organizou os levantes que se seguiram.

Foi nesse mesmo período que agricultores oriundos dessas localidades fizeram acampamentos no INCRA de Brasil Novo cobrando investimentos na recuperação das vicinais, saúde e educação. Mas parte desse conjunto de lideranças que se conheceram nos eventos regionais e nacionais da igreja católica já havia estreado nas mobilizações ao apoiar a luta dos canavieiros do Projeto Agro Canavieiro Abraham Lincoln (PACAL), em Medicilândia, que lutavam contra o fechamento da usina e queriam receber o pagamento de sua produção.

José Geraldo Torres, que participou desde o início dessa mobilização, descreve o momento em que os agricultores de Uruará e Medicilândia decidiram ir junto com os canavieiros até Brasília (na figura 08, tem-se um registro desse evento):

[...] encerrada a greve da ponte, os canavieiros perguntaram pra nós da delegacia sindical: - vocês topam ir pra Brasília? A gente vai com 150 e vocês com 150 e a gente divide as despesas. E nós dissemos: - topamos, desde que nossas pautas também sejam incluídas: saúde, educação, estradas; vocês ficam com a pauta da usina e a gente apoia. Feito isso, saímos com uns doze ônibus e caminhões, umas 300 pessoas, a estrada era terrível... e pela primeira vez aconteceu um movimento desse tipo em Brasília e saído daqui da Transamazônica. Nesse grupo já iam os que mais tarde se tornariam prefeitos, como Lazarini que era delegado sindical e mais tarde se tornaria prefeito em Uruará, o Chico Aguiar que era presidente da ASFORT e que virou o primeiro prefeito de Medicilândia, e eu que já era delegado sindical em Medicilândia, nós não tínhamos sindicato porque não tínhamos município. Acampamos em Brasília, tivemos sucesso, voltamos de lá com a usina de volta para o INCRA e o INCRA fazendo todo investimento de recompor tudo que tinha estragado, financiamento para a cooperativa da usina e nós com nossas pauta com alguma coisinha: saúde, nós construímos o hospital em Uruará, escola nós negociamos 50 salas de aula cobertas com telha de barro por que era tudo Brasilite e palha de coco, conseguimos estradas pra ser feita pelo INCRA com participação nossa, construímos uma grande escola em Medicilândia, a Abraham Lincoln que era tudo de madeira caindo e fizemos de alvenaria. Com isso nós se firmamos também como um grupo político.⁶³

⁶³ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

A fala de José Geraldo reflete o abandono a que estavam submetidos os agricultores e produtores de cana do PACAL. Dada a ausência de políticas pública, a pauta era diversa, indo desde o pedido de pagamento da cana colhida e entregue até a construção de hospitais. Era o movimento social fazendo o papel que era do estado, indo até o governo central lembrá-lo dos migrantes do PIC e negociar as pautas.

Figura 8 - Canavieiros do PACAL na esplanada dos ministérios em Brasília - 1985



Fonte: Arquivo FVPP – Altamira (2022)

Depois da articulação com os canavieiros e animados com as conquistas, uma mobilização regional de agricultores e professores foi tomando forma nessa parte da Transamazônica. A ordem estabelecida a partir do pacto do bloco histórico e seu bloco de poder, Moreira (2021a) estava sendo desobedecida por aqueles que não se sentiram contemplados nas definições do poder central de investir nos grandes projetos agropecuários, deixando a agricultura familiar abandonada no fundo das vicinais. A situação precária da região foi definida por José Geraldo:

[...] naquele tempo a gente vivia aqui uma ditadura, não tínhamos sindicato, o nosso governo era o governo federal, era o INCRA. E lá no INCRA todo mundo era doutor, e nós éramos muito humildes, despolitizados, então por volta de 84 a gente começou a se organizar para buscar soluções para os problemas que eram de tamanho monumental, as autoridades longe de nós, vereadores prefeitos a gente nem conhecia, eram longe de nós, governador e deputados longe de nós, o governo federal da república longe de nós, imagina a situação que a gente vivia, era muito complicado.⁶⁴

⁶⁴ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

O movimento que formava nessa parte da Transamazônica também estava conectado com as mudanças que aconteciam no restante do país; a partir de 1986, em cada município se criou o Partido dos Trabalhadores (PT) e em todos os municípios os agricultores e professores filados ao PT disputaram as eleições. O objetivo era fortalecer o grupo político oriundo das CEB's e a pauta de reivindicações construída por esse grupo.

A proposta era eleger pelo menos um vereador em cada município, e assim aconteceu. O PT conseguiu 10% dos votos e elegeu os agricultores: Manoel Vieira em Rurópolis, Genoir Pilonetto em Uruará, Valdemar da Silva em Pacajá e a professora Lenir Trevisan em Medicilândia. O movimento fazia a luta política com um pé no movimento social e sindical.

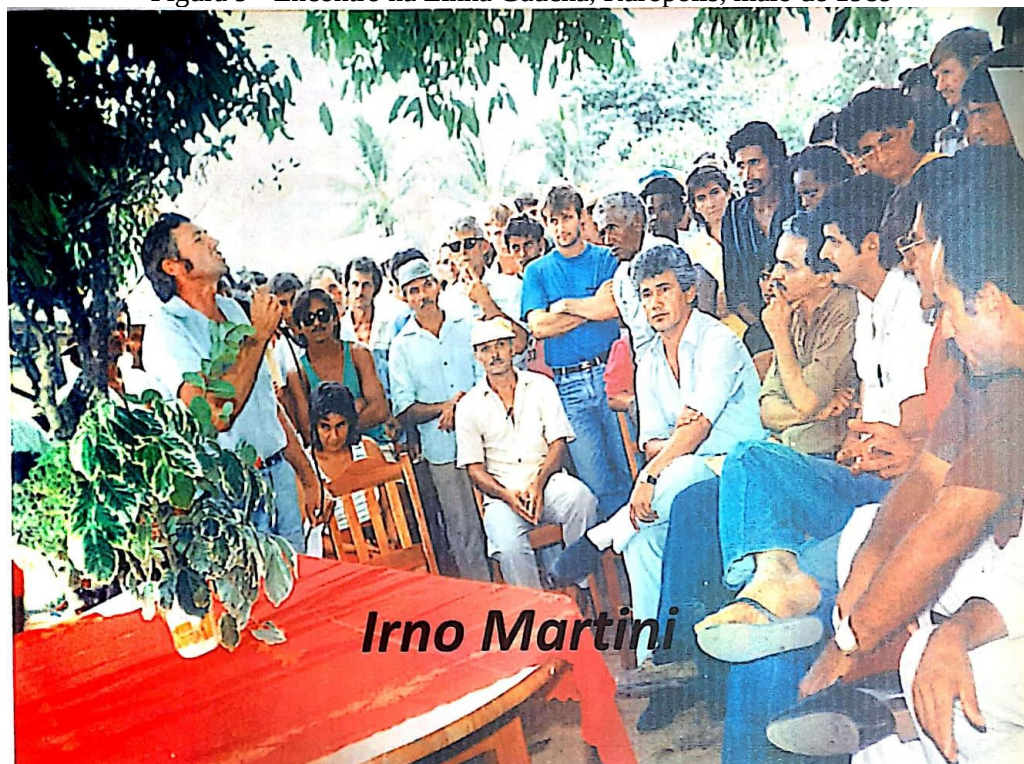
Wambergue (2022) reforça as afirmações de José Geraldo: “Não raro, na mesma casa do posseiro e dirigente sindical era comum encontrar tanto cartazes de partidos políticos de esquerda e de líderes revolucionários comunistas, quanto imagens de Jesus Cristo e de santos da igreja católica” (Wambergue, 2022, p. 32).

Outros elementos se somaram na base desse movimento regional que estava sendo criado. Nos documentos encontrados nos arquivos dos sindicatos está registrado que esse conjunto de lideranças tinha clareza de que de 1985 a 1988 a recessão econômica que atingiu o país inteiro e paralisou a agricultura agravou o empobrecimento dos pequenos produtores rurais e o abandono da infraestrutura da região.

A conjuntura de precariedade acentuou-se na rodovia e impôs a necessidade de novas propostas e formas de pressão para sair da crise e continuar animando as populações para continuar lutando pela sobrevivência. Em julho de 1987, um grupo de sindicalistas de 5 municípios (Pacajá, Uruará, Altamira, Medicilândia e Rurópolis) reuniu-se em Medicilândia para debater essa situação. Ao final decidiram realizar uma pesquisa para retratar com dados esse abandono social e econômico da região. Esse trabalho seguia as orientações do método Ver, julgar e agir, da igreja católica. Para enfrentar o problema era preciso conhecê-lo por dentro (Manfredi 1996).

A pesquisa foi planejada e executada pelos sindicatos e paróquias com o apoio da CPT e FASE. Os dados sistematizados foram objeto de estudo em uma outra reunião, em Rurópolis, em junho de 1989, na vicinal da Linha Gaúcha de onde surgiram várias lideranças que faziam parte do movimento sindical de Santarém, dentre esses os irmão Avelino e Valdir Ganzer. A figura 09 traz um registro dessa reunião.

Figura 9 - Encontro na Linha Gaúcha, Rurópolis, maio de 1989



Fonte: Arquivos FVPP, 2023

Estiveram presentes trabalhadores rurais, professores, estudantes, agentes de pastorais, membros da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX). Os dados mostraram a situação precária do projeto de colonização da Transamazônica no trecho entre Pacajá e Rurópolis:

[...] apenas 09 médicos na região para uma população de 500 mil habitantes, numa extensão de 1000 km ao longo da BR 230. Mais de 70% da população adulta não alfabetizada ou semialfabetizada. 2.840 km de estradas vicinais habitadas, sem qualquer conservação. Nenhum município dispunha de energia elétrica (exceto Altamira, precariamente a diesel). Pessoas em condições sub-humanas no fundo das vicinais morriam por falta de assistência médica e de transporte (Souza, 2006, p. 70-71).

A pesquisa revelou que os problemas eram muitos e complexos e que o governo abandonara o projeto de colonização dirigida e seus milhares de habitantes sem nenhum interesse em retomar o assunto: “O governo traiu os migrantes” (Boeing, 2022, p. 103). Diante desse quadro, as lideranças das CEB’s decidiram criar uma articulação regional, uma comissão provisória de lideranças de diferentes municípios (Figura 10), com a tarefa de mobilizar uma série de eventos para sensibilizar a população quanto à gravidade da situação.

Figura 10 - 1ª diretoria do MPST: Antônio Rodrigues, Moacir Feiteiro, Aírton Faleiro, Genoir Pilonetto, José Geraldo, Benildes Grings e Cristóvam Florêncio. Altamira, 1991



Fonte: Arquivos FVPP, 2023

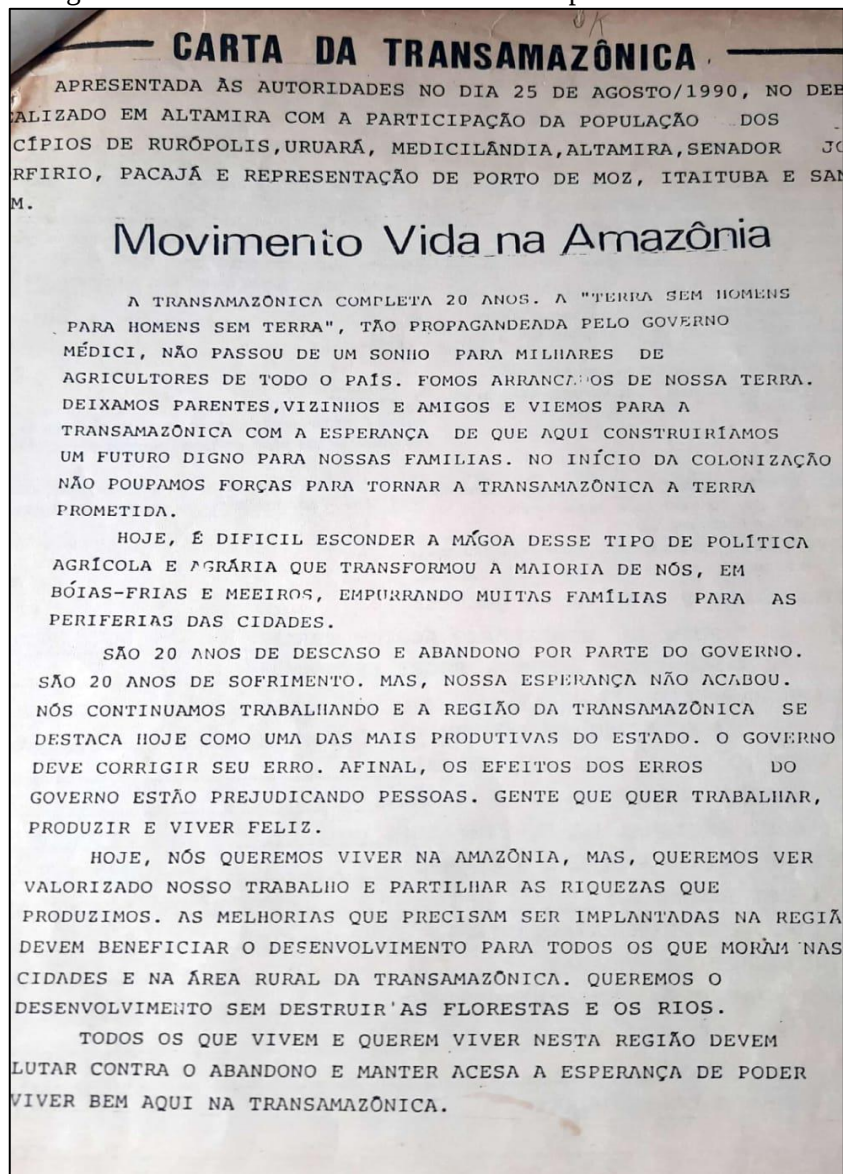
A meta era envolver o máximo possível de apoiadores em um processo de elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para a região, com ampla participação. Essa mobilização teve como sugestão o nome: “Vida na Amazônia” e como lema: “Viver, produzir e preservar”.

A organização que surgia unindo inicialmente agricultores e professores, sob a assessoria política e ideológica da igreja católica, combinava as lutas reivindicativas por saúde, educação, estradas e outras políticas públicas, com a apresentação de propostas para solucionar os problemas socioambientais da região. Nesse mesmo ano foram realizados atos públicos e debates nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Altamira, envolvendo um total de 6 mil pessoas

Nesses atos públicos se discutiam os problemas enfrentados pelas comunidades, denunciando a situação com base nos dados da pesquisa. A carta da Transamazônica (figura 11), que mobilizava para esses eventos regionais, apresentava o pensamento desse conjunto de sujeitos sobre o contexto e as perspectivas futuras para o projeto de colonização. Responsabilizava o governo pela situação de abandono vivenciada no campo e nas vilas, e já

falava na Amazônia e sua diversidade de povos, trazia o discurso ambiental e chamava para uma unidade nas lutas por direito.

Figura 11 - Carta da Transamazônica escrita pelo MPST em 1990



Fonte: Arquivo FVPP – Altamira (2022)

Na trajetória recontada por José Ripardo, a terceira etapa de constituição do movimento foi marcada pelo grande debate: “20 anos de Transamazônica”, ocorrido no dia 25 de agosto de 1990, em Altamira, com a presença de mil e quinhentas pessoas da região, além de autoridades estaduais, federais e municipais, prefeitos e seu secretariado” (Ripardo, 2021). Lideranças do movimento social de expressão nacional como o presidente da CUT nacional, Jair Menegheli e José Rainha, diretor nacional do Movimento dos Sem Terra (MST) se fizeram presentes.

O foco do evento era publicizar o quadro caótico da colonização a partir dos dados da pesquisa e ouvir das autoridades os compromissos que iriam estabelecer publicamente com as

lideranças presentes. O movimento percebeu que, se os agricultores estavam abandonados nos fundos das vicinais, a situação dos órgãos públicos e das prefeituras não era diferente; por isso, envolver mais gente, especialmente as prefeituras, era imprescindível.

Depois do evento, em setembro de 1990, uma comissão foi a Brasília para entregar as reivindicações discutidas no debate de Altamira. Em novembro desse mesmo ano, foi realizada, às margens do Xingu, a primeira assembleia que elegeu a coordenação dessa mobilização regional e definiu as próximas estratégias. O encontro foi assessorado por João Pedro Stédile, do MST nacional, que ajudou o grupo da Transamazônica na construção da estrutura de um movimento regional liderado por agricultores familiares.

Uma dessas definições desse encontro de lideranças foi a construção de propostas para negociar com as autoridades estaduais e nacionais. Uma comissão de lideranças viajou para as outras regiões do Brasil, falando do abandono da Transamazônica, pedindo apoio dos movimentos sociais nacionais para as etapas que seriam realizadas mais tarde.

Outro passo importante (quarta etapa) foi marcado pela realização do acampamento em Altamira no período de 29 de maio a 06 de junho de 1991, duas escolas públicas (Polivalente e Dairce Pedrosa Torres) do centro da cidade serviram de local para o alojamento dos participantes e a realização das plenárias e trabalhos de grupo. Estiveram presentes cerca de duas mil pessoas vindas de todos os municípios da região entre Itaituba e Marabá, além de outros convidados de movimentos sociais de outras regiões do país.

Os participantes passaram uma semana discutindo a precariedade da região e as soluções para os problemas a partir de grupos de trabalho sobre cada tema. A programação do evento incluiu a elaboração, aprovação e apresentação pública da primeira versão do Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica PGDT, que foi aprovado também pelos prefeitos das cidades recém-criadas na região, cujas prefeituras estavam na mesma situação de abandono. Sobre o PGDT, o coordenador do MPST na época, José Geraldo, fez o seguinte relato:

[...] nós tínhamos a tarefa de elaborar um plano para a região, os prefeitos não tinham um, o governo do estado também não, o governo federal não tinha e as estradas foram se deteriorando, de forma que você já demorava 10 dias para chegar de Marabá a Santarém e Itaituba, disso o povo nem lembra mais.⁶⁵

A metodologia de construir as proposições a partir dos problemas comuns foi a estratégia do planejamento no acampamento de Altamira. Os grupos de trabalho formados por

⁶⁵ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

representantes de diferentes municípios e comunidades, assessores da igreja católica, das universidades e outros apoiadores trataram de temas como: agricultura e meio ambiente, questão agrária e fundiária, saúde, educação, urbanização, estradas, energia e crédito bancário, considerados bandeiras prioritárias para o MPST e seus parceiros.

O acampamento que construiu o I PGDT elegeu oficialmente o nome dessa mobilização regional: Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). Em agosto desse mesmo ano foi realizada a assembleia que criou a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) – a representação jurídica desse movimento. Mas MPST foi o nome que se tornou conhecido.

Na verdade, a FVPP nunca se constituiu juridicamente como uma fundação, é registrada como uma associação de organizações, sem fins lucrativos. O MPST nasceu com um projeto de desenvolvimento regional, rompendo com a realidade de abandono imposta à região. Como o governo não cumpriu o acordado, coube ao movimento dos migrantes cobrar a promessa.

A metodologia do evento teve dois momentos: primeiro, a construção coletiva de propostas para agricultura e meio ambiente, questão agrária e fundiária, saúde, educação, urbanização, estradas, energia e crédito bancário. O segundo momento foi apresentar e debater essas propostas com as autoridades do governo convidadas para o evento e obter delas o compromisso de sua implementação.

Segundo José Ripardo, a estratégia não saiu como planejado pelos organizadores do acampamento. “O governo mandou representantes sem poder de negociação e nenhum compromisso relevante pôde ser firmado. Aos poucos o movimento ia descobrindo que a luta por direitos era árdua” (Ripardo, 2021). Mas, se o governo não veio até o movimento em Altamira, o movimento decidiu ir até o governo na capital federal. Jean Hébette (1994) elabora, como segue, o que representava o MPST àquela altura:

O advento do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica – MPST representa um marco inquestionável da história da Transamazônica, e, talvez, da história da agricultura familiar do Pará. Foi um “fato histórico” e toda reflexão sobre seu passado, seu presente, e, acredito, sobre seu futuro, tem que ser amarrado a essa dimensão histórica (Hébette, 1994, p. 03).

A quinta e última etapa, apresentada por José Ripardo, foi o passo importante de consolidar o MPST como um movimento regional que lutava por direitos. Durante mais de um mês, 300 pessoas participaram de uma caravana rumo a Brasília para negociar as propostas do I PGDT. Durante a viagem, parou-se em Belém para somar forças ao II Grito do Campo, liderado pela FETAGRI e pela CUT estadual, que buscavam unir os movimentos sociais

paraenses em torno do combate à violência no campo e por investimentos para a agricultura familiar.

Durante uma semana os integrantes do MPST permaneceram em Belém participando de atos públicos e passeatas pela cidade, reivindicando a desburocratização do crédito FNO para beneficiar a agricultura familiar, e de manifestação em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, exigindo justiça pelos assassinatos de lideranças sindicais e religiosos na região de Marabá. Nesses espaços, os agricultores da Transamazônica também puderam falar para representantes de outras regiões do Pará sobre os motivos de viajar em caravana até Brasília.

No dia 07 de setembro de 1991, 300 integrantes do MPST chegaram a Brasília no Distrito Federal, enfrentando, além do clima frio e seco, a dificuldade de se fazer ouvir pelo governo. Numa jornada que durou mais de um mês, os participantes, a grande maioria em sua primeira viagem a Brasília, ficaram acampados na sede campestre da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e todos os dias marchavam para a Esplanada dos Ministérios na esperança de serem recebidos por alguém do governo federal e assim tratar dos problemas da Transamazônica.

Depois de dias a fio, sem nenhum sucesso, os dirigentes da caravana decidiram chamar a atenção do Presidente da República durante seu ritual matinal de subir a rampa do Palácio do Planalto, toda quarta-feira, acompanhado de alguém do povo. O movimento decidiu que faria um ato para chamar a atenção do presidente Collor. Todos chegaram cedo e, no gramado em frente às bandeiras que ficam ao lado da rampa do palácio, deitaram-se silenciosamente formando com os corpos a frase, já ensaiada na noite anterior na CONTAG: *A Transamazônica não pode esperar*.

A manifestação inusitada criou um alvoroço na guarda do palácio que esperava o Presidente e exigia que todos deveriam ficar de pé para ouvir o hino nacional. No meio das discussões acaloradas entre os policiais e os dirigentes do MPST, o Presidente Fernando Collor de Mello chegou à Praça dos Três Poderes. Ao ser informado pela guarda do que se tratava, o presidente se dirigiu até os manifestantes deitados. Cumprimentou os líderes e perguntou sobre o motivo daquela manifestação (figura 12).

Figura 12 - Caravana do MPST em Brasília é recebida por Collor – DF, 1991



Fonte: Jornal Correio Braziliense, 15 de setembro de 1991, Brasília DF.

A ideia deu certo. Collor propôs que se todos ficassem de pé durante a execução do hino nacional, ninguém seria preso e ele conversaria com as lideranças sobre as reivindicações. Todos concordaram e o hino foi ouvido de pé. A caravana foi recebida pelo presidente Fernando Collor de Melo que ordenou a criação de uma Comissão Interministerial para estudar a pauta apresentada pelas lideranças da Transamazônica.

Depois disso, o presidente viajou para o exterior, tudo voltou à rotina nos ministérios e a Transamazônica seguiu sendo ignorada. Diante dessa situação, um grupo de 90 pessoas da caravana resolveu fazer uma greve de fome na entrada do Ministério do Desenvolvimento Regional. Decisão assim justificada por José Geraldo:

[...] Por que fizemos a greve de fome? Porque a gente tava lá com mais de trinta dias e ninguém recebia a gente e se alguém nos recebia diziam: “ih, vocês querem tirar leite de pedra com essa pauta aí”. Era uma bandidagem naquele governo...eles esperavam que a gente fizesse uma ação e quebrasse

alguma coisa para eles nos taxarem de baderneiros, nos prender e ficarem livres.⁶⁶

A Comissão Interministerial criada para tratar dos problemas da Transamazônica era formada por representantes dos ministérios, prefeitos da região e José Geraldo, o coordenador do MPST. O documento revela que várias proposições foram acordadas. Dentre essas, recursos para recuperação da rodovia e várias estradas vicinais, construção de escolas e hospitais, criação do programa de agentes comunitários de saúde, formação para os professores das escolas do campo.

Construir o I PGDT de forma coletiva, em maio de 1991, não foi uma tarefa fácil para o MPST. Mas colocá-lo em prática era ainda mais complexo. No retorno da capital federal, em 1991, o movimento e seus aliados comemoraram as conquistas obtidas em cada município. Todavia, nem tudo que foi acordado no documento se tornou realidade. Os recursos foram gerenciados pelas prefeituras e secretarias estaduais sem nenhuma participação popular ou qualquer controle ou informação aos movimentos.

Vale ressaltar que as proposições relacionadas ao meio ambiente, presentes no documento firmado, foram solenemente ignoradas pelos governos de todas as esferas. Os prefeitos na volta de Brasília criaram sua própria organização regional, a Associação dos Municípios da Transamazônica (AMUT), pois não queriam ser confundidos com os trabalhadores e, menos ainda, representados pelo MPST que tinha uma clara aliança com partidos de esquerda.

Mas os prefeitos também entenderam que para combater o isolamento e obter investimentos públicos era necessário atuarem juntos, já que as prefeituras da Transamazônica recebiam pouca ou nenhuma atenção dos governos estadual e federal. Havia também desafios antigos. Segundo José Geraldo, defender investimentos para a Transamazônica e suas populações não era uma unanimidade na opinião pública:

[...] então, a gente tinha dificuldade quando chegava na imprensa, em qualquer lugar por aí, havia uma oposição em você falar em restaurar, reconstruir a Transamazônica, por conta que foi um projeto feito pelos militares, desastroso para nós, para eles não, eles tinham sua estratégia que pode estar funcionando hoje.⁶⁷

⁶⁶ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. In: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

⁶⁷ Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. In: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

O que o MPST apresentou no seu I PGDT foi mais que um conjunto de reivindicações para melhorar a vida nas vicinais e vilas. Era a proposição de retomada do projeto de colonização tendo a agricultura familiar como protagonista no desenvolvimento regional.

O movimento não queria só o cumprimento das promessas feitas pelo INCRA, queria muito mais: recursos, acesso às políticas públicas, protagonismo político partidário e participação na gestão do território da Transamazônica e Xingu. Ao longo dos anos, o I PGDT foi sendo atualizado e lentamente executado pelos governos. Sempre com uma participação relativa dos movimentos sociais que o elaboraram. Nesse trabalho, não fizemos um estudo da evolução de todas as propostas do I PGDT. Utilizamos apenas parte desse documento, partindo de indicação dos próprios entrevistados quanto à relevância das propostas e de sua execução.

Do período de sua apresentação aos governos em 1992 até 2022, o plano construído pelo MPST e seus parceiros sofreu ajustes, proposições foram esquecidas, novas propostas foram incorporadas e outras, apesar de constarem sempre nas pautas de negociação, ainda não foram aceitas e executadas pelos governos.

Ao longo desses 30 anos uma constatação se impõe: as proposições fundiária e ambiental, a busca pelo crédito, saúde e educação sempre foram as pautas mais polêmicas do MPST, pois tanto as mobilizações empreendidas quanto seus resultados geraram mudanças no território e mostraram mais claramente a influência política desse movimento, suas alianças, perdas e conquistas no enfrentamento e nas negociações com os governos em prol de suas propostas.

Nas entrevistas realizadas, nos documentos estudados e eventos acompanhados durante esse estudo, foram citados exemplos de conquistas que melhoraram a vida população da região, sendo recorrentes as Casas Familiares Rurais (CFR), a criação das Reservas extrativistas da Terra do Meio, o crédito agrícola do FNO e o Projeto Gavião de formação de professores leigos. Tudo isso como exemplos dos bons frutos dessa luta. Dentro do I PGDT já estavam inclusos o FNO e a formação de professores. As CFR e a criação de unidades de conservação foram propostas incorporadas ao longo dos anos.

Diante do exposto, julgamos importante fazer esse recorte no I PGDT e analisar como essas proposições surgem dentro do movimento, o que as motiva e como elas evoluem na interlocução dos movimentos sociais com o estado. As CFR e as unidades de conservação foram construídas dentro do movimento que as levou aos governos para negociar a regulamentação e sustentação. Já o FNO e a formação dos professores das escolas do campo são reivindicações de políticas públicas já existentes, mas que não incluíam os sujeitos da Transamazônica e

Xingu. Em todas elas os movimentos sociais buscaram participar da execução e propuseram ajustes nas políticas públicas considerando a realidade da região.

O foco de nossa análise é a produção do contraespaço por sujeitos que decidiram questionar o espaço racional hegemônico que de algum modo não os considerava. Nesse sentido, analisamos os acontecimentos, eventos, as proposições e práticas de mobilização dos movimentos. As proposições desses sujeitos que formaram os movimentos têm como ponto focal de interlocução os governos, chamando-os em sua responsabilidade para com o conjunto da sociedade. Na base de formação do contraespaço do MPST estão:

- A reação dos migrantes ao arranjo do espaço hegemônico que os incluiu periféricamente no projeto de desenvolvimento pensado pelos militares para a Transamazônica.
- A influência dos levantes dos posseiros da região de Marabá na luta pela terra e contra a violência da grilagem.
- A metodologia organizativa do movimento sindical de Santarém oriundo das CEB's e que estabeleceu conexões com o movimento sindical nacional.
- O papel desempenhado pela Igreja Católica da Prelazia do Xingu que apoiou e assessorou, a partir da CPT, a organização dos STR nessa região.
- A eleição de lideranças do movimento, pelo PT, para cargos de vereadores, deputados e prefeitos, estreitando o diálogo do movimento com os governos e órgãos públicos.

O MPST não teve uma única causa. No início, buscou o cumprimento das promessas de apoio feitas pelo INCRA aos migrantes. Consequentemente, isso significou retomar as bases do projeto de colonização da Transamazônica, com mais protagonismo para os agricultores das vicinais, colocando em questão o espaço produzido a partir das demandas do capital que os enxergava como mão de obra para produzir arroz, cana e pimenta do reino em condições precárias, sem acesso à saúde, educação, segurança. Enquanto o mesmo governo apoiava as empresas de extração de minérios, madeira, grandes fazendas de pecuária, construção de barragens. Dessa junção saíram também os políticos que assumiriam as prefeituras e parlamentos. Aos agricultores, ribeirinhos, povos indígenas, moradores das periferias das cidades, restou a luta.

O movimento social sempre pautou a ação do estado nessa região. Seja a partir das denúncias, construção de propostas e projetos, reivindicação de políticas públicas ou parcerias na execução de ações do governo. Os STTR e os movimentos de mulheres sempre foram as organizações de base, presentes na formação do MPST e FETAGRI desde o início. Mas o sindicalismo do campo, orientado pela CUT e a luta do operariado das fábricas, entendeu que não tinha um patrão de quem cobrar seus direitos. Suas propostas deviam ser endereçadas ao

governo, o responsável pelo PIC. Inicialmente ao governo federal e, mais tarde, também às prefeituras e ao governo do estado do Pará. Em um país com eleições a cada 2 anos, as lideranças estão sempre recomeçando suas interlocuções com os diferentes governos. Nessa relação dialética com o estado, os movimentos vivenciaram momentos em que suas proposições foram acolhidas ou rechaçadas.

Conforme nos lembra Lefbvre, *Cada sociedad produce un espacio, su espacio*. (Lefbvre, 2013, p. 90), ao que acrescentamos: cada sociedade produz também o contraespaço, pois, de acordo com Moreira (2021a), não existe espaço sem contraespaço. A reação dos migrantes formadores do MPST se deu dentro do espaço hegemônico, como está escrito em vários documentos pesquisados: “Era preciso trocar o pneu com o carro em movimento” (FVPP, 1994, p. 05), numa alusão à necessidade de romper com o abandono já que não haveria uma trégua na colonização para rever os rumos do PIC. Registramos aqui dois pilares importantes nessa construção: a articulação com outras lutas e movimentos (Santarém e Marabá) já experientes na reação ao abandono e a formação política e sindical ofertada pela Igreja Católica do Xingu. Toda essa movimentação calcada no método *ver, julgar e agir* das CEB’s tem uma correlação com os estudos de Henri Lefbvre (2013) sobre o espaço. Ao trazermos a tríade de categorias: vivido, concebido e percebido criadas por esse autor para analisar os passos do contraespaço produzidos na formação do MPST, partilhamos da perspectiva defendida por Harvey (2006) que considera essa tríade não de forma hierárquica, mas em tensão dialética.

Os militares projetaram o PIN, *el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, ingenieros sociales* (Lefbvre, 2013, p. 97). Com seus técnicos, construíram a Transamazônica, expulsaram indígenas, fizeram a propaganda da terra prometida, trouxeram e assentaram os migrantes, escolheram a terra onde estes deviam morar (e até o modelo das casas!), decidiram o que deviam plantar, definiram uma estrutura de ocupação que incluiu, além do formato de espinha de peixe da rodovia cortada norte-sul pelas vicinais, a criação de agrovilas, agrópoles e rurópolis. Aos migrantes coube o papel de “usantes”, agradecidos e complacentes.

No caminhar da ocupação, os migrantes do PIN se dão conta do engano, percebem que as promessas do governo que os trouxe não estão sendo cumpridas: a vida nas vicinais é caótica, faltam escola, saúde, estradas, crédito. O INCRA é o responsável pelas vidas do PIC, mas o diálogo com os executores é difícil, o governo do estado não se responsabiliza, o projeto é do governo federal. Nesse processo, os trabalhadores percebem que os desafios são comuns em todas as vicinais da Transamazônica. Esse espaço vai se desvelando aos poucos, pois *La práctica espacial de una sociedad secreta su espacio; lo postula y lo supone en una interaccion*

dialectica; lo produce lenta y serenamente dominandolo y apropiandose de el (Lefbvre, 2013, p. 97).

Na vida cotidiana de enfrentar os desafios, os migrantes se apoiam na simbologia das CEB's em cujos cultos e missas juntavam o conteúdo das leituras bíblicas com a realidade das comunidades, animados pelas visitas de padres e freiras. *Los espacios de representación, es decir, el espacio vivido a traves de las imagenes y los simbolos que lo acompanan, y de ahi, pues, el espacio los “habitantes”, de los “usuários”* (Lefbvre, 2013, p.97). A formação sindical da CUT e CPT defendia que “cego é quem não quer ver”, assim ia formando os migrantes no aprendizado político sobre seus direitos e criando as delegacias sindicais nas vicinais como instrumentos da busca desses direitos. Todos juntos se consideravam parte da “caminhada” rumo a dias melhores, perspectiva pregada pela Teologia da Libertação.

Movido pelas práticas sindicais e religiosas, o MPST seguiu materializando seu contraespaço de forma reticular e multiescalar, as reuniões e atividades de formação aconteciam nos fundos das vicinais, nos municípios e entre as regiões. No capítulo que segue trataremos de alguns dos marcos da bandeira ambiental e fundiária do MPST e seus aliados – ações que demonstram que a luta socioambiental desse movimento social da Transamazônica e Xingu teve boa parte de suas propostas acolhidas pelos governos, mas também enfrentou resistências duras dentro e fora desses mesmos governos, sendo necessário um exercício permanente de negociações e recuos de ambos os lados.

CAPÍTULO 3

VÁRIOS PASSOS E UM PROPÓSITO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

*Todos juntos somos povos da floresta.*⁶⁸

Figura 13 - Pesquisadores e moradores da Resex Riozinho do Anfrísio, Altamira, 2005



Fonte: Arquivos FVPP

Espaço e contraespaço coabitam. “E, se, às vezes para resolver um é preciso extinguir-se o outro, outras vezes basta um reajuste de ordenamentos” (Moreira, 2021a, p. 220). Reajustar os ordenamentos já estabelecidos pelo bloco do poder na Amazônia é o maior desafio dos movimentos sociais. Especialmente porque entre os diferentes ângulos que o capital hegemônico e a maioria dos governos enxergam a Amazônia está “o mito da superioridade do capital sobre o homem da Amazônia” (Loureiro, 2009, p. 32). Essa postura desqualifica a importância do diálogo dos governos com agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores que buscam rediscutir a ocupação do espaço e os usos da paisagem. Nesse capítulo registramos o enfrentamento ao poder desse mito (Loureiro 2009) por parte do MPST, principalmente por meio das propostas de criação de assentamentos depois da área do PIC e de unidades de conservação, do confronto à terra de negócios e do não a Belo Monte,

⁶⁸ Afirmação contida no I PGDT do MPST sobre as questões ambientais na Amazônia brasileira.

colocando em questão os grandes projetos de desenvolvimento e suscitando o debate das condicionantes.

Nesta parte do documento faz-se a discussão a partir do registro da trajetória, das ações e dos marcos importantes da luta socioambiental desencadeada pelo MPST/FVPP e aliados. Portanto, tem-se como subsídio as lutas desenvolvidas por esses sujeitos ao longo das últimas três décadas, a partir dos marcos destacados que foram recorrentes na fala dos entrevistados, nos documentos pesquisados na sede da FVPP e na imprensa. O objetivo é verificar como as lutas travadas contribuem para a consolidação do contraespaço socioambiental e como este foi determinante para a formação atual do território. Partimos da premissa de que os movimentos sociais ao reivindicar seus direitos tanto disputam como cooperam com o Estado na produção do espaço (Preciado e Uc, 2014).

As reflexões que seguem corroboram a definição de Moreira (2021a) quanto aos tipos de contraespaço que podem se materializar como confronto, movimento de resistência e questionamento ao estabelecido pelo bloco de poder vigente. Nos exemplos citados a seguir vamos encontrar toda essa diversidade de situações. Os confrontos e os embates nas ruas e eventos públicos entre contrários e favoráveis a Belo Monte, os assassinatos de lideranças, a resistência de seguir em frente depois de tudo isso, o questionamento ao espaço racional estabelecido com a criação de unidades de conservação na terra grilada e o estudo do Painel de Especialistas para rever Belo Monte são exemplos do contraespaço produzido. Tudo isso, reunindo a diversidade de sujeitos em contextos políticos diversos, ao longo de três décadas.

Desde seu primeiro PGDT, o MPST trouxe o tema da questão ambiental associado à agricultura de baixo impacto e à questão fundiária. Os objetivos contidos nesse plano propõem a busca por uma produção diversificada e em harmonia com a natureza. Nesse caminho, promover uma sólida aliança entre agricultores familiares, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e seringueiros foi considerado uma condição para a sobrevivência desses povos. Vale ressaltar que essas alianças não foram automáticas e algumas, como a existente com os povos indígenas, ainda é bem incipiente.

O contexto em que foi elaborado o plano do movimento destacava que o abandono da colonização não impediu que uma nova leva de sujeitos chegassem todos os dias às vilas da beira da rodovia, os novos *chegantes*⁶⁹ na definição de Pessoa (2022). As terras após o perímetro de 10 quilômetros, definido no PIC para as vicinais, de cada lado da rodovia, estavam sendo ocupadas por esses novos migrantes, cuja composição incluía agricultores, fazendeiros e

⁶⁹ O autor utiliza o termo para se referir aos que chegaram espontaneamente depois que o PIC já tinha encerrado o assentamento das famílias.

outros que adentraram a floresta ocupando as terras ainda não destinadas pelo INCRA. Nesse rol as terras indígenas também estavam sendo ameaçadas e invadidas.

As disputas que se estabeleceram fizeram da busca pelo documento da terra uma bandeira de todos os grupos. Vale ressaltar que nas lutas pela posse da terra “a situação dos colonos é frágil, mesmo quando a resistência se converte em luta e passa a tramitar na esfera judicial, sem confrontação direta” (Loureiro, 2009, p. 47). Nessa empreitada, o apoio da CPT com seus advogados foi fundamental nas conquistas obtidas pelos posseiros.

Na época, a preocupação em garantir a documentação das terras tinha dois motivos centrais: a garantia legal da posse e o acesso a financiamentos bancários. Embora a responsabilidade de resolver as questões fundiárias fosse do INCRA e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o MPST acreditava que isso devia ser mediado pelos STR e suas delegacias sindicais. A regularização fundiária exigia atenção, pois poderia garantir os direitos dos ocupantes, definindo limites e documentando as terras. Isso era uma condição para evitar os conflitos fundiários. Em suas pesquisas de campo na Transamazônica, na região de Rurópolis e Placas, sobre a ação do governo na Amazônia e a situação dos colonos migrantes, Hidelberto Ribeiro (2016) escreveu:

A partir de 1974, quando é colocado em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período de 1974/1979, o desempenho em promover a colonização e o assentamento pelo Estado foi praticamente deixado de lado. Desse momento em diante, a colonização deveria ser promovida pelas empresas colonizadoras que, ao lado dos grandes empreendimentos capitalistas, seriam a linha de frente para promover o desenvolvimento (Ribeiro, 2016, p. 19)

Ribeiro (2016) registra ainda que o governo perdeu o controle sobre as levas de migrantes que chegavam semanalmente, por conta própria. Diante disso, decidiu “fechar”⁷⁰ a região amazônica para o pequeno produtor, distribuindo grandes áreas de terras e incentivos financeiros e fiscais ao empresariado. O que gerou conflitos, mas a migração ignorou a falta de apoio do governo e continuou seguindo rumo à Transamazônica. Famílias chegavam a todas as frentes de colonização, mas não faziam parte do pacto do PIC construído pelo bloco do poder (Moreira 2021a).

Um dos fatos marcantes na história de formação dos STR da Transamazônica foi o conflito na região de Placas. Entre os migrantes que chegaram espontaneamente nessa região, estava Avelino Ribeiro, que logo se tornou um importante dirigente sindical do STR de Santarém. Da mesma forma que aqueles que chegaram depois que o INCRA havia encerrado a

⁷⁰ Grifo nosso

colonização dirigida, de acordo com Monteiro (2022), ele tomou posse de uma terra no km 173, na comunidade do Igarapé Preto. Essa era uma região disputada por fazendeiros. Em função disso, em março de 1982 Avelino Ribeiro foi assassinado.

No dia da sua morte, havia escrito uma carta em solidariedade aos posseiros do Araguaia; nessa época, padres e posseiros do Araguaia estavam presos em Belém. Por causa do assassinato do dirigente do STR, o movimento sindical de Santarém recebeu cartas de solidariedades de todas as regiões do Brasil. O ocorrido fez o STR buscar com mais afinco uma solução para os vários conflitos que ocorriam. Apenas em 1983, o sindicato conseguiu que o INCRA colocasse um fim no conflito na região de Placas, destinando 62 hectares para cada posseiro e 160 para os fazendeiros. Boeing (2022) nos lembra que nas raízes desses conflitos também está a diferença no tamanho da terra: os agricultores do PIC receberam lotes de até 100 hectares enquanto os agropecuaristas receberam em torno de 3 mil hectares.

A compreensão quanto às origens de um movimento social pressupõe conhecer os levantes que vão se agregando e formando a base para que esse movimento se materialize enquanto manifestação pública. No período mencionado, no trecho da Transamazônica entre Uruará e Pacajá, o foco das mobilizações apoiadas pela igreja não eram os conflitos fundiários, mas o abandono dos migrantes. Todavia, a solidariedade das delegacias sindicais desse trecho ao STR de Santarém, diante do assassinato de Avelino Ribeiro, aproximou ainda mais as lutas e trouxe a bandeira fundiária para dentro dos STR. Todos unidos pelo sentimento de exclusão que alimentava as mobilizações.

Voltando ao I PGDT, temos que, além das proposições para regularização fundiária, este plano também apresentou a proposta de realização de um zoneamento agroecológico das propriedades com o intuito de definir o aproveitamento racional desses lotes. Essa orientação seria realizada pelos órgãos de pesquisa e de assistência técnica, os quais teriam a tarefa de compartilhar com os produtores conhecimentos sobre formas sustentáveis de produzir na Amazônia. Essa foi uma das propostas nunca acolhida efetivamente pelos órgãos públicos.

Nos objetivos do plano estava também o enfrentamento ao discurso do movimento ecológico internacional que responsabilizava a pequena produção pela destruição da Amazônia. Na mídia, vários ambientalistas colocavam os agricultores no mesmo bloco das grandes fazendas, madeireiras e mineradoras em contraposição às populações tradicionais vistas como exemplos de preservação da Amazônia. Como resposta a isso, o I PGDT propôs a realização de uma campanha de conscientização sobre queimadas, desmatamento, pesca predatória, preservação de morros e nascentes. Para essa tarefa de construir a nova consciência foram convocados sindicatos, escolas, associações e cooperativas, além das paróquias e suas CEB's.

A tomada de decisão sobre as formas de produção deveria incluir as práticas e os conhecimentos tradicionais dos produtores.

A preocupação com a falta de documentação dos lotes levou os produtores a propor que o documento comprovando a averbação junto ao IBAMA deveria servir também como documento para acessar créditos junto aos bancos. E mais, solicitavam que os lotes até 100 hectares fossem isentos de taxas e que a aquisição de motosserras fosse autorizada pelos sindicatos com assinatura de termo de compromisso pelo usuário.

Outra proposição foi que as culturas do cacau e da seringa pudessem ser usadas como espécies adequadas ao reflorestamento. A tarefa de produzir essas e outras mudas de essências florestais deveria ser de responsabilidade da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) que distribuiria essas mudas para os produtores recuperarem as áreas degradadas.

A execução dessas proposições na prática, pelos governos, seguiu lenta, superficial e, em alguns casos, completamente ignorada. Cada vila que virou cidade tinha outras prioridades e a questão ambiental não estava entre elas. Com o passar dos anos, a pauta ambiental do MPST se ampliou, na medida em que cresciam as denúncias sobre a depredação dos recursos naturais da Amazônia e as articulações do MPST com outros movimentos.

Depois da ECO92, as lideranças do MPST passaram a ter contato mais frequente com outras organizações de agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas do Pará e da Amazônia. O seringueiro Júlio Barbosa, atual presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), fala sobre isso:

[...] meu primeiro contato com o MPST se deu na formação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), foi lá que conheci a turma da Transamazônica. A decisão de criar o GTA foi por causa do PPG7, dentro desse Plano, que veio depois da ECO92, se criou vários programas focados nos povos que existiam na Amazônia. Mas era preciso a gente ter uma rede para se articular e acompanhar se isso ia mesmo sair do papel.⁷¹

Essa junção de organizações produziu manifestações, proposições e coalizões que aos poucos foram sedimentando a posição de um conjunto de sujeitos sobre o desenvolvimento na Amazônia e na Transamazônica. Com a formação dessa rede, a questão ambiental foi crescendo dentro e fora do movimento dos agricultores migrantes que a essa altura já estava mais próximo dos pescadores de Senador José Porfírio e dos ribeirinhos de Porto de Moz. Tudo isso

⁷¹ Júlio Barbosa foi companheiro de Chico Mendes no STR de Xapuri no Acre. Quando Chico foi assassinado, ele assumiu o STR e segue até hoje na luta pelos seringueiros das resex. Nossa conversa aconteceu em março de 2023, em Bruxelas, Bélgica, em uma jornada de sensibilização dos deputados do parlamento europeu sobre os impactos do Acordo Comercial UE Mercosul na vida dos povos da Amazônia.

intermediado pelas paróquias da Prelazia do Xingu. O debate ambiental já fazia parte da pastoral católica que estava atenta com o debate ambiental internacional.

Os recursos oriundos do PPG7 foram fundamentais para possibilitar a formação e manutenção da rede de articulação GTA por onde passou a maioria dos debates ambientais da Amazônia, liderados por agricultores familiares, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco e pescadores. No processo de negociação de suas proposições ambientais com os governos, o MPST logrou estabelecer negociações, por vezes numa dialética de reciprocidade com o estado, outras vezes de enfrentamento e discordâncias. De modo que o conflito marcou o espaço produzido de ambos os lados na questão ambiental. Alguns desses conflitos tinham raízes anteriores à formação do MPST.

No período de 1990 a 1992, quando surgiu o MPST, Altamira, principal cidade nessa parte da BR 230, tinha a prefeitura comandada por empresários/fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR) – organização que criticava o movimento ambiental e seus aliados e apoiava a grilagem de grandes áreas de terras públicas. Os movimentos sociais locais que apoiaram as ações do MPST já denunciavam desmandos na administração pública por parte desses gestores.⁷²

Nessa busca por apoio ao novo movimento regional que nascia, a Comissão Executiva do MPST participou do Encontro Nacional da Amazônia (ENA), em fevereiro de 1991, e denunciou o abandono da Transamazônica. “Nós decidimos sair do gueto e queremos que o Brasil saiba da nossa existência” (Feiteiro, 1991).⁷³ A CPT Xingu, aliada do MPST, denunciava também o crescente saque de madeira em toda região, realizado com a conivência dos políticos locais.⁷⁴

De acordo com Tarcísio Silva (2009), de 1995 a 1998, o Mutirão pela Cidadania, organização urbana da cidade de Altamira, criada pelos movimentos sociais locais e a Prelazia do Xingu, enviou cartas ao MPF de Santarém denunciando a compra de terras na região do Xingu. Segundo ele, “a CR Almeida, através da empresa INCENXIL, comprou de antigos seringalistas uma área de quatro milhões setecentos e setenta e dois mil hectares de floresta na Terra do Meio” (Silva, 2009, p. 18). O propósito era sacar toda a madeira de valor econômico

⁷² In jornal Diário do Pará de 16 de setembro de 1992.

⁷³ Afirmção do sindicalista Moacir Feiteiro, da Comissão Executiva do MPST, presente no ENA. In Jornal A Crítica, 25/02/1991

⁷⁴ In Jornal Liberal, 20/01/1991.

e ir convertendo a terra em fazendas de pecuária extensiva. Para isso usavam alguns planos de manejo aprovados pelo IBAMA para “esquentar”⁷⁵ a retirada de madeira de toda região grilada.

Os conflitos abertos com o bloco do poder local começaram a ser estabelecidos desde a conferência da ECO92, no Rio de Janeiro, quando o Greenpeace, que acompanhava o saque da madeira na região do Xingu, propôs que o corte ilegal de madeira, especialmente do mogno, fosse proibido.⁷⁶ O MPST também estava na conferência e denunciou o abandono da Transamazônica, o saque da madeira⁷⁷ e a grilagem de terras.

No retorno dessa conferência internacional, as lideranças do MPST reuniram as organizações para informar sobre o PPG7. Tratava-se de um programa piloto para a proteção das florestas tropicais com a missão de apoiar os povos na Amazônia em suas ações de proteção da floresta. Os representantes dos povos da Amazônia presentes no evento apoiaram a criação do programa, mas defenderam a participação das organizações da sociedade civil no acompanhamento.

O GTA, uma rede de organizações com representações de movimentos sociais de todos os estados da Amazônia brasileira, reuniu agricultores familiares, quebradeiras de coco, pescadores, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas. José Geraldo, coordenador geral do MPST à época, foi o primeiro secretário executivo dessa rede e teve a tarefa de acompanhar a formação do programa e de seu fundo de doações proveniente dos sete países mais ricos. Esse foi um dos exemplos mais emblemáticos do contraespaço ambiental dos movimentos sociais da Amazônia. Sujeitos não participantes do bloco de poder ousaram questionar a hegemonia de saque dos recursos naturais e propuseram novos rumos para esses usos.

Apesar de grande parcela do governo brasileiro ignorar o debate ambiental crescente no país após a ECO92, outra parte ligada ao MMA se envolveu e pautas importantes do movimento ambientalista e dos povos da Amazônia foram sendo acolhidas, negociadas e executadas. Mas a construção desse novo espaço onde os recursos, como a madeira, eram sacados da floresta por quem tinha mais dinheiro para fazê-lo, construir um consenso, mesmo dentro do movimento e aliados, não foi simples. Esse novo olhar do movimento ambiental que

⁷⁵ Expressão utilizada pela fiscalização do IBAMA e ICMBio para se referir à prática ilícita de ter um plano de manejo e retirar madeira de outra área, sem plano de manejo, associando toda madeira a um único plano para dar ideia de legalidade à extração.

⁷⁶ In Relatório: O corte predatório do mogno ameaça o futuro da Amazônia, Greenpeace, novembro de 1992 – Campanha de Florestas Tropicais.

⁷⁷ Apesar das denúncias, somente em 14 de agosto de 2002 o corte do mogno foi proibido por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso.

o MPST defendeu, e ao qual se aliou a partir da ECO92, trouxe para a mesa proposições que geraram conflitos dentro e fora do movimento.

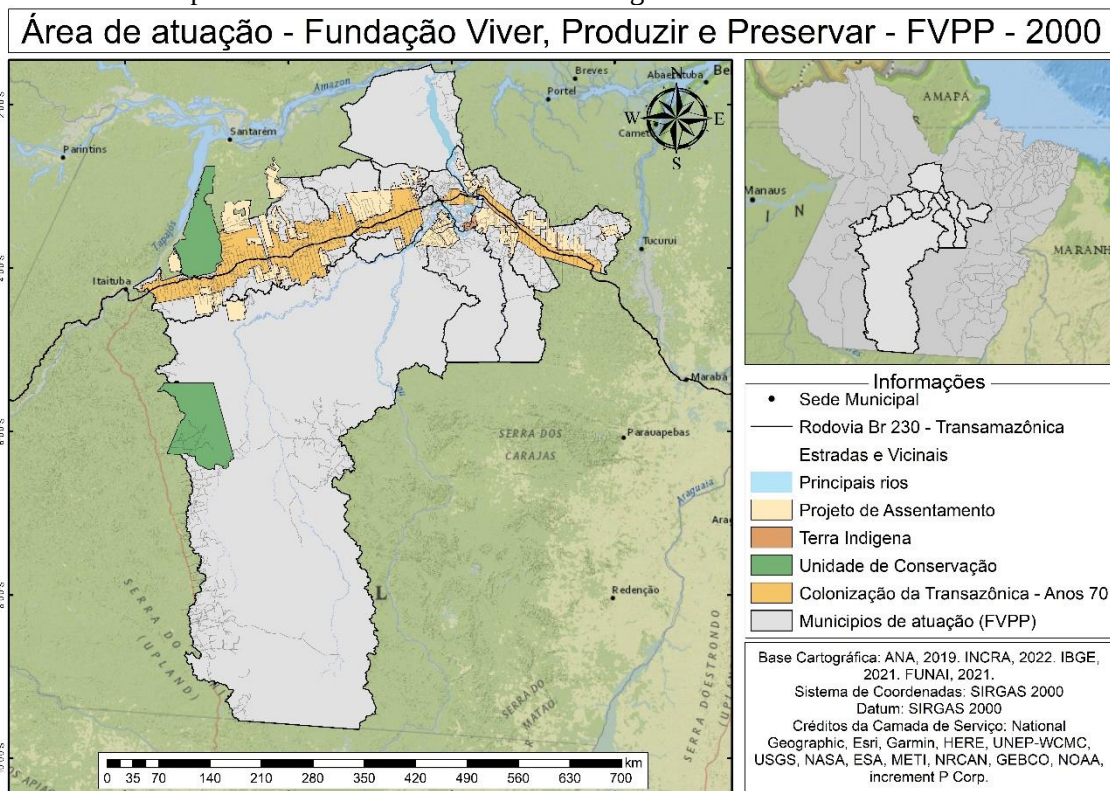
Outras pautas ambientais ocuparam o MPST. Na rede de articulação GTA avançavam as decisões tomadas na ECO92. O Subprograma Projetos Demonstrativos da Amazônia (PDA) entrou em funcionamento em 1996. Isso possibilitou às organizações da rede GTA e a outras apresentar projetos aos editais abertos pelo Secretaria de Coordenação da Amazônia SCA/MMA. Os projetos eram financiados com recursos do PPG7, o que garantiu a manutenção de uma articulação em prol das populações da Amazônia a partir de um conjunto de organizações de seus povos. O MPST, através da FVPP, elaborou projetos que estimularam a apicultura, sistemas agroflorestais e outras práticas sustentáveis na agricultura familiar.

O objetivo traçado no PPG7 era que os resultados desses projetos demonstrativos, além de garantir a proteção da floresta, pudessem ser replicados numa escala de políticas públicas para toda Amazônia, diminuindo os desmatamentos. As experiências dos projetos PDA produziram muitos resultados interessantes, um exemplo disso foi o projeto Roça Sem Queimar (Wilke, 2004). Mas o governo brasileiro demonstrava ter outros planos para a região: entre 1998 e 1999 liberou grandes volumes de recursos pela SUDAM para projetos de fazendeiros e empresários na Transamazônica, fomentando desmatamentos, grilagens e corrupção. Essa situação foi fartamente denunciada⁷⁸ pelo deputado estadual do PT José Geraldo.

O acúmulo de novas bandeiras de luta dentro do MPST, aliado ao silêncio dos governos frente a suas proposições e denúncias no campo fundiário e ambiental, levou o MPST à construção do II PGDT. O mapa 05, a seguir, mostra que depois da área do PIC várias ocupações foram sendo transformadas em assentamentos e desses vieram demandas que se agregaram às lutas do MPST, consolidando a área de atuação da agora FVPP.

⁷⁸ Maiores informações em: Informativo do Deputado Zé Geraldo, 09/06/1998. Jornal O Liberal 21/08/2001.

Mapa 5 - Os assentamentos de reforma agrária no PIC Altamira, 2000



Fonte: Elaborado por Marcos Silva, 2023

Foi elaborado um documento com várias proposições novas e antigas, lançado no Grito da Transamazônica⁷⁹, numa estratégia de articulação mais ampla do que foi a construção do I PGDT, denominando essa articulação de Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Um movimento para além da busca pela sobrevivência e envolvendo outros sujeitos além dos migrantes que formaram inicialmente o MPST. Nessa fase, a questão ambiental foi uma das pautas mais importantes. A FVPP era a representação formal do MDTX.

Em agosto de 1999, o MDTX realizou o Grito da Transamazônica, logo exposto na figura 14, e apresentou seu II PGDT atualizado. O documento trouxe a proposta de criação de reservas legais, introdução de essências florestais nas culturas perenes, recuperação de nascentes, práticas de produção agrícolas alternativas ao uso do fogo, criação de áreas de proteção ambiental, e a cultura do cacau como reflorestamento.⁸⁰ Durante uma semana, centenas de pessoas do campo e das cidades da área de atuação do MPST permaneceram

⁷⁹ Relatório do 2º Encontro de entidades e pessoas para discussão e nivelamento da elaboração do Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica II PGDT – MPST, 12/01/1998.

⁸⁰ Documento Base do Grito da Transamazônica: Trinta anos de resistência e esperança, grito Transamazônica, Asfaltamento já! Altamira, Pará, agosto de 1999 (anexo).

acampados em Altamira buscando negociar sua pauta com os representantes dos governos. Seguindo a metodologia de mobilização feita pelo MPST em 1991.

Figura 14 - Cartaz do Grito da Transamazônica, 1999



Fonte: Arquivo FVPP

O MDTX representava esse crescimento da mobilização liderada pelo MPST e FETAGRI para além do campo da agricultura familiar do PIC. Nessa época a igreja católica do Xingu já não era mais a principal assessora do movimento social. As lideranças do MPST contavam com o apoio de técnicos de órgãos públicos, jornalistas, membros do parlamento e do governo federal, especialmente no Ministério do Meio Ambiente, além de pesquisadores das universidades. Esse conjunto de articulações suscitou a construção do Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), resultado de uma parceria construída em 1994 entre uma equipe multidisciplinar de pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa e o MPST. O objetivo era “contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável em longo prazo, e para melhor gestão dos recursos naturais” (Rocha; Sablayrolles, 2003, p. 27). O PAET, a partir de suas pesquisas de campo junto aos agricultores, ajudou a fortalecer o projeto das Casas Familiares Rurais (CFR) e a formatar uma proposta de “lote dos sonhos”: diversificado, com investimentos no uso sustentável dos recursos naturais e nos desejos da juventude. Essa parceria também deu origem ao Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias no Campus da UFPA, em Altamira. O objetivo desse curso era formar monitores para trabalhar nas CFR. Depois de um tempo a universidade e parte dos pesquisadores optaram por fechar a licenciatura e em seu lugar criaram o curso de engenharia agrônoma.

O MDTX contava também com o apoio das organizações urbanas e rurais de Altamira, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Campo e Cidade (MMTACC), professores e estudantes. Todos, apoiadores do Grito da Transamazônica cuja pauta de reivindicação tinha como proposições centrais a criação de áreas protegidas, o asfaltamento da rodovia, crédito agrícola e energia da barragem de Tucuruí para o meio rural.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) compareceu ao evento em Altamira e se comprometeu em apoiar experiências agroambientais para agricultores, sem uso do fogo, e em fazer estudos para criar as unidades de conservação propostas.⁸¹ A SCA/MMA lançou um edital convidando organizações socioambientais interessadas em fazer o estudo da região com milhares de hectares de floresta entre os rios Xingu e Iriri. O Instituto Socioambiental (ISA) foi selecionado para realizar esses estudos de criação de unidades de conservação, solicitadas pelo MDTX. As outras propostas como crédito, asfalto e energia não tiveram retornos práticos imediatos, apesar das promessas feitas pelo governo ao MDTX. Vale lembrar que o MMA ainda tinha recursos do PPG7 e contava com uma equipe técnica oriunda das lutas socioambientais.

A falta de acesso às políticas sociais básicas, especialmente no campo, e a desordem ambiental e fundiária que crescia amplificaram o grito do MDTX. As áreas a serem protegidas compreendiam milhares de hectares de floresta existentes entre os municípios de São Félix e Altamira, e entre Porto de Moz e Prainha, no Pará. Essas áreas, ainda sem destinação formal pelo estado brasileiro, eram assoladas por grileiros e madeireiros num saque voraz da madeira e implantação de pecuária extensiva.

Velásquez (2006) informa que as grandes extensões de terra grilada pelo empresário Cecílio Rego Almeida na região de Altamira, por exemplo, apelidadas de “Ceciliolândia”, correspondiam a duas vezes o tamanho do território da Bélgica. Esses ‘empreendedores’ agiam utilizando terras públicas e sacando da floresta o que o mercado estava disposto a comprar. Tudo isso sem regras, impostos e sem nenhum tipo de punição. Grilar terras era lucrativo, pois os grileiros acreditavam na regularização dos grilos (Boeing 2022). O setor produtivo (conforme se apresentavam publicamente pecuaristas e madeireiros), passava a ideia pública do enriquecimento fácil e rápido. Essas práticas na Bacia do Xingu estão resumidas adequadamente nas palavras de Monteiro (2021):

[...] durante o ciclo da exploração do mogno, ainda no início dos anos 2000, as florestas de São Félix do Xingu e Terra do Meio ainda eram queimadas com toda a madeira após a retirada do mogno; o ouro verde que pagava a destruição e o desperdício. Sobre a terra arrasada pelo fogo, brotavam pastos vigorosos

⁸¹ Ata de resolução da reunião realizada entre MMA/SCA, IBAMA, SECTAM e FETAGRI estadual e regional, na sede do INCRA, em Altamira, no dia 13 de agosto de 1999.

nos primeiros anos neste município que, durante os anos seguintes, se tornou um dos maiores produtores de pecuária do Brasil (Monteiro, 2021, p. 59).

Essas terras, ainda sob o domínio formal do INCRA e ITERPA, possuíam vários títulos falsificados em cartório que garantiam a exploração da madeira. Silva (2009) apresentou mais detalhadamente onde ficavam as áreas protegidas (figura 15) solicitadas no I Grito da Transamazônica:

No final de 1999, o MDTX mencionou a necessidade de proteger os “pulmões da Transamazônica”⁸², apontando para três áreas com uma quantidade de floresta significativa: ao norte de Pacajá e Anapu; ao norte de Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, onde hoje é a Reserva Extrativista Verde Para Sempre, e as florestas localizadas entre os rios Xingu e Iriri denominadas pela população local como Terra do Meio. (Silva, 2009, p.44).

Figura 15 - Áreas propostas pelo MDTX para a criação de reservas florestais.



Fonte: Arquivos FVPP, Altamira – Pará

Em outubro desse mesmo ano, os deputados Valdir Ganzer e Zé Geraldo, ambos do PT, Airton Faleiro presidente da FETAGRI Pará e Dorothy Stang, da CPT Xingu, foram a Brasília.

⁸² Os pulmões fazem alusão à estrutura do corpo humano, cujas vértebras representavam a estrada principal (a Rodovia Transamazônica) e os travessões (estradas secundárias) seriam as espinhas. A floresta no fim desses travessões são os pulmões.

Na ocasião entregaram ao Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, um dossiê sobre grilagem, roubo de madeira e desvios da SUDAM no Oeste do Pará.⁸³ Muitos envolvidos nos financiamentos da SUDAM e com projetos na região foram citados no dossiê.

As negociações do II PGDT fortaleceram as articulações do MPST com o MMA. A SCA, dirigida por Mary Alegretti, era um espaço de interlocução com os movimentos sociais da Transamazônica. Em 2000, a FVPP iniciou o projeto demonstrativo Roça Sem Fogo, com 150 famílias, em 8 municípios, com recursos do MMA/PDA.⁸⁴ Cada agricultor desenvolveu no mínimo um hectare de roça sem usar fogo e agrotóxicos. Para isso recebeu recursos para o preparo da área, mudas e semente, além de acompanhamento técnico. O objetivo era registrar os passos dessa experiência para um futuro financiamento direto pelos bancos.

A partir de 2001, um grande escândalo de corrupção é denunciado pelo Ministério Público do Pará. A região entre Pacajá e Uruará recebeu dezenas de projetos da SUDAM. Todos os projetos (granja de frangos, beneficiamento de palmito, pecuária extensiva, dendê e outros) foram investigados e suspensos. Mais de 100 milhões desviados. Os movimentos sociais estavam descontentes também com os rumos tomados pelo PPG7 dentro do MMA, a rede GTA escreveu uma carta para Mary Alegretti criticando a proposição do governo de participação do CNA e UDR na 2ª fase do PPG7.

O GTA exigia que a sociedade civil tivesse assento na condução do programa. Não pode ser: “Tudo para o povo, mas nada com o povo”.⁸⁵ Os recursos da doação internacional despertaram interesse no bloco de deputados ruralistas do Congresso Nacional. Era uma possibilidade de controlar a ação dos movimentos sociais da Amazônia, que cresciam e ameaçavam a grilagem das terras e o livre saque dos recursos naturais.

Além desses, outro desafio passou a ocupar a pauta do MDTX, nesse mesmo ano, no contexto nacional: a Eletronorte retomou o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte no Xingu. O MDTX reforçou publicamente sua contrariedade à obra. Os deputados e senadores do Pará, com raríssimas exceções, fizeram uma defesa acirrada de Belo Monte e hostilizaram as lideranças do MDTX em todos os ambientes públicos.

O MDTX respondeu com a proposição de embargo da obra e para isso buscou apoio no MPF e junto às organizações que compõem a Associação Brasileiras de Organizações Não Governamentais (ABONG).⁸⁶ Criou a campanha “Xingu vivo para sempre” e se manifestou por

⁸³ Jornal Liberal, 29/10/1999

⁸⁴ Ofício 448/SCA/MMA, Brasília DF. 09 de setembro de 1999.

⁸⁵ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/M3D00088.pdf> acessado em 01/12/2022.

⁸⁶ Jornal Liberal de 03 de agosto de 2001. Belém, Pará.

escrito na Carta “SOS Xingu”, um chamamento ao bom senso sobre os impactos maléficos de Belo Monte.⁸⁷

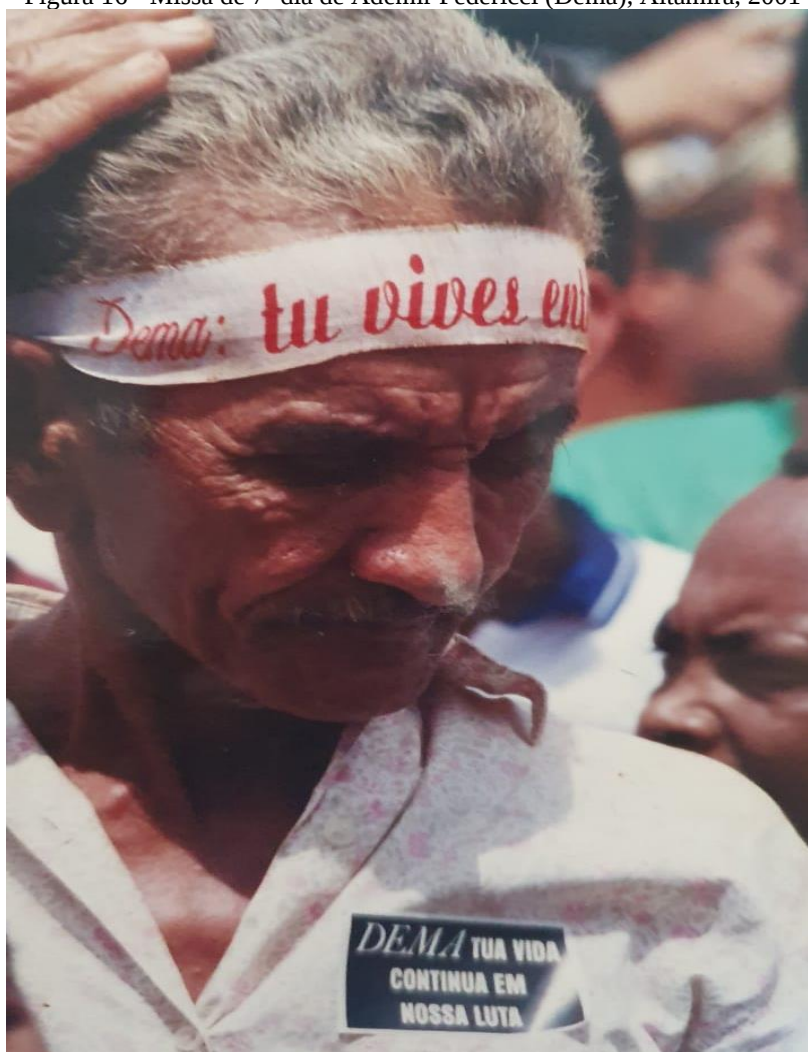
O MDTX também se preocupava com os debates cotidianos sobre a obra. Para responder a isso elaborou um documento explicitando suas posições para que as lideranças da região pudessem responder aos questionamentos quanto à posição contrária à obra. O movimento e seus aliados elaboraram um manifesto propondo a abertura de um canal de diálogo direto do movimento com o governo federal. Outra proposição foi a necessidade de realização de um estudo independente sobre os impactos da obra. O governo federal recebeu as lideranças do MDTX, se comprometeu a investir na mitigação dos impactos, mas não concordou com a avaliação do movimento quanto aos impactos destrutivos da obra e nem com a necessidade de novos estudos.

Os ânimos seguiram acirrados na região do Xingu. Na madrugada do dia 25 de agosto de 2001, Ademir Federicci (Dema), liderança regional do MDTX foi assassinado em sua casa, com um tiro na boca. Sua morte ocorreu um mês depois de mudar-se para Altamira para defender a pauta ambiental dos movimentos sociais ligados ao MDTX. O movimento sofreu um abalo com essa perda nas suas primeiras fileiras de dirigentes. O assassinato do líder carismático produziu uma comoção na região do Xingu. Dema liderava o debate público contra Belo Monte, denunciava o roubo de madeira, o desmatamento na Amazônia e defendia a necessidade de investir na agricultura familiar.

Na figura 16 a seguir, registro feito na missa de sétimo dia da morte de Dema realizada em Altamira, ficam expressas a necessidade e a vontade de continuar lutando: “DEMA tua vida continua em nossa luta.

⁸⁷ Publicado no livro Tenotã-mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. Osvaldo Sevá (organizador). International Rivers Network, São Paulo: 2005

Figura 16 - Missa de 7º dia de Ademir Federicci (Dema), Altamira, 2001



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Federicci

No ano seguinte, o MDTX tem outra baixa, com o assassinato de outra importante liderança: o sindicalista Brasília (Bartolomeu Moraes da Silva), delegado sindical do STR de Altamira. Conforme o laudo médico, o sindicalista morreu depois de muitas horas de tortura, no distrito de Castelo dos sonhos, no município de Altamira. Brasília vinha sendo ameaçado pelos grileiros e comunicou isso à polícia várias vezes. Os grileiros estavam descontentes com a atuação do sindicalista que apoiava os posseiros e a criação de assentamentos rurais em terras públicas griladas por fazendeiros para plantio de soja e criação de gado.

O MDTX, em conjunto com a Prelazia do Xingu, FETAGRI e CPT, denunciou para o MMA o assassinato dos sindicalistas Dema e Brasília. Relatando que suas mortes ocorreram em função de suas lutas contra o saque de madeira e a grilagem na Bacia do Xingu, feitos pela empresa CR Almeida. A denúncia também incluiu a grilagem e desvios da SUDAM em Anapu

e os conflitos fundiários em Castelo dos Sonhos.⁸⁸ Tanto o assassinato de Dema quanto o de Brasília nunca foram completamente esclarecidos pela polícia e tampouco seus mandantes foram identificados.

Em outubro de 2002, uma operação conjunta da Polícia Federal (PF) e do IBAMA, em parceria com ativistas do Greenpeace, apreendeu 7.165 (sete mil cento e sessenta e cinco) metros cúbicos de madeira da espécie mogno (*Swietenia macrophylla*). A madeira foi retirada ilegalmente de dentro da Terra do Meio. Em fevereiro do ano seguinte foi decretada a prisão de 11 integrantes da “máfia do mogno”, nome dado à operação pelo Ministério Público do Pará.

Com a chegada de Lula ao governo, os movimentos sentem-se fortalecidos e ganham mais espaço para o diálogo sobre o desenvolvimento da região. A partir de 2003 uma série de acontecimentos vai demonstrar isso: O ISA apresenta ao MMA e MDTX os resultados dos estudos na Terra do Meio e sua proposição de criar um mosaico de áreas protegidas que inclui reservas extrativistas e áreas de proteção integral (parque e estação ecológica).

Essa proposição significa expulsar os grileiros da área. FVPP, FETAGRI e demais organizações participantes do MDTX apoiam a criação do mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio. A proposta também é acolhida pelo MMA. Mas a grilagem e os conflitos seguem, Dorothy Stang, da CPT Xingu, faz carta aberta denunciando a grilagem de terras em Anapu.

As milhares de toras de mogno retiradas ilegalmente da floresta na região do Xingu e apreendidas pelo IBAMA seguem boiando nas águas do Xingu, em Altamira. O Ministro do Meio Ambiente vem a Altamira e decide que a madeira, como produto do crime, deve ser incinerada. Mas o MDTX e seus aliados se posicionam publicamente contra essa decisão e reivindicam que o governo busque outro destino para a madeira.

Depois de muitas conversas envolvendo o governo federal, a justiça, o IBAMA e os movimentos sociais, a madeira é doada para a FASE Amazônia que, junto com a FVPP e a Prelazia do Xingu, contrata uma serraria, com os selos e registros exigidos pelo IBAMA, para cuidar da madeira já que o mogno só podia ser comercializado no mercado internacional. A empresa monta uma estrutura em Altamira, retira a madeira da água, beneficia e comercializa as pranchas de mogno para fora do país. Tudo sob a supervisão do MMA, IBAMA nacional, FVPP e FASE Amazônia em todas as etapas do processo.

Os lucros obtidos, após deduzidos os custos com a serraria, são depositados pela empresa contratada e vão compor um fundo fiduciário. O documento da doação, sob orientação do MPF, é destinado ao apoio de projetos socioambientais. Fundo Dema foi o nome escolhido

⁸⁸ Relatório Sangue na Floresta do Xingu. Grilagem de terras públicas, extração ilegal de madeira e violência contra defensores do desenvolvimento com sustentabilidade. Altamira, Pará, 06 de agosto de 2002.

em homenagem a Ademir Federicci (Dema).⁸⁹ A doação com encargos feita pelo IBAMA não permite o uso do capital gerado com a venda da madeira, mas somente os rendimentos auferidos das aplicações.

O capital deverá ser preservado e atualizado monetariamente. Um conselho gestor formado pela FASE, FVPP e Prelazia do Xingu iniciou os primeiros editais para apoio a projetos socioambientais. Mais tarde, outras regiões também entraram na gestão do fundo. Os povos indígenas e quilombolas também passaram a compor o conselho gestor. Os primeiros projetos buscaram fortalecer as proposições socioambientais das redes de mobilização social existentes na Transamazônica. As Casas Familiares Rurais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Rádios Comunitárias e Movimentos de Mulheres foram redes beneficiadas. Com a entrada de outras organizações, o fundo ampliou sua área de atuação e os movimentos envolvidos.

O movimento social liderou processos de construção de iniciativas de gestão coletiva que são referência dentro e fora da região. O Fundo Dema, um desses exemplos, completou 20 anos em 2023. Uma experiência de gestão liderada pelos movimentos sociais sob a supervisão do governo, com centenas de projetos aprovados. Na celebração dos 20 anos do Fundo Dema, em Altamira, sua Coordenadora, Graça Costa, declarou que os projetos apoiados já beneficiaram mais de 23 mil famílias, somando mais de 600 projetos em mais de 35 municípios, envolvendo mais de 900 comunidades e suas lutas em prol da vida sustentável na Amazônia. Atualmente, povos indígenas, agricultores familiares, agroextrativistas e comunidades quilombolas compõem o público do Fundo Dema. O atual governo de Lula convidou o Fundo Dema para fazer parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)⁹⁰, sob a coordenação do Gabinete da Presidência da República.

Ao mesmo tempo em que ajudava na construção do Fundo Dema, a FVPP, FETAGRI e outros movimentos membros do MDTX, enfrentavam o cotidiano das lutas contra a proposição das unidades de conservação e os debates sobre a barragem de Belo Monte. Tudo isso tendo Altamira como centro.

Em meio à situação conflitiva da região, parte da pauta dos movimentos sociais seguiu sendo acolhida pelo Governo Federal. Em 2004, foi decretada a criação das Reserva Extrativistas Verde para Sempre, em Porto de Moz, e Riozinho do Anfrízio, em Altamira.⁹¹ Mas, fazendeiros, políticos, madeireiros e empresários da região manifestaram em vários

⁸⁹ Maiores informações in <https://www.fundodema.org.br/quem-somos/historia/> acessado em 20 de maio de 2023.

⁹⁰ Maiores informações in: <https://www.fundodema.org.br/presidenta-do-fundo-dema-e-nomeada-conselheira-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-social-sustentavel/> acessado em 23 de junho de 2023.

⁹¹ Publicado na edição 215 de 09/11/2004 do Diário Oficial da União.

momentos públicos sua contrariedade à proposta do mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio. Outra ação do governo federal foi o fechamento de dezenas de serrarias ao longo da Transamazônica. As fiscalizações do IBAMA e outras restrições ambientais lideradas pelo governo federal seguiram acontecendo com apoio dos movimentos sociais ligados ao MDTX. Vale ressaltar que prefeitos, vereadores e a maior parte do empresariado da região repudiaram todas essas ações e seus apoiadores.

A intencionalidade “resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno” (Santos, 2020, p. 90), manifestada de um lado pelas organizações reunidas no entorno do MDTX e de outro pelos políticos, governos e empresariado regional, explicita o conflito que envolveu a criação das unidades de conservação na Terra do Meio, na região de Altamira e São Félix do Xingu. A seguir, destaca-se no quadro 01, os envolvidos favoravelmente, e no quadro 02, aqueles que se posicionaram contrariamente à criação do mosaico. As intenções de ambos os lados foram declaradas em eventos públicos, panfletos, cartas, jornais, revistas e sessões do parlamento.

Quadro 1 - Os envolvidos favoráveis à criação do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia do Xingu

PROPONENTES E ALIADOS NA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		
PROPONENTES	ALIADOS	INTENCIONALIDADES
MDTX/FVPP- Fundação Viver Produzir e Preservar FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura MMTACC: Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade AMORA: Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio AMORERI: Associação dos Moradores do Rio Iriri AMOMEX: Associação dos Moradores do Rio Xingu	Secretaria de Coordenação da Amazônia SCA/MMA (Mary Alegretti) IPAM: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia Greenpeace, WWF e Fundação Ford MPF: Procuradores: Marco Antônio, Felício Pontes e Débora Duprat ISA – Instituto Socioambiental Deputados: Zé Geraldo e Airton Faleiro (PT) Prelazia do Xingu CPT: Comissão Pastoral da Terra	- Combater a grilagem: enquanto uns poucos com milhões de hectares, outras centenas de famílias seguiam sem terra para produzir sua comida. - Combater a depredação da madeira e a extinção de espécies como o mogno. - Impedir o avanço da colonização espontânea sobre as florestas a partir das “estradas dos madeireiros”. Que os grilos sejam desapropriados. - Reduzir a possibilidade de aumento dos focos de calor com os desmatamentos. -Coibir a extração irregular de madeira em terras indígenas. - Reduzir os conflitos fundiários e a violência no campo. Era preciso frear tanta violência.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de MPST/FVPP, Documento Base, 1999

Quadro 2 - Os envolvidos contrários à criação do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia do Xingu

CONTRÁRIOS À CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		
PROPONENTES	ALIADOS	INTENCIONALIDADES
Movimento Social Transamazônica também é Brasil - MSTB SINDICORTE – Sindicato Paraense de Gado de Corte SINTICMA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira AMUT – Associação dos Municípios da Transamazônica (prefeitos) ACBM – Associação Consórcio Belo Monte (prefeitos) AIMEX -Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira SIMBAX – Sindicato da Indústria Médio e Baixo Xingu	Deputados: Asdrúbal Bentes, Wandenkolk (PMDB) Mozarildo Cavalcante (PPS) -Nicias Ribeiro -Zequinha Marinho -Heraldo Pimenta	- O setor produtivo (pecuaristas, madeireiros, comerciantes) está sendo perseguido pelo PT, a igreja e os movimentos sociais. - Unidades de conservação engessa a economia. - As ONG internacionais estão tirando a soberania da população da Amazônia e dos políticos locais. - A economia praticada por indígenas e ribeirinhos é atrasada. - O movimento social com suas práticas é que promove a violência. (Ex. morte de Dorothy Stang). -Garantimos o PIB com carne, soja e madeira e minérios.

Elaborado pela autora com base na Revista Hoje, Ano II, Edição 03 – 2005 e MPST/FVPP, Documento Base, 1999

Essa situação tornou conflitivo o cotidiano das lideranças dos movimentos sociais. De acordo com Villas-Bôas (2017), a Bacia do Xingu é o lugar que melhor ilustra os conflitos existentes entre o modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração de recursos naturais e um modelo baseado no respeito à diversidade socioambiental. De acordo com o autor, a população existente nas resex da Terra do Meio é descendente dos povos indígenas nativos e dos antigos seringueiros que vieram para essa região da Amazônia, no 2º ciclo da borracha, por volta de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

O autor reforça que os “soldados da borracha” aqui eram “colocados” pelos padrões seringalistas em localidades que davam acesso às estradas de seringa. Com o declínio da economia extrativa, as famílias beradeiras ficaram praticamente invisíveis. Enquanto no entorno iam sendo construídas rodovias, cidades, os beradeiros seguiam buscando formas de sobreviver na interação com a floresta e os rios, convivendo também com a exploração madeireira, projetos agropecuários, garimpos e, por último, com Belo Monte.

De acordo com Villas Boas (2017), os beradeiros só não foram varridos pela grilagem graças à aliança construída com os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu e seus aliados. Ou seja, um novo espaço foi produzido pelo levante dos que discordaram da ocupação estabelecida no território a partir do “modus operandi” do grande capital. Mas vale ressaltar que isso fez os conflitos latentes explodiram.

A aprovação do projeto de criação do mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio teve ainda uma longa jornada de mobilização junto às comunidades ribeirinhas. Durante o seminário de apresentação dos estudos sobre a Terra do Meio, em 2003, no Centro de Formação Bethânia, na cidade de Altamira, os pesquisadores trouxeram alguns moradores do Riozinho do Anfrísio, e dos rios Xingu e Iriri para falarem sobre sua realidade. Para alguns desses, essa era a primeira visita à cidade de Altamira, alguns com mais de meio século de vida morando na Terra do Meio.

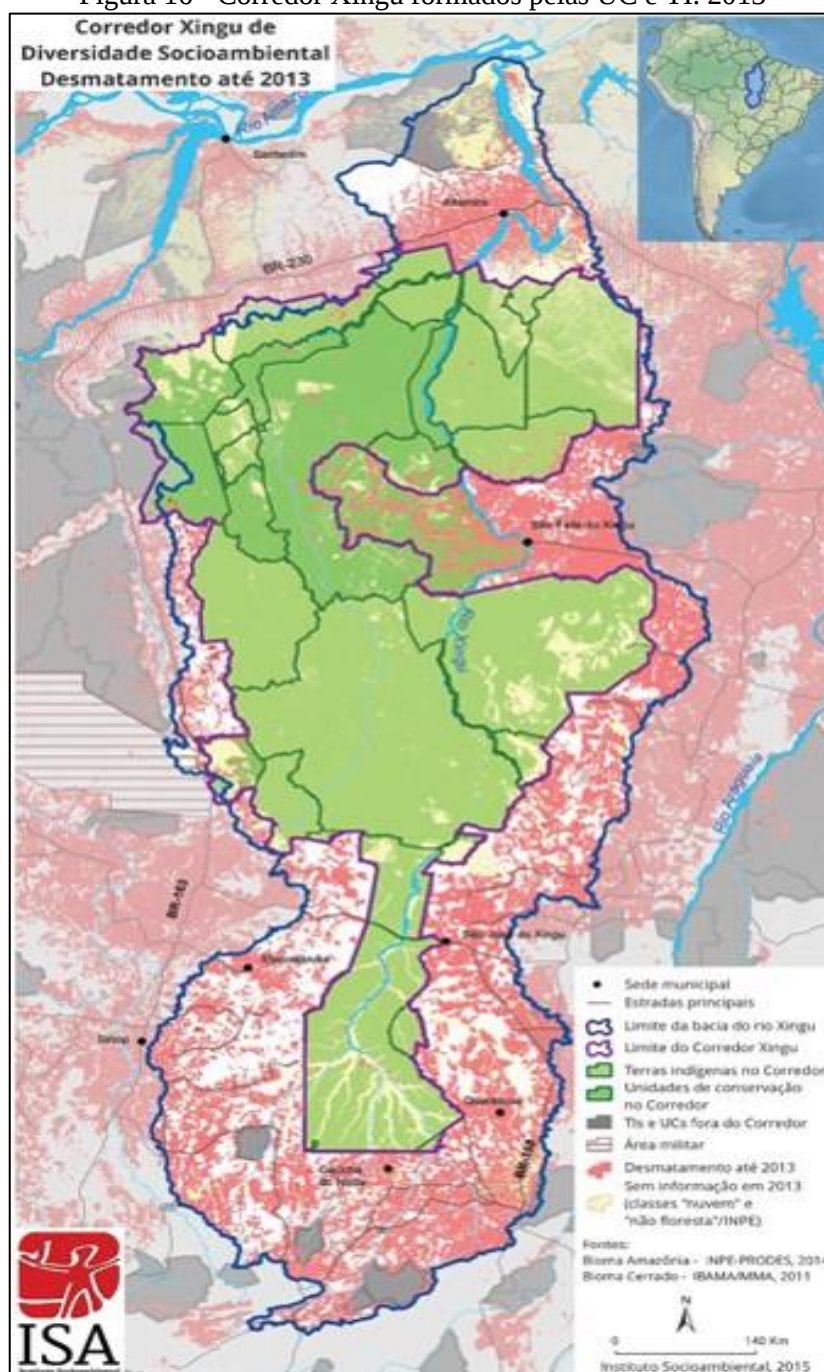
O evento de apresentação do estudo com a definição da proposta de mosaico para a Terra do Meio foi organizado pela FVPP, em conjunto com o MMA e o ISA. Contou com a presença de dirigentes sindicais da Transamazônica, ambientalistas, pesquisadores, representantes de governo, lideranças religiosas e estudantes. Todos apoiaram a proposição dos pesquisadores em criar não apenas uma área protegida reunindo os mais de sete milhões de hectares de floresta, mas um mosaico de unidades de conservação considerando o bioma, os usos e as populações existentes.

O limite era criar algo que pudesse ser regulamentado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC⁹², marco regulatório criado pelo governo federal, através da Lei 9.985 em 18 de julho de 2000, como uma iniciativa de ordenamento ambiental. Mas até a criação do mosaico um longo caminho ainda iria ser percorrido dentro e fora do governo. As burocracias iam sendo vencidas dentro das esferas de governo com reações contrárias à criação pelos governos estadual e local (Altamira, Anapu e Porto de Moz). Em todos esses municípios havia donos de madeireiras que usufruíam ilegalmente dos recursos da Terra do Meio, além de fazendeiros que usavam a área, após a retirada da madeira, para pecuária extensiva.

Mas o pacto estabelecido entre os movimentos sociais e uma parcela importante do governo central seguiu em frente. Com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, a Bacia do Xingu, que já tinha um conjunto de terras indígenas desde a cabeceira do Xingu, no Mato Grosso, ganhou o reforço de mais milhares de hectares de floresta que passaram a compor o chamado corredor da biodiversidade do Xingu, como pode ser observado na figura 16.

⁹² Maiores informações: www.mma.gov.br

Figura 16 - Corredor Xingu formados pelas UC e TI. 2013



Fonte: ISA, 2013

O MDTX e a Prelazia do Xingu assumiram a tarefa de fazer o debate com os moradores dentro da floresta. Para isso organizaram viagens à Terra do Meio para estreitar o diálogo com os moradores e explicar a proposição. Não foi fácil, muitos moradores queriam saber quem seriam os novos patrões já que o governo nunca se fizera presente naquela terra. E de certa forma os patrões de outrora (seringalistas, madeireiros, pecuaristas) ajudavam a minimizar as necessidades básicas por comida e remédios. Essa mobilização

feita por mais de dois anos foi fundamental para que o próprio governo chegasse mais tarde com sua estrutura (órgãos públicos, exército) e realizasse as audiências públicas formais de criação das reservas extrativistas.

Os atores contrários às ações de ordenamento ambiental e fundiário realizadas pelo governo com apoio dos movimentos sociais seguiam em suas manifestações. Durante todo o ano de 2005, seguiu na região a campanha aberta de difamação de Lula, Marina Silva, MDTX, da Prelazia do Xingu e ONGs. A ministra Marina Silva propôs o Projeto de Lei de Florestas Públicas e foi duramente criticada pela maioria dos deputados do Pará. O MMA ainda propôs para a Ministério da Justiça a criação de unidades de conservação dentro do Plano de Zoneamento Ecológico e Econômico do estado. Com isso, várias unidades de conservação foram criadas no Pará. Na figura 17, registra-se o momento em que os moradores da Reserva Verde para Sempre celebram a entrega do decreto.

Figura 17 - Moradores de Porto de Moz celebram o Decreto de criação da Resex Verde Para Sempre



Fonte: Arquivos FVPP, 2005

Os movimentos seguem apoiando as ações ambientais e fundiárias do governo de Lula. Mas os contrários não recuam. Em fevereiro de 2005, a ministra Marina Silva vai até a Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, para uma cerimônia de entrega do Decreto de criação da resex aos moradores. Nesse mesmo dia, Dorothy Stang é assassinada dentro do PDS Esperança, em Anapu. Silva (2009) descreveu em detalhes como foi esse dia:

[...] No dia 12 de fevereiro, Marina Silva estava na Comunidade do Carmelino, em Porto de Moz, ao receber a notícia do assassinato de Dorothy Stang, pelo telefone satélite usado pelos ativistas do Greenpeace, liga para o ministro da justiça pedindo que a PF vá para o local investigar a situação. 5 dias depois da morte de Dorothy o governo cria duas unidades de proteção integral na Terra do Meio: O Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio, somando um total de três milhões oitocentos e dezoito mil quinhentos e três hectares de floresta. (Silva, 2009, p. 23)

A morte de Dorothy assustou, provocou indignação, tristezas e recuos nas ações de enfrentamento à grilagem. Os movimentos, entre os anos 2000 e 2005, perderam muito no que diz respeito as suas lideranças. A figura 19 representa o sentimento de perda ao registrar os três casos mais emblemáticos.

O bloco do poder regional se sentiu afrontado pelo governo central e pelos movimentos e reagiu demonstrando força. Os assassinatos de lideranças ligadas ao MPST/FVPP e FETAGRI mostram que as disputas e a intolerância seguem nessa região. As mortes de Dema, Brasília e Dorothy são reflexos de um território em disputa. A produção do contraespaço dos movimentos sociais rechaçando o espaço hegemônico que exclui os que dele discordam mostrou a força que essas mobilizações possuem, mas também o peso do bloco histórico que gerou o bloco do poder nessa região: grileiros, fazendeiros, políticos e empresariado que enxergam a paisagem como uma fonte de lucros e por isso buscam retirar da frente tudo e todos que atrapalham esse intento.

Figura 18 - Lideranças do MPST/FVPP/MDTX assassinadas de 2001 a 2005



Fonte: Arquivos FVPP

Os descontentes com a criação das unidades de conservação não arrefeceram seus ataques. Mas a FVPP, CPT, Prelazia, ISA e outras organizações, proponentes da criação do mosaico, seguiram em sua mobilização e na aproximação das comunidades ribeirinhas da Terra do Meio. De acordo com as lideranças, era preciso que essas pessoas exercitassem seu protagonismo ` frente de seus territórios para garantir a manutenção da conquista. Conforme definiu Antônia Martins, diretora da FVPP:

[...] a era dos padrões tinha que acabar. Na prática, significava apoiá-los na busca de suas reivindicações: escola, saúde, principais bandeiras por eles apresentadas, “ensinar” o caminho da prefeitura, do governo do estado, do ministério público, ser solidário na sua busca por direitos. (Antônia Martins, 2022)

Nesse sentido, em 2007, a FVPP fechou um acordo com a Secretaria Especial de Diretos Humanos da Presidência da República, para garantir cidadania às comunidades ribeirinhas, incluindo ações como: emissão de documentos pessoais, vacinas, formação para organização de associações⁹³.

As unidades de conservação pleiteadas no Grito da Transamazônica e decretadas alguns anos depois são uma conquista dos movimentos sociais e de sua interlocução com uma parcela do governo federal. O Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio e a Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, foram aprovados pelo governo. Mas a tensão na região do Xingu seguiu crescendo por vários outros motivos.

Do lado dos movimentos aglutinados no MDTX, existia uma insatisfação com o avanço da proposição do governo federal de construir a barragem de Belo Monte. Do lado do governo e empresariado, seguiu o discurso de que Belo Monte seria um modelo de energia limpa e imprescindível para o desenvolvimento da região e do país. Em meio a essa disputa de narrativas, proposições antigas do movimento, como o asfaltamento da rodovia⁹⁴, regularização fundiária, crédito, caminhavam lentamente.

Os participantes do MDTX não eram apenas contra a construção de Belo Monte. Esse grupo, aproximando das definições de Milton Santos (2020) sobre o que representam as insurgências contra a ordem hegemônica do capital, questionou e produziu racionalidades paralelas convergentes e divergentes sobre a obra e seus impactos. Nesse sentido, pesquisadores independentes, aliados do MDTX, organizaram o Painel de Especialistas para

⁹³ Convênio Nº130/2007 SEDH/PR, Processo Nº0000.8000104/2007-29 – Brasília, DF. 01/12/2007.

⁹⁴ O asfaltamento começou em 05 de novembro de 2007, com o primeiro trecho entre Altamira e Medicilândia. Mas até os dias atuais a rodovia não foi completamente asfaltada.

tratar dos impactos e da inviabilidade de Belo Monte enquanto projeto energético. Cientistas de várias universidades foram convidados para compor o painel. O objetivo foi desconstruir o discurso de verdades absolutas pregado pelo governo federal e pelas empresas de que os impactos da obra seriam mínimos frente a tantos benefícios. Em sua tese sobre o grande objeto geográfico Belo Monte e as escalas de seus impactos, Marcel Padinha (2017) registra o que os movimentos pretendiam com o Painel:

[...] O objetivo era evidenciar para a sociedade local, regional, nacional e internacional as falhas, omissões e lacunas destes estudos (o EIA) visando assim subsidiar um processo de decisão, pautado por um amplo debate público, sério e democrático, antes que fosse emitida pelo IBAMA a autorização para o início das obras da UHE Belo Monte. (Padinha, 2017, p. 276)

E assim foi feito. A junção dos conhecimentos científicos de diferentes pesquisadores referendou muito do que já havia sido dito pelos movimentos. Nesse conjunto de ressalvas estava a inviabilidade econômica da obra, uma vez que esta funcionaria de forma efetiva apenas uma parte do ano e teria custos bilionários em um país com tanta pobreza. Outra coisa era a defesa de que os impactos não se restringiam às populações no entorno da obra, a potência de Belo Monte em impactar vidas era infinitamente maior do que o apresentado pelos estudos da Eletronorte.

A barragem de Belo Monte seguiu sendo construída e os impactos na vida das populações indígenas, nos estudos e na prática, se mostraram cruéis e irreversíveis (Souza, 2014). A migração de dezenas de milhares de pessoas para Altamira, uma cidade com suas estruturas precárias de saúde, educação e segurança se confirmou e criou um caos social. As desterritorializações forçadas das populações ribeirinhas, bem assinaladas na tese de Padinha (2017) também se confirmaram.

Impactos nos rios, nas florestas, no clima, insegurança hídrica e alimentar também foram temas estudados. Mas nada disso fez o governo federal mudar de ideia. Entender essas geografias do poder dos movimentos sociais e dos Estados significa reconhecer a existência de um campo em disputa fundamental para controlar a produção dos espaços (Preciado e Uc, 2019, p.79). A construção de Belo Monte não foi um consenso entre o governo Lula e os movimentos sociais ligados ao MDTX. Mas o combate à grilagem e a criação de unidades de conservação foi. Em ambos houve conflitos e mortes do lado dos movimentos sociais.

O movimento dos contrários à criação das unidades de conservação (e a favor de Belo Monte), protagonizado por políticos, fazendeiros, empresários e madeireiros seguiu seu

curso, mesmo depois do Decreto de criação. Conforme Moreira (2018), existe uma aliança de deputados federais que formam a “bancada do boi, bala e bíblia” no Congresso Nacional. E esses seguem criticando e buscando reverter todos os decretos que criaram terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia. Nesse cenário, a estratégia dos movimentos ligados ao MDTX foi apoiar o fortalecimento do protagonismo dos moradores dessas áreas para enfrentar essa realidade de confrontos e disputas. Para isso se criou uma rede de organizações que apoiavam a criação do mosaico e as populações indígenas e ribeirinhas da Terra do Meio. Nessa região ainda não havia uma organização expressiva dos moradores. Diferentemente da Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, onde os moradores das comunidades é que lideraram o processo de criação com o apoio da FVPP, FETAGRI e outros parceiros.

A Rede Terra do Meio era um espaço que congregava quem tivesse alguma atividade na região ou que tivesse interessado em apoiar a consolidação das resex. O objetivo da rede que se reunia anualmente era conciliar as ações para melhorar as intervenções realizadas pelos órgãos de governo e pelas ONGs com seus projetos. A luta não acabava com a criação, ela deveria se fortalecer, além do território estar em disputa pelos grileiros, era preciso proteger os moradores e garantir que eles e elas tivessem acesso a políticas sociais básicas como saúde, educação. Na verdade, uma outra luta estava só começando. (Silva, 2009, p. 76)

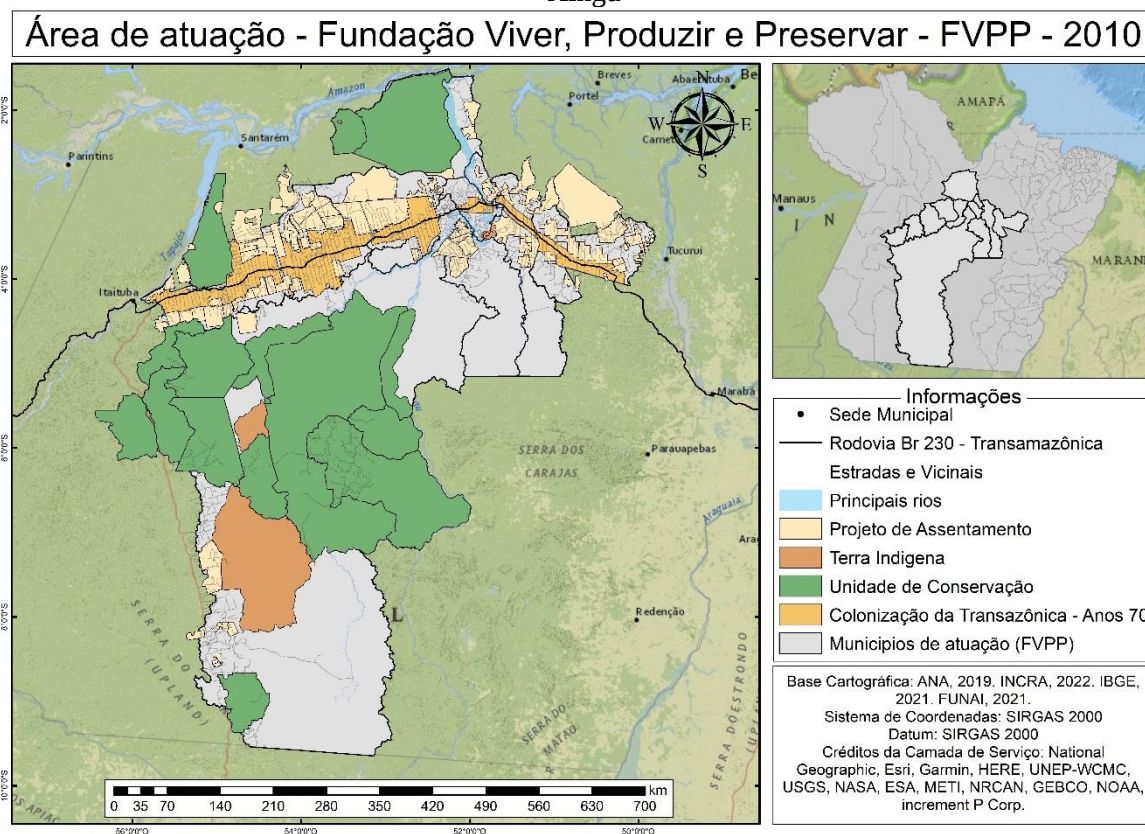
O governo federal seguiu na ofensiva ao desmatamento e à grilagem. No ano seguinte foi deflagrada a operação “Boi pirata”, que retirou mais de 30 mil cabeças de gado de dentro das unidades de conservação da Terra do Meio. Outra operação conjunta do IBAMA, ICMBio, MPF e PF, a Operação “Arco de Fogo” fechou a maioria das serrarias da Transamazônica que eram abastecidas com a madeira retirada ilegalmente da floresta. Bases da PF/IBAMA foram montadas nas cidades paraenses de Tailândia, Paragominas e Altamira.⁹⁵ Localidades que também sediavam o negócio da madeira ilegal.

Nesse contexto de tensão, o governo Lula seguiu acolhendo, de um lado, as denúncias dos movimentos e combatendo a depredação dos recursos naturais e, de outro, firme na decisão de construir Belo Monte. Isso aumentou a tensão entre os participantes do MDTX, já que uma parcela do grupo fazia um movimento de boicote geral a Lula por sua postura de seguir com Belo Monte e outras obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que favorecia exclusivamente o agronegócio e o empresariado da mineração, pecuária e soja.

⁹⁵ Portaria nº 28 de 24/01/2008-MMA.

O contraespaço referente às questões fundiária e ambiental liderado pelo MDTX, FVPP, FETAGRI que discutia o destino e os usos da paisagem do território, seguiu em frente. Além dos assentamentos e das unidades de conservação criadas, terras indígenas foram sendo homologadas e o formato do território modificado (mapa 06). Isso restringiu a livre atuação da grilagem. Todavia, quanto mais os agricultores sem terra, ribeirinhos e indígenas avançavam na sua produção espacial, novos conflitos eram desencadeados.

Mapa 6 - Assentamentos rurais, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Xingu



Fonte: Elaborado por Marcos Silva (2023)

O mapa acima materializa o contraespaço produzido pelo movimento social iniciado pelos migrantes, com suas lutas e a participação do governo. Essa articulação empreendida de um lado por agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas, ONGs ambientalistas, lideranças religiosas da Diocese do Xingu e pesquisadores das universidades, e de outro, órgãos governamentais, produziu outra conformação para o território da Transamazônica e Xingu, diferente do que foi pensado no PIN.

Para além da área dos lotes do PIC, na terra pública passou a ter terras indígenas homologadas, unidades de conservação decretadas e dezenas de assentamentos de reforma agrária criados. Esse resultado reforça o que foi dito por Moreira (2021a) quanto

aos efeitos do contraespaço que pode oscilar “entre uma radical transformação e uma simples mudança da ordem de exclusão estrutural que espacialmente contesta” (Moreira, 2021a, p. 217). A criação das Resex foi uma mudança radical, retirou as terras dos grileiros e entregou aos ribeirinhos. Mas vários dos assentamentos criados eram áreas públicas ocupadas por famílias sem terra e depois reconhecidas pelo governo a partir de muita cobrança da parte dos posseiros e diálogos com representantes do governo.

A proximidade com o PT ajudou os movimentos sociais em suas articulações e conquistas junto ao governo. Mas também dificultou o exercício da oposição livre e qualificada. A decisão do governo Lula de construir Belo Monte, por exemplo, mesmo contrariando os movimentos sociais de base petista, fez surgir rupturas entre as organizações e colocou no centro dos conflitos parlamentares do PT oriundos do MPST e outras lideranças do movimento que ocuparam cargos no governo federal petista. Mesmo com várias proposições da FVPP, FETAGRI e MDTX sendo acolhidas pelo governo Lula, a construção de Belo Monte foi uma derrota para os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu.

No dia 22 de junho de 2010, o Presidente Lula veio a Altamira para lançar a obra de Belo Monte e apresentar outras proposições como a expansão do programa Luz para Todos. Essa proposta beneficiaria com energia elétrica milhares de famílias nas vicinais, uma das pautas do Grito da Transamazônica de 1999. Na ocasião da visita, o Presidente recebeu palmas de milhares de pessoas de toda região da Transamazônica, mas também vaias dos contrários a Belo Monte.

Nesse impasse, o MDTX se desfaz e surgiu o Movimento Xingu Vivo para Sempre, organização que reuniu os contrários a Belo Monte e que se distanciaram do governo Lula e seus aliados. A FVPP e FETAGRI seguiram contra Belo Monte, mas apoiaram o governo Lula e buscaram negociar investimentos que pudessem mitigar os impactos da obra. Os dois grupos de organizações oriundos do MDTX seguiram com suas lutas, unindo-se estrategicamente em alguns momentos. Em junho de 2011, o IBAMA emitiu a licença para a construção de Belo Monte com 40 condicionantes.

No ano seguinte, a hidrelétrica de Belo Monte começou a ser construída na região da Volta Grande do Xingu. Milhares de pessoas chegaram a Altamira, aumentou o custo de vida, a violência. De acordo com Miranda Neto (2016), a obra ferveceu Altamira⁹⁶ e a

⁹⁶ Em sua tese de doutorado, o geógrafo José Antônio de Miranda Neto (2016) trata da dimensão das mudanças espaciais na cidade de Altamira com a chegada da obra de Belo Monte.

região. Com Belo Monte sendo o centro das atenções do governo, as reivindicações do movimento social da agricultura familiar avançaram pouco.

Nesse cenário, os embates foram constantes, seja nas manifestações puxadas pelos movimentos sociais, seja nos eventos propostos pelos responsáveis pela obra. Os eventos que trataram de Belo Monte foram sempre tensos e cheios de acusações de ambos os lados. Lideranças dos movimentos foram assassinadas, os movimentos lograram impor condicionantes para serem executadas pelo consórcio construtor, antes e durante a obra.

Assim, vencidos os obstáculos jurídicos em todas as instâncias, as licenças de operação foram concedidas e a obra finalmente começou em 2011. Dentre as condicionantes negociadas com os construtores, incluindo o governo federal, para que a obra pudesse acontecer, está o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX):

[...] o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) é um conselho de desenvolvimento formado por representantes de diferentes setores da sociedade regional para deliberar sobre o investimento de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em projetos de desenvolvimento no território impactado pela Usina Hidrelétrica Belo Monte (Villas-Bôas e Ramos, 2018, p. 01).

A gestão desses recursos, por quase 08 anos, foi realizada por um conjunto formado pelos representantes do governo federal, estadual e municipal. Além desses atores, havia também o setor empresarial e sindicatos patronais, entidades sindicais de trabalhadores rurais e urbanos, pescadores artesanais, movimentos sociais e organizações ambientais, povos indígenas e instituições de ensino e pesquisa. Essa composição foi definida pelo próprio governo federal.

Ao todo, o Conselho Gestor do PDRSX⁹⁷ tinha 27 cadeiras. Para ocupar esses espaços, as organizações da sociedade civil estabeleceram uma disputa acirrada que se estendeu também para as Câmaras Técnicas (CT). Nesse outro espaço eram aprovados os projetos, um processo mais complexo, já que “são muitos agentes sociais e interesses envolvidos, o que dificultou o processo de criação de um arcabouço regulatório justo e eficiente em termos de seleção dos projetos” (Villas-Bôas e Ramos, 2018, p.19).

A cada ano um edital de projetos foi lançado com os recursos distribuídos pelas 08 câmaras técnicas: ordenamento territorial, infraestrutura, atividades produtivas, inclusão social, monitoramento de condicionantes, povos indígenas e tradicionais, saúde e educação.

⁹⁷ Maiores informações em: <https://www.pdrsxingu.org.br/>

Os projetos elaborados seguindo um formato previamente estabelecido nos editais, eram endereçados a cada uma dessas CT e por elas aprovados ou não, seguindo a pontuação estabelecida pelos membros de cada CT e o recurso disponibilizado previamente no edital para cada CT.

A área de atuação do PDRSX compreendia os municípios de Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá e São Felix. As listas de presença das plenárias ordinárias do PDRSX revelam o perfil dos participantes, divididos em dois grupos: governo e sociedade civil, termo definido pelo próprio governo em seu decreto de criação do PDRSX. Na sociedade civil estavam presentes tanto os sindicatos patronais quanto as organizações indígenas. Logo fica claro que essa sociedade civil tinha seus subgrupos.

Na relação dos 100 participantes que assinaram a lista de presença da plenária do PDRSX de 03 de fevereiro de 2017, realizada em Altamira, estavam presentes: 9 STTR, 01 cooperativa de pesca, 01 cooperativa de resíduos sólidos, 2 empresas prestadoras de ATER, 1 associação de tecnologia e informática, 3 cooperativas de produção orgânica, 11 associações de agricultores de assentamentos rurais, 39 representantes das prefeituras, 5 associação de ribeirinhos e pescadores, 10 representantes do governo do estado, 2 representantes do sindicato dos trabalhadores da hotelaria, 2 CFR, 4 movimentos de mulheres campo e cidade, 3 associações de cultura, 2 representantes do sindicato dos trabalhadores da indústria madeireira, 1 sindicato de professores, 2 universidades públicas, 1 representante do MAB, 1 cooperativa de ribeirinhos.

Essa foi a última plenária aberta e com a participação da sociedade civil. Embora fosse o Conselho Gestor que tivesse direito ao voto, as discussões eram submetidas a apreciação da plenária, cuja manifestação e ponderação por muitas vezes mudou o voto dos conselheiros. Logo, esses momentos eram decisivos e sempre lotados.

Os empresários, fazendeiros, grileiros não davam muita importância aos recursos do PDRSX. Esses recursos eram destinados a projetos sociais coletivos, apresentado por organizações da sociedade civil e governo. Eram apreciados por um conjunto diverso de sujeitos e envolvia um processo de prestação de contas monitorado pelos órgãos de controle. Assim, não os interessava.

Todavia, os prefeitos transformaram esse espaço em uma arena, na disputa com os movimentos do campo e das cidades, pois sempre solicitaram os recursos para executar políticas públicas de segurança, estradas, saúde e educação em cumprimento às promessas

de campanha feitas à população durante as eleições. Os movimentos defendiam que esse recurso não era para suprir a ausência de recursos para as políticas públicas. Mas os prefeitos sempre arregimentavam a maioria dos votos e quando contavam com os votos do governo do estado e parte da sociedade civil, a exemplo do sindicato dos pecuaristas, venciam e passavam suas propostas.

Para os movimentos sociais, o dinheiro do PDRSX não era para ser usado pelo próprio governo como uma verba pública. Para isso já havia recursos alocados nos ministérios e cabia aos gestores se empenhar nessa busca. De 2010 até 2018, foram investidos aproximadamente 300 milhões de reais em projetos dos governos e das organizações da sociedade civil, na região da Transamazônica e Xingu. O restante será definido pelo novo Comitê Gestor empossado em 27 de junho de 2023.

Atualmente o PDRSX⁹⁸ está sendo retomado com base no Decreto Nº 10.729 de 10/06/2021 que reduziu significativamente o número de membros no CG. Novos representantes da sociedade civil foram eleitos para compor o CG do PDRSX. Nessa nova etapa as organizações de mulheres ligadas a FVPP, FETAGRI, Diocese do Xingu estão ocupando boa parte das cadeiras destinadas à sociedade civil no Conselho Gestor. Novos conflitos, disputas e alianças acontecerão.

A pauta ambiental do MPST ampliou-se ao longo dos anos, fundamentada na mudança no cenário ambiental e fundiário da região e na articulação com outros movimentos da Amazônia. Nessa direção, a rede de organizações formadas a partir da ECO92 gerou resultados como o PPG7, PDA e as próprias unidades de conservação que seriam criadas mais tarde. O I PGDT trouxe a preocupação com o desmatamento, a pesca predatória e a necessidade de conhecimentos técnicos e científicos para apoiar a agricultura familiar, criticada pelo movimento ambiental internacional. O movimento social da Transamazônica acreditava que era responsabilidade do estado prover esses conhecimentos. Mas deveria fazer isso respeitando os conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares. Mas os órgãos públicos não assumiram essa bandeira de luta.

As prefeituras foram sendo criadas na Transamazônica, mas as secretarias municipais de meio ambiente e agricultura não se tornaram protagonistas de políticas públicas para o campo, conforme desejou o MPST. Muitas outras lutas se fizeram necessárias. Além dos poucos investimentos no campo, os movimentos também viram crescer o desmatamento, o

⁹⁸ Maiores informações em: <https://www.pdrsxingu.org.br/> acessado em 25 de junho de 2023.

saque da madeira e os conflitos fundiários. No seu II PGDT o MPST construiu propostas ambientais mais vigorosas. Isso proporcionado pela criação do MDTX que extrapolava as organizações formadoras do movimento dos migrantes e suas pautas. Foi nesse grupo diverso que as demandas ambientais tomaram forma de propostas. Dentre essas, a criação do Mosaico da Terra do Meio e a Resex Verde para Sempre.

As propostas ambientais do MDTX enfrentaram oposições desde o início. Mesmo o empresariado e prefeitos que apoiaram no início as ações do MPST, por tirar a rodovia do esquecimento global, foram contra a criação de unidades de conservação e as ações de fiscalização ambiental do governo. Todos concordavam com o asfalto, energia, mais investimentos em saúde e educação, mas a regulação do uso dos recursos e a ocupação das terras era ponto divergente. A UDR (atualmente chamada de setor produtivo ou agronegócio) juntou-se ao empresariado e prefeitos e formou um bloco contrário a todas as ações ambientais propostas ou apoiadas pelo MPST/FVPP/MDTX e FETAGRI.

Na origem das disputas e conflitos ambientais envolvendo os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu está presente a prática de livre apropriação da paisagem convertida em recursos pelo capital. Tudo isso construído e acordado entre o *bloco histórico*, conforme definição de Gramsci, adotada por Moreira (2021a). Nesse espaço as insurgências ante a racionalidade dominante desejosa de tudo conquistar são vozes dissonantes que propõem outras racionalidades (Santos 2022). O MPST/MDTX e seus aliados confrontaram, questionaram a ordem estabelecida, mas sobretudo apresentaram suas proposições e a construção de um novo sentido para os investimentos públicos no território. Lograram conquistas históricas, mas enfrentaram perdas irreparáveis.

Nesse capítulo buscamos evidenciar que na medida em que os migrantes aumentavam sua percepção quanto aos desafios vivenciados dentro e fora do PIC, mais se envolviam e eram envolvidos em outras lutas para além da busca por políticas públicas e retomada das promessas feitas pelo Governo. Construir um movimento forte que fosse ouvido e respeitado em Brasília significava dar passos dentro e fora das vicinais e assim conhecer outras vozes e fortalecer a luta das CEB's.

As ações socioambientais protagonizadas pelo MPST/FVPP, destacadas nesse capítulo, evidenciam três elementos importantes na caminhada rumo à configuração do contraespaço. O primeiro é que as proposições ambientais restritas inicialmente ao PIC se ampliaram envolvendo outros sujeitos, outras localidades e outras bandeiras, como a criação de unidades de conservação. Nesse sentido é visível que o movimento ampliou sua rede de

articulações para além da Transamazônica e Xingu. O segundo ponto é o surgimento do MDTX como a representação dessa articulação de sujeitos e pautas diversas. O terceiro é a mudança efetiva no uso do nome do movimento de MPST para FVPP, nessa fase as lideranças ponderaram que a luta já não era pela sobrevivência, mas pelo desenvolvimento, daí a expressão Viver, Produzir e Preservar que representava com mais propriedade a fase que o movimento experimentava no último ano do século XX. A FVPP também passou a elaborar projetos para receber doações nacionais e internacionais, isso significava assinar contratos, convênios, participar de conselhos de modo que a institucionalidade da associação passou a ser requerida nas interlocuções feitas FVPP em busca de apoio para suas ações.

O que é protagonizado pelos movimentos sociais na Amazônia está em consonância com as definições de Loureiro (2009), sobre a necessidade de olhar a Amazônia sob o ângulo dessas populações “que se enredam em movimentos e conflitos na tentativa de livrarem-se da exploração abusiva; ou lutam pelo direito que julgam ter” (Loureiro, 2009, p. 33). Nesse perceber coletivo das injustiças, o contraespaço vai tomando forma cada vez mais diversa. O desafio de construir uma vida digna no território não era só dos migrantes, o povo dos fundos das vicinais e da beira do Xingu também fazia levantes na mesma empreitada.

Apesar da sua diversidade, as pautas socioambientais destacadas nesse capítulo não estão desconectadas entre si. Quando a FVPP em conjunto com a FETAGRI apoiou os ribeirinhos na criação da resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, confrontou os madeireiros da Transamazônica que retiravam ilegalmente madeira nessa localidade e também os políticos locais e regionais que se viram cerceados no direito de usufruir, sem limitação, dos recursos existentes nessas áreas, enfrentou também a imprensa que, dominada por esses grupos econômicos, desqualificou o discurso das lideranças que não tinham a mesma velocidade e espaço para sua defesa. Isso nos remete a um conceito de espaço relacional utilizado por David Harvey (2006) que defende a premissa de que “um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele” (Harvey, 2006, p.12)

Embora os exemplos de relacionalidade suscitados pelo autor sejam urbanos, o que acontece no campo também cabe nesse conceito. Os conflitos dos assentados com os fazendeiros e grileiros do fundo das vicinais pode guardar ligações estreitas com a política partidária local, organizações comerciais, empresariais e com a omissão e conivência dos

órgãos públicos. Os passos na formação do contraespaço é que evidenciam essas e outras relacionalidades. Construindo uma lógica repulsiva à lógica hegemônica.

Das lutas contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, passando pelo apoio dos movimentos sociais às ações de fiscalização ambiental e fundiária feitas pelo Governo Federal, chegando à criação das unidades de conservação na Bacia do Xingu, observamos que nessa relação entre governos e movimentos sociais, os passos dados ora conduziram ao confronto, ora ao diálogo. Desse modo, a materialização do território Transamazônica e Xingu, conforme expresso no mapa 06, corrobora a defesa de Moreira (2021a) de que a regulação do espaço não vem da origem abstrata, mas “do espaço arrumado nos e pelos embates da sociedade civil” (Moreira, 2021a, p. 212). Assim como em outras lutas que produziram contraespaços ao longo da história da Amazônia, “os grupos subordinados buscam reorganizar a sociedade e os fatos históricos em direção às aspirações e utopias do grupo” (Loureiro, 2009, p. 194). Nessa direção, uma outra bandeira que fundamenta essa produção do contraespaço do MPST é a educação. Falaremos sobre ela no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

PASSOS A CAMINHO DE OUTRAS RACIONALIDADES NA EDUCAÇÃO

Figura 19 - Crianças a caminho da escola em uma estrada vicinal, Medicilândia, 1990



Fonte: Foto Paula Sampaio (1990)

Neste capítulo o foco é evidenciar a necessidade e a importância da educação formal e não formal na produção do contraespaço. A busca pela educação é um movimento que segue em frente, sempre. E quanto mais “as pessoas foram estudando, elas começaram a perceber que elas tinham que ir mais além” (Fernandes, 2011, p.126). Ao enfatizar a importância da educação para as populações do campo, o autor destaca ainda que essa luta, mais do que a busca pelo direito à educação, é também “uma luta para derrubar a criminalização, para derrubar o preconceito” (Fernandes, 2011, p. 128). E essa perspectiva

de ir além incluiu construir a bandeira de luta da educação do campo, reunindo movimentos da Amazônia e de todos os cantos do país. E, ao propor um outro caminho, conforme definido por Roseli Caldart (2012), a educação do campo vai além das pautas de reivindicação e por isso deve ser tratada como um “fenômeno da realidade brasileira atual protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (Caldart, 2012, p. 259).

As palavras da diretora da FVPP, Antonia Pereira Martins, em acordo com a defesa de Caldart (2012), traduzem a importância da educação do campo para as populações da Amazônia e acrescentam o nível de envolvimento dos movimentos sociais nesse processo:

[...] os movimentos sociais da Transamazônica liderados pela Fundação Viver Produzir e Preservar podem bater no peito e dizer que todos os avanços alcançados nesse tema têm um pouco de nossas vidas. Posso citar sem medo de errar que a Pedagogia da Alternância é a maior revolução para as comunidades do campo. Os próprios cursos superiores existentes nas universidades relacionados à educação do campo foram espelhados nessa maravilhosa experiência. (Antônia Martins, entrevista de abril de 2021)

Nessa parte do trabalho a análise incide sobre três ações distintas do movimento social em prol da educação. A primeira é a busca pelo acesso à educação formal enquanto política pública, no campo, garantida com a formação de professores para as escolas do campo. A segunda reúne a jornada de lutas em torno das Casas Familiares Rurais, um projeto de formação técnica de filhos e filhas de agricultores. Pautado na Pedagogia da Alternância, o projeto pedagógico das CFR reuniu conhecimentos da educação formal básica com a realidade da agricultura familiar onde vivem esses jovens. A proposta foi elaborada a partir do acúmulo do movimento, espelhado nas experiências educativas do campo, dentro e fora do país. A terceira ação é a chegada na universidade de todo esse acúmulo dos movimentos sociais materializado em projetos de extensão de acompanhamento às CFR e na proposição de cursos superiores.

Todas essas frentes de luta se configuraram como levantes à ordem estabelecida. Ao reivindicar maior acesso à educação para a população das vilas e vicinais, os agricultores e professores não aceitaram a regra estabelecida pelos governos segundo a qual os povos do campo deviam esperar mais. Em concordância com Moreira (2021a), o sentimento de exclusão moveu todos na produção do contraespaço da educação.

Lopes e Parente (2017), ao tratarem da importância da educação formal para as famílias ribeirinhas da Terra do Meio, defendem que a luta por esse direito está no mesmo plano da luta pela terra, por saúde e segurança alimentar. Daí a relevância de sua investigação enquanto fator decisivo na mobilização popular em direção à configuração do contraespaço.

Conforme dito anteriormente, nesta parte do trabalho faz-se de um recorte das ações em prol da educação desde as primeiras proposições do movimento em 1991. O fio condutor da reflexão aqui trazida está baseado na fala dos entrevistados e nos documentos pesquisados na sede da FVPP, ARCAFAR e associação das CFR, bem como na participação em eventos ao longo dos anos sobre o tema. Embora não represente a totalidade das ações da FVPP em prol da educação na Transamazônica e Xingu, ilustra suas práticas, proposições e resultados nesse campo.

Na busca pela educação formal, o MPST contou com a parceria forte dos professores e especialistas em políticas públicas educacionais para formular suas proposições, requerendo o direito a tudo que estava previsto na legislação pertinente. A proposta de educação no I PGDT é um documento denso que foi lentamente sendo incorporado pelas secretarias municipais e estadual de educação. Muitas das reivindicações seguem vigentes, a exemplo do ensino médio na região que continua precário e funcionando regularmente apenas na zona urbana.

4.1 ENTRE O CAMPO E A ESCOLA, TODO SABER IMPORTA

A educação sempre foi uma das bandeiras prioritárias dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu. Desde o I PGDT elaborado em 1992, em parceria com as organizações de professores, o MPST pautou a educação no campo, especialmente a garantia de acesso ao ensino fundamental em todas as vicinais e vilas onde houvesse demanda. Sobre a importância dessa bandeira de luta para as famílias agricultoras e ribeirinhas, Raquel Lopes e Francilene Parente (2017) afirmam que:

[...] Sem a escola no lugar de moradia, a família muda para um lugar mais próximo da “escola para os filhos”; ou se separa para que, em geral, a mãe ou a irmã mais velha acompanhe os filhos ou irmãos menores para acessar a escola; ou os filhos mudam-se sozinhos para a cidade, dependendo da idade destes, indo morar com familiares ou na casa adquirida pela família. (Lopes e Parente, 2017, p. 415)

E foi essa realidade que moveu as lideranças dos movimentos e as famílias a reivindicar que na beira dos rios e nos fundos das vicinais também tivesse escolas, pois a

maioria das crianças e jovens estavam sem estudar; quem estava estudando precisou sair da casa dos pais na roça para morar nas cidades. Essa situação deixava os jovens distante da família, reduzia a mão de obra na roça e às vezes até separava as famílias, já que era preciso que um dos responsáveis, geralmente a mãe, acompanhasse os filhos nessa jornada em busca da escola.

Mas para ter escolas no campo era preciso ter professores formados, uma estrutura mínima adequada. E foi por isso que no I PGDT agricultores e professores elaboraram uma pauta detalhada sobre as demandas da educação para as comunidades do campo. Entre essas propostas estava a formação em Magistério para os mais de 600 professores leigos que existiam na Transamazônica.

Os professores que participaram das ações do MPST faziam parte de associações como a ATEMA (Associação dos Trabalhadores de Educação do Município de Altamira) ASSEDUR (Associação dos Educadores de Uruará). Mais tarde, todas essas associações se tornaram subsedes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), criado em 1983, sob a liderança de educadores como Edmilson Rodrigues.⁹⁹ Os professores que ajudaram a construir o I PGDT defendiam também as bandeiras nacionais da categoria docente: a campanha regional de alfabetização baseada no método de Paulo Freire, eleições diretas para diretores de escola, apoio à implantação do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos municipais.

Quadro 3 - Resumo das propostas de educação do I PGDT. 1991

- Capacitação de 690 professores leigos que atuam de 1ª a 4ª série (projeto Gavião I e II) numa parceria entre universidades e sindicatos de professores e agricultores)
- Capacitação de 160 monitores para alfabetizar adultos na Transamazônica. Um programa conduzido por sindicatos urbanos e rurais, igrejas, pastorais, escolas, secretarias municipais de educação, UFPA).
- Recuperação e ampliação da rede física escolar da Transamazônica: 333 escolas de ensino fundamental a serem construídas nas vilas e comunidades a partir da definição dessas comunidades, construção de centros esportivos e bibliotecas em todos os municípios.
- Expansão do ensino supletivo e regular noturno.
- Construção de centros educacionais nos municípios.
- Instituição do plano de carreira e plano de cargos e salários
- Concurso público estadual, regional e municipal.
- Educação religiosa para a região.
- Criação de cursos regulares de ensino superior no Campus de Altamira na área de saúde, educação e agricultura.

Fonte: Arquivos FVPP

⁹⁹ Atualmente Edmilson Rodrigues é prefeito de Belém, em seu terceiro mandato.

A pesquisa que subsidiou a elaboração do I PGDT, feita pelas lideranças, também apontou a existência na região da Transamazônica de um alto índice de analfabetismo entre os jovens e adultos. A proposição do movimento foi elaborar um programa regional de alfabetização popular de adultos, com base na metodologia de alfabetização do educador Paulo Freire. O plano previa a capacitação de 160 monitores das comunidades para dar conta dessa demanda. Não era uma luta só por escolas e professores, mas também pelo poder que o conhecimento significava no protagonismo das lutas contra o poder hegemônico do capital e suas estruturas. Premissa já defendida por Lefbvre (2013) bem antes do surgimento do MPST:

[...] Hoy en día la clase dominante mantiene su hegemonía por todos los medios, incluido el conocimiento. El vínculo entre saber y poder se vuelve manifiesto, lo que no impide en absoluto un conocimiento crítico y subversivo; al contrario, define la diferencia conflictiva entre el saber que está al servicio del poder y el conocimiento que rechaza reconocerse en este [...] (Lefbvre, 2013, p. 71).

A inspiração metodológica da proposta veio do MEB das regiões de Santarém e Marabá, o qual, além de ensinar ler e escrever, se preocupava com o “desenvolvimento comunitário, técnicas agrícolas e sanitárias, noções de democracia política e direito sindical” (Pessoa, 2022, p. 67). De acordo com Tânia Sena,¹⁰⁰ que participou dessa empreitada de alfabetização, o projeto de alfabetização de adultos da Transamazônica foi um dos marcos do MPST. Liderado pela Prelazia do Xingu, “durante 5 anos foram alfabetizados 2.600 jovens e adultos, a partir do método Paulo Freire. Cada município tinha a sua cartilha construída a partir de sua realidade” (Tânia Sena, 2022).

Para além de formar professores para as escolas do campo e enfrentar o analfabetismo, também fez parte das proposições do Plano dos movimentos o aprimoramento da rede pública de ensino existente com a recuperação, ampliação e expansão da rede física escolar do campo. Na prática isso significava construir 233 escolas de ensino fundamental e médio, além de centros educacionais integrados em cada município. A maioria das escolas existentes eram feitas de palha e barro ou madeira, construídas pelos próprios moradores. O exercício da docência era feito por alguém da vicinal com um pouco mais de escolaridade. Ensinar era quase sempre tarefa das mulheres que, além de dar aulas,

¹⁰⁰ Tânia Sena, entrevista concedida em 23/03/2023, em Altamira.

faziam a limpeza, a merenda, buscava água nas minas e igarapés e andavam longas distâncias a pé de sua casa até a escola.

Para além das reivindicações de cada comunidade, o MPST também apresentou a proposta de realização de concurso público e instituição do plano de carreira, cargos e salários para os trabalhadores em educação, para todas as categorias, em todos os municípios. A expansão do ensino supletivo regular noturno e da educação religiosa também constavam nas proposições do plano, dentre as quais estava também a consolidação do ensino superior com a implantação de cursos regulares e intervalares nas áreas de educação, saúde e agricultura. Tudo isso a partir da implantação de um campus universitário da Universidade Federal do Pará na região.

Uma das conquistas sempre celebrada pelas lideranças mais antigas dos movimentos é o Projeto Gavião, que formou professores do campo em nível técnico-magistério. De acordo com Maria Felismina Alves da Silva,¹⁰¹ que coordenou o Projeto Gavião na região da Transamazônica e Xingu, de 1996 a 2000, a UFPA cuidava da parte pedagógica e distribuía os professores nos municípios, as prefeituras pagavam esses professores com recursos do FUNDEFF e a SEDUC expedia a documentação escolar dos alunos.

O projeto era dividido em Gavião I, do 6º ao 9º ano, e Gavião II, ensino médio - que era a habilitação em Magistério, para os professores que não tiveram acesso ao ensino fundamental maior e à formação docente. O foco era a formação de professores leigos. Nessa região as turmas funcionaram em períodos intervalares, durante as férias e recesso dos professores. Existiram turmas nos municípios de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Senador José Porfirio e Porto de Moz. De acordo com Maria Felizmina:

[...] esses professores de regiões como Souzel, Vitória do Xingu, Porto de Moz, eram professores ribeirinhos que só tinham, no máximo, até a 4ª série primária, dando aulas até a 4ª série e alguns até do 6º ao 9º ano. Tudo isso por causa da carência de professores que existia nessa região. Então, essa formação foi muito importante para os professores da zona rural. Interessante o esforço que eles faziam, eles ficavam na casa de apoio dos municípios, alguns recebiam alimentação (café, almoço e janta) da prefeitura e algumas prefeituras pagavam uma bolsa auxílio alimentação para os alunos (Maria Felismina, 2023).

O Projeto Gavião já estava em curso, dentro da UFPA, quando o MPST reivindicou no seu I PGDT a formação de professores leigos que atuavam nas escolas do campo da

¹⁰¹ Maria Felismina Alves da Silva, entrevista concedida em 30/07/2023, em Altamira.

Transamazônica e Xingu. O projeto fazia parte das atividades da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA, sob a coordenação do professor David Maria de Amorim Sá. De acordo com Correa; Rodrigues e Abreu (2021), coube à UFPA construir uma proposta que mudasse a realidade da educação paraense diagnosticada em 1989: dos 15 mil professores vinculados à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), 70% não tinham o 1º grau completo. E na Transamazônica essa era a realidade das escolas em todas as vicinais e nas várias vilas ao longo da rodovia.

A tarefa de mudar o diagnóstico de precariedade na formação dos professores atuando nas escolas paraenses, especialmente no campo, uniu prefeituras, UFPA e SEDUC. De acordo com os relatórios de acompanhamento técnico da PROEX, o Projeto Gavião iniciou em 1984 e encerrou em 2002. Mais de 7 mil professores foram beneficiados com o Gavião I, e aproximadamente 10 mil com o Gavião II, em todo Pará. Nesse conjunto entrou a demanda do MPST. Felismina enfatiza ainda que depois que o Projeto Gavião encerrou, vários professores seguiram estudando e ingressaram no ensino superior. Segundo ela:

[...] nessa época tava surgindo faculdades, a UFPA começou a fazer interiorização através da Plataforma Freire e também algumas faculdades particulares começaram a se instalar nos municípios da Transamazônica, fazendo curso intervalares, no período de férias dos professores. Então o que aconteceu foi que após concluírem o magistério, muitos professores seguiram fazendo faculdade pública ou privada, a maioria fez Pedagogia. (Maria Felismina, 2023)

Após a emancipação das vilas e a criação do SINTEPP com suas subsedes municipais, outras vozes se levantaram para fazer o debate da educação na região. O MPST, agora sem a participação efetiva dos professores no grupo dirigente, não seguiu mais como a voz central desse debate. Vale ressaltar que as demandas seguiram sendo pautadas pelas comunidades no formato metodológico de construção do PGDT e passaram a ter como endereço as secretarias municipais de educação, sendo apoiadas pelas subsedes do SINTEPP. O MPST passou então a se preocupar com uma outra inquietação: como a agricultura era tratada nas escolas das vicinais? Isso levou o movimento a iniciar uma outra construção no campo da educação: as Casas Familiares Rurais (CFR).

A elaboração da proposição das CFR não contou inicialmente com os especialistas em educação, mas com os especialistas do campo: os agricultores familiares, que questionaram o modelo de educação ofertado nas escolas do campo e decidiram propor uma experiência piloto que partisse da valorização da agricultura. Conforme já defendido por

Paulo Freire (1999), educador conhecido por muitas lideranças nos cursos de formação da FASE, “não é de interesse da classe dominante, numa sociedade capitalista que se implique o Povo como sujeito participante de seu próprio desenvolvimento” (Freire, 1999, p. 36). Assim, se agricultores e professores queriam mudança na educação pública ofertada no campo, eles próprios teriam que construir a proposta de mudança.

Raquel Lopes (2009) em seus estudos, densos, sobre o Projeto Alfabetização Cidadã/PRONERA, coordenado por ela nas comunidades rurais do Anapu, traz à tona os desafios vivenciados pelos migrantes, especialmente aqueles que chegaram com a “cara e coragem” em busca de terra ao mesmo lugar em que a grilagem também se estabelecia. Para esses trabalhadores rurais, aprender ler e escrever tinha motivos diversos que incluíam desde a importância da escrita do nome nos documentos até a perspectiva de um projeto de educação “que estivesse em conformidade com seus interesses, [...] que não trabalhasse só com a codificação ou decodificação das letras, mas que abrisse a cabeça, despertasse a consciência.” (Lopes, 2009, p. 245-246).

A experiência do PRONERA, com suas turmas de alfabetização, de escolarização em nível do ensino fundamental e do Magistério da Terra, fortaleceu as lideranças da FVPP na defesa da Pedagogia da Alternância e das CFR. O movimento e seus aliados questionaram o modelo de educação pública e descobriram que fazer mudanças na educação é muito mais complexo. As iniciativas de formar os professores e colocar a realidade da agricultura na formação de adolescentes e adultos, nunca enfrentaram manifestações contrárias abertas, mas o bloco de poder preferia seguir com a ordem já estabelecida secularmente sobre quem decide e quem executa, e ignorar as proposições oriundas do MPST. Mas os agricultores, professores e sindicalistas discordaram dessa premissa do poder vertical dentro da educação, seguiram construindo seus espaços divergentes e convergentes.

Ao lado de toda essa busca pelo direito à educação pública, os movimentos do campo buscaram refletir sobre a contribuição do modelo tradicional de ensino para a vida no campo. João Batista Uchoa Pereira¹⁰², educador de CFR e diretor atual da FVPP, informou que durante as discussões das organizações municipais havia queixas sobre o que era ensinado nas escolas das vicinais sobre a agricultura. Segundo ele, isso fortaleceu as decisões do movimento social de construir experiências alternativas para a educação na Transamazônica. Assim, uma pesquisa feita em 1994, em todos os municípios da região de atuação do

¹⁰² João Batista Uchoa Pereira, entrevista concedida em 02 de março de 2023, em Altamira.

movimento, sob a liderança da FVPP, FETAGRI, com participação da UFPA, consolidou a necessidade de buscar outros caminhos:

[...] a pesquisa mostrou que a relação entre as escolas do campo e a importância da agricultura era zero. A escola ensinava que a roça era um lugar de passagem e a escola era passaporte para a vida melhor na cidade. Então era preciso fazer um movimento de valorização da agricultura, mas por dentro das escolas das vicinais era difícil. Para buscar saídas o movimento fez intercâmbios com outras regiões do Brasil para conhecer outras experiências que mostrassem caminhos a seguir (João Batista Pereira, 2023).

As CFR representaram outra racionalidade (Santos 2020) no campo da educação. Foi mais que uma luta pelo direito de estudar, foi uma luta para inserir uma outra visão sobre a agricultura familiar nas escolas do campo. Os movimentos sociais da Transamazônica e seus aliados buscaram construir proposições na educação que fortalecessem a identidade das populações do campo, que valorizassem a agricultura como fonte de renda e de identidade cultural. E assim, agricultores e professores, depois de viajar pelo Brasil e por outros países em busca de experiências exitosas de educação, fundaram em 1995, em Medicilândia, no Pará, a primeira CFR. “O MPST se tornaria o principal movimento articulador em prol de educação contextualizada e qualificada para agricultores e agricultoras dessa região paraense” (INSTITUTO PORTICUS, 2022, p. 29).

As CFR são centros de formação para jovens filhos de agricultores, baseadas na Pedagogia da Alternância que une os conhecimentos teóricos em sala de aula e as práticas cotidianas nas propriedades desses jovens. A agricultura familiar está na base da estrutura do currículo das CFR, que articulam os conteúdos da base comum nacional e os temas geradores definidos em conjunto pelo corpo gestor da CFR e as famílias. Os jovens ficam em regime de internato nas escolas durante 2 semanas, em média. No retorno para casa começa o tempo comunidade, período em que os professores e monitores acompanham os jovens em suas atividades na agricultura. Tudo isso mediado por monitores das ciências agrárias, pedagogia e demais licenciaturas que acompanham o período do tempo escola dos jovens na estrutura da CFR.

De acordo com Meneses (2010), a CFR de Medicilândia, primeira a ser feita pelo MPST, iniciou suas atividades com uma turma de 25 jovens, em novembro de 1995, após uma pesquisa participativa junto às famílias que definiu os temas geradores e as atividades pedagógicas, realizada em março desse mesmo ano. Segundo a autora, o funcionamento da

CFR contou com a participação de um conjunto de instituições com diferentes responsabilidades e atribuições no projeto:

[...] o arranjo institucional de parceria para o funcionamento da CFR de Medicilândia se deu via convênio de cooperação técnico-científica com as seguintes instituições: CEPLAC, SEDUC, SAGRI e EMATER, com apoio e assessoria do LAET e UFPA/*campus* de Altamira, sendo que a FETAGRI, enquanto entidade representativa dos agricultores em nível regional, esteve à frente da apresentação da demanda e efetivação de convênios. Além destes parceiros permanentes, a prefeitura de Medicilândia posteriormente compôs essa parceria comprometendo-se com auxílio para a alimentação, dentre outras despesas eventuais; não raras foram as omissões da prefeitura nesse compromisso. A alimentação durante o período de aulas, de fato, ficava assegurada pela contribuição dos pais (Meneses, 2010, p. 75).

Antes do início efetivo das atividades da CFR, um conjunto de lideranças do STR, SINTEPP e paróquia realizaram reuniões em todas as vicinais do município para falar do projeto, levantar as demandas, os conteúdos (temas geradores) de interesse das famílias. Tudo isso serviu para a elaboração do Projeto Pedagógico. Uma etapa seguinte foi reunir todas as famílias interessadas para a construção dos temas geradores e o funcionamento da CFR.

A CFR funcionava em uma vila rural do município de Medicilândia, no km 100, em estruturas de um campo experimental da CEPLAC que estavam desativadas há bastante tempo e foram repassadas pelo órgão à associação de pais da CFR. Como a estrutura estava bastante deteriorada, os alunos e suas famílias fizeram, em mutirão, uma reforma básica nas instalações. As despesas de funcionamento eram divididas com todos que se dispuseram a participar da experiência. Os monitores eram pagos com recursos oriundos de doações internacionais captadas pelo MPST/FVPP.

O projeto de Medicilândia produziu frutos e nos anos seguintes, em vários municípios da região oeste, uma CFR foi construída, a partir de doações, trabalhos voluntários e recursos de projetos elaborados pela FVPP e outras organizações. Um desses foi o *Projeto de Consolidação da Produção Familiar e Contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Xingu*, elaborado pela FVPP, em 2000, aprovado pelo Fundo Social do BNDES, em 2002. O projeto teve como meta a construção de 10 CFR's, uma em cada município (Itaituba, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá).

Nessa articulação, o BNDES entrou com recursos para as construções das CFR's, equipamentos, veículos (aproximadamente 6 milhões de reais). O governo do estado do Pará, havia confirmado ao BNDES que entraria com o reconhecimento das CFR e o contrato dos monitores. A assinatura do contrato ocorreu em um grande evento, na cidade de Altamira, promovido pela FVPP e FETAGRI com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rosseto.

Os fazendeiros da região invadiram o evento que acontecia no Xingu Praia Clube e gritaram palavras de ordem contra os movimentos. Criticaram a proposta fundiária de criar assentamentos PDS e unidades de conservação para a região. Um dos líderes da manifestação ameaçou publicamente a freira Dorothy Stang. Ela estava no evento em conjunto com lideranças de Anapu para apoiar a implantação de uma CFR no município. Dorothy apenas sorriu e lembrou a eles que vivíamos em uma democracia e todos tinham direito à vida digna.

Depois de seu assassinato em 12 de fevereiro de 2005, Dorothy Stang ficou mundialmente conhecida por sua luta para a criação dos projetos de assentamento: PDS Esperança e Virola Jatobá, em Anapu. Mas, essa nunca foi sua única bandeira de luta. Desde que chegou a Anapu, em 1982, a luta pela educação nas vicinais foi um tema que ocupou boa parte do seu trabalho pastoral. Todos os entrevistados em Anapu e Pacajá foram unânimes em ressaltar a determinação dessa religiosa em busca educação. Para ela todas as crianças dos assentamentos tinham o direito de estudar. Logo, foi responsável pelas maiores conquistas em educação no município. Conforme destacou Rosário Guzzo, uma das professoras e companheiras de Dorothy em Anapu:

[...] ela achava que a gente tinha que lutar para ter da 5ª a 8ª série nas vilas. A gente queria, mas achava difícil isso acontecer. Mas ela tinha uma capacidade tão grande de fazer a gente entender a capacidade da gente, da população, dos direitos [...] que até me emociono. Então a gente conseguiu trabalhar por isso e a gente conseguiu criar de 5ª a 8ª série na Escola Venceslau Brás, Nova Canaã, Centro de Nazaré, no Surubim e no Belo Monte. Isso foi uma vitória grande, grande para a região na época.¹⁰³

Durante o mencionado evento no Xingu Praia Clube, Miguel Rosseto defendeu a postura de Dorothy Stang quando essa pediu a reforma agrária e terra para quem trabalha

¹⁰³ Depoimento de Rosária Guzzo, professora aposentada de Anapu e companheira de Dorothy Stang desde a chegada dela no Anapu. Essa fala é parte do filme: *Dorothy Stang: educação, luta e resistência popular*, de Maksuel Medeiros, premiado no festival Curta Xingu, em junho de 2023. https://www.youtube.com/watch?v=0oIsAzL_3WI. Acessado em 05 de junho de 2023.

nela. O evento foi tenso do começo ao fim, com intervenções da polícia. Os fazendeiros tiveram direito a usar o microfone e repudiaram a criação dos PDS em Anapu e as unidades de conservação. O contrato foi assinado pelo BNDES e FVPP. O governo do estado não compareceu ao evento conforme havia combinado e tampouco firmou sua parte. Isso fez a execução do projeto arrastar-se por anos, no aguardo da assinatura do então governador do Pará, Simão Jatene.

Na busca por fazer o Contrato funcionar efetivamente, a FVPP e a FETAGRI realizaram uma primeira *Marcha da Educação*, em abril de 2002. Com aproximadamente 300 pessoas da Transamazônica, a caravana viajou até Belém para reunir com o governo do estado do Pará e pedir a assinatura dele no Contrato das CFR firmado entre BNDES e FVPP. Os manifestantes foram recebidos e ouviram promessas, mas nada foi viabilizado. As CFR iam se implantando e funcionando precariamente nos municípios.

Em janeiro de 2004, os movimentos realizaram a II Marcha pela Educação. Um grupo de 60 pessoas entre agricultores, alunos das CFR e monitores, acamparam nos jardins e estacionamento do Sistema Integrado de Governo (SIG). Nesse local, no centro da cidade de Belém, funcionavam as principais secretarias de governo do estado. Mais uma vez reuniões com o secretariado e o único avanço foi que os assessores confidenciaram à direção do movimento que aquele convênio nunca seria assinado por Simão Jatene, por razões óbvias: “não iria dar dinheiro para fortalecer o PT e seus projetos”.

O movimento regressou decidido a não mais insistir nessa estratégia e a buscar outras formas de fazer as CFR funcionarem com mais apoio das prefeituras e de outros parceiros. Somente em 2007, quando Ana Julia Carepa foi eleita como governadora do Pará, pelo PT, o Convênio das CFR foi assinado. A FVPP recebeu os recursos para contratar monitores e disponibilizá-los para as CFR de Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá.

No projeto com o BNDES não havia recursos para custeio e a FVPP teve que buscar outros recursos para conseguir fazer a gestão e acompanhamento das obras. Também teve que enfrentar as constantes denúncias que os fazendeiros e grileiros faziam na ouvidoria do banco dizendo que as CFR não eram escolas, mas centros de formação de *petista e comunistas*. Isso provocava paralisações, auditorias do banco e consequentemente atraso nas obras.

A burocracia do banco era árdua, em uma região onde a regularização fundiária é um caos, os prédios só puderam ser construídos em terrenos com escritura pública em nome da

FVPP ou das Associação das CFR's ou com termos de doação de 50 anos. Os recursos do contrato iam transferidos aos poucos para a conta da FVPP à medida que todas as pendências eram sanadas e a auditoria externa, aprovada pelo banco, desse o aval. Essa demora desvalorizou o orçamento e ficou cada vez mais difícil construir a mesma estrutura com o orçamento inicial, já que as CFR's começaram a ser construídas quase 5 anos depois do projeto aprovado. Mas João Batista relata que com os ajustes aprovados pelo banco e a solidariedade das organizações locais, o projeto seguia. Com a mudança de diretoria do BNDES e do Fundo Social em 2010, o projeto foi paralisado, a FVPP não recebeu o restante dos recursos e não pôde construir as demais CFR's.

Ao longo de quase uma década de execução, 09 CFR's foram construídas e equipadas. Mas nem o governo do estado, nem as prefeituras aceitaram assumir definitivamente a sustentação financeira do projeto. Na verdade, existiu um impasse: de um lado, as lideranças dos movimentos sociais queriam o apoio financeiro e aval do governo para seguir o projeto nos moldes da Pedagogia da Alternância, com foco no fortalecimento da agricultura e extrativismo familiar. De outro lado, os governos discordaram e queriam que as CFR's se enquadrassem na estrutura vigente das escolas de ensino fundamental e médio.

O desafio era grande. Se as escolas do campo, com estruturas mais simples, funcionavam precariamente: faltando merenda, material escolar, mobiliário, professores com formação adequada, imagine sustentar centros de formação que funcionam em regime de internato... As prefeituras sempre alegaram que as CFR's custavam muito caro aos cofres públicos.

Depois de uma década de construídos, os prédios das CFR's necessitam de reformas e essa continua sendo uma tarefa da Associação das Casas Familiares do Pará (ARCAFAR), FVPP, FETAGRI e Associações de pais de cada CFR.

Nos relatórios da FVPP sobre o Contrato com o BNDES, está registrado que o *projeto de consolidação*, como é chamado oficialmente, de um lado, fortaleceu o protagonismo dos movimentos sociais da região, enquanto propositores e executores de política pública, mas de outro, mostrou os limites dos movimentos sociais em fazer mudanças rápidas na política pública de educação. E ainda, fez recrudescer os conflitos em um território em disputa. O não apoio, por parte do governador Simão Jatene, ao funcionamento efetivo das CFR foi um reflexo dessa disputa pela construção dos espaços. Reconhecer as CFR's é dar voz aos movimentos do campo que fazem críticas duras ao governo do estado.

O documento produzido pela FVPP, intitulado: “Juventude, Educação e Desenvolvimento no Campo – Resultados e Lições”, faz um registro da importância dessa iniciativa de formação e educação envolvendo jovens, famílias agricultoras, lideranças do movimento social, assessorias pedagógicas, instituições financiadoras, órgãos públicos de ensino, pesquisa e extensão, dentre outros que desde 1995 firmaram um compromisso de apoiar o fortalecimento da educação do campo. Esse documento tem origem no *Projeto: Juventude, Educação e Desenvolvimento no Campo*, patrocinado pela PETROBRAS através do contrato firmado entre PETROBRAS e FVPP, em 2013.

Após 04 (quatro) anos de uma intensa mobilização regional envolvendo toda juventude matriculada nas CFR's dessa região, em cursos, oficinas, dias de campo, práticas de georreferenciamento de propriedades rurais, o projeto foi finalizado e um dos registros dessa empreitada é essa publicação que traz como objetivo central apresentar a produção escrita dos jovens filhos dos agricultores, egressos dos cursos de técnico em agropecuária, das CFR's.

O livro é dividido em duas partes. A primeira traz artigos que tratam do estado da arte da Pedagogia da Alternância na região e na Amazônia, a importância da inclusão dos jovens agricultores no mundo digital, bem como um resumo dos resultados numéricos do projeto executado. A segunda parte é uma coletânea de textos ilustrados que reúne 80 (oitenta) Projetos Profissionais dos Jovens (PPJ)¹⁰⁴, alunos das CFR's beneficiários diretos das ações realizadas pelo projeto, que em uma iniciativa inédita na educação básica realizaram projetos técnicos com apoio de seus monitores. Nesse conjunto de PPJ selecionados estão aqueles com foco em experimentos sobre bovinos, abelhas, aves, cacau, hortas, suínos, peixe, mandioca, urucum, frutas.

Cada CFR sempre teve suas singularidades, seus desafios: umas reunindo jovens ribeirinhos, indígenas, outras reunindo agricultores familiares, umas com uma boa interlocução com as prefeituras e parceiros locais, outras nem tanto. Cada uma sobreviveu a seu modo. Embora mais tarde, a SEDUC tenha apoiado a experiência com recursos pontuais para o pagamento de alguns monitores por um curto período e reconhecido seus resultados significativos, nunca a assumiu como uma política pública.

¹⁰⁴ O Projeto Profissional do Jovem é um trabalho que o jovem desenvolve em sua propriedade acompanhado pelo monitor designado que o auxilia tecnicamente na implementação do experimento, bem como no registro dessa evolução ao longo do curso. No final do último ano o jovem faz uma apresentação pública para uma banca de profissionais com conhecimentos na área do seu projeto. Além disso, um trabalho escrito também deverá ser entregue na CFR.

Até os dias atuais as CFR's seguem sob o comando dos movimentos sociais atravessando altos e baixos. Reúnem uma parcela da juventude do campo que tem feito a defesa da agricultura familiar e do extrativismo sustentável. As CFR's estão em um território onde a grilagem, o saque dos recursos naturais, o monocultivo em larga escala e a pecuária extensiva, também disputam cada palmo de terra. Mas a luta pelo reconhecimento e manutenção das CFR's na Transamazônica nunca foi uma luta isolada do MPST/FVPP.

Os avanços que os movimentos da Transamazônica e Xingu lograram conquistar com as CFR's até os dias atuais sempre estiveram conectados com lutas nacionais em prol da educação do campo. Essa mobilização nacional contou sempre com forte protagonismo do Movimento dos Sem Terra (MST) e dos Centros de Formação por Alternância (CEFFAS). As evidências dessas conquistas coletivas estão nos marcos legais estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) sobre o tema. Aos poucos, e com reservas, o estado vai reconhecendo a Pedagogia da Alternância e dando forças ao movimento em prol da educação do campo.

Nessa jornada, algumas conquistas mostraram a força dessa luta em rede: em 1996 foi aprovada a Lei 9.394/1996 (LDB), que listou a Pedagogia da Alternância como uma possibilidade de organização do trabalho pedagógico, inclusive com calendário escolar diferenciado. Depois de muitas manifestações nos Gritos e seminários da educação do campo promovidos em Brasília, em 2010, o Decreto 7.352/2010 tratou da política de Educação do Campo e criou o PRONERA que fortaleceu a luta pela educação do campo para além das CFR. Em 2012 a Lei Federal Complementar 12.695/2012 permitiu que as CFR's fossem cadastradas no Censo Escolar e pudessem receber recursos do FUNDEB. (INSTITUTO PORTICUS, 2022). E mais recentemente, a Resolução do CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023 reconheceu a pedagogia da alternância, seus instrumentos e procedimentos na educação básica e superior. Mas as lutas seguem na busca do financiamento público dessa modalidade tão diversa.

Atualmente, de acordo com o diretor da ARCAFAR, Luiz Portugal¹⁰⁵, as CFR no Pará atravessam um momento crucial: na Transamazônica apenas 3 (Uruará, Anapu e Pacajá) estão funcionando. Segundo ele, “a manutenção financeira das CFR's tem sido o grande desafio. Mesmo com o avanço no reconhecimento da proposta pedagógica, isso não foi suficiente para que elas fossem financiadas com dinheiro público” (Portugal, 2023). O

¹⁰⁵ Luiz Portugal, entrevista concedida em 20 de junho de 2023, em Altamira.

diretor da ARCAFAR avalia que “as lideranças regionais e o movimento social deixaram de se responsabilizar no dia a dia pelo funcionamento das CFR” (Portugal, 2023). E assim, na Transamazônica onde tudo começou, com estruturas planejadas e construídas graças aos financiamentos captados pela FVPP, boa parte das CFR’s estão fechadas e com estruturas deterioradas.

De acordo com o Instituto Porticus (2022), os cursos das CFR’s no Pará são: técnico em agropecuária, técnico florestal e técnico em agroecologia. Os jovens egressos têm desenvolvido atividades em suas propriedades com os conhecimentos recebidos na CFR’s. Dentre esses, apicultura, suinocultura, cultivo de açaí irrigado. Luiz Portugal pondera que “se houvesse financiamento para estas experiências mais êxito elas teriam” (Portugal, 2023). De acordo com o diretor da ARCAFAR, existem no Pará 30 CFR’s, mas somente a metade continua funcionando. Aproximadamente 3 mil jovens foram formados pelas CFR’s nessa região.

Durante o ano de 2022 acompanhamos as Oficinas de Formação em Bioeconomia ministrada pela FVPP nas CFR de Anapu e Pacajá. Nessa oportunidade ouvimos os jovens e suas perspectivas relacionadas à formação que recebem e à realidade da agricultura nos nesses municípios. Aproximadamente 150 jovens entre 14 e 20 anos participaram de todas as etapas de formação. Anapu e Pacajá são municípios com a economia baseada na pecuária e com elevado índice de desmatamento. Existem os assentamentos de reforma agrária e fazendas com milhares de hectares. Conflitos fundiários e extração de madeira são constantes, especialmente das terras indígenas em Anapu, onde tem a maior área de floresta entre os dois municípios.

Os jovens demonstraram ter consciência dessa realidade, especialmente quanto aos desafios que a agricultura familiar enfrenta. Durante os módulos das oficinas assistimos o relato do tempo comunidade deles sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em suas propriedades e ficou evidenciado que nos últimos 5 anos: 60% não receberam ATER no lote, 20% pagam ATER privada, em 10% dos lotes a ATER é feita pela família e em 10% é apoiado pelas prefeituras e ONG’s como IPAM, Solidariedad e outros parceiros. Sobre as experiências de ATER, depois que entraram na CFR, 80% afirmaram ter desenvolvido alguma atividade de assistência técnica na propriedade ou na vizinhança, sem remuneração. Foram citados como exemplo:

[...] cortar corretamente o pé de banana, fazer podas de acerola, cacau, fazer viveiros, adubação, plantio de açaí, melhoramento de canteiros de

maracujá, cuidar da horta da casa, plantio de hortaliças, plantio correto do cacau, orientação para recuperar solo degradado, inseminação artificial, ajudar reduzir pragas nas lavouras, não queimar capoeira, fazer pasto rotacionado, melhoria na alimentação animal, criação de aves, sombreamento provisório [...] (FVPP, 2022, p. 4).

Quanto aos problemas que a ATER pública enfrenta nesses municípios, os jovens relataram vários problemas, dentre esses: falta de investimentos públicos, pouco interesse dos agricultores, falta de acompanharem por parte dos técnicos junto aos produtores nas vicinais, especialmente os pequenos e os que moram nos locais de difícil acesso. A conclusão dos estudantes é que o que existe de ATER é insuficiente: faltam técnicos, conhecimentos sobre muitos assuntos, falta colaboração entre órgãos e desses com os produtores; falta estrutura, veículos, equipamentos e as estradas vicinais são ruins.

Figura 20 - jovens apresentam a cartografia social de suas comunidades. CFR de Pacajá, 2022



Fonte: arquivos LEDTAM, 2022

Dentre as sugestões feitas pelos jovens para melhorar o serviço de ATER estão: trabalhar a conscientização dos agricultores, os técnicos estarem mais presentes nas vicinais, levando mais conhecimentos para os pequenos e nos locais de difícil acesso, fazer palestras, investir em ações que melhorem o meio ambiente, ajudar a melhorar o manejo do rebanho

bovino, contratar mais técnicos com capacidades diversas, com estruturas e condições para trabalhar.

Esse acompanhamento das oficinas permitiu conhecer melhor o perfil dos jovens que estão estudando nas CFR's de Anapu e Pacajá. Esses jovens, apesar de terem uma visão positiva sobre a agricultura e a profissão de agricultor, estão cientes de que os investimentos públicos dirigidos ao campo são bem inferiores ao que o reivindicado pelas famílias. Eles e elas desejam aprender mais sobre a produção de cacau, chocolate, adubos orgânicos, pecuária sustentável, recuperação de áreas degradadas e outros temas. Conhecem bastante sobre a pecuária leiteira, podas de fruteiras, hortas, cuidado de animais, serviços da casa. Enfim, todos os jovens declararam trabalhar muito na propriedade da família. Nenhum deles recebeu financiamento público para desenvolver atividades na propriedade a partir dos conhecimentos obtidos na CFR. Vale ressaltar que as CFR's, as ONG's e iniciativas privadas buscam contratar os egressos dessas escolas para seus projetos de ATER.

O diretor da ARCAFAR enfatiza que atualmente o principal desafio das CFR's é interno, dentro dos movimentos. “É preciso uma reanimação dos atores criadores e condutores desse projeto, para juntos reabrirem as CFR com a força que elas têm” (Portugal, 2023). Segundo ele, não adianta ter recurso sem um processo de reanimação das associações de pais, que estão desacreditadas e cansadas pelo longo processo de lutas.

As associações das CFR's também se ressentem do impacto e isolamento que os movimentos sociais atravessaram nos últimos 6 anos. Apenas as CFR's de Uruará, Anapu, e Pacajá estão funcionando. Todas na dinâmica das secretarias municipais de educação, com um acompanhamento limitado aos jovens em suas propriedades. Apenas na CFR de Pacajá a associação de pais tem mais poder na definição desse funcionamento pedagógico. Segundo Luiz Portugal, a dependência das prefeituras aliada à falta de lideranças que compreendam os processos de gestão da Pedagogia da Alternância, somada à ausência das famílias, tem transformado as CFR's em escolas comuns: “As CFR são mais que escolas” (Portugal, 2023).

A metodologia da Pedagogia da Alternância se mostrou como uma das fortalezas das CFR's. Luiz Portugal declara que os resultados foram excelentes apesar da falta de recursos financeiros; o processo de ensino aprendizagem das CFR, segundo ele, mesmo sem estudos aprofundados, traz visíveis bons resultados com os alunos egressos, vários deles chegaram à universidade; outros desenvolvem projetos nas suas propriedades. As CFR's têm baixíssimos índices de evasão escolar. Outra fortaleza destacada por Luiz Portugal tem sido

a participação dos parceiros estratégicos como a FVPP, as universidades, os STTR que destinam ações de seus projetos e envolvem os alunos.

Vale ressaltar que, conforme detectado por Meneses (2023) em seus estudos sobre Educação do Campo, várias lideranças à frente dos movimentos sociais na atualidade são oriundas das CFR e das licenciaturas em Educação do Campo e Etnodesenvolvimento.

4.2 PASSOS RUMO À UNIVERSIDADE

Ao longo do seu percurso até aqui, as CFR's foram co-partícipes de outras conquistas com sua metodologia da Pedagogia da Alternância. Sua trajetória de lutas em prol do fortalecimento e protagonismo das populações do campo influenciou outras iniciativas em educação. Os Cursos de Educação do Campo e Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA, Campus Altamira, são exemplos disso. Meneses (2023), em seus estudos sobre o papel desempenhado pelos egressos desses cursos, relata que “esses agentes em suas práticas mediadoras têm incorporado sentidos de mudanças e continuidades no espaço social” (Meneses, 2023, p. 232), no campesinato dessa região. A maioria dos pesquisados pela autora são egressos das CFR que chegaram à universidade.

Figura 21 - Estudantes de Educação do Campo/UFPA construindo a cartografia social de seus territórios.



Fonte: Arquivo pessoal Irlanda Miléo, Porto de Moz, 2022.

O curso superior de Educação do Campo, que iniciou em 2014, com recursos do PRONACAMPO do MEC/SECADI, contou com a participação efetiva das CFR e STR nos municípios na sua construção e em todas as etapas de sua implantação. As lideranças locais ajudaram a divulgar, mobilizaram a participação nos processos seletivos e mais tarde acolheram os estudantes em seus espaços contribuindo na formação prática desses futuros professores. Muitos alunos egressos das CFR's são alunos dos cursos de Educação do Campo e Etnodesenvolvimento, corroborando o conceito de pedagogia do oprimido defendido por Paulo Freire (1987): “aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (Freire, 1987, p. 20)

A experiência da Pedagogia da Alternância desenvolvida pelas CFR's da Transamazônica levou os professores da Faculdade de Etnodiversidade a vivenciar outros desafios: ajudar a enfrentar o déficit em educação existente nas resex da Terra do Meio. De todas as reivindicações feitas pelas populações dessas áreas, saúde e educação sempre figuraram em primeiro lugar. Os adultos, quase todos sem saber ler ou escrever, não queriam esse mesmo destino para seus filhos e netos.

Para Mauricio Torres e Daniela Alarcón (2014), os moradores da Terra do Meio queriam que seus filhos estudassem, mas que isso acontecesse dentro das resex. Não queriam se separar dos filhos. Mas para ter escolas nas localidades era preciso ter professores. Esse era o primeiro desafio a ser vencido. Essa realidade impulsionou a criação do Magistério Extrativista. Um projeto de formação de professores tendo como público os moradores jovens e adultos interessados em estudar.

Com a pressão dos moradores, movimentos sociais e MPF para que o acesso à educação fosse garantido às crianças e adolescentes das resex da Terra do Meio, a Prefeitura de Altamira tratou de garantir apressadamente o funcionamento de escolas nessas localidades. Mas os moradores não estavam contentes com o funcionamento das escolas. De acordo com Raquel Lopes¹⁰⁶, professora da UFPA e uma das responsáveis pela criação do Magistério Extrativista:

[...] em menos de uma semana, foram contratados alguns professores, amontoados alguns poucos materiais didáticos e utensílios de cozinha que, entulhados em uma balsa junto com os professores, foram enviados para as Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri, sem a menor preparação

¹⁰⁶ Raquel Lopes, entrevista concedida em 23/03/2021, em Altamira.

sociopedagógica ou antropológica. Os efeitos nefastos dessa decisão açodada não demoraram a se manifestar: problemas de relacionamento dos professores com as famílias, intolerâncias dos dois lados, dificuldades várias para a operacionalização das aulas, currículo urbanocêntrico (Lopes, 2021).

Diante desse quadro, um grupo de professores da UFPA, composto por Francilene Parente, Alcione Menezes, Raquel Lopes e Flávio Barros, que já participavam dos debates na Rede Terra do Meio, empreenderam uma longa jornada pelas resex do Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio. O objetivo era conhecer o lugar, sua gente, os desafios e as demandas. Tudo construído em longas conversas com os moradores cada vez que atracavam a voadeira na beira desses rios. Dessa imersão e das experiências anteriores do grupo, foi ganhando forma o projeto Magistério Extrativista.

Na bagagem esse grupo de professores tinha a participação na formação de jovens da CFR de Anapu, a coordenação do Magistério da Terra pelo PRONERA e escolarização nos assentamentos da região. Tudo isso se somou na construção do curso. Mas também havia outros desafios: os moradores não tinham o ensino fundamental completo. Requisito básico para entrar no curso técnico. De acordo com Raquel Lopes, à luz da experiência vivenciada no PRONERA e nas CFR's, a elevação da escolaridade aconteceu simultaneamente à formação técnica. Isso significou mais empenho de alunos e professores. Raquel Lopes ressaltou que embora os resultados tenham mostrado a coerência metodológica do grupo de professores, esse arranjo inicialmente não foi bem apreciado por algumas instituições e foram necessárias várias articulações para que a proposta fosse melhor compreendida e, de fato, acontecesse.

[...] porém, depois e com apoio da Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino/SASE, do MEC, cujo titular era um antigo companheiro de Chico Mendes, Arnóbio Marques (o Binho), conseguimos ir construindo melhor a parte operacional dessa proposta que veio a ser oficializada como Magistério Extrativista da Terra do Meio. Fizemos um grande esforço de não separar o estudo dos “fundamentos das áreas de conhecimento” da questão metodológica, do como ensinar; então, uma aula de português era também uma experiência de como ensinar português [...] (Lopes, 2021).

Raquel Lopes enfatiza que a participação dos movimentos sociais foi estruturante na construção do curso. Pois foi pela via dos movimentos sociais que a voz dos extrativistas chegou até a Universidade. Associações de moradores, FVPP, CNS são parte de uma rede de organizações e movimentos que tomaram a decisão de apoiar o povo das resex em sua luta por direitos. Segundo ela, a participação dos movimentos foi importante também na

qualificação do debate político no interior da formação e na garantia da visibilidade necessária ao curso de formação de professores.

[...] uma evidência incontestável disso pode ser vista no fato de que muitos estudantes assumiram postos de liderança em suas comunidades, ocuparam espaços nos conselhos deliberativos da UC's e buscaram continuar sua formação por meio do ingresso na educação superior. Ainda em julho de 2019, antes da conclusão do ensino médio, 21 deles foram aprovados no PSE para o Curso de Etnodesenvolvimento (Lopes, 2021).

Hoje, nas resex da Terra do Meio existem escolas para crianças e adolescentes. Moradores ribeirinhos estão na universidade. Mas a luta por direitos segue, impulsionada também pelo conhecimento. Um ribeirinho, um agricultor pode ser o que ele ou ela desejar ser (Fernandes, 2005). Atualmente a luta pelo ensino médio regular nas resex está na ordem do dia das associações de moradores dessas localidades. Uma das proposições em debate é a criação da Casa Familiar Ribeirinha.

As propostas do MPST para a educação, contidas no I PGDT de 1992, ao longo dos anos foram sendo executadas pelos diferentes governos. A rede de escolas construídas nas vicinais pelos moradores das comunidades se tornaram, mais tarde, escolas reconhecidas pelas prefeituras. A formação dos professores no Gavião I e II também atendeu parte significativa da demanda. Com a emancipação das vilas, secretarias municipais de educação foram sendo criadas e se tornando o endereço das reivindicações das comunidades.

Até os dias atuais, a mobilização relacionada às escolas das vicinais e vilas é feita pelos moradores das comunidades que buscam audiências com secretários de educação, vereadores e prefeitos. Na pauta de reivindicação estão o debate sobre contrato de professores, merenda escolar, transporte de alunos, reforma de escolas e várias outras demandas. Vale destacar que quando o I PGDT foi escrito as escolas das vicinais mais distantes da faixa da rodovia ficavam a mais ou menos 10 quilômetros. Atualmente boa parte das escolas estão bem depois desses 10 quilômetros, acompanhando os moradores dos assentamentos criados nos fundos das vicinais.

Existem escolas de ensino médio em todos os municípios, mas atender a população do campo continua sendo um grande desafio. Com isso o efeito funil segue, muitos dos que concluem o ensino fundamental não ingressam no ensino médio e consequentemente apenas alguns poucos chegam à universidade. Não existe um movimento regional ou municipal que tenha a bandeira da educação como central. O SINTEPP se concentrou na luta em prol dos direitos da categoria dos trabalhadores em educação e o MPST colocou foco nas CFR's, de

modo que a luta pela educação formal básica ficou a cargo das secretarias municipais de educação e das comunidades do meio rural.

Algumas proposições do MPST de 1992 ainda seguem como bandeiras de muitos movimentos. Dentre essas, a aproximação das escolas do campo da realidade da agricultura familiar. Apenas as CFR's tratam do tema a partir da Pedagogia da Alternância, as demais escolas adotam o mesmo currículo da cidade. Outra demanda de trinta anos atrás são os concursos públicos para os trabalhadores em educação. Algumas prefeituras realizaram, mas sempre aquém da necessidade de sua rede escolar: 90% dos professores das escolas públicas da região são contratados e destratados a cada ano, o que além de fragilizar a carreira dos profissionais compromete a qualidade do ensino e a estabilidade pedagógica no cotidiano das escolas.

Outras conquistas, não previstas no I PGDT, surgiram no caminho dos movimentos. O crescimento do acesso à universidade para jovens do campo e das periferias das vilas e cidades. Os cursos de licenciatura em Educação do Campo e Etnodesenvolvimento são exemplos disso. Mais recentemente, a Faculdade de Etnodiversidade aprovou no MEC o Mestrado Acadêmico em Estudos em Etnodiversidade¹⁰⁷, uma proposta de pós-graduação cuja estratégia político-institucional é a consolidação dos processos de formação junto às comunidades tradicionais, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas, no arcabouço das políticas afirmativas da UFPA. A proposta nasceu das experiências de ensino, pesquisa e vivências junto a essas populações, a partir das licenciaturas em Educação do Campo e Etnodesenvolvimento.

Todas essas experiências tomaram como referência a construção pedagógica e o acúmulo das CFR's e dos cursos realizados pelo PRONERA, construídos em parceria com os movimentos sociais desde a elaboração da proposta pedagógica até sua execução. A importância dos movimentos nesse processo foi resumida pela professora da Faculdade de Etnodiversidade, Raquel Lopes: “Eu arrisco dizer que sem essa ação conjunta é pouco provável que tivéssemos alcançado todo o êxito que alcançamos” (Lopes, 2021).

Assim como as proposições na educação feitas pelos movimentos sociais se traduzem em lutas por direito e respeito às identidades das populações do campo, a luta pelo crédito é uma luta por dignidade e indiretamente uma luta pela terra, já que a falta de condições financeiras para produzir o sustento e fixar raízes produz novas migrações. No capítulo

¹⁰⁷ Mais informações em: <https://facetnoaltamira.ufpa.br/>

seguinte analisaremos mais apropriadamente essas ações em busca do crédito, imprescindíveis na formação do contraespaço do MPST.

CAPÍTULO 5

DIREITO AO CRÉDITO AGRÍCOLA, UM PASSO IMPORTANTE PARA PERMANECER NO CAMPO

Figura 22 - Agricultores da Transamazônica acampados em frente ao BASA. Belém, 1991



Fonte: Arquivos FVPP

Ao tratar do crédito reivindicado por agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos e outros segmentos na Amazônia, é preciso retomar uma dura verdade: “o capitalismo não nasce rompendo, mas reiventando o poder senhorial. [...] a classe dominante agroexportadora permanece hegemônica sobre a sociedade e o Estado” (Moreira, 2018, p. 81); logo, essas populações, parte dessa sociedade centrada no uno e não na alteridade dos sujeitos, terão sempre que cobrar do estado os seus direitos, dentre esses, o direito ao crédito agrícola como uma condição para permanecer no campo.

As lutas pelo crédito agrícola na Transamazônica e Xingu lideradas inicialmente pelo MPST e mais tarde também pela FETAGRI contribuíram para a consolidação do contraespaço feito por agricultores familiares que não aceitaram a exclusão a que eram submetidos pela racionalidade dominante do capital. Segundo José Ripardo, liderança que ajudou a fundar o MPST, o governo dizia que “Os colonos migrantes já tinham terra e chuva, deviam contentar-se e esperar” (Ripardo, 2021)¹⁰⁸. Até os dias atuais o crédito é uma bandeira forte do movimento

¹⁰⁸ José Ribamar Ripardo, entrevista concedida em 12/04/2021, em Altamira.

sindical liderado pela FETAGRI e FVPP. Nesse estudo fizemos um recorte de três ações importantes na produção do contraespaço: as mobilizações pelo preço justo do arroz; as manifestações pelo pagamento da cana financiada do PACAL e as manifestações pelo FNO.

Em todas essas situações aconteceram mobilizações nas ruas, fechamento de estradas, acampamentos e audiências com instituições públicas. Em todas as manifestações a ordem estabelecida foi contrariada e os sujeitos produtores desses levantes sofreram as sanções do bloco do poder (Moreira, 2021a). Tiveram embates com a polícia na porta do BASA, foram expulsos da rodovia em Medicilândia, pela polícia militar com suas bombas de gás, e sofreram processos judiciais ao ocuparem o INCRA de Rurópolis protestando contra a política da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM). Todas essas insurgências cravaram no coração do espaço da ordem hegemônica (Moreira, 2021a) as contradições de uma sociedade que não os incluía conforme desejavam.

A insatisfação dos migrantes com as atitudes do governo aumentava ao longo da rodovia e várias mobilizações foram surgindo com um maior nível de organização. Uma dessas foi a manifestação dos trabalhadores que eram obrigados a plantar arroz financiado pelo Banco do Brasil e vender para a CIBRAZEM. Ocorre que além de não ter um acompanhamento técnico adequado, o que ocasionava muitas perdas no plantio e na colheita, na hora de vender o arroz, o valor pago pelo governo mal dava para quitar a dívida com o banco.

Os migrantes da região de Rurópolis foram os primeiros grupos a se manifestar contra esse projeto do governo. Decidiram procurar o INCRA, foram para a conversa com as informações organizadas sobre a situação. Com a ajuda das lideranças das comunidades e da FASE fizeram as contas do prejuízo, destacando que o lucro obtido em 1979 dava para comprar menos da metade dos gêneros alimentícios comprados em 1974 com a mesma quantidade de arroz. Como forma de protesto decidiram ocupar o INCRA. Valdir Ganzer, um dos produtores de arroz na época, relembra como foi o ocorrido:

[...] o INCRA nos usava, explorava. Nós invadimos a sede do INCRA, cerca de 80 homens, e exigimos que pagassem o justo pela nossa produção de arroz, cujo plantio havia sido fomentado pelo governo com a garantia do preço mínimo. Nós mobilizamos pra que todos os colonos tivessem o mesmo tratamento. Uma das principais lideranças disso foi meu irmão Avelino Ganzer.¹⁰⁹

A ocupação surtiu efeito, o preço pago pelo arroz melhorou, a corrupção que existia foi denunciada pelos colonos. De acordo com Leroy (1989), essa e outras conquistas animaram o

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao jornalista Tito Barata, publicada no Jornal Liberal em junho de 2000.

povo das estradas que não aceitou mais viver como “amansadores” de terras para o capital. Mas com o abandono do projeto de colonização todas as estruturas do governo começaram a ruir, a CIBRAZEM não manteve o preço do arroz diante da inflação, muitos agricultores ficaram endividados nos bancos e acabaram desistindo de fazer grandes roças de arroz.

O problema não era só o baixo preço, mas também o escoamento dessa produção dos lotes até a CIBRAZEM. Uma outra frente encampada pelo movimento sindical santareno foi a luta pela manutenção das vicinais na região entre as vilas de Placas e parte de Rurópolis, na Santarém-Cuiabá. Nesse trecho havia dezenas de vicinais em condições precárias: no verão esburacadas e poeirentas com pontes caídas, no inverno se transformavam em um atoleiro sem condições mínimas de trafegabilidade.

A produção de arroz se perdia nas roças, os agricultores endividados perdiam seus lotes para o banco ou vendiam para saldar as dívidas e rumavam para os garimpos ou voltavam a ser peões e vender sua mão de obra para as fazendas. Leroy (1989) registra que a direção do STR foi mais de 20 vezes ao INCRA de Santarém e Itaituba para tratar desse assunto.

Inconformados com a falta de respostas do INCRA, os agricultores montaram uma comissão que foi a Brasília em dezembro de 1980, entregar um abaixo-assinado para o ministro da agricultura e o presidente do INCRA relatando a situação do PIC e cobrando providências para as estradas, saúde e educação. Em Brasília, a comissão da delegacia sindical de Rurópolis foi recebida por funcionários que demonstraram pouco interesse por suas demandas. No retorno para Santarém, o STR promoveu um ato público, com mais de 1.500 pessoas, em maio de 1981 e denunciou o abandono do PIC Itaituba por parte do governo.

O movimento sindical da região de Santarém avançou em suas lutas por estradas trafegáveis na Transamazônica abandonada. No dia 23 de julho de 1985, mais de 2 mil pessoas do campo e das vilas acamparam no pátio do INCRA, em Rurópolis, apresentaram um documento descrevendo a situação crítica das estradas e as proposições para cada vicinal que incluía os quilômetros a serem recuperados, pontes e bueiros a serem construídos. Até os cálculos da carga tributária das safras perdidas por não ter escoamento foram citados no documento de reivindicação.

De acordo com as lideranças que participaram dessa manifestação, o INCRA concordou que a situação era crítica, mas achou a proposta da comissão muito ampla, afirmou que o órgão não tinha condições de fazer tanta coisa em uma região tão vasta. Revoltados, os agricultores apreenderam¹¹⁰ as máquinas de escrever e alguns arquivos do INCRA se comprometendo a

¹¹⁰ O Jornal de Santarém de 27 de julho de 1985 exibiu uma manchete sobre o ocorrido: “Em Rurópolis, colonos saqueiam o PIC do INCRA.”

devolver quando o órgão atendesse as reivindicações contidas no documento entregue pela comissão de sindicalistas. Com a resistência dos acampados, o INCRA retomou as negociações e junto com a comissão definiu o primeiro conjunto de vicinais por onde o trabalho deveria começar. Embora a formação do espaço agrário brasileiro mantenha práticas coloniais que atravessam os séculos (Picoli, 2006; Loureiro, 2009; Moreira, 2018), “a resistência da massa camponesa” (Moreira, 2018, p. 115) sempre esteve presente e não pode ser ignorada.

Assim, firmou-se o jeito de fazer lutas na Transamazônica. As comunidades sistematizavam os problemas com a ajuda da igreja católica, FASE, CPT, construía as proposições, escreviam o documento, denunciavam nas ruas, praças, igrejas e meios de comunicação e acabavam sempre acampados nos pátios do INCRA para serem recebidos e terem suas proposições negociadas. Essas manifestações incluía cânticos, palavras de ordem e orações, além de dormidas em redes e alimentação comunitária em acampamentos improvisados com lona ou ao ar livre, em condições quase sempre insalubres.

Nesse mesmo tempo e a algumas dezenas de quilômetros, depois de Rurópolis, também se desenrolava uma luta parecida: a luta dos canavieiros do Projeto PACAL, em Medicilândia, que exigiam o pagamento da cana entregue à usina. Com graves problemas administrativos, denúncias de corrupção e as limitações produtivas, o projeto fechou alguns anos depois de atravessar uma crise em 1983 e outra em 1985 (Cardoso e Lima, 2009). Moacir Feiteiro, conhecedor da realidade das usinas sulistas, fez um resumo do que foi o PACAL:

[...] os militares tinham a ideia de montar uma usina açucareira a cada 500 km, mas morreu no PACAL, o governo foi compreendendo que a gente já tinha usinas açucareiras em vários estados, e não era papel do governo subsidiar uma usina açucareira no Norte que só dava prejuízos. Mas eles trouxeram pessoas experientes do Nordeste que sabiam trabalhar com usina, conseguiram produzir açúcar por alguns anos, só não conseguiram produzir álcool. Os engenheiros batalharam para fazer a usina funcionar, mas ela tinha um problema: era subsidiada pelo governo e a maioria dos canavieiros não tinha experiência com a cultura da cana. Apenas uns 4 ou 5 que vieram de regiões canavieiras, o restante não sabia nada e tinha é raiva da cana. Plantar cana exige estrutura: tratores, caminhões, contratar mão de obra, só da família não é suficiente... resolveram vender a usina para um usineiro do nordeste para ver se salvava. Mas os novos usineiros não queriam comprar cana dos produtores, eles queriam ter uma área grande e cultivar a própria cana para a usina. Aí não deu certo, teve matanças [...].¹¹¹

¹¹¹ José Moacir Feiteiro, entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 02/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4. Disponível em: <https://www.youtube.com/@meoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Na fala de Moacir, fica explícito que os donos de engenho do nordeste que aqui chegaram chamados pelo governo não queriam apenas dirigir a usina do PACAL, queriam seguir o modelo dos usineiros que também eram latifundiários. Assim, sentindo-se donos do negócio estabeleceram pela força “os espaços do mandar e os espaços do obedecer” (Santos, 2020). Mas os canavieiros que deviam aos bancos e sobreviviam dessa cultura não buscavam mandar e tampouco obedecer. Produziram um outro espaço.

Os plantadores de cana, sem receber da usina e sentindo a pressão dos bancos que cobravam os financiamentos, decidiram se unir. De acordo com Kräutler (2014), em 27 de fevereiro de 1982 os agricultores Antônio Raimundo da Silva e Manoel Raimundo de Souza, migrantes nordestinos que plantavam cana para a usina do PACAL, foram assassinados no Km 92. Tiveram suas línguas e orelhas cortadas, seus olhos furados, suas cabeças esmagadas. Foram mortos porque estavam reivindicando dos responsáveis pela usina o pagamento justo pela cana entregue. As autoridades não reagiram diante do brutal assassinato, mas os trabalhadores uniram-se em protesto na missa do 30º dia em uma via sacra de sete horas.

Os desmandos das empreiteiras responsáveis pelo PACAL, seguiram em frente. E no dia 22 de maio de 1983, canavieiros, funcionários e demais moradores da área se reuniram às 9h na agrovila do Km 92 onde ficava a sede da usina e em assembleia decidiram pela obstrução da Rodovia Transamazônica na ponte do Km 92, até que recebessem o pagamento pela cana já entregue. Com tratores e caminhões bloquearam os dois lados da ponte.

“Os manifestantes se sentaram na poeirenta rodovia e de mãos dadas entoaram cânticos das CEB’s” (Kräutler, 2014, p. 40). E foi assim que receberam a polícia e o exército no dia 1º de junho de 1983. Sem diálogo, os policiais desobstruíram a ponte com granadas de gás lacrimogênio arremessadas contra mulheres e crianças, prenderam o bispo e os líderes do movimento. José Geraldo também estava na manifestação no momento da chegada dos policiais e relembra o fato:

[...] nós ficamos mais de 40 dias com a rodovia fechada logo no início do governo de Sarney, o Jader mandou uns três caminhões de polícia e com bombas de gás tirou todo mundo da rodovia, a gente nem sabia que existia bomba de gás. Ficamos acampados mais uns dez dias ao lado da rodovia e daí nasceu a união entre agricultores e canavieiros [...].¹¹²

¹¹² José Geraldo Torres da Silva, entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4.
<https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

José Geraldo, no entanto, reconhece a diferença entre agricultores ligados à delegacia sindical e canavieiros ligados à Associação dos Fornecedores da Transamazônica (ASFORT): os canavieiros tinham acesso a financiamento no Banco do Brasil e tinham mais simpatia política pelo governo vigente, já os demais colonos migrantes, oriundos das CEB's, eram mais ligados politicamente ao PT. Apesar de todas as lutas travadas, o PACAL fechou deixando os migrantes canavieiros endividados. Os que não venderam o lote para saldar as dívidas no banco, arrancaram a cana para plantar cacau e outras lavouras. Moacir Feiteiro, que era agricultor nas proximidades da usina, e acompanhou o projeto desde sua abertura, completa seu balanço sobre o PACAL:

[...] ali naquela parte, por causa da terra roxa, juntou gente de várias partes do país, com bons conhecimentos e capacidades e começou a questionar. Daí o INCRA dizia: - tá ali o Banco do Brasil! Vocês podem ir lá buscar dinheiro de saco, isso não é problema, podem financiar trator, caminhão, tudo o que vocês precisam. O Banco do Brasil da Vila PACAL era um dos bancos que mais fazia empréstimo naquele tempo no país. Mas tinha um grupo de colonos que questionava: - eu tô endividado, nunca contraí dívidas, agora devo tudo isso. Mais adiante muitos colonos ficaram doidos da cabeça, tentaram se matar por causa dessas dívidas. Se os pais não tinham noção de cana que dirá os filhos... que queriam estudar e não trabalhar na lavoura da cana e já corria por fora a onda do cacau da Amazônia que dava mais dinheiro com menos trabalho e podia ser feito com a mão de obra da família. Também tinha o café, a pimenta e isso foi se sobrepondo ao plantio da cana e o PACAL acabou por falir [...].¹¹³

A falência do PACAL e o fim dos créditos dirigidos pelo INCRA aconteceram em meio às lutas do movimento sindical na Amazônia que buscava crédito diferenciado contemplando a diversidade das populações do campo, nessa parte do país. A paralização do crédito para a agricultura familiar empobreceu ainda mais as famílias no campo. E mesmo os que se arriscaram a buscar financiamento para a cultura da pimenta do reino ficaram endividados nos bancos, depois que várias doenças exterminaram a lavoura na região.

Dada essa ausência longa de investimentos na pequena produção, o crédito passou a ser uma bandeira de luta forte no movimento sindical. A proposta de crédito contida no I PGDT do MPST, elaborado em 1991, não mais aceitava passivamente uma proposta de financiamento do governo que quase sempre acabava empobrecendo e endividando os agricultores. Depois das experiências malsucedidas da cana de açúcar, pimenta do reino e arroz, o movimento queria

¹¹³ José Moacir Feiteiro, entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 02/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4.
<https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

mais do que recursos. Queria garantias de financiamento diferenciado para médios, pequenos e grandes, discutir as formas de pagamento, ter direito aos seguros agrícolas e a garantia para os financiamentos.

A luta pelo acesso aos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) foi o primeiro exercício concreto dos movimentos paraenses rumo ao crédito diferenciado. O I PGDT trouxe a proposição da Transamazônica. O FNO foi criado pelo governo a partir da Constituição de 1988 que destinou 3% da arrecadação do imposto de renda e impostos sobre os produtos industrializados para o setor produtivo.

Em 1989, a Lei nº7.827 criou o fundo constitucional onde seriam depositados tais recursos. Sendo 60% para o Nordeste, 20% para o Norte e 20% para o Centro-Oeste¹¹⁴. Apesar de esses recursos serem repassados pelo Tesouro Nacional para o Banco da Amazônia, os micro, pequenos e médios agricultores não eram beneficiados. As decisões sobre os beneficiários ficavam a cargo do Conselho Deliberativo (CONDEL) da SUDAM, formado pela elite agrária, empresarial e política da Amazônia. Embora existissem recursos e leis que asseguravam o direito dos pequenos produtores, era preciso continuar lutando para isso se efetivar.

Os “Gritos” realizados anualmente pelas FETAGRI e CONTAG foram, desde o início, exemplos de contestação ante essa “racionalidade dominante e cega” (Santos, 2022, p. 316) que privilegiava o agronegócio exportador (Loureiro, 2009) e ignorava agricultores familiares e ribeirinhos. Essas manifestações que percorreram as ruas de Belém, denunciando a violência no campo, a falta de escolas e de saúde, se tornaram também o espaço para lutar pelo crédito do FNO. As manifestações tinham parada obrigatória em frente ao BASA (atualmente Banco da Amazônia). Nas primeiras manifestações, o banco se recusou a receber os agricultores e cercou a frente da agência com policiais militares (figura 23), sempre se apresentando como “apenas executor financeiro” das políticas decididas pela SUDAM.

¹¹⁴ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1127678 acessado em 16/05/2023

Figura 23 -Policiais em frente ao BASA para impedir a entrada dos manifestantes. Belém, 1991



Fonte: Arquivo FVPP

O movimento não recuou, entregou sua pauta e cobrou uma resposta do Banco da Amazônia, mas o banco preferiu o silêncio. Isso não diminuiu as mobilizações. A cada manifestação em busca do FNO, aumentava o número de movimentos sociais de toda a Amazônia: agricultores, pescadores, seringueiros, todos e todas, unidos pelo sentimento da exclusão social, exigiam o cumprimento da Lei 7.827 de 1989. A essa luta se juntou o MPST, conforme expressou José Geraldo, coordenador do MPST nessa época:

[...] em 1991 surge uma outra pauta que foi o crédito. O FNO foi criado na esfera nacional, mas o Ganzer e outros parlamentares faziam o debate de que o FNO Especial era para chegar nos pequenos produtores, e essa bandeira nos unificou, essa bandeira veio com força, a bandeira econômica [...].¹¹⁵

A proposta dos movimentos liderados pela FETAGRI Pará e Acre era democratizar e desburocratizar o FNO. Em 1991 o Grito do Campo reuniu 3 mil agricultores em Belém, a Transamazônica na sua ida em caravana para Brasília, parou em Belém, para participar dessa manifestação e cobrar o FNO. O forte esquema policial no entorno do Banco da Amazônia impediu qualquer aproximação ou diálogo dos manifestantes com o banco. Em 1992, no II Grito do Campo, os manifestantes mudaram de estratégia, acamparam na Praça da República, em frente o banco.

¹¹⁵ José Geraldo Torres da Silva, entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Henchen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4, disponível em: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Depois de muitas negociações, a pauta já entregue ao banco teve retorno: uma pequena parte do dinheiro seria destinada ao FNO Urgente, uma linha de crédito para os micro e pequenos produtores. Apesar da vitória histórica, a burocracia imposta pela SUDAM e pelo BASA para acessar o financiamento continuava grande. Sobre o papel da SUDAM nos investimentos para a Amazônia, Francisco de Assis Costa (2005) escreveu:

A política dos incentivos fiscais gerida pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam marcou um período de completa hegemonia da unidade estrutural *latifúndio-monocultura*. A mais recente e ilustrativa peleja trava-se em torno dos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte – FNO. (COSTA, 2005. p. 05)

No meio da peleja identificada por Costa (2005) estavam os agricultores familiares e seus gritos por direitos. Gritos que ampliaram sua rede de interação com outros estados e movimentos do Norte. Em 1993, aconteceu o *Grito da Amazônia por cidadania e desenvolvimento*, no qual se conquistou o FNO Especial com um aumento no percentual a ser financiado e redução dos encargos. Em 1994, a manifestação é nacional, o I Grito da Terra Brasil, liderado pela CONTAG e FETAGRI. A pauta de reivindicação por investimentos na agricultura familiar se amplia para além do FNO. Nesse mesmo ano a eleição de José Geraldo Torres, coordenador geral do MPST, para o cargo de deputado estadual pelo PT vai fortalecer as articulações do MPST e auxiliar nas negociações relacionadas ao FNO. A figura 24 traz um registro desse período.

Figura 24 - Presidentes de associações e cooperativas reunidos no BASA Altamira, 1995



Fonte: Arquivo FVPP

Carla Rocha (2016) resume no quadro abaixo os tipos de programas de crédito governamentais destinados à Transamazônica. É perceptível que somente a partir das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, particularmente os Gritos, é que agricultores familiares foram incluídos na lista dos beneficiados de uma pequena parte dos recursos gerenciados pela SUDAM e mais tarde no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

Quadro 4 - Principais programas de crédito agrícola na microrregião de Altamira (1971-2010)

Período	Programa	Beneficiários
1971-1982	Crédito subvencionado para cultivos anuais – PROTERRA e Banco do Brasil; comercialização subvencionada até 1978 – CIBRAZEM	Muito importante de 1972-1977 para os agricultores familiares
1974 –1986	Crédito para criação de gado bovino. Banco do Brasil – POLAMAZÔNIA	Mais reservado aos patronais; necessidade do título da terra
Após 1974	Crédito para a cana-de-açúcar (Projeto Pacal em Medicilândia) -INCRA e SUDAM	Reservado para região canavieira de Medicilândia
1978-1985	Crédito para implantação da pimenta-do-reino – EMATER/Bancos	Agricultores familiares e patronais
1976-1985	Crédito para implantação de cacau – PROCACAU (CEPLAC); fundo especial do FUSEC que facilita a obtenção de garantias bancárias	Implantação de áreas de cacau nos fins dos anos 1970 (oeste de Altamira)
Anos 1990	Crédito de Reforma Agrária PROCERA (INCRA), subvenções à instalação (construções, cestas alimentares, ferramentas)	Reservado às famílias cadastradas nos projetos de reforma agrária (PAs)
1991-2000	FNO Normal para criação bovina e culturas permanentes.	Reservado aos patronais; necessidade do título da terra.
1992-2004	FNO Especial – Crédito de investimento no gado bovino e culturas permanentes.	Reservado aos agricultores familiares das zonas de ocupação mais antiga; grande incentivo à criação de gado bovino.
2005-2010	PRONAF em projetos de assentamentos, financiando culturas permanentes (cacau, café, pimenta-do-reino, açaí) e gado bovino leiteiro; PRONAF para habitação e fomento.	Agricultores familiares das áreas de reforma agrária recentes

Fonte: Rocha (2016), adaptado de Sablayrolles (2004).

Sobre o público beneficiado com o FNO e as atividades financiadas, Costa (2005) afirma que até 1994 os patronais dominaram o acesso a esse crédito, majoritariamente dirigido à pecuária. Segundo ele, somente no período de 1995 a 1998 aconteceu um aumento nos financiamentos destinados às culturas permanentes, em torno de 60% dos créditos concedidos, reduzindo a participação da pecuária. Costa destaca ainda que foi nesse mesmo período que aumentou significativamente a participação da produção familiar no acesso ao crédito, em torno

de 80%. Mas enfatiza também que de 1998 a 2000 caiu significativamente a participação da produção familiar e o investimento em culturas permanentes, ao passo que os patronais e seus investimentos na pecuária cresceram.

Vale ressaltar que na Transamazônica, região estudada por Rocha (2016), a participação em vantagem dos patronais no acesso ao crédito, nunca recuou, os agricultores familiares é que disputaram uma parcela desse recurso.

Os importantes números destacados por Costa (2005) sobre os avanços e retrocessos no FNO demandam mais elementos para aprimorar o entendimento das informações que trazem. O primeiro deles é que apesar de todas as reivindicações do movimento presentes desde o I PGDT sobre o que financiar, juros menores de acordo com a renda dos tomadores do financiamento e formas distintas de pagamento com prazos e carências maiores, foi do banco a última palavra.

Foi o banco com seus técnicos que decidiu que deveria ter um projeto de financiamento padrão composto por: 01 animal de serviço, 10 vacas, 01 touro, 1 hectare de consórcio de coco, acerola e cupuaçu e mil metros de cerca de arame liso. Aos agricultores coube aceitar ou renunciar ao crédito. Na sua grande maioria decidiram aceitar, mesmo não sendo essa a proposta que desejavam financiar.

Outro elemento importante que contribuiu para os problemas relacionados ao FNO é que a assistência técnica era precária e mal conseguia elaborar os projetos para o banco, ficando o acompanhamento da implantação por conta do agricultor. Muitos nunca tinham plantado essas culturas e outros tantos, apesar de interessados em ter gado, não tinham experiência no assunto, foram enganados por fazendeiros que vendiam animais de qualidade inferior e cobravam altos preços. Outros usaram o dinheiro para o que realmente estavam necessitando fazer no lote.

Tudo isso acabou impedindo que as parcelas do financiamento fossem pagas conforme acordado no contrato, levando ao endividamento dos agricultores e à suspensão de novos financiamentos em função do índice de inadimplência junto às agências do BASA. Isso fez com que os recursos do FNO voltassem a beneficiar majoritariamente os pecuaristas e empresários rural, a partir do ano 2000, conforme identificado por Costa (2005). Mas, novas lutas surgiram, agora pela renegociação das dívidas e por acesso a novos créditos.

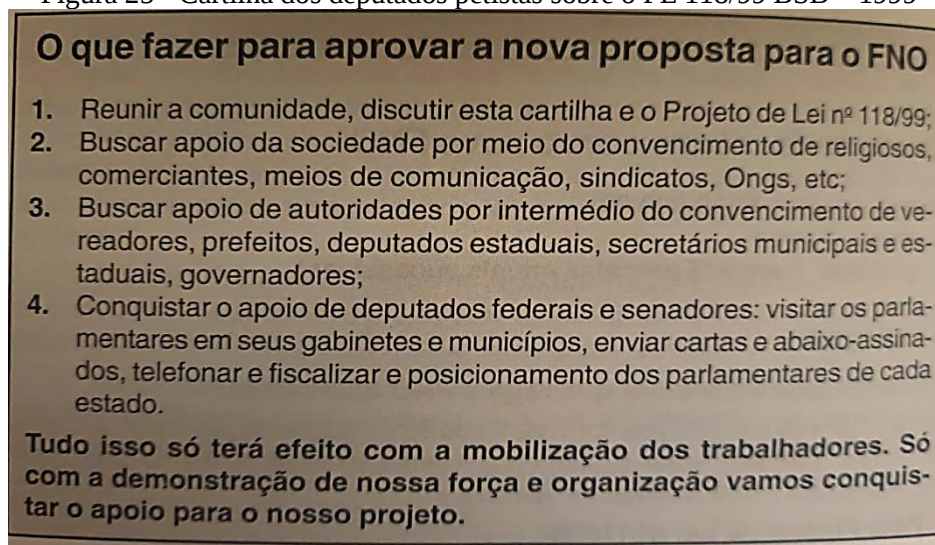
Para além dos gritos, outra frente de luta em prol da melhoria no acesso dos agricultores ao FNO veio do Congresso Nacional. Valdir Ganzer, deputado eleito pelo PT do Pará, e Nilson Mourão eleito pelo PT do Acre, ambos agricultores, sindicalistas, conhecedores da luta do FNO

em seus estados, elaboraram o Projeto de Lei nº 118/99¹¹⁶ tendo por base a proposição contida na pauta do Grito da Terra Brasil de 1998. Aqui, um exemplo dessa concertação entre movimentos sociais e uma parcela do governo que juntos produzem uma outra racionalidade sobre algo cujas regras (e sanções) sempre foram ditadas pelo capital hegemônico.

Nessa empreitada, os movimentos sociais do campo contaram com o apoio dos deputados do PT e das organizações (CONTAG, CUT, CPT, FASE e CNS) que realizavam as manifestações nacionais em prol da agricultura familiar. O Projeto de Lei dos deputados petistas tinha como foco melhorar as condições de pagamento para os micro e pequenos produtores, nivelar as regras tal qual o PROCERA e outros créditos destinados aos assentados da reforma agrária, além de aumentar o valor dos financiamentos.

Uma cartilha elaborada pelos deputados petistas (figura 25), além de trazer muito da pauta dos Gritos que eles ajudaram a construir e a reivindicar em seus estados, trazia orientações claras sobre o papel que cabia aos movimentos, numa sintonia entre as demandas do movimento social, tal qual o MPST, e seu papel no parlamento. A mobilização das organizações que participavam dos Gritos contribuiu para que o Projeto de Lei tivesse êxito no Congresso.

Figura 25 - Cartilha dos deputados petistas sobre o PL 118/99 BSB – 1999



Fonte: Arquivos FVPP

Depois da longa jornada de mobilizações, o projeto de Lei foi aprovado com parte das proposições dos deputados. Seguindo a trilha de lutas do FNO, chegou O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) com mais linhas de crédito. Mas a luta pelo crédito adequado e inclusivo para todos os povos da Amazônia respeitando seus modos de vida não

¹¹⁶Cf. Cartilha do Projeto Lei 118/99 feita para mobilizar apoios à proposta dos deputados, Brasília, abril de 1999.

podia arrefecer, pois os bancos sempre homogeneizavam esse acesso, mantendo as burocracias e visando excluir os mais pobres.

No relatório do II PGDT de 1999, a proposta de crédito retomou o que o movimento pleiteara em 1995: financiamentos de custeio individuais, investimentos no beneficiamento e comercialização da produção coletivos e via as associações e cooperativas. O MDTX defendia as seguintes diretrizes tanto para o FNO quanto para o PRONAF:

[...] criação de um programa de introdução de essências florestais em: Pastagens tradicionais; Lavouras de ciclo médio (com base nas experiências já existente na região) Áreas degradadas, nascentes e mananciais. b) Implantação de sistemas de produção em áreas alteradas (capoeiras), com práticas alternativas ao uso do fogo. e) Que os novos financiamentos contratados a partir de 1999, tenham como base, a proposta de Projeto Lei 118/99 em tramitação no Congresso Nacional para ser aprovada. d) Complementação dos FNO contratados entre 92 e 95 com a implementação de novos itens, entre eles, curral, novas culturas, mini- barragem, irrigação. e) Constituição de um fundo com recursos providos dos programas de crédito destinado a manutenção da assistência técnica aos produtores familiares. f) Criação de uma linha de crédito no valor de 30 milhões/ano para financiamento da eletrificação rural. g) Refinanciamento dos agricultores familiares cujos projetos forem comprovados inviabilidade de pagamento (MDTX, 1999).

O II PGDT reivindicava ainda o fortalecimento das cooperativas existentes na região com capital de giro para sua atuação, além de apoio aos projetos de inversão comunitária das organizações identificadas em cada município e com o valor definido. Esses projetos somavam mais de dois milhões de reais. 4 mil novos financiamentos individuais, distribuídos pelos municípios de Itaituba, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira, Souzel, Porto de Moz, Anapu, Pacaja e Trairão, também constaram no documento.

Outra proposta do MDTX foi a constituição de um grupo de trabalho para construir uma proposta de dilatação dos prazos para pagamentos das dívidas vencidas do FNO, a ser formado por representantes do BASA, FETAGRI, universidades, EMBRAPA, EMATER e ONGs, e com prazo de 60 dias para apresentar a proposição. O movimento insistia que as normas bancárias para avaliação dos projetos do FNO - Especial deveriam ser readequadas considerando fatores como calendário agrícola, solos, questões culturais e viabilidade econômica. E o acompanhamento técnico seria de 03 a 8 anos. Exigia-se também a aprovação do Projeto de Lei 118 de autoria do deputado Valdir Ganzer, que estava tramitando na Câmara Federal.

O documento também apresentou propostas para a SUDAM. O órgão deveria financiar também as pequenas e microempresas da região, criar um programa especial que financiasse

agricultores com projetos que combinassem desenvolvimento econômico e sustentável e preservação do meio ambiente. Deveria existir recurso direcionado às atividades ambientais, incluindo reforma agrária ecológica, isso dentro das linhas de financiamento já existentes. Sobre as condições de pagamento: juros zero, rebate de 50%, 15 anos de carência e 20 anos para pagar a dívida. Propunha-se, também a criação de um programa de geração de renda para as mulheres, especialmente para as chefes de família.

O MDTX e seus aliados lograram conquistas importantes no âmbito do crédito. De acordo com Carlindo Lima¹¹⁷, atual diretor da FETAGRI Transamazônica e Xingu, foi o FNO que fez reduzir o êxodo rural, por volta de 1995. Segundo ele, com o FNO o MPST conseguiu “incluir o agricultor familiar no orçamento do governo, garantindo uma linha de crédito que possibilitou ao pequeno, que naquele momento vivia do cultivo de subsistência, plantar culturas perenes e criar gado” (Lima, 2023). Mais do que propostas de acesso ao crédito, o MPST propôs reescrever as regras para o crédito, de acordo com as necessidades das populações do campo, contrariando os ditames do capitalismo hegemônico, estabelecidos pelos bancos, propondo outras racionalidades (Santos, 2020), já que nas regras vigentes os agricultores familiares, pescadores, extrativistas não estavam incluídos.

Figura 26 - Produtor de cacau nas margens da Transamazônica. Medicilândia, 1990



Fonte: foto Paula Sampaio (1990)

Durante os Gritos, os agricultores familiares sempre apresentaram propostas diversas de culturas e atividades a serem financiadas. Mas esbarraram nas limitações do banco que sempre aprovava propostas previamente definidas dentro da instituição como aquelas com maior capacidade de pagamento, a exemplo do gado e do cacau (figura 26). Nessa região, por conta

¹¹⁷ Carlindo Lima, entrevista concedida em 15/05/2023, em Altamira.

da variedade de solos e do limitado acompanhamento técnico, nem todos cultivavam cacau. O crédito possibilitou o avanço da criação de gado na agricultura familiar e um aumento significativo no cultivo e produção do cacau. Carlindo Lima ressalta que não avançou a proposta de fortalecimento do Associativismo e cooperativismo, previsto no I PGDT do MPST. As associações e cooperativa criadas com o propósito de organizar a produção de modo geral, na sua maioria, pararam no acesso ao crédito, muitas inviabilizadas pelo endividamento coletivo dos seus associados.

Conforme já alertado por Costa (2005), foram vários os fatores que levaram o agricultor à inadimplência junto ao Banco da Amazônia: falta de assistência técnica, organização da produção para uma melhor política de mercado, desconhecimento da atividade financiada, alto custo e baixa qualidade do gado comprado. Carlindo Lima complementa essa lista de adversidades: “ao BASA, só interessava receber o dinheiro de volta” (Carlindo Lima, 2023).

A estratégia inicial de reivindicar o crédito teve como principal prática a mobilização e a organização dos agricultores, através dos STTR, associações e cooperativas de cada município. Juntos pressionaram o governo com suas pautas e manifestações de massa. Para o diretor da FETAGRI, essa forma foi crucial para garantir o acesso ao crédito.

[...] os acampamentos tinham como pauta principal a renegociação das dívidas, pois a inadimplência dos agricultores era alta e naquele momento inviabilizava o acesso a novas propostas de crédito surgidas com o PRONAF. A renegociação das dívidas colocou um freio na venda de terras causadas pelo êxodo [...] (Carlindo Lima, 2023).

Para Carlindo Lima, toda a região ganhou, pois isso impediu a formação dos grandes latifúndios naquela época. Mas pondera que muitas das propostas do MPST não foram levadas em consideração pelo BASA. Especialmente aquelas apresentadas pelas populações tradicionais sobre o que financiar, com garantia de subsídios e formas diferenciadas de pagamento. Enfatiza ainda que, além dessas demandas citadas acima, seria importante ter linhas de créditos que entre os itens financiados incluísse o preparo de área, já que o financiamento de implementos agrícolas é caro e burocrático para o pequeno agricultor. Sobre o crédito para a agricultura familiar na atualidade, afirma que:

[...]outra linha de crédito importante seria o acesso ao crédito por sequestro de carbono, pagamento por serviços ambientais e apoio diferenciado às iniciativas da sociobioeconomia. Houve um recuo das associações em organizar os agricultores para acessar o crédito como fizemos até mais ou menos 1998. Essas associações praticamente desapareceram e a relação passou a ser direto do agricultor com os bancos. Isso quebra a força dos movimentos. Assim como a gente aprendeu a lidar com os bancos, eles

também armaram suas estratégias para nos confrontar, tratam as coisas no varejo [...] (Lima, 2023).

Carlindo Lima também enfatiza que na atualidade os STTR têm organizado pequenos grupos de agricultores para acessar o crédito, isso ocorre porque em todos os STTR tem algum técnico agropecuário, oriundo das CFR's, na diretoria desses sindicatos. E essas demandas de financiamento quase sempre são encaminhadas a ATER privada, já que a ATER pública não dá conta e em todos os municípios já existem, no mínimo, três prestadoras de ATER, credenciadas nos bancos, atuando.

Outra informação importante de Carlindo Lima é que os agricultores que renegociaram as suas dívidas do FNO, depois de quitarem, conseguiram fazer apenas um novo financiamento de investimentos, a grande maioria seguiu fazendo financiamentos de custeio para pagar de 1 a 2 anos. Créditos de investimento na agricultura dependem de outras políticas para poder dar certo, como estradas para escoar a produção, indústrias para beneficiamento, ATER especializada para acompanhar, entre outras.

Outra realidade que na última década também ajudou a reduzir o acesso dos pequenos agricultores ao crédito foi a subdivisão das propriedades em pequenas chácaras. Como ainda não há uma regularização fundiária dessa nova realidade, os agricultores não têm os documentos da terra exigidos pelo banco para fazer os financiamentos.

Essa situação, em conjunto com outras burocracias detectadas há várias décadas pelo MPST, contribui para que os pequenos agricultores fiquem distantes do acesso ao crédito. Um exemplo disso é a linha de crédito BANPARÁ Bio, criada pelo governo do Pará através do Projeto de Lei 240/2021 para estimular os agricultores a ampliar a produção em Sistemas Agroflorestais (SAF). Até meados de 2023, essa linha de financiamento não havia conseguido investir mais que 20% dos recursos destinados. A falta de documentos da terra é um dos gargalos que explica essa baixa adesão dos agricultores.

A realidade das famílias dos assentamentos nos fundos das vicinais também é de acesso reduzido ao crédito. Muitos acessaram o PRONAF A e como não tiveram sucesso nesse primeiro financiamento, em função de vários problemas, como escoamento da produção, estradas precárias, ausência de ATER, não conseguiram demonstrar uma renda na DAP compatível para acessar outros créditos com maior volume de recursos.

Em resumo, a ideia de um crédito adequado à realidade de micro, pequenos e médios agricultores, compatível com a realidade social, econômica e ambiental dessas pessoas (mais tempo para pagar, juros baixos, financiamento diversificado, menos exigências burocráticas, sem documentos da terra, com acompanhamento técnico), como pleiteou o MPST em 1991,

nunca se efetivou nos moldes das pautas dos Gritos. Há dinheiro sim nos bancos, especialmente para gado e cacau, mas tem que seguir o rito uniforme da instituição bancária, quem quiser o empréstimo é assim. O FNO Especial foi o exemplo de crédito que mais se aproximou da proposição do MPST/FETAGRI/FVPP desde o I PGDT, em 1991.

A cadência dos passos dos movimentos sociais rumo ao direito ao crédito, com seus recuos e avanços, não está desconectada do que têm sido as iniciativas de desenvolvimento propostas para Amazônia, pelos governos e pelo capital hegemônico. Segundo Loureiro (2009), de 1970 a 1985, no Pará, o foco foi a exportação de madeira, pecuária e pesca industrial. De 1986 a 2000 seguiu a exportação de minérios, mas ganhou destaque a pecuária moderna e o monocultivo de grãos em larga escala. “Portanto, em mais de meio século, a pauta de exportação revela, ainda, uma restrita diversificação da economia e uma persistência da condição de exportadora de matérias-primas e semielaborados” (Loureiro, 2009, p. 63). Mesmo tendo se passado mais de uma década dessa constatação da autora, o Pará continua exportando minérios, carnes, soja. Desde o início da Transamazônica, mudam-se produtos, mas não as práticas e tampouco os impactos perversos na vida das populações e do bioma. A crise climática que enfrentamos é um dos frutos amargos das safras recordistas do agronegócio na Amazônia. Assim, “ao dilapidar o patrimônio natural, a pobreza de hoje é transferida, também, para as futuras gerações” (Loureiro, 2009, p. 189).

Contudo, as lutas seguem nessa “trama da tensão estrutural [...] com que se relacionam sociedade e espaço [...] e nessa relação de espaço e contraespaço [...]” (Moreira, 2021a, p. 211). E assim, se a opressão e exclusão persistem, os movimentos sociais resistem e seguem adiante. Afinal, [...] *La clase obrera tampoco ha dicho su última palabra; prosigue su camino, a veces subterráneo, y otras veces u cielo abierto*. (Lefbvre, 2013, p. 83). A constatação de Lefbvre sobre a situação da classe operária na Europa de décadas atrás também se aplica aos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu no tempo presente. O contraespaço é um movimento de uma parcela da sociedade constrangida no espaço racional e segue em frente, como podemos observar nas lutas atuais do movimento social analisadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6

OS PASSOS CONTINUAM NA PRODUÇÃO DO CONTRAESPÇO: OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Figura 27 - Mulheres lideranças dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu, Altamira, 2019



Fonte: Carolina Arantes, 2019

O aumento da participação das mulheres¹¹⁸ na linha de frente dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu é uma mudança da atualidade. É comum vê-las na linha de frente de todas as manifestações nas ruas de Altamira e demais municípios, mulheres indígenas, ribeirinhas, moradoras dos Reassentamentos Urbanos Coletivos de Altamira (RUC)¹¹⁹,

¹¹⁸ Na imagem que abre esse capítulo estão presentes lideranças do movimento de mulheres envolvidas nas lutas contra Belo Monte, pelo fim da violência contra mulheres, mudanças climáticas, crianças e adolescentes, lutas pelo direito à saúde pública, professoras, ativistas, promotoras públicas, ribeirinhas, pescadoras, agricultoras, estudantes, religiosas e ambientalistas de Altamira e região. Da esquerda para a direita: Maria Helena, Josefa, Antônia Melo, Irmã Ignez Wenzel, Rosa Pessoa, Mônica Brito, Maria Lúcia, Antônia Martins, Raimunda Gomes, França, Raimunda Silva, Maria Francineide, Maria Raimunda, Geane Pessoa, Ana Laíde, Ana Paula, Daniela Silva, Graça e Amanda Brito

¹¹⁹ Os RUC construídos pela empresa Norte Energia são reassentamentos urbanos onde foram reassentados muitos moradores antes residentes às margens do rio Xingu e de seus afluentes e que foram removidos pelos construtores da barragem de Belo Monte. Maiores informações em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7340/6266> acessado em 01/11/2023.

professoras, trabalhadoras rurais, reivindicando políticas públicas, denunciando abusos e violências. De acordo com Márcia Castro, Secretária executiva da FVPP,

[...] na direção da FVPP dos quatro cargos eleitos em assembleia, três estão ocupados por mulheres. E dentro das organizações de base da FVPP como os STTR, todos eles têm mulheres na diretoria sendo que três STTR têm mulheres agricultoras como presidente. Outra coisa importante é que as mulheres são a maioria na frente das pequenas indústrias de produção de polpas de frutas, chocolates, doces, queijo, iogurte. Os movimentos de mulheres do campo e da cidade, em todos os municípios da Transamazônica e Xingu, estão presentes nos conselhos de controle social como saúde, meio ambiente e conselhos tutelares. Mais recentemente, a luta pela moradia para os mais pobres tem sido uma luta das mulheres. Até mesmo esse tema das mudanças climáticas são as mulheres e os jovens que estão tomando a frente. As mulheres estão sempre envolvidas em temas sensíveis para todos nós [...] (Márcia Castro, 2023).

Seguindo as reflexões sobre os movimentos do tempo presente e suas lutas por direitos, vamos refletir sobre três marcos dos movimentos sociais dos últimos 5 anos no Oeste paraense: a construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2019/2030 liderado pela FVPP e FETAGRI; as atividades do *Projeto Memórias da Colonização, 50 anos da Transamazônica*, em especial os *Seminários do Futuro*, realizados em Rurópolis, Altamira, Santarém e Marabá, nos meses de abril e maio do corrente ano; o perfil dos movimentos que surgiram, especialmente na cidade de Altamira, antes, durante e depois de Belo Monte.

O objetivo é identificar os protagonistas dessas iniciativas regionalizadas que acontecem na Transamazônica e buscam garantir direitos, envolvendo o campo e as cidades, refletindo sobre os formatos dessas manifestações coletivas, as proposições acordadas e os desafios evidenciados, e identificando as bandeiras de luta defendidas por esses movimentos sociais da atualidade.

A partir de 2016, os movimentos do país e da Transamazônica e Xingu, além dos desafios de suas lutas cotidianas, passaram a viver os impactos do golpe contra a presidente Dilma Rousseff. De acordo com Sobreiro Filho *et al* (2018), o golpe atingiu em cheio o campo, configurando um momento de vários retrocessos para as classes populares e avanços para o capitalismo agrário, particularmente para o agronegócio.

Segundo esses autores, as consequências mais objetivas deste processo foram expressas na descontinuidade de recursos presumidos na proposta de lei orçamentária de 2018, que “cortou recursos drasticamente de todas as políticas públicas para o campo, além de extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA” (Sobreiro Filho, *et al*, 2018, p. 03).

Outra consequência é a recrudescência da violência no campo e nas cidades. Os autores contabilizaram entre maio de 2016 a 2018 uma relação de 19 lideranças de esquerda assassinadas, dentre elas indígenas, sindicalistas, camponeses, quilombolas, produtores, comunitárias e a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Esse cenário de violência e incertezas transformou o ano de 2016 em um período de muitas ações dos movimentos sociais de luta pela terra.

Em um rápido resumo, foram 1.072 manifestações, em todas as regiões do país. “No ano de 2015, foram registradas 859, portanto houve um aumento significativo. As regiões Nordeste (308 manifestações), Norte (296) e Centro-Oeste (186) seguem se destacando, seguidas do Sudeste (149 manifestações) e Sul (133)” (Sobreiro Filho, *et al*, 2018, p. 10).

Na região da Transamazônica e Xingu, a luta dos movimentos sociais também segue com seus novos e velhos desafios. A violência seguiu sendo uma constante. Em julho de 2019, o presídio de Altamira vivenciou uma rebelião em que 62 presos foram mortos decapitados, queimados, uma atrocidade só menor que a chacina de Carandiru com seus 111 mortos, em São Paulo, no ano de 1992.

À medida que a obra de Belo Monte avançou, surgiram novos movimentos impulsionados pelas demandas ambientais, fundiárias e pelo crescimento caótico das cidades. As mudanças resultantes dos impactos de Belo Monte fizeram despertar ou surgir organizações de vários grupos. Dentre esses, os ribeirinhos de cada localidade atingida por seca ou cheias do Xingu barrado, comunidades indígenas aldeadas ou citadinas, pescadores desterritorializados pelo barramento do rio, moradores dos bairros atingidos pelos impactos da hidrelétrica, mas ainda não indenizados, comerciantes de areia, seixo, pedras e barro, garçons, artistas, pequenos comerciantes, mototaxistas.

Maria Francineide Ferreira dos Santos, pescadora, ribeirinha das ilhas do Xingu, em Altamira, faz parte do grupo dos remanejados pelos construtores de Belo Monte. Em conjunto com outras dezenas de pescadores ajudou a criar uma organização chamada Conselho Ribeirinho do Xingu e busca, com apoio do MPF, o reassentamento nas margens do Xingu e uma indenização pela Norte Energia. Ela resume a luta empreendida pelo movimento social que ajudou a construir:

[...] até onde Belo Monte atingiu não podemos chegar, pois Belo Monte não atingiu só o lago, atingiu para baixo, atingiu para cima. Então houve o reconhecimento de alguns lugares: do Costa Junior, onde chegou mais acima um pouco até a transposição onde foi feita a barragem do rio. Foi criado um conselho com representantes desses lugares, de cada comunidade foi retirado 2 representantes, eu e dona Rita Cavalcante representamos o Paratizinho. (...)

A situação dessas famílias é: elas foram reconhecidas, fizemos um trabalho muito bonito definindo que todas essas famílias que foram retiradas têm que ser devolvidas aos seus lugares de origem, trazendo para elas a alegria que elas tinham, não poderemos viver com aquela cultura de antes, vamos ter que aprender a fazer coisas para sobreviver que antes a gente não conhecia, a gente não sabe mexer com a terra, plantar um cacau, mas quem veio lá de fora sabe e pode nos ajudar [...].¹²⁰

Em seu depoimento Maria Francineide demonstra saber que o retorno à terra nas proximidades do rio não significa o retorno às mesmas práticas, não há mais como viver da pesca, é preciso plantar culturas pouco conhecidas, mas que garantam a sobrevivência. E assim seguem todos em uma luta para serem ouvidos em suas demandas: os trabalhadores rurais liderados pela FVPP e FETAGRI realizaram várias manifestações de massa em prol dos agricultores dos assentamentos e dos povos ribeirinhos, afinal, as populações do campo que não estavam no caminho da obra não receberam nenhum tipo de atenção dos construtores. Assim, a agricultura familiar confirmou sua previsão, já manifestada em todas as cartas ao governo e à população dizendo não à barragem: Belo Monte não era um projeto para beneficiar as populações da Amazônia.

Nessa direção, manifestações reunindo as regiões da Transamazônica, BR 163 e o Sudeste, na região de Marabá, se tornaram constantes. Numa articulação conjunta a FVPP e a FETAGRI elaboraram um plano contendo os desafios e as proposições para as populações do campo. O lançamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará 2020/2030 foi realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2019, na cidade de Altamira, sob a coordenação da FVPP.

Passados 30 anos desde a construção do I PGDT, em 1991, o evento revelou que o movimento social da Transamazônica iniciado pelos migrantes em suas CEB's, em meados dos anos de 1985, resistiu e conseguiu implementar mudanças. A maioria das lideranças são os filhos e netos daqueles migrantes. As mulheres ampliaram significativamente sua participação a partir de suas organizações representativas. Além de agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas e alguns grupos indígenas também estavam presentes.

Temas como agroecologia, produção orgânica, beneficiamento e comercialização da produção familiar ocuparam lugar de destaque no plano. Durante todo o evento funcionou uma

¹²⁰ Maria Francineide Ferreira dos Santos. Entrevista concedida aos pesquisadores Raquel Lopes, Ana Paula Souza e Mario Hennen, do projeto Memórias dos 50 anos da Colonização da Transamazônica, no município de Altamira, no dia 03/02/2022. Arquivo audiovisual em formato mp4 disponível em: <https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos>

Feira de Produtos da Agricultura Familiar, com subprodutos do leite, pesca, fruticultura, cacau e produtos da floresta, dentre esses, a castanha, óleos, sementes, madeira, borracha e mesocarpo de babaçu, além de artesanatos. Tudo numa profusão de cores, cheiros e sabores diversos. “[...] o objetivo da feira é fazer intercâmbios, socializar experiências, fortalecer as organizações sua produção, diminuir esse preconceito contra as coisas produzidas pelos pequenos [...]” (Pereira, 2019)¹²¹. Assim, de acordo com o coordenador da FVPP, a meta da feira também era fortalecer o protagonismo da economia familiar.

Nas reivindicações escritas nos cartazes carregados pelas lideranças, durante as místicas, novas e velhas bandeiras estavam presentes (figura 28). Educação, saúde, segurança pública, trafegabilidade rural, verticalização da produção estavam ao lado de frases como: uso sustentável da terra, cuidado com nossos rios, manutenção da floresta, valorização da economia extrativista, redução dos desmatamentos, produção de base agroecológica e orgânica. Os participantes eram oriundos das regiões de Santarém/Tapajós, da BR163 e da Transamazônica e Xingu. A estratégia de fazer manifestações coletivas extrapolando os limites municipais e regionais, adotada desde o início pelo movimento sindical de Santarém, segue em curso.

Figura 28 - Lançamento do Plano de Desenvolvimento regional FVPP/FETAGRI. Altamira, 2019



Fonte: Arquivos FVPP

¹²¹ Declaração proferida pelo coordenador geral da FVPP, João Batista Uchoa Pereira, na abertura da feira, atividade do Seminário de lançamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará 2020/2030, realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2019, na cidade de Altamira.

6.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ATUALIDADE NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Nos últimos 5 anos as mobilizações sociais aumentaram significativamente nas cidades maiores como Altamira, Santarém e Marabá. Em Altamira, especialmente após o término da barragem de Belo Monte, os atingidos e seus aliados fazem manifestações cotidianas pelas ruas da cidade, em frente à sede do Ministério Público Federal, da Norte Energia, empresa responsável pela obra, do IBAMA e da Prefeitura. Nesses espaços é frequente a presença de agricultores familiares, pescadores, povos indígenas, ribeirinhos, moradores dos RUC, denunciando os impactos negativos da obra em suas vidas e reivindicando seus direitos. Também tem sido comum o fechamento da rodovia por diferentes grupos.

No conjunto dessas pautas estão denúncias dos moradores dos RUC relacionadas à falta de acesso a água, saúde, educação, transporte, segurança. Antes do remanejamento essas populações moravam nas áreas alagadas bem próximas ao centro da cidade. Os indígenas reivindicam maior celeridade na execução das condicionantes indígenas, previstas no acordo do governo com os construtores da barragem, várias dessas deveriam ter sido executadas antes da conclusão da hidrelétrica.

O foco das lutas dos agricultores familiares não é a execução das condicionantes de Belo Monte, mas endereçam ao governo suas pautas de reivindicação em uma estratégia regionalizada. Conforme registrado no relatório do evento que lançou o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará 2020/2030, essa iniciativa foi construída a partir de oficinas municipais ao longo de dois anos, numa ação que “mobilizou 791 lideranças, com 13 eventos, 157 organizações (poder público e sociedade civil) de 19 municípios. Foram organizadas 177 propostas distribuídas em 5 eixos e 17 linhas de ação” (FVPP, 2019, p. 7).

A construção do Plano 2019/2030 mostrou que uma parcela dos movimentos surgidos nas CEB's, como STR, movimentos de mulheres, associações e cooperativas da agricultura familiar, vinculadas aos STTR nos municípios, seguem articulados regionalmente e compondo a base da FVPP e da FETAGRI.

Na ata de fundação da FVPP, registrada no cartório de Altamira, no dia 09 abril de 1992, constam 30 participantes. Oriundos dos municípios de Uruará, Rurópolis, Medicilândia, Altamira, Pacajá e Senador José Porfírio. Nesse conjunto, a maioria eram representantes dos STR e delegacias sindicais, associações de educadores, subsedes do SINTEPP, movimentos de mulheres do campo e representação do PT.

Na figura 29 a seguir, que ilustra o surgimento dos movimentos sociais na Transamazônica e Xingu, podemos perceber que dentre os que estão na origem do MPST os movimentos de mulheres e os STR seguem compondo a base da FVPP. É perceptível também que na medida em que novas demandas surgiram, novas organizações foram se configurando, a exemplo das organizações criadas pós Belo Monte ou depois que propostas dos movimentos como as CFR's, rádios comunitárias e unidades de conservação se tornaram realidade.

Figura 29 - Os movimentos sociais que produzem o contraespaço



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

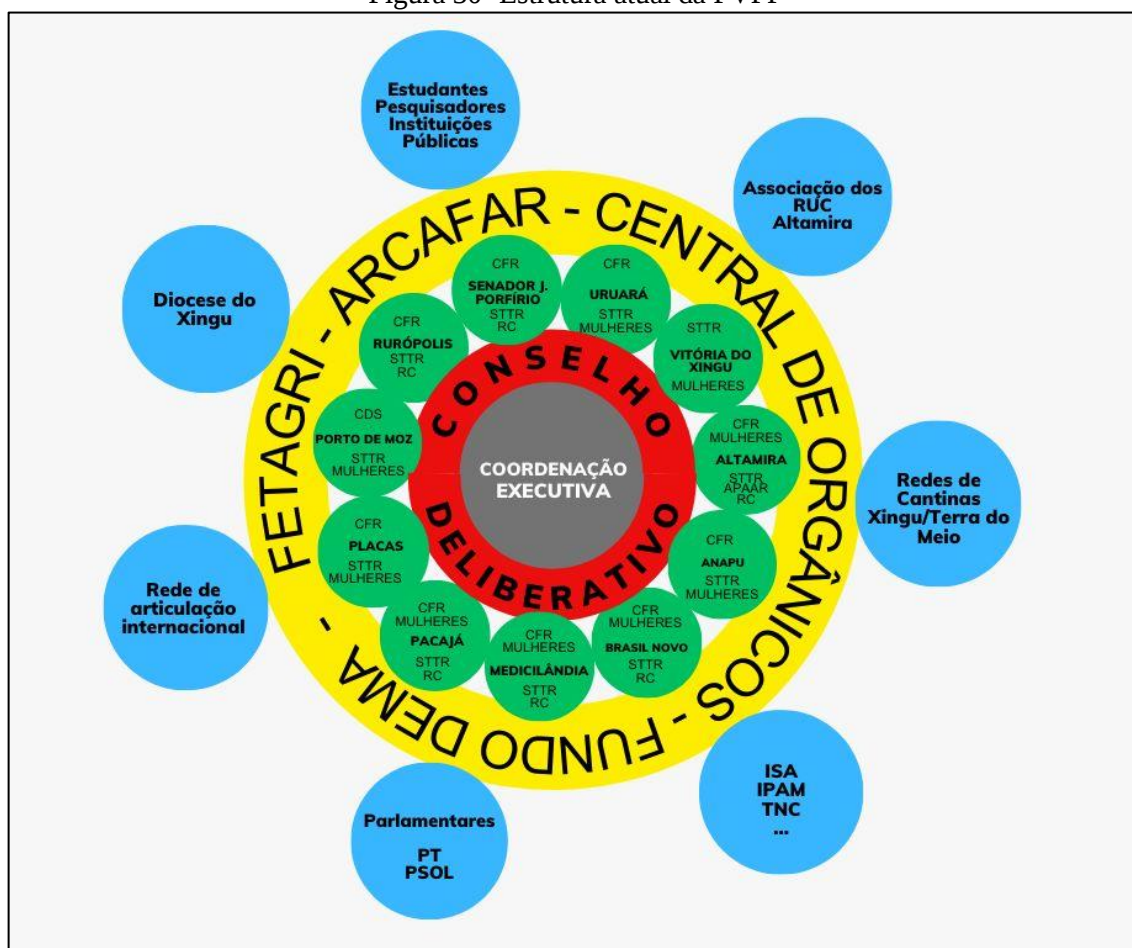
Na atualidade, a FVPP segue como uma organização regional que funciona como uma central na rede de movimentos sociais na Transamazônica e Xingu. Em cada município há um conjunto de organizações associadas: STTR, associação de CFR, associação de rádios comunitárias e movimento de mulheres. Esse grupo compõe a estrutura organizacional da FVPP, participando do Conselho Deliberativo e das assembleias gerais da organização. Nas mobilizações regionais a FVPP articula-se com outros grupos que ajudou a criar como a FETAGRI, a Central de cooperativas da produção orgânica, o Fundo Dema e a ARCAFAR Pará. Além dessas, existem outras organizações e movimentos como o MAB que participam na construção das pautas coletivas e eventos liderados pela FVPP.

A FVPP continua tendo um papel de articuladora de diferentes pautas nas negociações com os governos. Embora não funcione como uma organização guarda-chuva, mantém uma articulação com diferentes movimentos, em momentos de lutas coletivas como o não à barragem de Belo Monte, a criação das resex, o asfaltamento da Transamazônica, a luta por

energia no campo, construção do hospital regional, combate à violência contra mulheres e crianças, criação dos cursos de Educação do Campo e Etnodesenvolvimento, luta pelo FNO e criação de um fundo para manutenção de estradas vicinais.

Outros grupos também articulam suas pautas com as ações da FVPP, tais como professores, pesquisadores e estudantes das universidades públicas, associações dos RUC de Altamira, Rede de Cantinas das resex da Terra do Meio que une indígenas e extrativistas na comercialização de seus produtos da sociobiodiversidade, Diocese do Xingu, parlamentares do PT, PSOL (deputados e vereadores), ONG's nacionais como IPAM, ISA, e internacionais como GIZ, WWF, TNC. Isso pode ser observado na figura 30 que ilustra a estrutura de organização e as articulações da FVPP.

Figura 30 -Estrutura atual da FVPP



Fonte: Organizado pela autora a partir do estatuto atual da FVPP (2023)

A luta empreendida pelo MPST tinha foco no campo, mas isso mudou. A população das cidades cresceu e as mobilizações urbanas em prol da melhoria dos serviços públicos existentes, bem como a demanda por acesso a políticas públicas, também cresceram e estão articuladas

com a FVPP. Edzângela Barros¹²², importante liderança moradora do RUC Jatobá, em Altamira, fala de sua participação nas mobilizações urbanas de Altamira:

[...] atualmente minha participação tem sido no fortalecimento do movimento de mulheres e na construção do movimento Pro-Moradia Transamazônica-Xingu- MPMTX, por entender a importância da pauta moradia nesta região do Xingu. Tanto o movimento de mulheres como o MPMTX têm desenvolvido a formação de mais pessoas e mulheres das diversas comunidades de Altamira e região [...] (Edzângela Barros, 2023).

Segundo ela, os movimentos sociais mais expressivos em Altamira são: Movimento Xingu Vivo, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Campo e Cidade/MMTACC, MAB, o Coletivo de Mulheres Negras de Altamira (COMUNEMA), Levante Popular da Juventude, FETAGRI e FVPP. Edzângela Barros cita as bandeiras mais importante de cada um deles: MPMTX (Recém-criado em Altamira), garantia da moradia no campo e na cidade subsidiada pelos governos. Para o Movimento Xingu Vivo, a principal bandeira é a luta contra Belo Monte e outros projetos do capital hegemônico. MMTACC: luta pelos direitos e políticas públicas para as mulheres e contra a violência. MAB: luta pelos direitos dos atingidos por barragens.

O MPMTX, liderado por Barros e outras lideranças de Altamira, tem avançado na sua agenda sobre moradia, tendo realizado no dia 27 de julho de 2023, um Seminário sobre habitação, mobilidade e desenvolvimento na cidade de Altamira, com a presença do Ministro das Cidades. Na ocasião, Edzângela Barros e demais lideranças de bairros e outros movimentos entregaram ao Ministro Jader Filho a pauta de reivindicação sobre moradia para o campo e para cidade, incluindo demandas de construção e reformas de casas em todos os municípios da Transamazônica e Xingu.

Sobre a influência do MPST/FVPP/MDTX no território da Transamazônica e Xingu, o professor Adelson Silva, que ajudou a criar o MPST, fala da importância do movimento: “Tudo o que temos na região tem a mão do movimento, mas nunca nos apropriamos disso: hospitais, FNO, PRONAF, asfalto, universidades, saúde e tantas outras coisas [...] ou seja, existe o antes e o depois de nós [...]” (Adelson Silva, 2023). Sobre as mudanças e as transformações do MPST ao longo dos últimos 30 anos, Adelson Silva diz que várias categorias foram se organizando e criando suas próprias organizações e mobilizações. “Na verdade, o MPST pretendia colocar todas as lutas daquele tempo em evidência, mas não pretendia liderar todas elas” (Adelson Silva, 2023).

¹²² Edzângela Barros, entrevista concedida em 30/08/2023, em Altamira.

6.2 AS PROPOSIÇÕES E OS DESAFIOS ATUAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

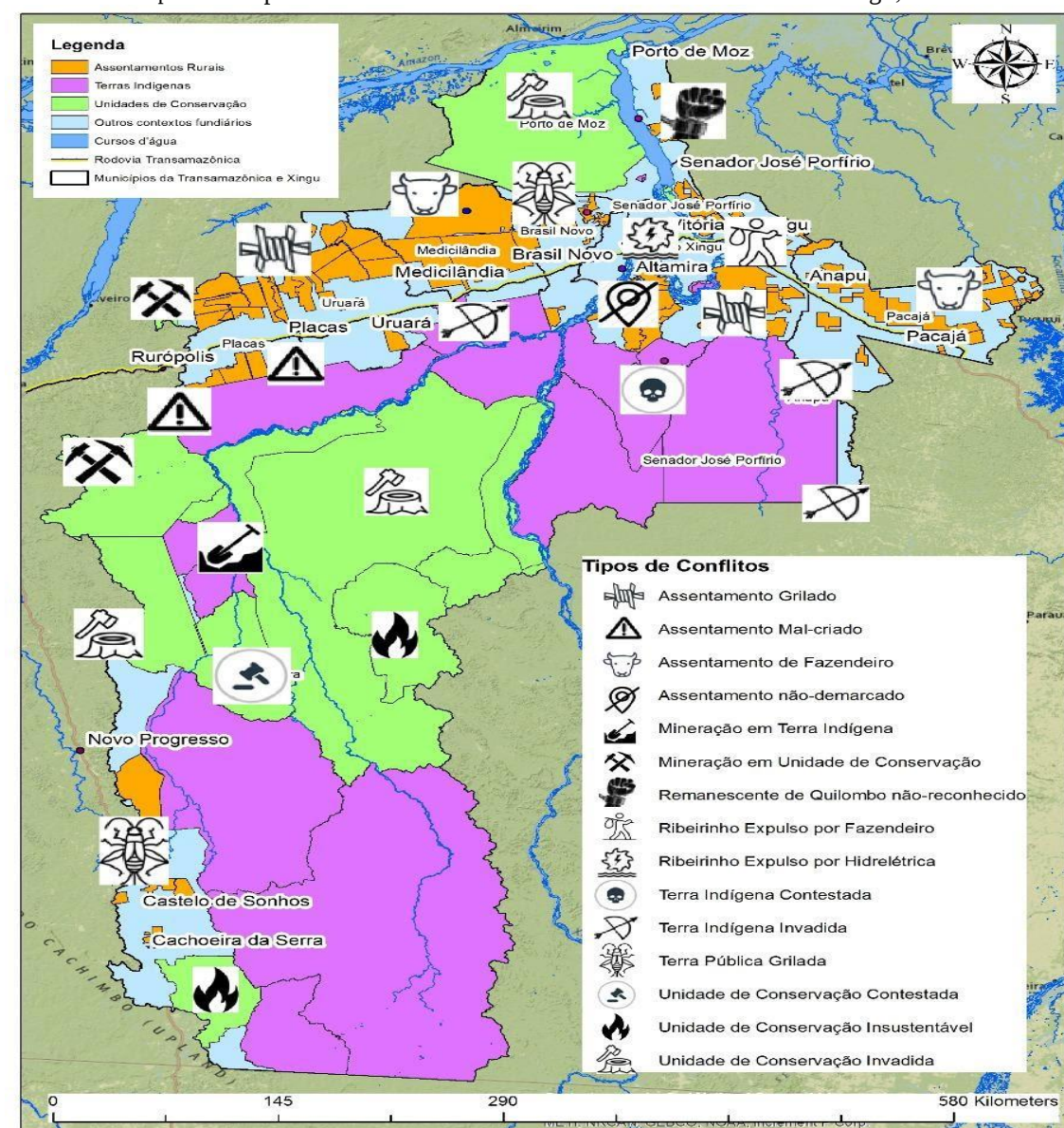
Embora o contexto da pandemia tenha obrigado os movimentos a recuarem em suas ações coletivas presenciais, o contexto caótico do governo do país desde o golpe de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff, impôs aos movimentos a necessidade de se manter ativos. Mesmo na restrição pandêmica, buscaram formas alternativa de se manter atuantes e manifestar suas denúncias e contrariedades. O governo de Jair Bolsonaro aboliu qualquer interlocução com os movimentos sociais a partir de 2019.

O enfraquecimento da ação dos órgãos de fiscalização, controle e gestão ambiental como o IBAMA e ICMBIO, acirraram antigos conflitos e fizeram surgir novos. Os estudos feitos pela FVPP sobre o perfil dos conflitos fundiários da região revelaram que eles estão por todo território, mesmo nas áreas demarcadas pelo INCRA, conformando uma disputa em que a terra, a água, os minérios e as florestas estão no centro em uma *metabolização* voraz desses recursos (Sobreiro Filho 2018; 2020).

As disputas sempre existiram no território, mas desde que Bolsonaro assumiu o governo federal com o discurso de facilitar o agronegócio, passando a boiada¹²³, em plena pandemia da Covid 19, a situação ficou caótica. A FVPP realizou em 2021 um estudo sobre o perfil dos conflitos existentes em sua área de atuação e a síntese do estudo pode ser visualizada no mapa 7 a seguir.

¹²³ Expressão usada pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, na reunião interministerial, ocorrida no governo federal, em 22 de abril de 2020 e amplamente divulgada na imprensa. De acordo com o Ministro o governo federal deveria aproveitar que as atenções da sociedade estavam voltadas para a pandemia da covid 19 e flexibilizar o regramento ambiental.

Mapa 7 - Os tipos de conflitos fundiários e ambientais no território do Xingu, 2021



Fonte: Arquivos FVPP

O estudo evidenciou que os conflitos fundiários que sempre existiram nas terras devolutas hoje acontecem também nas áreas destinadas. Terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais enfrentam variados conflitos. Nesse conjunto estão os assentamentos invadidos por grileiros, assentamentos criados com sobreposição em terras indígenas, assentamentos formados quase totalmente por fazendeiros que compraram barato ou expulsaram os assentados pelo INCRA e assentamentos não demarcados oficialmente e com disputas de todo tipo.

Os povos indígenas também enfrentam os garimpos ilegais em suas terras. Terras indígenas demarcadas estão sendo contestadas judicialmente, são constantemente invadidas por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros. As unidades de conservação também convivem com a invasão dos garimpeiros, madeireiros e grileiros nas suas fronteiras. Os ribeirinhos são expulsos

de seus territórios tradicionais por fazendeiros e empresários. Há ainda o caso dos quilombolas da região de Porto de Moz que não foram reconhecidos formalmente pelo governo e têm seus territórios constantemente invadidos. Essa realidade tem demonstrado ao movimento social da região que, além da luta para o reconhecimento legal desses territórios, existe uma luta grande para garantir sua manutenção. João Batista¹²⁴, coordenador geral da FVPP, definiu como desafios na ordem do dia:

[...] continuar lutando pela regularização fundiária e ambiental nos assentamentos e a infraestrutura (saúde, escolas, estradas). Nessa parte produtiva incentivar a produção de alimentos da agricultura e ampliar a presença dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados. Fortalecer os experimentos que ajudamos a criar como a Secretaria de Agricultura Familiar do estado do Pará. O cacau vem crescendo, mas não pode se tornar um monocultivo nos lotes. Temos que continuar participando dos conselhos de controle social, isso é um caminho sem volta. Retomar o fortalecimento da ATER pública, hoje é a iniciativa privada que presta ater, faz os projetos de crédito para quem pode pagar, é claro e cada empresa em um direcionamento, isso é ruim porque quem dita as ordens é a empresa que compra, a agricultura fica refém [...] (João Batista Pereira, 2023).

Essa realidade também foi evidenciada nos desafios relatados pelos participantes do Seminário do Futuro que aconteceu em Altamira, no período de 13 a 15 de abril de 2023, dedicado à elaboração de propostas para os próximos 50 anos na Transamazônica. A dinâmica de organização previu a criação de 5 grupos de trabalho: educação e cultura, ambiental e agrário, direito à cidade, povos tradicionais, povos indígenas. A plenária com mais de 300 participantes de toda região se dividiu de acordo com seu interesse e identificação com os temas. Um dia inteiro foi dedicado ao trabalho dos grupos e no dia seguinte foi realizada a colocação em comum em uma grande plenária. Os presentes trouxeram as proposições já manifestadas em outros eventos locais e regionais. A seguir um resumo do que foi apresentado e defendido na plenária final.

6.2.1. Agrário e Fundiário

O objetivo do *Seminário do Futuro* era discutir as proposições e as perspectivas para os próximos 50 anos na Transamazônica. Mas a necessidade de resolver o passivo ambiental e agrário foi a tônica das discussões desse grupo. Conforme frisou José Maria da Silva, agricultor do Assurini, um dos participantes do grupo agrário e ambiental: “até os dias atuais não vi tantas mudanças para pensar as coisas daqui em diante”. Ele afirmou que o foco das proposições do

¹²⁴ João Batista Uchoa Pereira, entrevista concedida em agosto de 2023, em Altamira.

grupo deve ser a regularização fundiária e ambiental, ou seja, os problemas atuais devem ser resolvidos primeiro, para que posteriormente sejam pensadas soluções para o futuro. Ressaltou, ainda, que todos os custos dessa regularização como GEO, CAR e outros instrumentos, devem ser assumidos pelo estado.

Um dos exemplos dessa prioridade é a região da Ressaca, no Xingu, onde a empresa Belo Sun está instalando seu garimpo de ouro a céu aberto. Outra é a situação dos PDS de Anapu, onde as famílias assentadas continuam sendo expulsas pelos grileiros. Há também o caso da Volta Grande do Xingu que, com o barramento do rio Xingu por Belo Monte, está sendo ameaçada de morte. Segundo os moradores da área, presentes no evento, a passagem da água foi drasticamente diminuída, gerando a falta de peixe e até mesmo o fim da piracema na região. De acordo com o grupo, todas as famílias que foram impactadas pela redução da vazão do Xingu após o barramento de Belo Monte devem ser indenizadas pelo governo.

Foi sugerido pelos participantes do grupo um seminário só para discutir a questão fundiária da região, norteadas por um documento base que descreva os conflitos e as proposições dos envolvidos. Nas falas dos participantes desse grupo, foi destacada a necessidade de se conhecer os motivos do aumento da venda de terras na região. O grupo destacou o fato de que órgãos IBAMA, INCRA e ICMBio estão sem pessoal e com atuação superficial, sem resolver os problemas.

Foram unânimes as proposições de ampliação do orçamento dessas instituições, a realização urgente de concursos públicos para recompor o quadro desses órgãos. Além disso, é preciso criar uma força tarefa exclusiva para resolver os conflitos fundiários. Retomar a criação de conselhos de mediação de conflitos agrários. Os governos precisam escutar todas as vozes do território antes de tomar decisões relacionadas à pauta ambiental. De acordo com os presentes, os conflitos na Bacia do Xingu são complexos, um exemplo disso é a situação da Terra Indígena Cachoeira Seca que precisa ser solucionada, pois a presença nesta TI de agentes não indígenas, como agricultores familiares, ribeirinhos e grileiros tem acirrado ainda mais os conflitos.

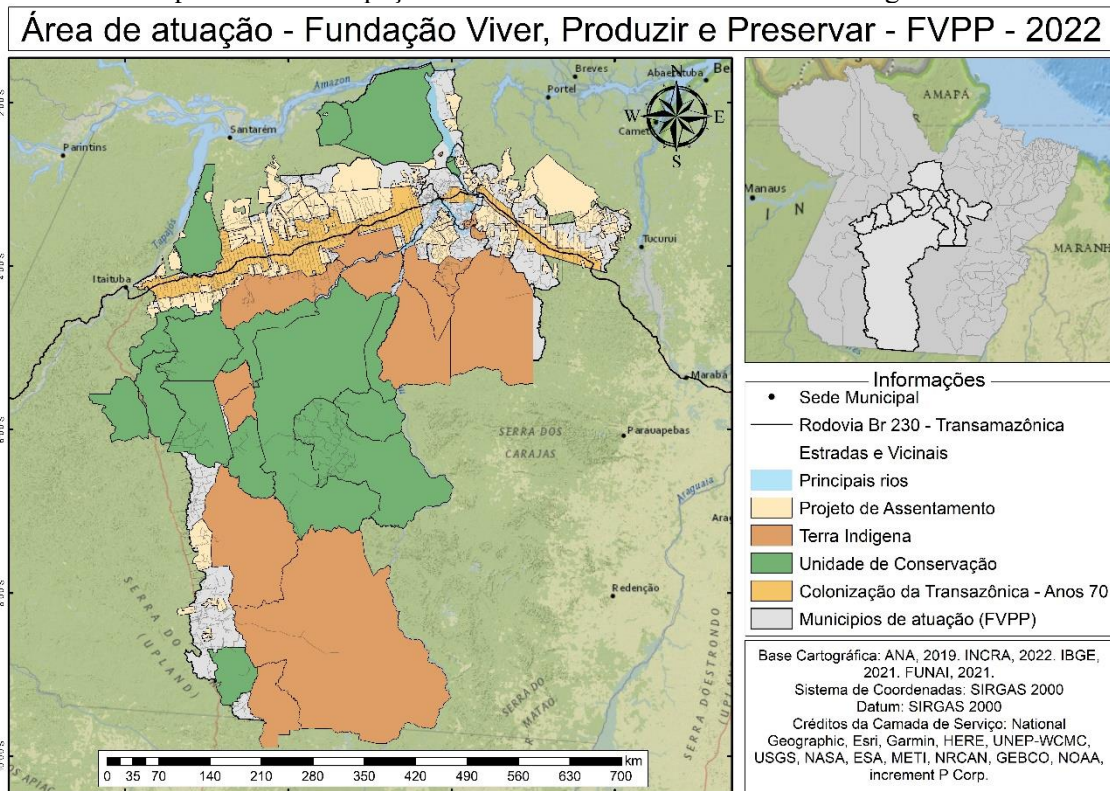
Os presentes insistiram na necessidade de regulamentar os assentamentos para coibir os conflitos fundiários e garantir o acesso ao crédito, que está comprometido pela falta de documentação dos assentamentos. As áreas menores, como as chácaras nas proximidades das cidades, também não possuem uma regulação que garanta esse acesso junto aos bancos. Outra proposição de consenso é que os governos devem criar benefícios/bônus para produtores que não poluem, não desmatam, mantêm suas áreas de preservação permanente e não usam agrotóxicos. Segundo os participantes do grupo agrário e ambiental, esse estímulo aos bons

exemplos dá mais resultados que a punição pelos órgãos de controle e fiscalização.

Registrou-se também que a falta de ordenamento fundiário impede a chegada de outras políticas públicas como saúde e educação aos assentamentos e territórios das populações tradicionais. Novos investimentos devem incluir a criação de um programa de apoio às agroindústrias de produtos da sociobiodiversidade, com recursos para investimento e custeio. O grupo ponderou que essas proposições não estão desconectadas de programas sociais: inclusão digital, saúde, educação. Todas precisam chegar às populações do campo.

A pauta da regularização ambiental e fundiária defendida pelo grupo de trabalho presente no Seminário do Futuro tem por base a manutenção e o aprimoramento do que já foi conquistado anteriormente. A conformação atual do território da Transamazônica e Xingu, ilustrada no mapa 8, tem a participação efetiva dos movimentos sociais e suas lutas de contraespaço. As mudanças sociais, ambientais, fundiárias e políticas, ocorridas nessa parte da Amazônia paraense, desde 1992, estão profundamente conectadas com as lutas por direito levadas a termo por entidades como MPST/FVPP/MDTX /FETAGRI e seus aliados e com sua capacidade de negociar essas demandas junto ao estado brasileiro.

Mapa 8 - Atual ocupação do território da Transamazônica e Xingu. 2022

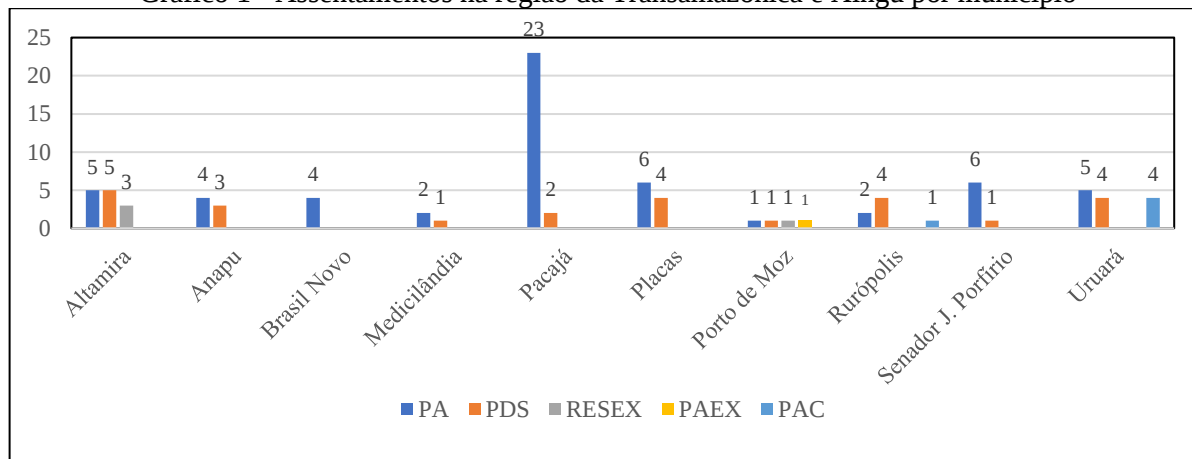


Fonte: Fonte: Elaborado por Marcos Silva, 2023

Com suas lutas, os sujeitos oriundos das CEB's se organizaram em sindicatos, movimentos de mulheres, associações e conquistaram uma parte da terra pública para os

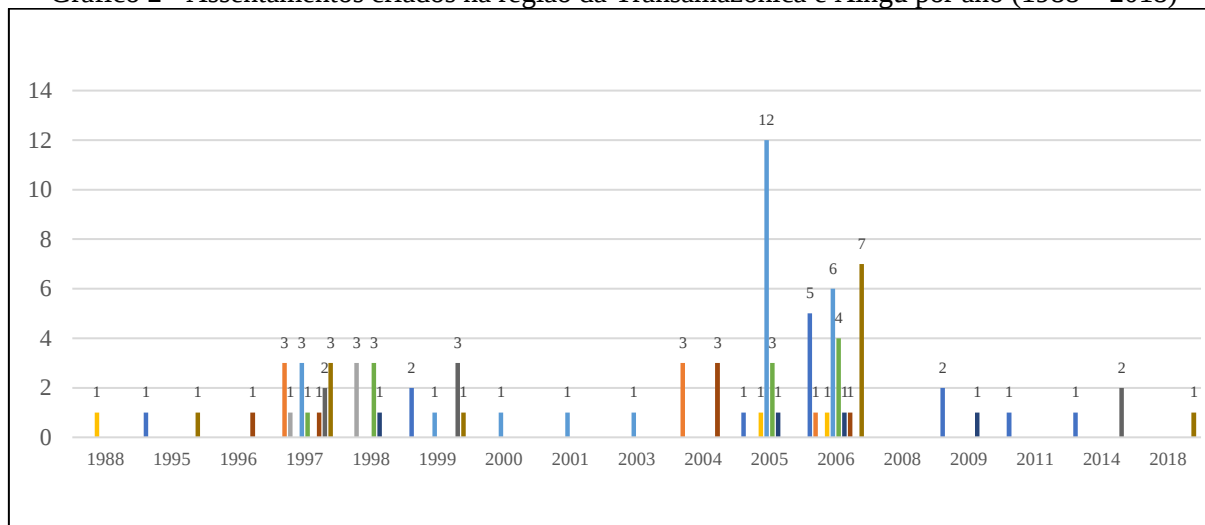
assentamentos de reforma agrária. Essa, bem maior que a inicialmente destinada aos migrantes nos PIC de Altamira, Marabá e Itaituba. Vale ressaltar que nenhuma dessas conquistas foi pacífica e tampouco partiu do governo a decisão de criar os assentamentos. Foram os movimentos sociais que pautaram a demanda e buscaram o governo para negociar.

Gráfico 1 - Assentamentos na região da Transamazônica e Xingu por município



Fonte: Tabela DATALUTA, 2021

Gráfico 2 - Assentamentos criados na região da Transamazônica e Xingu por ano (1988 – 2018)



Fonte: Tabela DATALUTA, 2021

Conforme os gráficos acima, nessa região, de 1988 até 2018, de acordo com os dados do INCRA, sistematizados pela REDE DATALUTA, foram criados 93 assentamentos de diferentes modalidades. Ou seja, para além da área da colonização do PIC Altamira I, a maior parte da ocupação desse território tem sido feita pelas populações que constroem seus territórios de forma espontânea, mas conflitiva, nas terras públicas e exigem do governo o reconhecimento disso.

6.2.2. Educação e Cultura

O debate no grupo de educação e cultura começou retomando as conquistas do movimento social dessa região na educação, dentre as quais foram listadas: as universidades públicas que existem em Altamira, o Projeto Gavião que formou os professores leigos a partir de 1993, a instalação do ensino médio regular em todos os municípios e uma rede de escolas no campo. Uma ponderação entre os participantes do grupo é que tudo isso tem sido conseguido com muita luta e participação das comunidades.

As CFR's também foram lembradas como exemplos da capacidade do movimento social de propor inovações e adequações à educação do campo. Entretanto, constatou-se que apenas algumas CFR's permanecem abertas e funcionando. O grupo concluiu que na educação houve avanços na melhoria das estruturas e no acesso; mais gente está estudando, existem escolas no campo, mas a qualidade do que é ensinado ainda carece de aprimoramento. A agricultura familiar continua sendo secundarizada nas escolas do campo. Apenas as poucas experiências de CFR tratam de forma qualificada o tema.

De acordo com o grupo, um dos novos desafios é construir uma educação da diversidade, que inclua os povos indígenas e as populações tradicionais e seus modos de vida, desde as escolas do ensino fundamental até a universidade. Mas os professores precisam ser formados para isso e é preciso que se cumpram integralmente as leis que garantem isso. É necessário haver cursos para elaboração de projetos a partir dos inúmeros editais propostos pelo atual governo federal. É necessário, ainda, discutir com os Ministério da Educação sobre a necessidade de uma presença adequada das narrativas amazônicas nos livros didáticos.

Sobre os professores, o grupo destacou que é preciso pensar cada vez mais na saúde física e mental desses profissionais, assim como em suas condições de trabalho. Hoje existem poucos professores concursados. Essa relação de contratação anual seguindo as indicações políticas de prefeitos e vereadores tem produzido impactos negativos. Essa prática afeta profundamente a categoria e a educação como um todo, comprometendo a sobrevivência dos trabalhadores em educação. É preciso que sejam realizados, com urgência, concursos públicos em todos os municípios da Transamazônica e Xingu, conforme um plano atualizado de valorização da carreira do magistério na educação básica.

Outras proposições já defendidas pelos movimentos em outros eventos, na última década, foram reforçadas: que a tecnologia nas escolas esteja a serviço da educação inclusiva, antirracista e que respeite os direitos dos jovens e das crianças. Que haja mais cursos de mestrado na região. É preciso resgatar projetos de leitura a exemplo da Barca do Livro. Garantir

a acessibilidade nas escolas. Melhorar as estruturas e acervo das bibliotecas e garantir mais espaços de lazer nas escolas com quadras esportivas cobertas.

No âmbito da cultura, o grupo apresentou como proposições: incentivo à produção de literatura local considerando a diversidade, investimentos na escrita e interpretação de textos na língua dos povos originários; fomento à Literatura afro/indígena nas escolas e universidades; fortalecimento da literatura que trata da diversidade (incentivada pelos movimentos sociais); captação de recursos através de editais regionalizados; garantia de formação de jovens nas diversas manifestações artísticas; criação de espaços de cultura com incentivo aos fazedores de cultura; revitalização de projetos como o Teatro de 500 anos do Brasil, feito pela Prelazia do Xingu, retratando a realidade da Transamazônica.

Os participantes defenderam também a importância de registrar a história das Comunidades da Transamazônica através da memória dos idosos, articulando essa ação com as atividades da Casa de Memória do Xingu. Cada município deverá ter uma casa de memória para contar a sua história. Foram registradas ainda as seguintes sugestões: investir em cinemas nas comunidades. Fortalecer a Feira Literária do Xingu (FLIX). Fortalecer as entidades de cultura como a Academia Altamirense de Letras. Disponibilizar livros literários em todos os espaços públicos. As prefeituras devem, em conjunto com os movimentos sociais, criar um plano municipal de leitura.

Na apresentação do grupo na grande plenária outras proposições foram incorporadas: que uma parte dos recursos dos royalties de Belo Monte se torne um fundo de cultura. É urgente a consolidação da Pedagogia da Alternância com financiamento público. Fazer um registro histórico (livros e vídeos) do protagonismo de lutas sociais das mulheres da região, contemplando a representatividade étnico-racial.

Outras proposições citadas e aprovadas na grande plenária foram: rever a política de financiamento do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB). Que as universidades e institutos federais possam oferecer cursos superiores dentro das CFR's. As escolas de ensino médio estão sucateadas e precisam de reformas, com estruturação de laboratórios, espaços de lazer e acolhimento, bibliotecas e equipamentos diversos. É urgente a garantia de água potável e segurança em todas as escolas. Melhorar dos transportes escolares em áreas rurais e ribeirinhas. Sugeriu-se que as universidades públicas proponham graduação em agroecologia e gastronomia com foco no bioma amazônico.

Ainda quanto à cultura, propôs-se a criação de um fórum permanente de discussão. Aparelhamento das secretarias de cultura e implantação dos sistemas municipais de cultura e Conselhos municipais de cultura. Realização de oficinas de práticas de contação de histórias

nas escolas. Elaboração de álbum musical a partir dos músicos do Festival cultural 50+50. Criação de sistema de *stream* com filmes, documentários e produções audiovisuais com peças que valorizem a cultura regional e nacional.

A plenária geral ainda aprovou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja ampliado para mais de 30% e melhore a aplicação dos recursos nos municípios. Construção e/ou conclusão e reforma e reestruturação das CFR nos municípios. Incentivo à Pedagogia da Alternância nas escolas do campo. Criação de dois novos Institutos Federais de Educação e de Universidades Estaduais na região do Sul/sudeste e Oeste do Pará. Criação de uma rede de museus na região. Capacitação dos fazedores de cultura e suas organizações para a captação de recursos via editais, a exemplo da lei Adir Blanc.

6.2.3. Povos Indígenas

A temática que deu início às discussões no grupo dos povos indígenas foi o resgate da identidade, história e cultura. Nesse sentido, o grupo propôs: reconhecimento da condição indígena e a garantia do acesso aos direitos para os aldeados e não aldeados; respeito à condição indígena independentemente dos traços físicos; produção de alimentos e outras economias com garantia de escoamento e mercado respeitando a cultura produtiva e a diversidade da floresta; garantia de programas específicos de apoio às iniciativas das mulheres indígenas.

Algumas proposições foram referendadas por todos os povos: garantia do ensino médio nas aldeias com professores qualificados, desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca com realocação dos colonos e a destinação de territórios extrativistas para os ribeirinhos. O grupo ressaltou que na TI Apyterewa¹²⁵ também é necessário realizar a desintrusão de madeireiros, fazendeiros e garimpeiros. Não à instalação do garimpo da empresa Belo Sun. Não à construção das assoleiras na Volta Grande do Xingu. Não à construção de barragens nos rios do território.

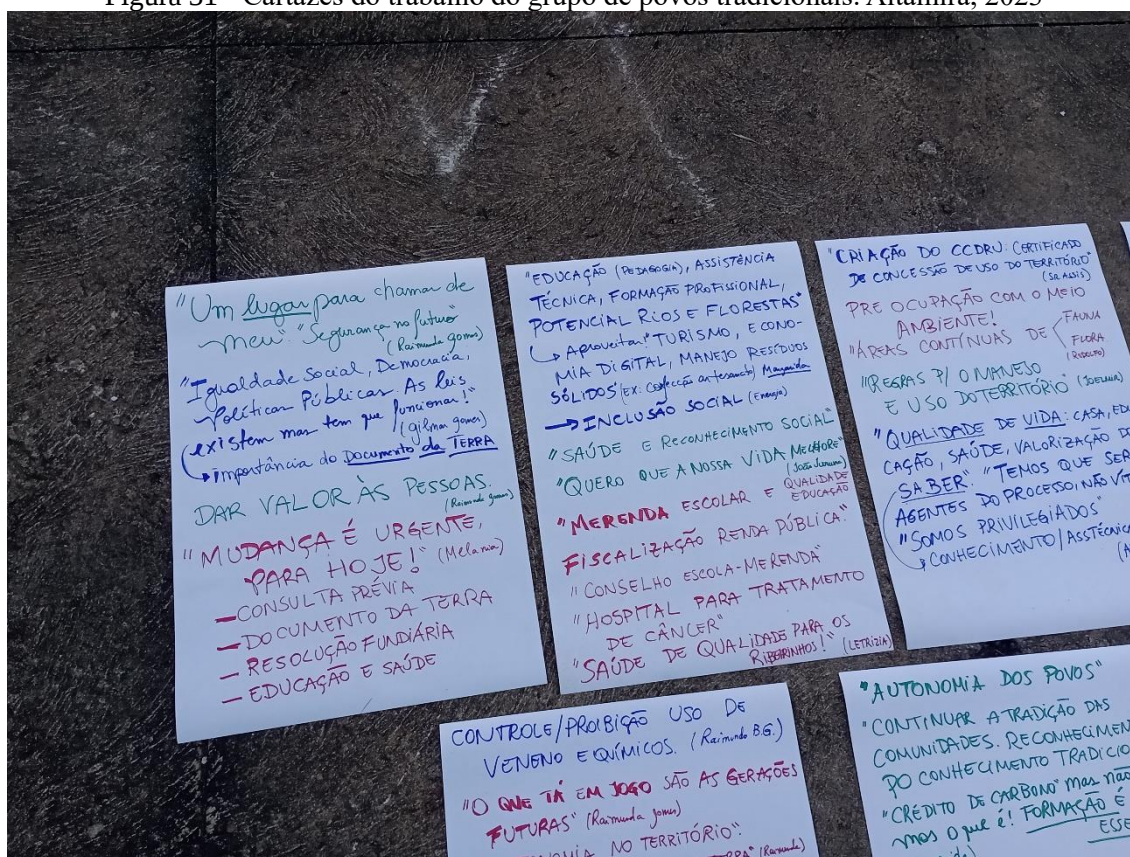
Na apresentação do grupo em plenária, outras proposições e debates surgiram: os agricultores que vivem na TI Cachoeira Seca não aceitam a desintrusão. Segundo eles, estão na área há décadas e querem que o governo regularize a sua situação fundiária na terra onde vivem. Os indígenas presentes discordaram afirmando que “aquilo lá é uma terra indígena, e terra indígena é de domínio dos povos indígenas”. O grupo sugeriu que seja criada uma força tarefa para tratar dos garimpos na Amazônia. E ainda que o governo faça uma audiência pública para tratar de Belo Sun e colocar um ponto final nesse projeto.

¹²⁵ Terra Indígena Apyterewa, localizada entre os municípios de São Félix e Altamira, no Pará. Constantemente invadida por grileiros, garimpeiros, madeireiros, é uma das mais desmatadas no Pará.

Os indígenas relataram também a necessidade de rever o hidrograma de consenso feito pela Norte Energia. Na Volta Grande do Xingu ele tem se mostrado falho, pois o volume de água é insuficiente para manutenção da vida naquela região. Todos concordaram com a proposição da plenária de que é preciso um programa eficiente, com recursos públicos, que mantenha e preserve as línguas indígenas desse território.

6.2.4. Povos Tradicionais

Figura 31 - Cartazes do trabalho do grupo de povos tradicionais. Altamira, 2023



Fonte: Foto de Miqueias Calvi

Esse grupo contou com a presença de representantes de diversas Resex, principalmente da Resex Verde Para Sempre/Porto de Moz, do Coletivo de Mulheres do Xingu, Conselho Ribeirinho, Rede Mulher Florestal, Ribeirinhos (as), Pescadores (as), indígenas, beradeiros dos rios Xingu, Iriri, Arimu e Paratizão. Os pontos mais frisados na discussão foram: acesso ao crédito individual e documentação da área para os ribeirinhos remanejados com Belo Monte, além de compensação pela proteção dos biomas e preservação dos modos de vida, exemplificado na figura 31.

As discussões, nesse grupo, foram muito fortes sobre os impactos de Belo Monte. Muitas queixas do não cumprimento das promessas feitas pela Norte Energia e do adoecimento dessas

populações que foram desterritorializadas. As falas foram unânimes em afirmar que o passivo dos impactos de Belo Monte precisa ser resolvido para poder se planejar o futuro. De acordo com Antônio Duarte, uma das lideranças da Resex Verde Para Sempre, “Temos que ser agente do processo, não vítima. Temos riqueza e somos privilegiados.”

Idalino Nunes de Assis, um dos diretores do CNS que vive na Resex Verde Para Sempre, afirma que as populações tradicionais e os povos indígenas devem ser compensados pela defesa das florestas e dos rios. Onde os garimpos e as fazenda estão, as cabeceiras dos rios estão mortas. Se não conservar o bioma, a vida de todos estará comprometida. “Na Amazônia, os bois são mais bem tratados que os povos. Nós cuidamos da Amazônia. Queremos ser compensados por isso. Que os pecuaristas, sojeiros e outros paguem essa compensação.”

Saúde e educação foram temas sempre lembrados nesse grupo e várias propostas surgiram. Dentre essas, garantia de merenda escolar em todas as comunidades. Escolas nas comunidades respeitando a cultura ribeirinha. Saúde de qualidade com postos de saúde nas comunidades e tratamento de câncer em Altamira (hoje é feito em Santarém ou Belém). Investimento em turismo, com projetos voltados para o fortalecimento das comunidades, preservação e respeito da sua cultura. Assistência técnica adequada à realidade das populações tradicionais.

O manejo florestal comunitário adequado à realidade dos povos tradicionais e garantia de maior acesso das populações ribeirinhas aos programas como *Minha casa, minha vida*, são outros exemplos de reivindicação coletiva. A questão do reassentamento das famílias ribeirinhas no entorno do lago de Belo Monte foi apresentada como urgente. A pescadora Raimunda Lima enfatizou a importância do documento da terra para esses ribeirinhos: “Não somos respeitados. Se os ribeirinhos não tiverem autoridade sobre o território onde vivem, não terão garantia de sua própria vida.”

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, em Altamira, e da reserva extrativista Verde Para Sempre, em Porto de Moz, foi uma demonstração do poder da articulação construída entre o governo, os movimentos sociais, os moradores dessas localidades e os ambientalistas. Esse conjunto de unidades de conservação de aproximadamente 7 milhões de hectares de floresta, arrebataados da grilagem, representou a garantia do acesso à terra para centenas de moradores das beiras dos rios e a preservação do bioma e dos modos de vida. Mas vale ressaltar que o Decreto de criação dessas áreas não significou uma melhoria imediata na qualidade de vida dos seus moradores. A busca por escola, saúde, investimento na economia extrativista estão na ordem do dia para as associações de moradores criadas nessas localidades. Soma-se a isso a luta contra as invasões por madeireiros, fazendeiros, grileiros,

garimpeiros nas fronteiras dessas áreas, ampliadas desde 2017, quando os órgãos de controle e fiscalização passaram a ter uma atuação deliberadamente periférica nessas unidades.

6.2.5. O Direito à Cidade

Figura 32 - Plenária do Seminário do Futuro. Altamira, 2022



Fonte: Foto Miqueias Calvi

O grupo bastante diverso foi composto por agricultores, moradores dos RUC, professores, representantes das associações, cooperativas e sindicatos. Dessa diversidade de sujeitos, várias proposições surgiram. Aqui um breve resumo delas: é urgente uma audiência pública de caráter regional para discutir exclusivamente a questão da habitação. É necessário instalar defensoria pública nos municípios. Faz-se necessária a revisão da política de valor da energia elétrica para os consumidores da região do entorno de Belo Monte; nesse tema, a plenária acrescentou que é preciso haver um programa de energia solar nos reassentamentos urbanos e nas aldeias, com financiamento público para sua instalação.

Sobre a saúde foram aprovadas proposições como: incentivo a uma política de apoio à medicina alternativa (ex. bioenergético). Implantação do programa Casa da Mulher Brasileira; espaço de apoio para mulheres vítimas de violência. Centro de referência à saúde do trabalhador. Ampliação do hospital regional de Altamira com um centro de oncologia. Construção de posto de saúde nas áreas ribeirinhas e Resex's, com estrutura e funcionários. Programa de apoio às vítimas da covid. Profissionais para atendimento de massagens e hidromassagem nos postos de saúde. Criação de um programa de saúde e atenção às drogas nas áreas rurais. Fortalecimento do programa de TFD (uma unidade de saúde equipada para

tratamentos de saúde nos municípios que ainda não dispõem desse serviço); construção de um programa para deslocamentos periódicos de profissionais de saúde em especialidades que os municípios não dispõem. Melhorar e regularizar a construção de aeródromos (pistas de pouso) em todos os municípios. Ampliar atendimento do Programa Melhor em Casa (saúde em domicílio) na área urbana e rural. Criar o centro de atendimento ao autista nos municípios. Aumentar o número de peritos do INSS. Realização de um mutirão médico para reduzir ou acabar com as filas de atendimento (oncologia, neurologia, ortopedia).

Os participantes do grupo também concordaram que todas as cidades precisam fazer ou rever seu plano diretor para adequar-se às mudanças climáticas, garantir dignidade e segurança para os moradores. Todos os municípios devem criar feiras para os produtos da sociobiodiversidade. Pavimentar as ruas e avenidas atendendo à lei de acessibilidade. Criar um programa de capacitação de técnicos e organizações sociais para modernização do sistema de saneamento básico. Incluir nos planejamentos das cidades e vilas da região a criação de espaços de convivência (academias, praças) que ofereçam lazer, saúde e dignidade geracional. Criar rotas regionais de turismo, integrando as cidades e o meio rural, explorando os atrativos naturais. Maior arborização urbana em todos os municípios.

A violência crescente nas cidades foi debatida pelo grupo que sugeriu a estruturação da delegacia da criança e adolescente. Fortalecimento e modernização do programa de proteção dos defensores dos direitos humanos. Ampliação e fortalecimento do sistema de segurança na área rural. Fortalecimento das comarcas e instalação nos municípios que ainda não tem. Subsídio aéreo regional para a Amazônia. Ampliação do número de empresas aéreas. Fortalecer a política de alfabetização de adultos. Investir em um programa de melhoria e ampliação do sistema de tratamento e distribuição de água potável em todos os municípios. Incentivo à criação do parque industrial na região do Xingu para ampliar o número de empregos. Fortalecer os sistemas de controle social das políticas públicas e concluir o asfaltamento da Transamazônica.

Neste o grupo, os representantes de movimentos e organizações de Altamira estavam em maior número e acabaram por dominar as discussões. Altamira é uma das maiores cidades da região, onde estão as estruturas de governo e outras fundamentais em educação, saúde, segurança pública. Portanto, possui uma relação de acolhimento das demandas das populações dos demais municípios. Nesse sentido, o debate em plenária aprovou boa parte das proposições dos representantes de Altamira, relacionadas abaixo.

Fortalecimento das Defensoria da União e do Estado. Resolução da problemática do INSS, redução da fila das perícias com mutirão. Melhoria do espaço da delegacia da mulher e

criação de um programa de proteção a testemunhas. Política de enfrentamento ao narcotráfico e milícias, combatendo as organizações criminosas e as facções atuantes na região. Aumento do contingente das polícias, militar, civil e federal. Aprimoramento do SUS como uma política integrada: moradia, saneamento, atendimento médico, prevenção, qualidade alimentar e formação.

Reduzir drasticamente a fila do centro de regulação para cirurgias. Terminar a Policlínica e Hospital materno-infantil. Contratar mais médicos para a região. Levar ações de saúde para bairros distantes. Investir na saúde integrativa nas Unidades Básicas de Saúde, com capacidade de fazer diagnóstico e tratamento. Estruturação da rede de atendimento psicossocial. Ampliar o atendimento em domicílio de pessoas com comorbidades e idosos. Fortalecimento da pesquisa na área da medicina na região, explorando os produtos regionais e as práticas dos povos originários e tradicionais.

Reassentar as famílias impactadas por Belo Monte. Melhorar a estruturação dos RUC e bairros afastados do centro, com creche, UBS, escolas de ensino fundamental e médio. Resolver a situação de desapropriação dos moradores na margem da BR 230, em Altamira, com indenização ou reassentamento para as famílias atingidas. Definir antecipadamente a situação das pessoas que serão atingidas com a construção da ponte sobre o Rio Xingu, em Belo Monte.

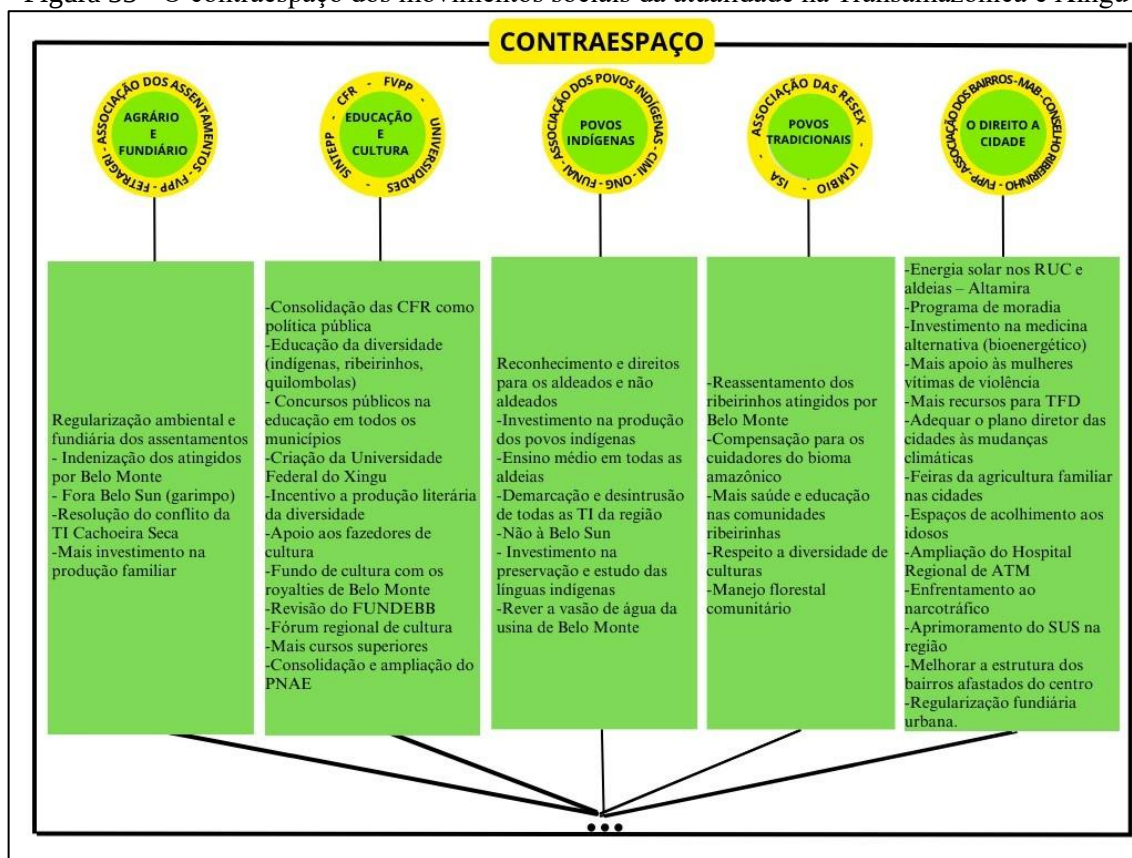
Também se ponderou no grupo a necessidade de realizar uma releitura do desenho do Programa Minha Casa Minha Vida, desde a forma, tamanho e construção das casas até iniciativas de crédito para reformas e melhorias da estrutura e bem-estar. Essa é uma conversa a ser feita com o Ministério das Cidades. Para esse trabalho se propôs a criação de comissão para organizar a proposta e audiência pública com as autoridades pertinentes. Também se pautou a necessidade de fortalecimento econômico das famílias dos reassentamentos para que não vendam suas casas. A prefeitura deve fazer a regularização fundiária da área urbana e garantir a documentação dos imóveis.

As lutas coletivas por direitos demonstram que os governantes não estão/não podem estar sozinhos na gestão do campo e das cidades. Na figura 33, abaixo, também evidenciamos que o contraespaço atual, diverso nos sujeitos e nas proposições, produziu novos cenários e novas lutas e segue rompendo com a exclusão do espaço instituinte da ordem hegemônica. Conforme foram surgindo novas demandas, as manifestações foram se estabelecendo e outras organizações foram se configurando. Povos indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e populações urbanas partilham estratégias em torno da luta por saúde, educação, melhoria na renda, contrariedade aos grandes projetos, como o garimpo da Belo Sun, as lutas pelo equilíbrio do clima. A aproximação dessa diversidade de sujeitos fortalece os movimentos sociais como

protagonistas no diálogo com os governos quanto ao futuro da Transamazônica e Xingu. Afinal, o Estado não pode prescindir da participação dos movimentos sociais sob pena de não ser capaz de gerenciar adequadamente os conflitos sociais oriundos dessa exclusão, conforme afirmou Ilse Scherer-Warren (2014):

[...] as maiores ou menores possibilidades de geração de novos direitos em uma sociedade estará relacionada à existência ou não de um Estado democrático de direito que permita à sociedade civil se expressar com direito de voz, manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas materiais e simbólicas, através dos movimentos sociais, grupos de pressão institucional e/ou de representantes na própria esfera estatal [...] (Scherer-Warren, 2014, p. 115)

Figura 33 - O contraespaço dos movimentos sociais da atualidade na Transamazônica e Xingu



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos eventos do Projeto 50+50, Altamira, 2023

O quadro acima evidencia que os movimentos sociais da atualidade na Transamazônica e Xingu são formados por grupos de agricultores dos assentamentos de reforma agrária, ribeirinhos moradores de unidades de conservação, ribeirinhos desterritorializados por Belo Monte, povos indígenas aldeados e não aldeados, professores, mulheres, moradores dos RUC. Todos esses sujeitos têm suas próprias organizações representativas e atuam de maneira individual ou coletiva na busca de seus direitos. As pautas de saúde, educação, regularização ambiental e fundiária, moradia e segurança, resguardadas as especificidades de cada grupo, são

bandeiras transversais nas lutas. A FETAGRI, FVPP, MAB, Movimento Xingu Vivo para Sempre cumprem a tarefa de agregar as lutas, juntos promovem eventos regionais, ajudam a elaborar e encaminhar as pautas dos grupos aos governos e à justiça. Assim, dando as feições do contraespaço dessa parte da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS

Concordamos com Moreira (2021a) quando afirma que o espaço é um campo de correlação de força e que centralidade e alteridade estão na formação da sociedade. Logo, essa sociedade da Transamazônica e Xingu, arrumada em torno do centro que ignorou todas as vozes descontentes com as regras estabelecidas no PIN, produziu exclusão e isso moveu as lutas de uma parcela significativa dos sujeitos. Nessa parte da Transamazônica o sentimento partilhado de abandono unificou-se em torno do MPST e a ele outros grupos se agregaram, pois “[...] é o contraespaço dos excluídos sociais a forma de levante que acaba por dar a marca de imagem do contraespaço como uma forma de luta contra o espaço instituinte [...]” (Moreira, 2021a, p. 217).

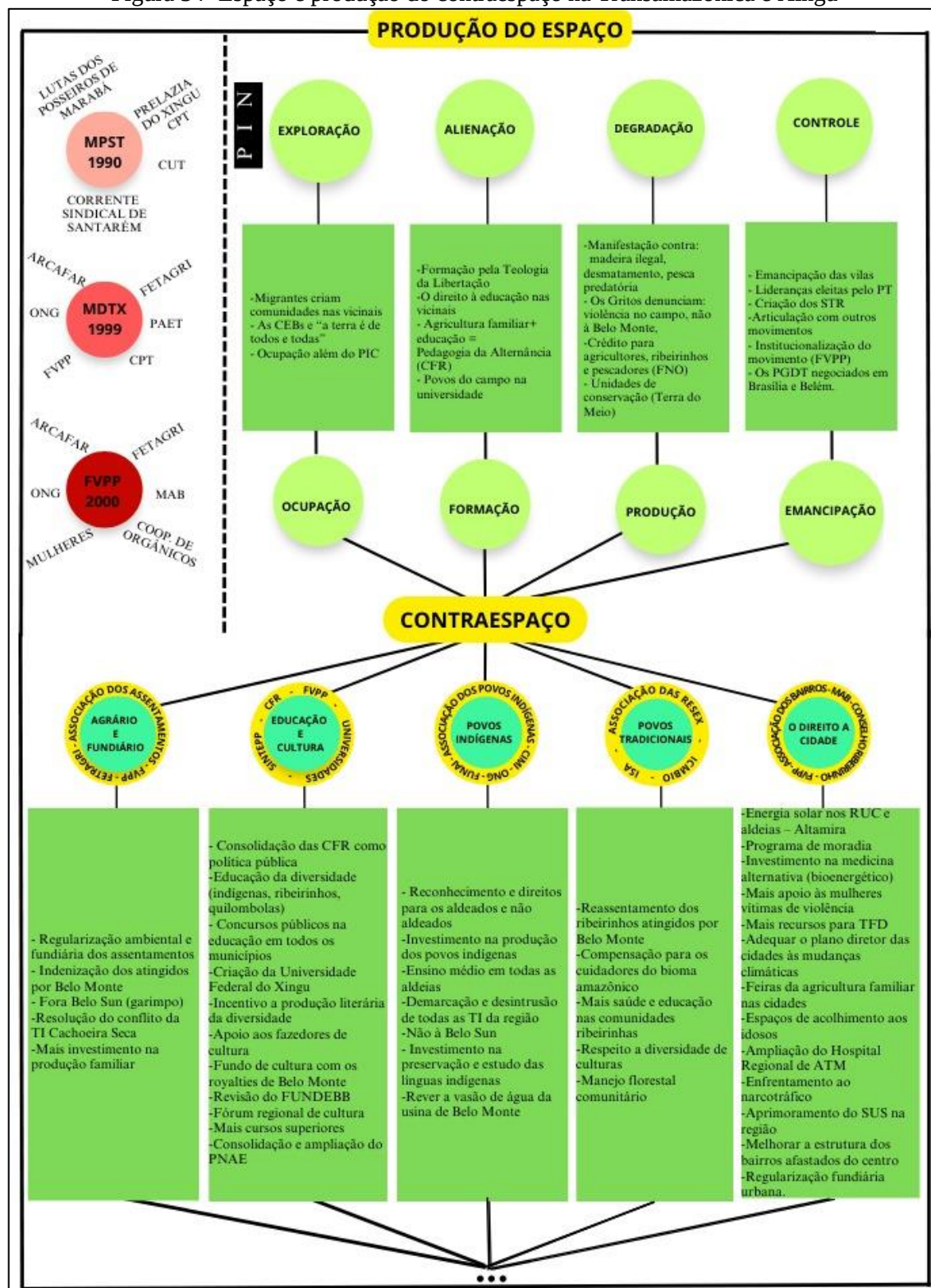
Mesmo sendo os militares do governo central do país que decidiram, escreveram, aprovaram e impuseram as normas a serem seguidas pelos migrantes no PIC, os canavieiros do PACAL e os colonos de Medicilândia foram a Brasília, em plena ditadura, acamparam no INCRA e na Esplanada dos Ministérios em busca de seus direitos. Não aceitaram o imperativo da regra: “ponha-se no seu lugar” (Moreira, 2021a, p. 206). Da mesma forma, os ribeirinhos discordaram da extração ilegal de madeira e pescado em suas comunidades, denunciaram e buscaram construir normas como os acordos de pesca e a criação da resex Verde para Sempre, em Porto de Moz. No espaço tensionado do fundo das vicinais, os grileiros, madeireiros tinham uma visão privatista sobre a terra pública que ocuparam, investiram, “chegaram primeiro.” Já os posseiros tinham a perspectiva da terra de todos, conforme aprenderam nas CEB’s. E assim o espaço concebido (Lefbvre, 2013) seguiu sendo contestado.

Todos aqueles e aquelas que ousaram discordar das definições do espaço hegemônico na Transamazônica e Xingu foram nomeados de “os contra”; ao não afirmarem a manutenção do espaço burguês (Moreira, 2021a) foram rotulados “os contra o desenvolvimento”. Mas os movimentos sociais lograram ser ouvidos e terem parte de suas proposições negociadas pelos governos mesmo diante da contrariedade de parte significativa do bloco do poder. Conforme já preconizado por Moreira (2021a), não é possível interromper os levantes do contraespaço, as cidades (e o campo) terão que conviver com eles.

Afirmamos a defesa de nossa tese de que os movimentos sociais, em especial o MPST/FVPP/MDTX, objeto desse estudo, foram/são fundamentais para a conformação do território atual da Transamazônica e Xingu, conforme ilustrado na figura 34. Ao tornar pública a situação de abandono das vicinais e assim questionar a ordem estabelecida no PIN, os migrantes construíram seus planos, sua organização regionalizada e trouxeram à tona os

conflitos. Mas buscaram desde o início o diálogo com os governos fundamentados por suas propostas e suas articulações dentro e fora da região.

Figura 34 -Espaço e produção do contraespaço na Transamazônica e Xingu



Fonte: Elaborado pela Autora, Altamira, 2023.

Ao longo dos anos, o MPST se modificou para adequar-se às mudanças que produziu com suas lutas e àquelas produzidas pelo espaço instituinte. As conquistas animaram a continuidade e o surgimento de outras frentes nesse território de lutas chamado Transamazônica e Xingu. O contraespaço segue produzindo mudanças, novas lutas e novas organizações são frutos das demandas dos sujeitos e de suas (re)existências.

No contraespaço da atualidade percebemos que muitas bandeiras de luta levantadas pelo MPST, ainda em 1990, seguem tremulando nas manifestações públicas e compondo as pautas de reivindicação da FETAGRI e FVPP, dentre essas, a regulamentação ambiental e fundiária e o fortalecimento da agricultura familiar. Isso suscita alguns questionamentos: em que medida o cumprimento parcial das proposições feitas pelos movimentos sociais nesse campo foi/é responsável pelos desafios atuais enfrentados pelas populações dos assentamentos, reservas extrativistas e terras indígenas? E ainda, considerando a crescente articulação entre os movimentos sociais do campo e das cidades em torno de bandeiras comuns como saúde, moradia e educação, como os governantes têm acolhido esses sujeitos e o novo cenário de lutas por direitos?

Outro ponto importante que desponta nesse estudo, embora não tenha sido o foco tratá-lo, é a crescente manifestação e organização dos povos indígenas aldeados e não aldeados da Bacia do Xingu, especialmente depois da construção de Belo Monte. Existem mais de 100 aldeias nesse território atingido pela barragem de Belo Monte e em cada uma delas há uma associação ou cooperativa formada por indígenas.¹²⁶ Aliada a isso, a existência, pela primeira vez na história do Brasil, de um Ministério dos Povos Indígenas, vai produzindo outras lutas e consequentemente outra conformação para o Território da Transamazônica e Xingu.

Ao final deste estudo, as reflexões aqui realizadas levam a corroborar a percepção de Gohn e Bringel (2014) de que “os movimentos sociais continuam sendo atores centrais [...] na luta por justiça social no mundo contemporâneo” (2014, p. 11). Os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu: MPST, FVPP, MDTX foco desse estudo, não são os únicos (nunca foram) a fazer a luta por direitos nessa região. Mas continuam exercendo um papel fundamental na melhoria da vida no território. Nessa produção de seus contraespaço, elaboram novas racionalidades e consequentemente novos sentidos para a vida de todos e todas.

¹²⁶ 37º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES feito pela JGP, Consultoria e Participações Ltda, em setembro de 2022.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Aggornamento Agônico - A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia *in*: LACERDA, Paula Mendes (org.). **Mobilização social na Amazônia. A “luta” por justiça e por educação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Serviços Editoriais Ltda, p. 69-108. 2014.
- ALVAREZ, Wellington de Pinho. **Amazônia de domínio da União**: expressões da ordem-desordem na exploração do potencial paisagístico na bacia do Jaurucu, baixo Rio Xingu – Pará. Tese (doutorado), UFPA, Belém, 2020.
- ANDRADE, Manuel de. **A terra e o homem no Nordeste**. Brasilense, São Paulo: 1973.
- BECKER, Bertha. **A Amazônia na estrutura espacial do Brasil**. *In*: VIEIRA, Ima Célia (org.), **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre a geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 1 / - Rio de Janeiro: Garamond, 2015. III Congresso Brasileiro de Geógrafos, AGB, Revista Brasileira, ano 36, nº 2, 1974, IBGE. Belém, 1974.
- BECKER, Bertha. **As migrações internas do Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada**. *In*: VIEIRA, Ima Célia (org.), **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre a geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 1 / - Rio de Janeiro: Garamond, 2015. Revista Brasileira de Geografia, ano XXX, nº 2, 1968.
- BECKER, Bertha. **Política regional e mobilidade da população na fronteira de recursos**. VIEIRA, Ima Célia (org.), **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre a geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 1 / - Rio de Janeiro: Garamond, 2015. Revista Brasileira de Geografia, ano 41, nº 4 1979, FIBGE.
- BENJAMIM, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. 3ª edição, Obras escolhidas, Volume I, São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1987.
- BOEING, José. **Amazônia e o modelo desenvolvimentista**: resistência e participação comunitária na Transamazônica e na BR 163 – Santarém-Cuiabá. Belém: NAEA, 2022.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz Editora LTDA, 1979.
- BRITTO, Guilherme Coelho. Prestação de serviços ambientais em unidades de produção familiar rurais no município de Pacajá - Pará – Brasil. (Dissertação de Mestrado), NEAF/UFPA/EMBRAPA. Belém, 2009.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-67.
- CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, área
- CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. O Sertão dos Taconhapé: cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista. *In*: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII –XXI). Belém: EDUFPA, 2008.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Francisco de Assis, Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *In*: **Estudos Avançados** 19 (53). Págs. 131 -156. São Paulo: 2005.

DOROTHY STANG: educação, luta e resistência popular. Produzido por Maksuel Medeiros e Reinaldo Marchesi. Altamira: Arte Comunicação Xingu, 2023. Vídeo (30 min).

explosiva. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

FALERO, Alfredo, Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade. Algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. *In*: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA ETAGRI - FETAGRI Regional Transamazônica e Xingu. **Plano Estratégico de Desenvolvimento**. Altamira, PA: 2011.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Educação do campo e desenvolvimento territorial rural**. *In*: Revista NERA, Presidente Prudente: 2011.

FIGUEIRA, Ricardo Resende. Gringo e Oneide, uma história no Araguaia. *In*: ALMEIDA Rogério; SACRAMENTO, Elias (orgs). **Luta pela Terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra**. Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.

FREIRE, Paulo. Palestra sobre alfabetização na Tanzânia, em 1971. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participativa**, São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Ata de fundação**. Altamira, Pará: 1991.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Cartilha das Propostas do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará – 2019 a 2030**. Altamira: 2019.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Grita Transamazônica!** Documento Base. Altamira: 1999.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Juventude, Educação e Desenvolvimento no Campo – Resultados e Lições**. Altamira: 2018.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Mapa dos Conflitos Agrários na Região Transamazônica e Xingu, Oeste do Pará, Amazônia Brasileira**. Altamira, Pará: 2021. ISBN 978-65-00-22365-1.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Relatório do Seminário do Futuro**. Altamira: 2023.

GIL, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**., São Paulo, SP: 2011. Revista Brasileira de Educação, v. 16 n. 47 maio-ago.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997. ISBN: 85-15-01597-8.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (org.). **Movimentos sociais na era global**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica, Marx e o capital no século XXI**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edição Loyola. 2004.

HÉBETTE, Jean. **O Movimento pela sobrevivência na Transamazônica**. Passado e futuro, glória e desafios. Contribuição ao debate lançado pela palestra de Paulo Medeiros. Altamira, 1994. (Cópia).

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO Maria Rosa. **Colonização para quem?** NAEA/UFPA, Belém, PA: 1979.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma, **A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania**: domínio da terra e estrutura social no Pará. São Paulo: Perspectiva, 1997.

HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul. (org.). **CAT, Ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, 2000.

HERRERA, José Antônio. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar paraense**. Tese (doutorado), UNICAMP, Campinas: 2012.

https://www.youtube.com/watch?v=0oIsAzL_3WI Acessado em 05 de junho de 2023.

JGP - CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. **37º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES**. Altamira: 2022.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**, 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KRÄUTLER, Erwin. “E vai compreender a nossa luta pela justiça” *in*: LACERDA, Paula Mendes (org.). **Mobilização social na Amazônia. A “luta” por justiça e por educação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Serviços Editoriais Ltda, p. 37-50. 2014.

KRÄUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. *In*: SEVÁ FILHO, Osvaldo (org.). **Tenotã-Mõ**: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005.

LEFBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Alcobendas (Madrid): Gracel Asociados, 2013.

LEROY, Jean Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia**. Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1989.

LOPES, Raquel. **O letramento selvagem**: um estudo sócio-antropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2009.

LOPES, Raquel; PARENTE, Francilene. Recomendações para a educação escolar dos ribeirinhos: entre o rio e a rua. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (orgs). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: Relatório da SBPC: [livro eletrônico], São Paulo: SBPC, 2017.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI** – Novas formas de desenvolvimento, São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LÖWY, Michel. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2ª ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

MAGALHÃES, Sônia. Mensagem de abertura. *In*: SEVÁ FILHO, Osvaldo (org.). **Tenotã-Mõ**: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos Chaves da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

- MANFREDI, Silvia. M. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escritura Editora, 1996.
- MARRE, Jacques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel: 1991.
- MARTINS, José de Sousa. **Terra de negócio e terra de trabalho**: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. São Paulo, **Cadernos CEAS**, n. 67, maio/junho, p.34-44. 1980.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. (tradução de Maria do Carmo Alves Bomfim).
- MENESES, Alcione. **Quando mudar é condição para permanecer**: a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica (Amazônia-Pará). Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Belém, 2010.
- MENESES, Alcione. **Trajetórias e redes de mediação de egressos/as dos cursos Educação do Campo e Etnodesenvolvimento**: tessituras do campesinato na Transamazônica e Xingu. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2023.
- MIRANDA NETO, José Queiroz. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana** - O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. Tese (doutorado em geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016.
- MONTEIRO, Raimunda. **Amazônia, Espaço-Estoque, a negação da vida e esperanças teimosas**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.
- MONTEIRO, Raimunda. Avelino Ribeiro: a busca da terra como liberdade. In: ALMEIDA Rogério; SACRAMENTO, Elias (orgs). **Luta pela Terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra**. Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.
- MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2021a.
- MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2021b.
- MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA. **Carta da Transamazônica**. Altamira, Pará: 1990.
- MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA. **I Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica**. Altamira, Pará: 1991.
- PADINHA, Marcel. **Grandes objetos na Amazônia**: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Tese (doutorado), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2017.
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória, verdade e justiça**: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16 n. 2, p. 225-253. 2013.

PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo. **“Ao cristão é proibido ter medo.”** A trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura militar, (1975/1985). Ananindeua: Editora Cabana, 2022.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas:** elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTICUS LATIN AMERICA, **Educação na Amazônia, experiências de pedagogia da Alternância no Amapá e no Pará.** São Paulo: Tomara! Educação e Cultura, 2022.

PORTUGAL, Sônia. **Anamã: fogo nas águas.** 1ª ed. Belém, PA: Cultural Brasil, 2017.

PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

PROJETOS DEMONSTRATIVOS DA AMAZÔNIA – PDA/MMA/SDS/PPG7 – **A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.** (Série Sistematização, VII), Brasília DF, 2006.

RIBEIRO, Hidélberto de Sousa. **Políticas Territoriais e Colonização numa Área da Amazônia Oriental.** Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016.

ROCHA, Carla Giovana Sousa. **Reprodução social e práticas socioprodutivas de agricultores familiares.** Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla Giovana Sousa (orgs). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica.** AFATRA/LAET. Belém: 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnicas e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 10ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro. In: GOHN, Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SEVÁ FILHO, Osvaldo (org). **Tenotã-Mô:** alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005.

SILVA, Tarcísio Feitosa. **A última peça do mosaico das unidades de conservação da terra do meio – Pará - Brasil:** o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2009.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* **O golpe na questão agrária brasileira:** aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, REDE DATALUTA, Presidente Prudente, SP, 2018.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* **Os outros movimentos dos movimentos socioterritoriais articulados em redes:** uma leitura sobre *convergence spaces* desde o MST e suas relações urbanas e internacionais. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SOUZA, Ana Paula. Transamazônica. As margens da rodovia as marcas da luta in: LACERDA, Paula Mendes(org.). **Mobilização social na Amazônia:** A “luta” por justiça e por educação. 1º ed. Rio de Janeiro, Serviços Editoriais Ltda., 1-366. 2014.

O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso à muitas vozes. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Belém, PA, 2006.

SOUZA, César Martins. **A estrada invisível:** memórias da Transamazônica. Tese (doutorado), UFF, Niterói, 2012.

TILLY, Charles. **Movimentos Sociais como política.** Brasília: 2010. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, p. 133- 159, janeiro/julho.

TORRES, Mauricio; ALARCON, Daniela. **Não tem essa lei no mundo, rapaz!** A Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beradeiros do alto Xingu. Altamira/PA: 2014.

TURA, Leticia Rangel. **Gritos do campo:** reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

TURRA NETO, N. **Metodologias de pesquisa para o estudo da sociabilidade juvenil.** Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2011. In: www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738. Acessado em: 14 de fevereiro de 2023.

VELÁSQUEZ, Cristina; VILLAS BOAS André; SCHWARTZMAN, Steve. **Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará.** Rio de Janeiro: RAP, 2006.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: 2009. 243 p. ISBN: 978- 85-99662-92-2. Available from Scielo Books.

VILLAS-BÔAS, André; ANDRADE, Ana Maria; POSTIGO Augusto (orgs). **Terra do Meio/Xingu:** os saberes e as práticas dos beiradeiros do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará. São Paulo: ISA, 2017.

VILLAS-BÔAS, André; RAMOS, André. **Dossiê PDRSX:** funcionamento atual e perspectiva de continuidade. São Paulo: ISA, 2018.

WAMBERGUE, Emmanuel. 3T, “Terra + Teto + Trabalho.” In: ALMEIDA Rogério; SACRAMENTO, Elias (orgs). **Luta pela Terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra.** Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.

WILKE, Maurício. **Projeto Roça Sem Queimar:** uma nova visão de manejo agroflorestal. Coordenadoria de Agroextrativismo, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF: 2004.

ANEXOS

ANEXO A - Relação dos documentos dos arquivos do movimento social da Transamazônica e Xingu, analisados para a tese:

Nº	Assunto/Tema	Descrição	Tipo	Fonte e data da pesquisa
01	As reivindicações dos migrantes da Transamazônica	Carta da Amazônia. Convidando a população a apoiar as manifestações do MPST em 1990	Documento impresso	Arquivos da FVPP Altamira – março de 2020
02	As reivindicações dos migrantes da Transamazônica	Documento I Plano Global de Desenvolvimento (PGDT), elaborado pelo MPST após um levantamento dos problemas regionais e de um acampamento de uma semana na cidade de Altamira, em 1991	Documento impresso	Arquivos da FVPP Altamira – março de 2020
03	O surgimento do MPST	Ata de criação da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) que formaliza institucionalmente o MPST	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira, março de 2021
04	Madeira ilegal	Relatório: <i>O corte predatório do mogno ameaça o futuro da Amazônia</i> 2002	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira, março de 2021
05	Violência no campo	Relatório: <i>Sangue na floresta do Xingu: grilagem de terras públicas, extração ilegal de madeira e violência contra defensores do desenvolvimento com sustentabilidade</i> , 2002. Prelazia/FVPP/CPT	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira, março de 2021
	FNO	Cartilha da Campanha de desburocratização e reforma do FNO – Projeto de Lei do deputado federal Valdir Ganzer, 1999	Documento impresso	Arquivo da FVPP, Altamira, março de 2021
06	Reservas extrativistas	Diário Oficial da União 215 09/11/2004 que criou as resex do Riozinho do Anfrísio e Verde Para Sempre	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira, março de 2021
07	Crítica aos movimentos sociais	Revista Hoje, ano II, edição 03, 2005, traz a crítica dura do empresariado e políticos de direita contra as unidades de conservação e todos os executores e defensores dessa proposição.	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira, março de 2021
08	Os movimentos suas manifestações e negociações com o governo.	Documento base do Grito da Transamazônica realizado em Altamira em 1999, contendo as proposições do conjunto do MDTX: unidades de conservação, estradas vicinais, energia, asfaltamento e outras.	Documento impresso	Arquivos da FVPP Altamira, abril de 2020
	Criação do MPST	Cartilha de mobilização após os resultados da pesquisa sobre os problemas da Transamazônica, 1991	Documento impresso	Arquivos da FVPP, Altamira, abril de 2020

09	Grito da Transamazônica	Ata de resolução da reunião realizada entre FVPP/MMA/IBAMA/SECTAM/FETAGRI estadual e regional em Altamira em 13 de agosto de 1999	Documento impresso	Arquivos da FVPP Altamira, abril de 2020
10	Os movimentos do MDTX e os impactos de Belo Monte	Selo produzido pelos correios em parceria com os movimentos de mulheres da região pelo fim da violência contra mulheres, lançado em 2014	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira março de 2021
11	Os movimentos do MDTX e os impactos de Belo Monte	Carta SOS Xingu – Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia. 25/07/2001 Carta ao presidente do Brasil- 18/02/2002 II Carta ao presidente – 10/03/2002 O desenvolvimento que queremos 29/04/2002 Carta da Volta Grande do Xingu – 10/05/2002 - Carta do MDTX ao STJ – 31/05/2002 - Carta do MDTX ao CNPE – 02/09/2002	Cartas impressas ¹²⁷	Arquivo da FVPP Altamira março de 2021
12	A imprensa e os movimentos	Recortes de jornais sobre as ações do MPST/FVPP: Correio Brasiliense 1991 Diário do Pará 1992, A Crítica 1991, O Liberal 1991, 1999, 2001	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira março de 2021
13	As resex da Terra do Meio	Portaria nº 28 de 24/01/2008 – MMA que decretou a operação “Arco de fogo” para conter o desmatamento e o corte ilegal de madeira.		
14	As resex da Terra do Meio	Contrato MERCUR e moradores das resex para compra da borracha nativa em 2011	Documento impresso	Arquivos da FVPP Altamira – abril de 2020
15	As resex da Terra do Meio	Convênio nº 130/2007 SEDH/PR, Brasília, DF, 01/12/2007 convênio feito pela FVPP para realizar ações para emissão de documentos pessoais, vacinas e formação das associações das resex	Documento impresso	Arquivo da FVPP Altamira março de 2021
16	As resex da Terra do Meio	Carta convite de celebração dos 10 anos da Resex Riozinho do Anfrísio – 11/2014	Arquivos da FVPP – Sede em Altamira	Altamira – março de 2020
17	As manifestações dos movimentos	Fotografias dos Gritos e outros eventos do MPST/FVPP	Fotografias impressas	Arquivo da FVPP Altamira – março de 2020
18	As resex da Terra do Meio.	Projeto Magistério Extrativista desenvolvido pela Faculdade de Etnodiversidade (FACETNO) para a formação de professores nas resex da Terra do Meio	Relatório impresso	Arquivos da FACETNO/UFPA Altamira – março de 2020

¹²⁷ Essas cartas estão todas como anexo no livro Tenotã-Mô – Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos na Amazônia. Organizado por Oswaldo Sevá Filho e Glenn Switkes, em 2005

19	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	Relatório da 59ª Reunião do PDRSX envolvendo a participação da sociedade civil e suas câmaras técnicas em: 10/2018	Relatório impresso	Arquivo da FVPP Altamira – março de 2020
20	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	Lista de presença das plenárias do PDRSX destacando a participação do conjunto de organizações da sociedade civil de Altamira e região	Documento impresso	Arquivos da empresa Equilíbrio, gestora do PDRSX Altamira – março de 2021
21	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	Dossiê sobre os impactos do PDRSX – 2018	Documento impresso	Arquivos da empresa Equilíbrio, gestora do PDRSX Altamira – março de 2021
22	As mudanças climáticas e os povos da Amazônia	Carta manifesto dos movimentos que participaram do evento: Amazônia, Centro do Mundo realizado em Altamira em novembro de 2019.	online	Site do Jornal El País Altamira – março de 2020
23	As proposições atuais dos movimentos do sudoeste paraense	Cartilha contendo as propostas do evento de lançamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará 2019 a 2030	Documento impresso	Arquivo FVPP Altamira fevereiro de 2019
24	Proposições FETAGRI e FVPP	Relatório do <i>Acampamento Xingu, despertar para os novos tempos</i> . Liderado pela FVPP e FETAGRI, 28 de agosto a 01 de setembro de 2011. Em Altamira.	Documento impresso	Arquivo FVPP Altamira 2021
25	Os movimentos e Belo Monte	Carta aberta do Movimento Xingu Vivo criticando a visita da presidente Dilma para inaugurar uma turbina de Belo Monte. 10/05/2016	Documento impresso	Arquivo FVPP Altamira 2021
26	50 anos da Transamazônica	Projeto Memória dos 50 anos da Transamazônica e BR 163 elaborado numa parceria entre UFPA/UNIFESSPA/UFOPA com apoio financeiro de emenda parlamentar do deputado Airton Faleiro e SECULT/Pará	Documento impresso	Arquivo FVPP Altamira 2021
27	Proposições atuais da FVPP	Documento para o governo do estado do Pará reivindicando apoio a pauta dos movimentos sociais, 2023.	Documento impresso	Arquivo FVPP Altamira 2021

ANEXO B - Participação em eventos dos movimentos da Transamazônica e Xingu e seus aliados

Nº	Assunto/Tema	Descrição	Tipo	Local/Data
01	As proposições dos movimentos para a região Transamazônica e Xingu	Conferência dos movimentos do sudoeste paraense para lançamento Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste do Pará – 2019-2030 – Liderado pela FVPP.	Evento presencial com 200 pessoas de 15 municípios	Altamira fevereiro de 2019
02	Em defesa da vida, dignidades e território	Palestra de Carlos Walter Porto-Gonçalves na aula inaugural da UNIFESSPA Marabá	Evento online	05/07/2021
03	A atuação dos movimentos durante a pandemia	Assembleia geral da FVPP e FETAGRI	Evento híbrido (presencial+online)	22/05/2021
04	20 anos da morte de Dema	Campanha de homenagens ao Dema com cartas dos companheiros de Dema, plantios de árvores, atos ecumênicos por vários municípios.	Página no facebook	Janeiro a agosto de 2021
05	A manifestação dos povos contra a destruição da Amazônia.	Conferência: Amazônia o centro do mundo, realizado no Campus da UFPA, com presença de indígenas, agricultores familiares, jornalistas e cientistas internacionais	Evento presencial em Altamira	www.socioambiental.org 17 a 19/11/2019
06	50 anos da Transamazônica	50+50 Seminário do Futuro: contar a memória e discutir o futuro dos próximos 50 anos + Festival cultural.	Evento regional presencial em Altamira	13 a 15/04/2023

ANEXO C – Relação dos entrevistados para o estudo

Nome	Descrição/Perfil	Por que veio para a Transamazônica	Relação com MPST /FVPP/MDTX	Fonte
1 - Alexandre Joaquim de Lima Maria de Fátima Bezerra Pacajá Entrevista em: 05/02/2022	Alexandre 93 anos e Fátima 69 anos. Agricultores familiares. Ele chegou do Pernambuco, em 1970, casado e com vários filhos pequenos, logo a esposa morreu de malária no parto. Casou-se com Fátima que havia chegado também com a família vindo do Ceará. Eles continuam morando no lote que receberam do INCRA na beira da rodovia, próximo da cidade de Pacajá. Ainda trabalha na roça.	Fugindo da seca e da fome. Ouviu a propaganda do governo sobre a Transamazônica e decidiu se cadastrar junto com várias famílias do Pernambuco na mesma situação. Apesar de todas as dificuldades iniciais, considera que sua vida melhorou desde que veio para o Pacajá onde teve direito a terra em um lugar que chovia todo ano.	Sócio do STTR de Pacajá sempre participou das mobilizações em prol dos agricultores no município. Hoje fica mais em casa em função da idade.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
2 -Altair Pedro Martini – Rurópolis Entrevista em: 13/04/2022	Agricultor familiar, 59 anos, Ensino médio completo, veio criança com a família em 1978, comprou lote na vicinal “Linha gaúcha”. Vários mandatos no sindicato, associações. Mora na terra que herdou da família em Rurópolis	O pai, pequeno agricultor no Rio Grande do Sul, queria uma terra maior, vendeu o que tinha em Iraí e comprou um lote de 100 hectares em Rurópolis. A terra continua até hoje com os filhos.	Participou de todas as mobilizações do MPST. Foi diretor da FVPP	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
3 - Ana Faleiro – Placas Entrevista em: 13/04/2022	Agricultura familiar, professora, 87 anos, veio com a família em 1978. Não queria, mas precisava acompanhar o marido.	Em busca de terra. Antes de vir para o Pará, já tinham migrado para o Paraná, mas era muito caro comprar uma terra boa por lá. Outros parentes gaúchos já estavam no Pará e os convidaram para vir.	Professora na Vila de Placas, participava das CEB e das mobilizações locais em prol do MPST.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
4 - Antônia Pereira Martins – Altamira	Militante dos direitos humanos, agricultura familiar, pedagoga, 60 anos. Veio com o pai e os irmãos em 1979 para o Brasil Novo. Atualmente mora em Altamira onde participa das mobilizações regionais	Em busca de uma terra a família migrou do Ceará para a região do Bico do Papagaio no Tocantins, onde trabalhava para os fazendeiros, com a morte da mãe no parto	Participou do MST desde sua criação. Faz parte da diretoria executiva da FVPP.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e

Entrevista em: 12/04/2021		por falta de cuidados médicos, migraram para o Brasil Novo, no Pará. Entraram no travessão da 15 e junto com outras famílias nordestinas, demarcaram uma terra em áreas ainda sem destinação.		ajustada com a entrevistada.
5 - Antônio Silva Lima (Tunica) Anapu Entrevista em: 07/02/2022	Agricultora familiar, moradora do PDS Esperança. Migrantes do Maranhão moraram em vários lugares no Pará, antes de chegar no Anapu em 2000. Companheira de Dorothy Stang nas lutas pela criação dos PDS e terra para todas as famílias pobres que chegavam no Anapu atrás de um pedaço de chão para plantar e sobreviver. Continua morando no PDS Esperança e participando das mobilizações pela regularização fundiária e acesso às políticas públicas.	Em busca de ter terra própria. Sempre trabalharam de empregados nas fazendas, garimpos. Com o apoio Dorothy e do STR de Anapu conseguiram uma terra no PDS, onde vivem até hoje. Uma vida melhor do que a de retirante que viveram por mais de 20 anos.	Filiada no STR e membro da associação do assentamento sempre esteve presente nas mobilizações regionais, gritos e acampamentos feitos FETAGRI e FVPP	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
6 - Antônio Alexandre de Melo e Maria Elci Alves de Melo (esposa) Medicilândia Entrevista em: 15/02/2022	Alexandre tem 84 anos e Elci 76 anos. Ambos com ensino médio completo. Vivem há 45 anos no lote que receberam do INCRA na beira da faixa, no km 95, em Medicilândia. Não eram agricultores, mas sonhavam em ser grandes usineiros como no Pernambuco onde Alexandre viveu. Mas o PACAL faliu e deixou muitas dívidas para o casal. Atualmente são produtores de cacau.	O casal veio do Ceará em 1970, para trabalhar na construção da Transamazônica. Alexandre era funcionário da Queiroz Galvão, trabalhava com terraplanagem. Elci ficou morando em Altamira até a obra do trecho de Brasil Novo até Uruará acabar, em seguida veio com os filhos para o lote onde vivem. Alexandre plantava cana para a usina PACAL.	Alexandre participou da caravana dos agricultores e canavieiros à Brasília em 1985.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
7 - Carlindo Lima da Silva, Uruará entrevista em:	Agricultor, 55 anos, formado pelo PRONERA, estudante do Curso de Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade /UFPA, faz parte dos movimentos sociais desde a juventude, iniciou na Pastoral da Juventude da Prelazia do Xingu. Mora em Uruará.	Veio do Maranhão com a família em busca de terra, em 1897, conseguiu um lote depois de ocupar com várias famílias de migrantes uma fazenda em Uruará que foi transformada em assentamento da reforma agrária.	Desde a participação na PJ ajudou a formar o MPST. Atualmente é o coordenador regional da FETAGRI Transamazônica e Xingu	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com o entrevistado.

8 - Celito Dalabrida e Iria Dalabrida – Rurópolis entrevista em: 14/04/2022	Celito 72 anos e Iria 71, agricultores familiares, católicos, recém-casados chegaram em 1971. Com um grupo de agricultores gaúchos de Tenente Portela. Vieram trazidos pelo INCRA. Vieram direto para o lote onde possuem nas proximidades da faixa, em Rurópolis.	Em busca de terra pois os pais diziam que eles deveriam ter sua própria terra. A família tinha 12 hectares. A igreja luterana de sua localidade defendia a reforma agrária estimulou os agricultores a buscarem terras e se cadastrarem no PIC da Transamazônica.	Celito fez parte da direção das organizações locais e participou do conselho deliberativo do MPST/FVPP.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
9 - Edzângela Alves Barros – Altamira – Entrevista em: 31/07/2023	Indígena da etnia Xypaia, 38 anos, nascida no território Kayapó, na aldeia Krinketum, nos altos do Rio Fresco. Atualmente é aluna da Faculdade de Etnodiversidade na UFPA. Mora em um RUC, em Altamira desde 2001. Ingressou nas mobilizações contra Belo Monte e em prol dos atingidos, a partir do MAB.	Veio com os pais em 1998, da região de São Félix do Xingu, banidos pela grilagem, em busca de sustento para a família.	Participa de lutas regionais em que a FVPP está envolvida como a criação do movimento pró moradia em Altamira.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com a entrevistada.
10 - Emmanuel Wambergue – Marabá Entrevista em: 02/02/2022	Missionário francês, 77 anos, veio para o Brasil em 1975, fundou a CPT Norte II junto Dorothy que morava na região de Conceição do Araguaia. Até os dias atuais assessora as ações da CPT.	Ajudar a equipe de pastoral no trabalho com a formação das CEBs na diocese de Conceição e apoiar a organização de agricultores familiares de Marabá.	Ajudou na criação de todas as organizações regionais FETAGRI, MST e outras que mobilizaram os Gritos junto com o MPST.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
11 – Francisca Josélia de Sousa Amorim Altamira Entrevista em: 02/02/2022	Agricultora, moradora na pioneira km 30 de Altamira à Brasil Novo. Vive no lote que herdou da família e onde nasceu. A terra está com a família desde 1966. Estudante egressa do Curso de Etnodesenvolvimento da UFPA. Atualmente trabalha com medicina do cacau a partir de sua produção.	Os pais de Josélia vieram ainda jovens do Nordeste e se casaram em Altamira. Vieram do Ceará Junto com outras famílias nordestinas que fugiam da seca e das doenças. Juntos ocuparam uma terra e formaram a primeira vila de agricultores familiares nordestinos no caminho onde mais tarde passaria a Transamazônica.	Sempre participou das CEBs onde conheceu o MPST e continua participando das atividades desenvolvidas pela FVPP.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
12 - Francisco de	Agricultor familiar, maranhense, 56 anos, morador de um assentamento que ajudou a criar e dirigente	Em busca de terra já que onde moravam no Maranhão foi demarcada como terra	Como dirigente da FETAGRI estadual	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em:

Assis Solidade Marabá Entrevista em:02/02/20 22	sindical ligado a FETAGRI. Chegou ainda adolescente com a família na Vila Santa Rita (Brejo Grande do Araguaia), em 1979. Participou da criação dos primeiros STR da região de Marabá, através das CEBs começou a organizar os agricultores das ocupações nas terras públicas, especialmente no polígono da castanha.	indígena. Ouviam a propaganda do governo federal sobre a Transamazônica. Mas tiveram que ocupar terras nos castanhais já que o PIC Transamazônica não estava mais distribuindo terras.	ajudou a organizar os gritos e outras mobilizações estaduais e regionais com o MPST.	https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
13 - Januário Carneiro da Silva – Altamira Entrevista em: 30/01/2022	Agricultor aposentado, 86 anos, mora na cidade de Altamira. Veio adolescente com a família do Piauí em 1953. Irmão de João Pezinho, migrante que ajudou os militares no assentamento dos migrantes no PIC Transamazônica Altamira I.	Os pais de Januário e João Pezinho vieram junto com outras famílias do Piauí fugindo da seca em busca de terras.	Não	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
14 - João Batista Uchoa Pereira – Altamira. Entrevista em:	53 anos, agricultor, sociólogo, técnico agrícola formado pela EFA no Espírito Santo, mora na cidade de Altamira, nasceu na região do Lago Grande em Santarém. Seus pais agricultores ainda vivem na mesma localidade. Filho de pais sindicalistas da CSLU de Santarém começou cedo nas lutas do campo.	Mudou-se para a Transamazônica em 1997 para trabalhar como monitor nas CFR. Ingressou em várias lutas regionais como a criação dos PDRSX e a implantação das CFR. Divide seu tempo entre os compromissos da FVPP e o trabalho no lote que possui no Anapu.	Desde a adolescência participa do movimento sindical de Santarém. E a partir dele conheceu o MPST e suas lutas. Atualmente é coordenador Geral da FVPP.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com o entrevistado.
15 -José Geraldo Torres da Silva - Medicilândia a	Agricultor familiar, 60 anos, veio adolescente do Espírito Santo com a família, em 1979. Ensino Fundamental completo. Deputado estadual e federal por 07 mandatos. Atualmente continua com o lote em Medicilândia e é vice-presidente do PT	Por causa da propaganda do governo e da migração para o Norte. Havia pouco investimento para os pequenos agricultores na região onde viviam. Para fugir da pressão dos fazendeiros no entorno da terra dos pais.	Um dos fundadores do MPST, de onde foi indicado para ser deputado. Desde o Espírito Santo participava da pastoral	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos

Entrevista em: 03/02/2022	nacional. Também segue articulando apoios para as ações da FVPP		da juventude e das CEBs.	
16 - José Ribamar Ripardo (Zezinho) Medicilândia Entrevista em: 12/04/2021	Agricultor familiar, 62 anos, liderança do movimento social. Veio criança do Ceará junto com a família trazidos pelo INCRA para o PIC Transamazônica. Muito cedo ingressou na pastoral da juventude das CEBs, ajudou fundar o STR de Medicilândia. Atualmente continua na agricultura em sua chácara na vicinal 23, km 75 sul, em Brasil Novo.	Em busca de uma terra para a numerosa família de nordestinos, castigados pela seca, encurralados pelo latifúndio e para fugir da sina de ser pião das fazendas. Quando o pai e os tios ouviram a propaganda do governo juntaram as famílias se cadastraram no INCRA e partiram rumo ao Norte.	Ajudou a criar o MPST e ocupou vários cargos na diretoria executiva até 2018.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com o entrevistado.
17- Júlio Barbosa Bruxelas. Entrevista em: 10/03/2023	Seringueiro, agricultor, 68 anos, morador da Resex de Xapuri no Acre. Foi vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri quando Chico Mendes era o Presidente. Quando Chico foi assassinado, assumiu o STR. Atualmente é presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).	Nasceu na Amazônia, mas é Filho de nordestinos que migraram no século XX para ser seringueiro no Acre. Nas lutas do GTA conheceu todos os estados da Amazônia.	Foi na mobilização do Encontro dos Povos Indígenas, em 1989, em Altamira que conheceu lideranças do Pará como: Paikan, Benatti do SDDH, Tuíra, Gatão e Zé Geraldo do MPST.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com o entrevistado.
18 - Luiz Gonzaga Pereira da Silva e Rosalina Pereira da Silva – Pacajá. Entrevista em: 04/02/2022	Rosalina 57 anos e Luiz Gonzaga 62, chegaram no Pacajá em 1985 depois de várias migrações desde Goiás, passando pelos garimpos, até conseguir um lote na vicinal onde o pai já estava morando com a família.	Em busca de um lugar para viver melhor e criar os filhos, depois de passar pelos garimpos e ser empregado em terras alheias, queria ter sua própria terra.	Luiz teve vários cargos no MPST/FVPP, desde sua fundação. Atualmente está afastado em função de sua saúde frágil.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos

19 - Luiz Paulo Portugal – Altamira , entrevista em: 2023	45 anos, Agricultor, agrônomo, formado pela Pedagogia da Alternância, filho de migrantes baianos, chegou na Transamazônica com a família em entrou na pastoral da juventude da Prelazia do Xingu. Mais tarde no movimento social regional como educador das CFR onde permanece até os dias atuais. Mestrando em agricultura familiar e Cacaucultura pela UFRA/UFPA. Mora em Altamira.	Chegou com a família de migrantes baianos em busca de um pedaço de chão para sustentar os filhos, em 1985, em Brasil Novo e durante uma década a família trabalhou para outros agricultores até adquirir uma terra própria em Vitória do Xingu.	Entrou na FVPP em 2007 com a tarefa de ajudar na coordenação pedagógica das CFR. Hoje faz parte da ARCAFAR Pará e da Cooperativa COOPERMAT	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com o entrevistado.
20 - Márcia Nascimento Castro, Altamira , entrevista em:2023	Professora, 44 anos, filha de agricultores, nasceu em Altamira. Faz parte de uma família de migrantes cearenses que chegaram nessa região antes da Transamazônica e se estabeleceram na região de Vitória do Xingu, nas margens do rio.	Seus avós, oriundos do Ceará, chegaram como soldados da borracha, depois seguiram trabalhando para as fazendas e mais tarde conseguiram terra nas margens do Rio Xingu, seus pais agricultores de Vitória do Xingu, atualmente moram em Altamira, depois de serem remanejados de sua terra com a construção de Belo Monte.	Chegou nos movimentos sociais pela PJ, foi dirigente do STR de Altamira. Atualmente faz parte da diretoria executiva da FVPP.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com a entrevistada.
21- Maria Felismina Alves da Silva Altamira , Entrevista em: 2023	Professora da rede pública nasceu e vive em Altamira com a família. O pai cearense foi soldado da borracha, chegou em Altamira em 1960. Participa do SINTEPP desde o início do sindicato. Foi coordenadora do Projeto Gavião (formação de professores leigos) na Transamazônica e Xingu.	Os pais vieram para Altamira na sina de migrar em busca da sobrevivência. Trabalharam com seringa, pelo do gato, pesca e os filhos foram crescendo e trabalhando para ajudar no sustento.	Participou ativamente do MPST em função do SINTEPP, especialmente quando foi coordenadora do Projeto Gavião.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com a entrevistada.
22 - Maria Francineide Ferreira dos Santos, Altamira , entrevista realizada em: 01/02/2022	Ribeirinha, moradora da Volta Grande do Xingu, liderança do Conselho Ribeirinho que reúne pescadores desterritorializados pela barragem de Belo Monte e reivindicam retorno para as margens do rio. Faz parte do movimento de mulheres de Altamira e das lutas em prol do equilíbrio climático. Atualmente mora em dos RUC de Altamira.	Nasceu nas ilhas do Xingu, em Altamira, descendente de ribeirinhos que estão nessa região desde meados século XX.	Seu contato com a FVPP se deu a partir do momento em que passou a fazer parte do Conselho Ribeirinho e fazer lutas conjunta com os agricultores da Transamazônica	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos

23 - Moacir Feiteiro – Altamira Entrevista em: 31/01/2022	Cortador de cana no interior de São Paulo, 75 anos, chegou em 1972 com a família e outros companheiros e foi para levado para o lote definido pelo INCRA no 95 sul, em Medicilândia. Atualmente está aposentado e tem uma chácara nas proximidades de Altamira.	Desejava fugir da vida dura de boia fria. O sindicato em que era filiado estimulou que se cadastrassem para o PIC Transamazônica e assim poderiam ter uma terra. Ele e outros vieram com a família transportados pelo INCRA.	Participou da criação do MPST e do Partido dos Trabalhadores da região.	Arquivo audiovisual em formato MP4. Em: https://www.youtube.com/@memoriasdatransamazonicaeb6396/videos
24 - Raquel da Silva Lopes Altamira Entrevista em: 23/03/2021	Professora da UFPA, Campus Altamira, doutora em linguagem, 44 anos. Veio para Altamira trabalhar como professora no Campus em 2000. Filha de agricultores ligados ao movimento social em São Domingos do Capim.	Raquel nasceu no nordeste paraense e veio para Altamira ainda muito jovem para ser professora universitária no campus da UFPA.	Desde que chegou sempre manteve estreita ligação com a FVPP a partir dos projetos PRONERA, Magistério extrativista e Educação do Campo/UFPA	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com a entrevistada.
25 - Tânia Sena, Mariene Gomes Silva, José Adelson Silva, Ana Miléo Moreira e Antônia Pereira Martins Altamira Entrevista em: 23/03/2023	Roda de conversa sobre a participação dessas lideranças dos movimentos sociais urbanos de Altamira, sobre a participação deles no MPST e nas lutas regionais. Uma avaliação coletiva e aberta sobre as conquistas significativas do MPST/FVPP. Todos têm formação superior e com exceção de Tânia que é enfermeira, atuam na educação, nos movimentos e lutas em prol das mulheres, crianças e adolescentes. Todos participam de conselhos de controle social de políticas públicas.	Todos chegaram na região ainda criança acompanhando os pais que decidiram buscar um pedaço de chão no PIC Transamazônica. Exceto a família de Tânia que veio de Minas Gerais, os demais vieram do Nordeste. Todos são trabalhadores urbanos e fazem parte da primeira geração de suas famílias que saíram da agricultura.	Todos participaram da criação do MPST e ocuparam cargos em alguns momentos. Todos seguem participando das mobilizações da FVPP.	Entrevista gravada seguindo um roteiro de perguntas, transcrita e ajustada com a entrevistada.

ANEXO D – Cartilha do MPST sobre a mobilização regional na Transamazônica, 1991

O QUE A REGIÃO PRODUZ ?

Além da agricultura e subsistência, a região produz anualmente :

- * 25 mil toneladas de cacau
- * 9 mil toneladas de café
- * 14 mil toneladas de pimenta do reino
- * 6 toneladas de ouro
- * 92 Indústrias Madeiras
- * 250 mil toneladas de cana de açúcar
- * 400 mil cabeças de gado

AS ORGANIZAÇÕES

Na medida em que o Projeto apresentou sintomas negativos, dos mais variados tipos, deu-se início e fortalecimento às organizações: pastorais, CPT, STRs, SINTEPs, CIMI, Associações e movimentos.

O fato dessas organizações trabalharem um tanto desarticuladas, não tiveram força suficiente para cobrar do governo a recuperação do projeto de colonização da Transamazônica.

AS PREFEITURAS ESTÃO A SERVIÇO DAS POLÍTICAS OFICIAIS !

Estão contribuindo com o êxodo rural, quando - investem maior parte dos recursos para áreas urbanas.

Com o programa "SOS Transamazônica" os prefeitos estão se escondendo para não assumirem as obras nos Municípios.

Com a miséria e vinda do povo para as vilas, as Prefeituras aumentam seu poder de dominação ideológica, pois com obras eleitoreiras iludem o povo.

As Prefeituras tem demonstrado que ao invés de juntarem-se ao Movimento farão tudo para abafá-lo, roubando nossas bandeiras e estão comentando sobre a ida de uma caravana à Brasília.

QUESTIONAMENTOS :

O que as Prefeituras estão fazendo resolve a nossa situação ? Como devemos agir para que o governo realize a reconstrução do Projeto da Transamazônica

QUAL O FUTURO DA TRANSAMAZÔNICA ?

Os projetos dos setores capitalistas mais atrasados, vem explorando as riquezas da região desordenadamente, com grandes prejuízos ambientais, irracionalidades e desperdícios na utilização econômica dos recursos. Esses projetos - são conhecidos como prejudiciais aos pequenos e médios produtores, portanto não se apresentam - como alternativa para o desenvolvimento da nossa região.

O governo e o grande capital pensa em implantar a modernização da agricultura, através das chamadas empresas modernas que trabalham - com máquinas e não mão de obra assalariada. Pensa em implantar também as agro-indústrias e integrá-las a uma forma mais moderna de exploração do pequeno agricultor.

Temos como exemplo a região das estradas, onde as empresas rurais como a DUCOCO; DEMPACA - (Dende do Pará) e INDUPARA:



O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NÃO PODE DESTRUIR INDISCRIMINADAMENTE A NATUREZA NEM O HOMEM !

ANEXO E – I Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica, 1991**APRESENTAÇÃO**

Este Projeto é resultado de um amplo processo de debate e elaboração. Seu objetivo foi alcançado, quando discutido e aprofundado, no acampamento realizado em Altamira de 30 de abril a 7 de junho de 1991, incorporando outras reivindicações propostas pelos movimentos populares, sindicatos, associações, cooperativas, sociedade civil da região e órgãos ligados aos temas: agricultura e Meio Ambiente, Questão Agrária e Fundiária, Saúde, Educação, Urbanização, Estradas, Energia e Crédito Bancário.

As propostas apresentadas compõem o Projeto de Desenvolvimento Alternativo para a região da Transamazônica, no trecho Repartimento/Itaituba, tendo em vista o abandono da Colonização da Transamazônica.

4 - SUB - P R O J E T O S

4 . 1 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Estimular experiências agro-ambientais de plantios consorciados, levando a diversificação da produção em harmoni com o meio ambiente;
- * Combater o preconceito e discriminação que de diversas formas vem se manifestando contra a pequena produção, dentro de órgãos governamentais, grupos ecológicos e outros setores da sociedade, acusando-a de depredadora da natureza;
- * Promover uma sólida aliança entre produtores, pescadores artesanais, ribeirinhos, seringueiros e índios, para resistir ao grande capital, garantindo a nossa sobrevivência, pois consideramos que todos juntos somos povos da floresta.

4.1.1 - MEIO AMBIENTE

O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica expressa sua determinação para desenvolver um trabalho educativo amplo e conciliando produção agrícola e preservação ambiental.

Esse processo implica uma articulação de organizações representativas dos trabalhadores e dos produtores rurais, junto com as prefeituras e os órgãos ligados ao setor agrícola para alcançar um desenvolvimento rural socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente adaptado.

Para isso o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica propõe um conjunto de ações diversificadas e articuladas em colaboração com setores da sociedade civil, dos poderes constituídos e órgãos do Estado.

1 . Conscientização sobre queimadas, desmatamento, pesca predatória, bem como, sobre a necessidade da área específica (nascentes, morros...), as escolas, os sindicatos, associações e cooperativas deverão ser incentivadas e auxiliadas na divulgação dessa nova consciência.

2 . Extensão aos produtores rurais de informações e orientações quanto ao aproveitamento racional da propriedade através do zoneamento agro-ecológico.

2.1 . Valorizar-se-a o conhecimento e experiência dos próprios produtores como os trabalhos de pesquisa já realizados.

2.2 . Os órgãos de assistência competentes propiciarão para os agricultores a divulgação adaptada desses estudos científicos.

3 . Em relação aos pedidos de financiamentos e considerando os altos custos acarretados por mini e pequenos produtores o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica solicita ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA :

3.1 . Isenção de taxa de desmatamento para propriedades de até um módulo fiscal do município (cerca de 100 hectares na Transamazônica).

3.2 . Que as vantagens garantidas para as propriedades de 50 hectares sejam estendidas para as propriedades de 100 hectares.

3.3 . Prazo de três a seis meses para que o produtor possa providenciar a verbação via cartório. Os termos de compromisso junto ao IBAMA servirá de documento para agência financiadora liberar recursos.

3.4 . Que os lotes de 100 hectares sejam isentos de taxas de averbação.

3.5 . Liberação de moto-serras para pequenos produtores, mediante

credencial emitida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas. Essas moto-serras serão autorizadas de acordo com o termo de compromisso em que o usuário deve se comprometer em utilizá-la para necessidades familiares. Para esses casos deve haver isenção de taxas.

4 . Que o IBAMA analise a inclusão das culturas como cacau e seringa na relação de espécies consideradas como reflorestamento.

5 . Que a Secretaria de Estado de Agricultura/PA-SAGRI, produza essências florestais para a distribuição aos mini e pequenos produtores visando o reflorestamento de áreas degradadas.

4.1.2 - AGRICULTURA

Propostas :

1 . Que os órgãos existentes ligados à agricultura, desenvolvam um trabalho efetivo de integração institucional, como forma viável de ampliar e melhorar a assistência aos produtores rurais da Região, especialmente o mini e o pequeno produtores.

2 . Que a Secretaria Estadual de Agricultura seja fortalecida tendo em vista a realização e efetivação do fomento agrícola de forma integral em cada município, como meio de fixar o produtor na agricultura.

3 . Que seja criado e estruturado um núcleo de pesquisa agropecuário e agro-ambiental, com o objetivo básico de gerar novas tecnologias adaptadas a pequenas produções, dando-se enfoque a diversificação de cultivo em regime de consórcios, mediante a utilização de espécies de reconhecido valor econômico.

4 . Que sejam implantadas e estruturadas Secretarias de Agricultura nos municípios bem como os Conselhos de Desenvolvimento da agricultura, que terão a competência de apoiar e coordenar o setor agrícola através de um plano diretor previamente estabelecido.

5 . Que seja criado em cada município, um horto florestal e um campo de produção de sementes melhoradas, a fim de proporcionar aos pequenos produtores acesso a materiais botânicos potencialmente produtivos.

6 . Que os governos estadual e federal, forneçam subsídios para a aquisição de estrutura necessária à Região.

7 . Que sejam criados entrepostos de venda, com a finalidade de proporcionar abertura de mercado em outros centros.

8 . Que a comercialização da produção dos pequenos produtores seja garantida através de financiamento específico para este fim, mediante o gerenciamento por parte das associações e cooperativas que representam a classe.

9 . Que o Banco do Estado do Pará - BANPARA abra uma linha de financiamento específico para pequena produção, com especial atenção para associações e cooperativas de pequenos produtores.

10. Que seja aberta uma linha de crédito especial para o custeio das lavouras de cacau que estão em fase de produção.

11. Que o Departamento Nacional de Cooperativismo - DENACOP, libere verbas para duzentas famílias, ainda neste ano agrícola, visando o desenvolvimento dos plantios consorciados nos municípios de Pacajá, Altamira, Senador José Porfírio, Medicilândia, Uruará e Rurópolis, através das Cooperativas e Associações de pequenos produtores, apresentados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

12. Que o governo federal, através do Ministério da Agricultura repasse em forma de doação os armazéns da Companhia Nacional de Armazenamento - CNA, para as Cooperativas e Associações de Produtores.

13. Que os recursos destinados para a agricultura nos municípios sejam aplicados com a participação dos Conselhos de Desenvolvimento da Agricultura a serem criados, formados por Sindicatos, Associações e Cooperativas, Secretarias Municipais e Órgãos ligados ao setor, com representação proporcional entre agricultores e Órgãos Governamentais.

14. Que as prefeituras destinem recursos para agricultura, em níveis nunca inferiores a 10% (dez por cento) do Fundo de Participação dos Municípios.

15. Que a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará desenvolva seu trabalho de aplicação de recursos com a participação do Conselho Regional formado por representantes das Prefeituras, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações das Cooperativas e dos órgãos governamentais ligados a agricultura.

16. Que as políticas Agrícolas sejam formuladas com a participação e efetiva dos segmentos que representam a pequena produção.

17. Que a Secretaria de Agricultura do Estado, em conjunto com as Universidades e Órgãos ligados ao Setor Agrícola, desenvolvam estudos e pesquisas de mercado a nível nacional e internacional com o principal objetivo de propiciar acesso de pequenos produtores a essas informações, através de suas organizações representativas.

18. Que o Governo Estadual e Federal proporcionem aos órgãos que prestam assistência técnica e extensão rural, meios e instrumentos adequados e suficientes, com o objetivo básico de tornar eficiente a assistência aos pequenos produtores da Região.

19. Que as pesquisas da Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária sejam dirigidas ao pequeno e médio produtor rural e que sua aplicação seja supervisionada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associações de pequenos produtores e Cooperativas.

4.2 - QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Garantir o acesso e posse definitiva dos agricultores às áreas em que já estão trabalhando.
- * Regularizar a situação fundiária dos lotes da Região.
- * Evitar conflitos pela posse da terra na Região.
- * Solucionar os conflitos já existentes na Região entre índios, posseiros e madeireiras.

Propostas :

1. Que os lotes de 100 hectares não paguem impostos de tipo algum ao governo ou a qualquer órgão ou instituição e que a documentação necessária seja feita gratuitamente pelos órgãos responsáveis.
2. Que a documentação das terras de 100 a 500 hectares seja enviada para os sindicatos de Trabalhadores Rurais e que seja proibida a distribuição de documento de terras por políticos partidários e candidatos.
3. Que os lotes acima de 500 hectares sejam representados pelos Sindicatos Rurais.
4. Que a regularização das antigas áreas em conflitos entre índios e agricultores seja uma das prioridades para qualquer encaminhamento com

a participação das partes envolvidas bem como das entidades que os representam.

I - AO INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

- a) Completar a expedição de títulos de terras aos colonos assentados na faixa de colonização.
- b) Concluir os trabalhos de regularização fundiária nas áreas fora da colonização e inseridas dentro do polígono.
- c) Concluir as vistorias nas glebas de 3 000 hectares visando o cancelamento ou desapropriação dos seus registros imobiliários e os levantamentos ocupacional das mesmas, após o cancelamento, destiná-las aos seus atuais ocupantes, obedecido o módulo da Região.
- d) Que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA conclua o assentamento da Gleba Surubim localizada no Município de Medicilândia e o assentamento da Gleba Tuerê localizada nos Municípios de Pacajá e Tucuruí.

II- AO ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

- a) Concretizar a reversione ao patrimônio fundiário do Estado das terras que anteriormente estavam sob a jurisdição da União que com a revogação do decreto-lei 1 164 passaram para o Estado.
- b) Trabalhar tais áreas, para conhecê-las e destiná-las.
- c) Estudar de comum acordo com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região a possibilidade de criação dos projetos de assentamentos extrativistas, nas glebas que retornaram para o Estado, se, na realidade for sua vocação.

III- AO GOVERNO DO ESTADO

- a) Assumir o compromisso de não permitir que o Instituto de Terras do Pará - ITERPA adote o instrumento de alienação de terras públicas, como o mais indicado para dar destinação às áreas que, localizadas nesta Região voltaram ao patrimônio estadual, formados em polos produtores de significativa importância para a economia nacional.

4.3 - SAÚDE

INTRODUÇÃO

O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, representado pelos núcleos comunitários ao longo da rodovia, pressionados pelo abandono aqui vem sendo relegada a Região, elaborou um elenco de propostas surgidas das mais legítimas aspirações que representam as necessidades reais e presentes de um povo marginalizado pela assistência governamental.

Estas propostas são a essência de um longo período de sofrimento coletivo, de dramas individuais revoltantes daqueles que vêem seus familiares morrerem a míngua ao longo das vicinais, privados da mínima assistência digna de um ser humano. Surgiram das reivindicações de cada indivíduo que vem participando com o seu próprio suor e sangue do progresso e integração desta Região do país.

Assim, esperamos e vamos lutar arduamente pela efetivação da proposta aguardando a ação dos órgãos governamentais e a participação po -

sitiva daqueles que foram eleitos para representar a Região junto aos governantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Criar condições para execução de programas de saúde preventiva e educação sanitária integradas no Sistema Regional de Saúde Pública.
- * Recuperar e ampliar a rede física de saúde pública da Região e contratar profissionais de diversas especializações proposta neste projeto.
- * Garantir o acesso e a qualidade de atendimento e tratamento de saúde pública à Região através da capacitação.

Propostas :

1 . Capacitação e Formação

- 1.1 - Curso de Capacitação para 100 (cem) agentes de saúde, objetivando capacitar pessoas em número suficiente para trabalhar nos postos de saúde das comunidades.
- 1.2 - A seleção de candidatos será feita em reuniões por municípios com as comunidades envolvidas nas quais serão discutidos os critérios de participação.
- 1.3 - A operacionalização desses cursos se dará da seguinte forma:
 - a) Recursos humanos - Universidades (já temos contatos com a UFPA, UFRJ, UERJ, USP e FNS) .
 - b) Recursos materiais e financeiros - Convênios entre os governos, municipal, estadual e federal.
- 1.4 - Formação de 50 (cinquenta) auxiliares de enfermagem, a nível de 2º grau, objetivando formar auxiliares de enfermagem em número suficiente para atender nos hospitais e postos médicos já existentes e demais a serem construídos nos municípios da Região.
- 1.5 - A seleção de candidatos se dará pela mesma forma proposta no item 1.2 .
- 1.6 - A organização das turmas se dará nos municípios que contam com estrutura e aparelhamento para estes cursos.
- 1.7 - A operacionalização destes cursos se dará da seguinte forma:
 - a) Recursos humanos - Universidades (já temos contatos com UFPA, UFRJ, UERJ, FNS e USP), instituições docentes na área de enfermagem.
 - b) Recursos financeiros e materiais - Convênios entre os governos municipal, estadual e federal.

2 . Centro de Formação de Recursos Humanos

Propõem-se a criação do Centro de Formação de Recursos Humanos que em uma estrutura mais ampla envolveria também a prestação de serviços à saúde da população compreendendo o seguinte:

- 2.1 - Construção de um hospital de base localizado em Altamira, pres

tando assistência à toda Região, do Repartimento a Rurópolis, funcionando como estrutura de ensino em convênio com as Universidades regionais ou de outros Estados e Fundação Nacional da Saúde - FNS, como forma de interiorização dos profissionais de saúde de nível superior e formação de técnicos de nível médio indispensáveis ao funcionamento da estrutura em toda Região.

- 2.2 - Além dos técnicos necessários ao funcionamento da estrutura de saúde, deverão ser treinados elementos para ministrarem educação continuada em saúde.
- 2.3 - As ações de saúde preventivas deverão ser enfatizadas através da educação continuada e atuações na área de saneamento básico
- 2.4 - A união entre as áreas de saúde, saneamento e meio ambiente com a de educação deverá ser proporcionada para planejamento e educação continuada dos projetos.

2.5 - Instalação de postos de instituto nacional seguridade social-INSS

OBSERVAÇÃO

É elevado o número de inválidos, aposentados e doentes impossibilitados de trabalhar para seu sustento que encontram-se impedidos de receberem os proventos a que fazem jus do governo, simplesmente por não terem acesso aos órgãos de encaminhamento e perícia que os autorizem.

- a) Solicitamos a instalação de uma agência regional do Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS em Altamira com peritos contratados, e postos nas principais cidades dos municípios da Região.
- b) Participação das comunidades na elaboração e supervisão da aplicação de política de saúde (Municipalização do Sistema Único de Saúde - SUS) .
- c) Propõem-se a orientação necessária (roteiro detalhado) a cada prefeitura para preenchimento dos pré-requisitos e elaboração do convênio de municipalização dos recursos de Sistema Único de Saúde - SUS .
- d) As comunidades deverão ter participação ativa na política de saúde através de representantes de sindicatos e associações legalmente constituídas, nos Conselhos Municipais de Saúde em número proporcional entre órgãos executores e usuários do sistema.

3 . Construção e Ampliação da Rede Física

A nível de municípios da Transamazônica, encontramos uma rede física insuficiente, inadequada, pessimamente aparelhada, sem recursos humanos e quando não desativada, que subsidia a crônica falta de recursos , deixando as populações principalmente rurais, desassistidas de assistência médica.

As enormes distâncias que separam as comunidades dos locais de atendimento, obrigam uma estruturação da rede física mesmo que para um pequeno conjunto de habitantes, de tal forma que o acesso ao atendimento em saúde seja garantido. À primeira vista pode dar entender um super dimensionamento, no entanto representa uma forma de distribuir a rede física onde ela é realmente necessária.

Durante as reuniões plenárias foram levantadas as propostas a nível de município, considerando Altamira como polo centralizador dos serviços mais especializados, cabendo a cada localidade os atendimentos primários, ficando definidas as propostas abaixo relacionadas :

- 3.1 - Construção de Estações de Tratamento de Água em todos os municípios da Região.

3.2 - URUARA

: Construir:

Uma unidade mista de 50 (cinquenta) leitos (ampliando o que existe que é de 15 leitos).

Seis postos de saúde com a seguinte distribuição:

- 1 no km 140
- 1 no km 165
- 1 no km 190
- 1 no km 195
- 1 no km 213
- 1 no km 224

: Concluir :

Um posto de saúde no km 185/vicinal sul.

: Reativar:

Postos de saúde atualmente fechados.

3.3 - PLACAS

: Construir:

- 1 centro de saúde no Centro Urbano
- 1 posto de saúde no km 200
- 1 posto de saúde no km 221

3.4 - PACAJÁ

: Construir:

- 1 unidade mista de 50 (cinquenta) leitos na zona urbana
- 3 centros de saúde - Maracajã
 - Anapu
 - Bom Jardim
- 2 postos de saúde no Projeto Tuerê
- 1 posto de saúde na Vila São Vicente
- 1 posto de saúde no km 238
- 1 posto de saúde no km 260 - Aratau
- 1 posto de saúde no km 345 - Vila Nazaré

3.5 - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

: Construir:

Um centro de saúde em Belo Monte com laboratório de análises clínicas e oficinas de saneamento básico

Oito postos de saúde sendo:

- 1 no km 23
- 1 no km 27
- 1 no km 32
- 1 no km 40
- 1 no km 50 - Vicinal do CENEC
- 1 no km 105
- 1 na comunidade Babaquara
- 1 na comunidade Assurini

: Reativar:

- 1 centro de saúde
- 2 postos de saúde

3.6 - BRASIL NOVO

: Construir:

- 1 unidade mista de 20 (vinte) leitos
- 11 postos de saúde - sendo que 05 (cinco) segundo opadrão da FNS e adaptados às características locais:
- Construções nas seguintes vicinais assim distribuídos :
- 1 na vicinal 10/12
- 1 na vicinal 12/14
- 1 na vicinal 14/16
- 1 na vicinal 16/18
- 2 na vicinal 18/20
- 1 na vicinal 17/19
- 1 na vicinal 15/17
- 2 na vicinal 13/15
- 1 na vicinal 11/13
- 1 na vicinal 09/11

3.7 - MEDICILÂNDIA

: Construir:

- 1 unidade mista de 20 (vinte) leitos (conclusão da U.M local)
- 11 postos de saúde distribuídos racionalmente dos dois lados da rodovia nas comunidades com maior contingente de população
- 1 na Transamazônica BR 230 - KM 112
- 1 na vicinal : 70 NORTE - 20/22
- 1 na vicinal : 75 NORTE - 22/24
- 1 na vicinal : 80 NORTE - 24/26
- 1 na vicinal : 85 NORTE - 26/28
- 1 na vicinal : 90 NORTE - 28/30
- 1 na vicinal : 75 SUL - 21/23
- 1 na vicinal : 80 SUL - 23/25
- 1 na vicinal : 85 SUL - 25/27
- 1 na vicinal : 95 SUL - 29/31
- 1 no KM 130 : NORTE

3.8 - RURÓPOLIS

: Construir:

- 1 unidade mista de 50 (cinquenta) leitos (partindo da U.M de 15 leitos existente)
- 2 centros de saúde nos Km 85 e 164 da Cuiabá/Santarém
- 1 centro de saúde no Km 300 Altamira/Itaituba
- 1 posto de saúde no Km 45 Itaituba/Rurópolis
- 1 posto de saúde no Km 115 Altamira/Rurópolis
- 1 posto de saúde no Km 189 Altamira/Rurópolis
- 1 posto de saúde no Km 197 Itaituba/Altamira
- 1 posto de saúde na Comunidade do Leitoso
- 1 posto de saúde no Km 310 Comunidade Flor da Selva.

: Reativar:

- 1 posto de saúde no Km 70
- 1 posto de saúde no Km 75

3.9 - ALTAMIRA

: Construir:

- 1 Hospital de Base
- 1 Unidade Mista de 15 leitos em Castelo de Sonhos
- 3 Centros de Saúde, sendo : 1 no Bairro Alto da Colina
- 1 no Bairro do Mutirão
- 1 no Bairro da Liberdade
- 8 postos de saúde nas vicinais, assim distribuídos:
- 1 na vicinal 8/10 (fundos)
- 1 na vicinal 6/8 (fundos)

- 1 na vicinal 7/9
- 1 na vicinal 4/6
- 1 no ramal da Cama de Vara
- 1 no ramal do Tatejuba
- 1 na Agravila Carlos Pena Filho
- 1 na vicinal 5/7

: Adquirir:

- Barco para atendimento médico e odontológico nas comunidades ribeirinhas
- Voadeiras adaptadas para transporte de pacientes em estado grave, pelo rio
- Funcionamento do Posto de Saúde do Ramal São Francisco que vai funcionar nas instalações da Escola.
- Unidade da FNS para Pronto Socorro/ambulatório Central
- Posto da Princesa do Xingu para Centro de Saúde.

: Ativar:

- Com a equipagem necessária o Laboratório Municipal capacitando-o ao exame preventivo do câncer

3.10- VITÓRIA DO XINGU

Transformar a Unidade existente em Centro de Saúde com atendimento médico e odontológico

3.11- REPARTIMENTO

: Construir:

- 1 Unidade Mista em Repartimento com 50 (cinquente) leitos
- 1 Centro de Saúde

OBSERVAÇÃO:

Para a efetividade da rede proposta nos municípios, faz-se necessário uma estrutura complementar que compreende o seguinte:

- Ampliação do programa de distribuição de alimentos às gestantes e crianças;
- Veículos de transportes para unidade de maior complexidade localizados naqueles pontos de maior confluência de populações;
- Serviço complementar, em todos os municípios, de exames de laboratórios e radiologia;
- Suprimentos adequados e constantes de material técnico e medicamento para todas as unidades;
- Serviço de atendimento odontológico nos entros de saúde e atendimento volante periódico, nos postos de saúde nas zonas rurais;
- Capacitação dos recursos humanos para ministrar educação e saúde para as comunidades.
- Serviço de atendimento médico periódico nos postos de saúde, como complementação do atendimento básico;
- Implantação de infraestrutura de saneamento básico, em todos os municípios, como forma de eliminar as causas das doenças mais comuns na Região;
- Construção de Estação de Tratamento de lixo urbano e de um insinerador de lixo hospitalar nos grandes centros e
- Implantação efetiva dos postos da SUCAN nas sedes dos municípios da região.

4 . Saneamento Básico

Em virtude da total falta de estrutura sanitária dos principais agrupamentos da região e devido a necessidade natural sobrelevada pelo risco da epidemia da cólera, é de suma importância que se agilize as ações de saneamento básico, principalmente nos setores de abastecimento de água, limpeza urbana e destino adequado de lixo, dejetos e esgotos sanitários.

Devido os altos custos e delatados prozoz para planejamento e execução a viabilidade esta estruturação, é discutível nos moldes clássicos Assim propõem-se as seguintes alternativas a curto prazo que futuramen -

te poderão ser incorporadas a um projeto definitivo.

- 4.1 - Minidistribuidoras de água nos bairros periféricos, através de poços artesianos (profundos ou semi-artesianos) e rede de distribuição a núcleos comunitários reduzidos (dentro da capacidade de cada poço).
- 4.2 - Sumidouros coletivos com canalização para evacuação da água domiciliar
- 4.3 - Construção de fossa absorventes domiciliares (com apoio das oficinas de saneamento).
- 4.4 - Aquisição de caminhões limpa-fossas que levarão os dejetos dos sumidouros coletivos e fossas domiciliares para bio-digestores (produção de bio-gás e adubos orgânicos).
- 4.5 - Implantação de núcleos de produção para meninos de rua, com os produtos dos bio-digestores e usina de beneficiamento de lixo e gestura de coleta urbana.
- 4.6 - Resgatar e incentivar a população o uso dos recursos naturais existentes na Região para tratamento e prevenção de doenças
- 4.7 - Contratação de profissionais:
 - * Contratação de pelo menos um odontólogo para cada município;
 - * Dois clínicos gerais para cada município;
 - * Duas pessoas para cada município com curso de esfermagem;
 - * Contratação de médicos especialistas : ginecologista, otorinolaringologista, urologista, pediatra, cardiologista, oftalmologista, neurologista, etc... para trabalhar no hospital de base de Altamira.

4.4 - EDUCAÇÃO

1. Capacitação de Professores Leigos

- 1.1 - OBJETIVO : Melhorar a qualidade de ensino básico nas escolas de 1ª a 4ª séries dos municípios da Região, a partir da capacitação de 420 professores leigos.
- 1.2 - CRONOGRAMA PROPOSTO :

- 1º MÓDULO - Janeiro e fevereiro de 1992 - Desenvolvimento das disciplinas constantes do currículo da 5ª série e metodologia do ensino de 1º grau.
- 2º MÓDULO - Julho e agosto de 1992 - Desenvolvimento das disciplinas de 6ª e 7ª séries envolvendo atividades de extensão com metodologia de ensino de 1º grau (ensino fundamental).
- 3º MÓDULO - Janeiro e Fevereiro de 1993 - Desenvolvimento das disciplinas da 8ª série, com atividades de extensão, envolvendo fundamentos da educação a partir de vivências dos alunos em sala de aula.

1.3 - SELEÇÃO DOS ALUNOS :

A inscrição dos alunos será feita nomês de novembro em todos os municípios da Região abrangida, definindo para qual município o candidato deve ir.

1.4 - ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS :

As turmas serão organizadas da seguinte forma nos municípios

Rurópolis - 4 turmas com 30 alunos cada -	120
Medicilândia - 2 turmas com 30 alunos cada -	60
Pacajá - 3 turmas com 30 alunos cada -	90
Vitória - 1 turma com 30 alunos -	30
Placas - 2 turmas com 30 alunos -	60
Senador J. Porfírio - 1 turma com 30 alunos -	30

Brasil Novo - 1 turma com 30 alunos 30
TOTAL - 420

OBSERVAÇÕES :

- * A partir de 1993 a 1995 deverão ser organizadas novas turmas para o mesmo Curso em Uruará e Pacajá;
- * O orçamento do Curso será feito junto às Instituições que assumirem o Curso;
- * Viabilização e execução do Sub-projeto : SEMEDs, Universidades (UFPA, UFRJ, UERJ, USP) e SINTEPP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.

2 . Formação de Professores a Nível de 2º Grau - MAGISTÉRIO

2.1 - OBJETIVO : Possibilitar a capacitação técnica de 270 professores no trecho de Pacajá a Rurópolis.

2.2 - CRONOGRAMA PROPOSTO :

1º MÓDULO - Janeiro e Fevereiro de 1992
2º MÓDULO - Julho de 1992
3º MÓDULO - Janeiro e Fevereiro de 1993
4º MÓDULO - Julho de 1993

2.3 - SELEÇÃO DOS ALUNOS :

A inscrição dos alunos será feita no mês de novembro/91 onde deverão apresentar os comprovantes de conclusão do 1º grau.

2.4 - ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS ;

Serão organizadas nove turmas, nas seguintes proporções :

Rurópolis - 1 turma com 30 alunos	30
Uruará - 3 turmas com 30 alunos	90
Altamira - 2 turmas com 30 alunos	60
Centro Nazaré - 1 turma com 30 alunos	30
Pacajá - 2 turmas com 30 alunos	60
TOTAL -	270

A operacionalização e o plano de curso serão feitos pelas Instituições que assumirem o Curso, com a participação da Coordenação do projeto a nível local.

Viabilização e execução do sub-projeto : SEDUC, SEMECs, Universidades (UFPA, UFRJ, UERJ, USP) e SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.

OBSERVAÇÕES :

- * Abrir novos cursos de magistério de 1993 a 1996 com 200 vagas;
- * O orçamento do curso será feito junto com as Instituições que o assumirem;
- * Em Uruará o início do primeiro módulo deverá iniciar em julho/91.

3 . Capacitação de Monitores para Alfabetização Popular de Adultos

- 3.1 - OBJETIVOS :- Capacitar 160 monitores para desenvolver um programa de alfabetização de adultos na Transamazônica, visando reverter o alto índice de analfabetos da Região.
- Possibilitar aos monitores competência técnica e

visão crítica da realidade para desenvolver eficazmente um programa de alfabetização.

3.2 - ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS :

Os cursos de capacitação de monitores de alfabetização serão implantados nas sedes dos municípios, que participarão na seguinte proporção :

Rurópolis	-	20 monitores
Placas	-	20 monitores
Uruará	-	20 monitores
Medicilândia	-	20 monitores
Brasil Novo	-	20 monitores
Altamira	-	30 monitores
Vitória	-	20 monitores
S.J. Porfírio	-	20 monitores
Pacajá	-	20 monitores

3.3 - SELEÇÃO DOS MONITORES :

Deve ser feita discussão por local com as direções das Instituições da Região, sobre a problemática do analfabetismo (sindicatos urbanos e rurais, Igrejas, Pastorais, Escolas, SEMECs, SEDUC, UFPA, Associações e Cooperativas) que deverão reproduzir a discussão no seio das categorias representadas e apontar nome dos participantes aos cursos de capacitação dos monitores para formar grupos de alfabetização.

3.4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO :

A capacitação dos monitores será realizada através de :

- Treinamento de Capacitação - SET/OUT de 1991
- Reciclagem - NOV/91 a FEV/92
- Encontros regionais dos alfabetizandos acompanhados dos monitores e dos treinadores dos monitores, que fornecerão elementos para ajustes de método.

OBSERVAÇÕES :

- * O orçamento do plano de curso será feito em conjunto com as Instituições que assumirem o projeto.
- * O SINTEPP Regional do Xingu assume a formação dos monitores.
- * Os recursos para os projetos de alfabetização deverão ser supridos por convênios entre os governos municipais, estadual, federal e Instituições financeiras de apoio, com a SEDUC, SEMECs e as organizações de classe.

4 . Recuperação, Ampliação e expansão da rede Física escolar da Transamazônica

- 4.1 - OBJETIVOS : - Recuperar, ampliar a rede de escolas, considerando a estrutura geográfica da Região e possibilitando o ingresso do maior contingente de alunos, em idade escolar, no ensino fundamental.

A recuperação, ampliação e aparelhamento da rede física escolar, deverá ser assumida de forma conjunta pelos municípios, estado e União, como forma de superar as debilidades financeiras alegadas pelos órgãos governamentais.

A estruturação e expansão da rede escolar deve ser da seguinte forma :

- a) Construção de mais escolas nas comunidades, as quais devem ser consultadas quanto a localização das mesmas;
- b) Criação e implantação de escolas - núcleos nas agrovilas, a partir das escolas já existentes;
- c) Implantação, recuperação e aparelhamento das escolas sedes em bibliotecas e área de esportes nas sedes dos municípios

4.2 - CONSTRUIR :

- Altamira - 1 escola de 2º grau no bairro de Brasília
 - Campus Universitário de Altamira
 - 5 escolas de 1º grau completo
- Brasil Novo - 13 escolas de 1ª a 4ª série
- Projeto Tuerê - 130 escolas de 1ª a 4ª série
- Uruará - 6 escolas núcleos de 1ª a 8ª série
 - 30 escolas de 1ª a 4ª série
 - Reconstrução da escola sede
 - 6 quadras esportivas
- Rurópolis - 130 escolas de 1ª a 4ª série, zona rural
 - 1 escola de 2º grau - sede
 - 4 escolas de 1ª a 8ª série
 - 5 quadras de esporte
- Placas - 1 escola de 1ª a 8ª série - sede
 - 18 escolas de 1ª a 4ª série - zona rural
 - 1 escola de 2º grau - sede
- Medicilândia - 5 escolas de 1ª a 8ª série
 - 22 escolas de 1ª a 4ª série
 - 6 quadras de esportes
 - 4 alojamento para professores
 - Ampliação da Escola-sede
 - 1 gabinete odontológico

Construção de um centro esportivo em cada município da Região. As demais necessidades da rede física serão levantadas por uma comissão a ser criada e composta por órgãos educacionais (SEMECs, SEDUC, SINTEPP) e a sociedade civil organizada da Região que irá elaborar uma proposta para cada município.

5 . EXPANSÃO DO ENSINO SUPLETIVO E REGULAR NOTURNO

- 5.1 - OBJETIVO : Garantir o acesso ao ensino de 1º e 2º graus a todos os adolescentes e adultos que não podem cursar no diurno e o ensino supletivo para os que moram distantes das zonas urbanas.
- 5.1 - CRONOGRAMA PROPOSTO :
- JAN/92 - Seleção e treinamento de educadores para o ensino noturno a nível de 1º e 2º graus
 - NOV/91 a JAN/92 - Levantamento dos estabelecimentos de ensino com espaços ociosos, bem como o número de clientela previsto.
 - FEV. e MAR/92 - Divulgação e matrícula.
 - JAN e FEV/92 - Implantação ou implementação do NAES-Núcleo Avançado de Estudos Supletivos.

6 . CENTROS EDUCACIONAIS

- 6.1 - OBJETIVO : Implantar, nos municípios, Centros Educacionais viabilizem a formação e profissionalização de técnicos nas áreas de educação, saúde e agricultura.
- Introduzir no Sistema Escolar da Região o ensino médio em caráter permanente visando ampliar a abrangência da rede escolar nos municípios.
- 6.2 - OPERACIONALIZAÇÃO :

- * Colaboração dos órgãos nas áreas de saúde (SUS, SESP, Sec. de saúde municipais) educação (SEMECs, SEDUC, MEC, UFPA); Agricultura (SAGRI...) para a implantação dos cursos nas suas áreas;
- * Convênios financeiros entre os governos nos níveis federal, estadual e municipal;
- * Formação de um conselho consultivo inter-institucional e inter-disciplinar que se responsabilizará pelas providências necessárias à implantação de centros educacionais (sede, recursos financeiros, fontes, etc.).

7 . PLANO DE CARREIRA E PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

7.1 - OBJETIVO : Instituir os planos de carreira e de cargos e salários das categorias funcionais do magistério, nos municípios.

7.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA :

- * Pacajá
- * Altamira
- * Senador José Porfírio
- * Medicilândia
- * Uruará
- * Rurópolis

7.3 - OPERACIONALIZAÇÃO :

Comissão composta por representantes da SEDUC, SEMECs, Universidades e SINTEPPs, para elaboração dos planos de carreira e cargos e salários do magistério seguindo orientação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estatuto do Magistério.

7.4 - CRONOGRAMA :

- a) Plano de carreira e cargos e salários municipal
 - 20/07/91 - Apresentação dos membros da Comissão que elaborará os planos de carreira e cargos e salários à coordenação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica.
 - 15/08 a 15/09/91 - Elaboração dos planos.
 - NOV/91 - Apresentação às prefeituras e às Câmaras Municipais
 - JAN/92 - Implantação dos planos de Carreira e Cargos e Salários nos Municípios.
- b) Estatuto do Magistério Estadual - A comissão, juntamente com o SINTEPP Estadual, somará esforços para que o estatuto do Magistério Estadual seja aprovado pela Assembleia Legislativa.

8 . CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL A NÍVEL REGIONAL E CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

8.1 - OBJETIVO : Garantir o ingresso nas redes Municipal e Estadual de professores e Especialistas em educação, através de concurso público.

8.2 - OPERACIONALIZAÇÃO :

- * Através da integração entre SEDUC, SEMECs e SINTEPP, deverá ser criada uma comissão organizadora dos concursos.

8.3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO :

- JUN/91 - Formação da Comissão e apresentação da mesma à coordenação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica.
- OUT. e NOV/91 - Elaboração do concurso
- DEZ/91 - Efetivação do Concurso

9 . EDUCAÇÃO RELIGIOSA PARA A REGIÃO

9.1 - OBJETIVO : Refletir sobre a dimensão religiosa do homem, no aprendizado sobre a religiosidade da criatura humana que busca o sentido pleno de sua existência e quer fundamentar sua vida nos valores da justiça, paz, fraternidade, solidariedade e partilha.

9.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA :

- * Belo Monte
- * Anapu
- * Uruará
- * Altamira
- * Vitória
- * Brasil Novo
- * Pacajá

9.3 - OPERACIONALIZAÇÃO :

A SEDUC assumirá a contratação e/ou remanejamento dos recursos humanos que comporão o departamento que desencadeará o sino Religioso na Região de abrangência do Projeto.

9.4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO :

AGO/91 - Encontro com professores, supletivos para lançamento do Projeto
 SET e DEZ/91 - Treinamentos
 AGO/91 - Implantação do departamento de Ensino Religioso

10. ENSINO SUPERIOR

10.1- OBJETIVO : Instituir cursos regulares, visando a Universidade permanente comprometida com o desenvolvimento científico tecnológico, nas áreas de educação, saúde e agricultura.

10.2- OPERACIONALIZAÇÃO :

Diante da necessidade da implantação de Ensino Regular a nível de 3º grau, se faz urgente a construção do Campus Universitário que para sua dinamização no atendimento às demandas de carências profissionais na Região, propomos:

- * Cursos regulares de licenciatura nas áreas: Educação, saúde e agricultura;
- * Continuação dos cursos de licenciatura em período de recesso escolar;
- * Implantação de cursos pré-vestibulares através de convênios entre Universidades e Escolas de 2º grau;
- * Continuação das ofertas de cursos de extensão;
- * Integração das ofertas Municipal, Estadual e Federal para a definição de financiamento que viabilize a implantação permanente da Universidade na Região;
- * Alocação do terreno para ampliação do Campus Universitário de Altamira - UFPA ;
- * Liberação de área suficiente para construção do Complexo Universitário.

10.3- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO :

5 a 6 de JUN/91 - Negociação com as Instituições presentes ao acampamento do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica.

OBSERVAÇÃO : A partir dos resultados das negociações realizadas no acampamento do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, este montará o cronograma de atividades subsequentes

4.5 - URBANIZAÇÃO

1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Estimular as prefeituras e Câmaras Municipais a iniciarem o processo de discussão do Plano Diretor que deve planejar a organização das cidades com mais de 20 000 habitantes e estimular o planejamento das cidades menores de modo a garantir condições dignas de moradia para a população;
- * Estimular a criação dos Conselhos municipais de saúde, Educação e Transportes para garantir a participação da sociedade na solução dos problemas relacionados aos serviços públicos;
- * Propor medidas emergenciais para os problemas imediatos que afetam a saúde da população urbana da região.

2 - PROPOSTAS

2.1 - SAÚDE E SANEAMENTO (CURTO PRAZO)

- * Instalar estações de tratamento de água em todas as cidades e vilas da região;
- * Ampliar e criar redes de esgotos nas cidades e vilas da região.
- * Criar sistema de coleta e destinação adequado do lixo urbano e realizar limpeza periódica das ruas incluindo, aterro pavimentação e drenagem das áreas alagadas;
- * Construção imediata de fossas hospitalares evitando a canalização de rejeitos para os rios e igarapés.

2.2 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- * Iluminação de Centros e Bairros periféricos das vilas e cidades da região.
 - * Municípios de Rurópolis, Santarém e Placas :
 - Instalação de uma usina de reaproveitamento do lixo
 - Arborização da cidade
 - Construção de casas populares aos sem tetos em áreas previamente planejadas.
 - * Municípios de Senador José Porfírio e Pacajá
 - Criação de agrovilas nas áreas de reservas para este fim entre o trecho de Altamira/repartimento.
 - Recuperar os lotes de reservas deixados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, na época da colonização hoje ocupados por colonos, fazendeiros e serrarias.
 - Nas agrovilas dos travessões com infraestruturas e comércio : ponto de apoio no início, criação de agrovilas em cada 10 km com escolas, postos de saúde, telefone, iluminação pública, tratamento básico e abertura de ruas.
 - Agrovilas dentro das vicinais com escolas, assistência saúde, iluminação pública e lote habitacional de 15X30.
- OBSERVAÇÃO : Cidades dolongo Altamira/Repartimento surgimento voluntário sem infraestrutura básica
- * Municípios de Medicilândia e Uruará
 - Criação de um matadouro público;
 - Campanha educativa para facilitar a coleta de lixo
 - Campanha para construção de fossas sanitárias (proteção dos Rios)
 - Construção do Mercado Público e feira livre;
 - Ampliação das cidades com praças;
 - Liberação dos documentos após a construção.
 - * Município de Altamira
 - Loteamento e Urbanização
 - Coleta de lixo
 - Fossas hospitalares
 - Iluminação Pública
 - Fiscalização de taxas de colaboração de iluminação e segurança pública
 - Linhas de transportes coletivos
 - Seminários regionais dos conselhos e órgãos municipais e governamentais;
 - Agência Regional do Instituto Nacional de Seguridade Social
 - Criação de uma Comarca em Altamira
 - Campanha educativa para facilitar a coleta de lixo

4.6 - ESTRADAS

- 1 - OBJETIVOS : Garantir a recuperação total da rodovia Transamazônica no trecho Repartimento a Itaituba; da rodovia Santarém Cuiabá no trecho Rurópolis a Santarém, e a BR 422 no trecho Repartimento a Tucuruí.
- Assegurar a abertura e recuperação de estradas e vicinais para o escoamento da produção e tráfego de veículos da Região.

2 - PROPOSTAS :

2.1 - Recuperação de Rodovias

- * Que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem forneça os dados de quantidade de pontes a serem construídas (de concreto, de madeira e bueiros)
- * Recuperação de mil quilômetros da Transamazônica, trecho Itaituba/Repartimento.
- * Recuperação do trecho Repartimento/tucuruí, 80 quilômetros da BR 422.
- * Recuperação do trecho Rurópolis/Santarém da Rodovia Santarém Cuiabá (217 quilômetros)

A curto prazo :

- * A recuperação das pontes e bueiros, construção de mais pontes e bueiros onde sejam necessários
- * Empiçamento ou encascalhamento para um futuro asfaltamento.

A médio Prazo :

- * Alfaleamento, iniciando no máximo, em 1996.

Qualidade dos Serviços :

- * Abertura com máquinas pesadas
- * Empiçamento e compactação geral, com rebaixamento ou contorno das serras
- * Drenagem das águas com base em pesquisas a serem realizadas.
- * Todas as pontes a serem recuperadas e construídas, devem ser de concreto
- * Os bueiros devem ser construídos com manilhas ou tubulação metálica com entradas e saídas de concreto
- * Aterro, nos baixões, com tubulação

Fiscalização :

- * Que os sindicatos, moradores e órgãos responsáveis (prefeituras, DNER, INCRA) trabalhem juntos para fazer os levantamentos e fiscalização e para tal :
 - . Tenham acesso aos contratos de execução das obras
 - . Possam formar comissões a cada dez quilômetros para fiscalizar a execução dos serviços
 - . Que obtenham cópias dos contratos

2.2 - Recursos financeiros :

- * Os recursos financeiros devem vir através de convênio do governo estadual

OBSERVAÇÃO : O DNER assume a limpeza das margens das rodovias uma vez por ano.

2.3 - Construção e recuperação DE VICINAIS

- * Recuperação imediata de 2 840 (dois mil oitocentos e quarenta) quilômetros de estradas vicinais
- * Construção de estradas e pontes nas glebas Assurini e Babaquara

Qualidade dos serviços :

- * Desmatamento
- * Abertura com maquinário adequado
- * Empiçamento geral
- * Drenagem de água
- * Aterros consistentes nos baixões
- * Pontes com mais de dez metros de comprimento deve, ser construídas com bases e cabeceiras de concreto e madeira de lei
- * Pontes com menos de dez metros devem ser construídas com

madeira de lei

- * Os bueiros a serem construídos ou recuperados, devem ter tubulação com base de concreto
- * A recuperação e construção de vicinais deve se estender a todas elas, sem discriminação por motivo algum
- * A abertura e manutenção das vicinais deve ser feitas até o último morador

OBSERVAÇÃO : Devem ser evitados trabalhos primários sem empicarra - mento, pois esses serviços acabam se perdendo com as primeiras chuvas o que significa tempo e dinheiro desperdiçados

FISCALIZAÇÃO

- * As verbas destinadas à recuperação das vicinais, bem como serviços realizados nas mesmas, serão fiscalizados pelas entidades (sindicatos, associações e cooperativas) e comunidade.

RECURSOS FINANCEIROS

- * Devem prover através de convênio das prefeituras com o governo estadual e federal
- * As comunidades assumem a limpeza das margens das vicinais abertas
- * É de responsabilidade das prefeituras a manutenção das vicinais

4.7 - ENERGIA

A questão energética vem sendo refletida a pouco tempo em nossa região. Foi a partir das informações chegadas através da imprensa que tomamos conhecimento que o Governo Federal, através das Centrais Elétricas do Norte, estava planejando a construção de um complexo Hidrelétrico de grande porte no Xingu.

Pelo pouco tempo que estamos discutindo esta questão, já percebemos sua complexidade capaz de gerar polêmicas entre os vários setores da sociedade.

Não é para menos. Atualmente o Mundo inteiro discute a questão energética a partir das experiências, práticas de Projetos Hidrelétricos No Brasil e principalmente na Amazônia, a construção de Hidrelétricas sempre foi objeto de segredo governamental com consequências trágicas para o ecossistema, como é o caso da Hidrelétrica de Tucuruí. Além dos traumas sociais irreversíveis como o deslocamento de aldeias indígenas, dos ribeirinhos, dos trabalhadores rurais e população urbana, doenças causadas pela poluição das águas e proliferação de insetos e destruição da fauna como também das florestas da região. Vindo também acompanhado de grandes projetos agro-industriais e minero-metalúrgicos, que em nenhum momento beneficiam a população regional, direcionando toda a sua produção para os países do primeiro mundo. Outra questão que se coloca numa discussão via hidrelétrica para a produção de energia, é a quem elas beneficiam. No caso de Tucuruí umas das maiores hidrelétricas do mundo, temos ao lado, vários municípios da região que não possuem energia elétrica. No entanto 40% (quarenta por cento) da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí é destinada a abastecer três grandes projetos : Alumínio da Amazônia-ALUMAR - 20% (vinte por cento) Alumínios do Brasil- ALBRAS- 15% (quinze por cento) e CCM - 5% (cinco por cento), que exportam ferro, alumínio e outros minérios para os países ricos, produzidos com energia subsidiada.

Não podemos esquecer a importância da energia para o desenvolvimento econômico e social da região. Neste ponto cabe refletir que tipo de desenvolvimento queremos, ou seja, a quem o desenvolvimento deve beneficiar.

Nesse sentido, precisamos discutir a vinda dessa energia dentro de um outro objetivo : Fornecer energia para a população e para impulsionar o desenvolvimento da região.

No entanto, é importante ressaltar que além da energia hidráulica é necessário buscar novas formas de energia que possam melhor adaptar com o nosso conceito de desenvolvimento para a região principalmente na área rural. Estas formas de energia tais como : energia solar, gás natural, biogás, etc... Estudadas e usadas em outros países, não só são viáveis, como em muitos casos reduzem os custos sociais, ambientais e econô -

micos, para sua implantação e operação.

1 - PROPOSTAS

- * Não a construção do complexo Hidroelétrico de Xingu.
- * Que se faça um estudo de toda a Região no sentido de levantar a possibilidade de construção de micro-barragens para abastecer municípios e comunidades rurais, desde que estas não venham prejudicar as populações indígenas, colonos e não destruam a flora.
- * Que se traga para a região até o ano de 1992 a energia da Hidroelétrica de Tucuruí que beneficie a população urbana e rural e pequenas e médias empresas
- * Que seja estudada a possibilidade de trazer energia em alta e baixa tensão (desde da origem da Hidroelétrica de Tucuruí) para beneficiar a população rural
- * Que as Centrais Elétricas do Pará- CELPA, se responsabilize em baixar a tensão de energia nos municípios e faça a eletrificação rural
- * Que o governo incentive e financie o estudo e a implantação de outras alternativas, tais como: o biogás, energia solar, gás natural e outras formas que não prejudique a natureza e a população.

4.8 - CRÉDITO BANCÁRIO

1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS :

- * Assegurar aos agricultores da Transamazônica financiamento bancário para desenvolver a produção agrícola, gerando condições reais de capacitação deste importante setor de economia;
- * Garantir o acesso dos maiores, pequenos e médios produtores rurais ao financiamento bancário do Fundo Constitucional do Norte - FNO ;
- * Capitalizar as cooperativas e associações dando condições de estruturação e capital de giro para comercialização
- * Garantir do FNO financiamento aos micros e pequenos projetos industriais para gerar novos empregos na região.

2 - PROPOSTAS :

- * Que os recursos do FNO, sejam liberados em 1991 para agricultores da Transamazônica, apresentados pelos sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas de pequenos produtores
- * Financiamento do FNO para os micro e pequenos empresários da região
- * Crédito do FNO de forma associativa para as cooperativas e associações fortalecendo-lhes a infra-estrutura e possibilitando a comercialização da produção
- * Condições de financiamento conforme propostas apresentadas ao Banco da Amazônia S/A - BASA por ocasião do GRITO DO CAMPO.

1 - Documentação necessária para o financiamento do FNO

- . Documento de identificação pessoal do beneficiado
- . Atestado da condição de beneficiário como mini e pequeno produtor rural e pescador artesanal, fornecido pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou Colônias de Pescadores.

2 - Classificação dos produtores :

- . Considerar como mini produtor rural, todos os que desenvolvam atividades agrícolas ou artesanais, utilizando basicamente a mão-de-obra familiar, recorrendo eventualmente a contratação de terceiros para execução de atividades temporárias, sendo proprietários ou não de imóvel rural não superior a um módulo do município de localização
- . Considerar como pequeno produtor rural aquele com as

mesmas características definidas para os mini produtores, sendo proprietários ou não de imóvel rural situado de um (1) a cinco (5) módulos fiscais do município de localização

- * Considerar mini pescador artesanal aquele que utiliza embarcação de madeira ou aço, com capacidade de carga até 5 (cinco) toneladas
- * Considerar pequeno pescador artesanal aquele que utiliza embarcação de madeira ou aço com capacidade de carga entre 5 (cinco) a 10 (dez) toneladas
- 3 - Acesso aos financiamentos do FNO aos pequenos e mini produtores que foram anistiados pelo governo
- 4 - Acesso aos financiamentos para pequenos e mini produtores rurais, pescadores artesanais com antecedentes bancários problemáticos desde que avalizados pelos sindicatos de Trabalhadores rurais, Colônias de Pescadores, Associações e Cooperativa de pequenos e mini produtores
- 5 - Prestação de serviços e assistência técnica gratuita aos pequenos e mini produtores rurais e pescadores artesanais de acordo com o que dispõem a lei agrícola nacional
- 6 - Não hipoteca de pequenos e mini produtores e pescadores artesanais com requisitos para concessão dos financiamentos
- 7 - Não considerar como requisito para a não concessão dos financiamentos, as distâncias dos lotes, as sedes dos municípios e as condições de tráfegos das estradas e das vicinais

FORMAS DE PAGAMENTO :

- * Que o financiamento seja pago com o preço do produto equivalente ao valor financiado;
- * Considerar como referência para o cálculo de correção monetária o valor médio dos preços mínimos dos produtos alimentares que compõem a pauta dos produtos contemplados pela política de garantia de preços mínimos da Região;
- * Cobrança de juros até 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária de 50% (cinquenta por cento) para os pequenos e mini produtores rurais e pescadores artesanais e pequenos ou micro empresários

SEGUROS AGRÍCOLAS

Propomos que as associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais junto com o fiscal do Banco sejam agentes de avaliação e levantamento para o PROAGRO

- * Que os valores do financiamentos coletivo dos associados de cooperativas e associações sejam estipulados pelas mesmas
- * Que as taxas de serviços técnicos e burocráticos (assistência técnica, fiscalização, elaboração de projetos, vistoria, abertura de cadástrros etc.) sejam isentos aos pequenos e mini produtores.

GARANTIA PARA OS FINANCIAMENTOS

- * Não exigência de penhora de qualquer propriedade (terras, instalações e equipamentos) dos pequenos e mini produtores rurais, pescadores artesanais.
- * Considerar para efeitos de garantias e financiamentos apenas o penhor da produção do crédito de custeio de alienação fundiária dos bens financiados no crédito de investimento, para categoria de mini e pequenos produtores rurais acima referidos.
- * Considerar para efeito de garantia exclusivamente o penhor da embarcação financiada, devidamente segurada para os mini e pequenos pescadores artesanais.
- * Que os Bancos abram negociações coletivas através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas e Associações de pequenos produtores para discutir uma proposta alternativa para dívidas pendentes de pequenos produtores rurais.
- * Que o Banco forneça sempre que for solicitado informações sobre a disponibilidade e aplicação de recursos.
- * Que o Banco do Brasil volte a ser financiador ao mini e pequeno produtor e que a linha de crédito seja condizente com a realidade do produtor regional.

ANEXO F – Convite do MMA/SCA ao ISA para realizar os estudos das áreas protegidas propostas pelo MDTX no Grito da Transamazônica, em 1999.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data / /
cod. 01.000042

Ofício nº 448 /SCA/MMA

Brasília - DF, 09 de setembro de 1999.

Prezado Senhor,

A Secretaria de Coordenação da Amazônia tem recebido demandas, por parte dos movimentos populares da região amazônica, no sentido de apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental da região.

2. Recentemente, esta Secretaria participou de evento realizado pelo movimento Grito Transamazônica, onde foram estabelecidos compromissos, por parte da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, do IBAMA e da SCA/MMA, no sentido de realizar estudos de viabilidade para a criação de uma unidade de conservação na área denominada Iriri, entre outros, conforme documento específico anexo.

3. Nesse sentido, considerando a experiência acumulada por esse Instituto e o eventual interesse na realização dos estudos aludidos, solicito que seja enviada proposta a esta Secretaria para a concretização dos compromissos firmados.

Ilmo. Sr.
MÁRCIO SANTILLI
Coordenador do programa Brasil Sócioambiental
Instituto Socioambiental
SCLN 210, Bloco C, sala 112
70862-530 Brasília DF

Fls. 2 do Ofício nº 448 /SCA/MMA, de 9 / 179

5. Para maior clareza, passo às mãos de Vossa Senhoria o documento base do Movimento Grito Transamazônica, cópia da Ata de Resolução firmada em Altamira, em 13 de agosto passado, assim como documentos normativos referentes à criação de unidades de conservação.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria meus cumprimentos.

Atenciosamente,

Mary Helena Allegretti
MARY HELENA ALLEGRETTI
Secretária de Coordenação da Amazônia

ANEXO G – Ata das deliberações entre o MDTX e o MMA/SCA, 1999

EQUI: HPST

PHONE NO. : 021 515 2405

AUG. 16 1999 04:25PM PT

ATA DE RESOLUÇÃO

INSTITUTO SOCIOECONOM. L.	
data	/ /
cod.	25.0.000.45

O grito da Transamazônica reunida com o Ministério do Meio Ambiente, SECTAM, IBAMA E FETAGRI Estadual e Regional, na sede do INCRA no município de Altamira em 13 de agosto de 1999, acordam os seguintes encaminhamentos sobre as propostas de Política Ambiental do documento base do Grito de 1999:

PROGRAMA 1: Sobre áreas de reserva legal.

M.M.A, a SECTAM e o IBAMA indicarão técnicos que serão deslocados para Altamira em outubro próximo (durante 1 mês) para em conjunto com os agricultores e técnicos locais designados pela FETAGRI e FUNDAÇÃO VIVER PRODUIR E PRESERVAR realizarão um levantamento das informações já existentes sobre dados, pesquisas para subsidiar a formulação de planos de manejo e plano de uso, bem como orientar e/ou buscar saídas para a elaboração de projetos.

PROGRAMA 2 – 3

A FUNDAÇÃO e FETAGRI vão solicitar uma reunião entre BASA, SUDAM, MMA/SCA para em conjunto encaminharem propostas de financiamentos que atendam aos programas 2,3 do documento base do Grito da Transamazônica. O MMA/SCA se compromete a apoiar, com recursos do Programa Amazônia solidária, através da FETAGRI e Sindicatos da região projetos durante 3 anos para 150 experiências pilotos de preparo de áreas para fins agroambiental sem uso do fogo. O valor total de R\$ 750.000 num período de 3 anos divididos igualmente.

PROGRAMA 5 – Criação de Áreas de Proteção

A SECTAM se compromete em realizar os estudos de viabilidade para criação da unidade de conservação da Transamazônica e o MMA/IBAMA se comprometem em realizar os estudos de viabilidade para criação da unidade de conservação do IRIRI, para iniciar num prazo de 2 meses a partir da data deste documento.

Ana Lange
MMA/SCA – Ana Lange

Antônio Augusto
SECTAM – Antônio Augusto

Carlos Bicelli
IBAMA – Carlos Bicelli

Antônio P. Medeiros
FETAGRI-R. Antônio P. Medeiros

[Assinatura]
FETAGRI-E.

71